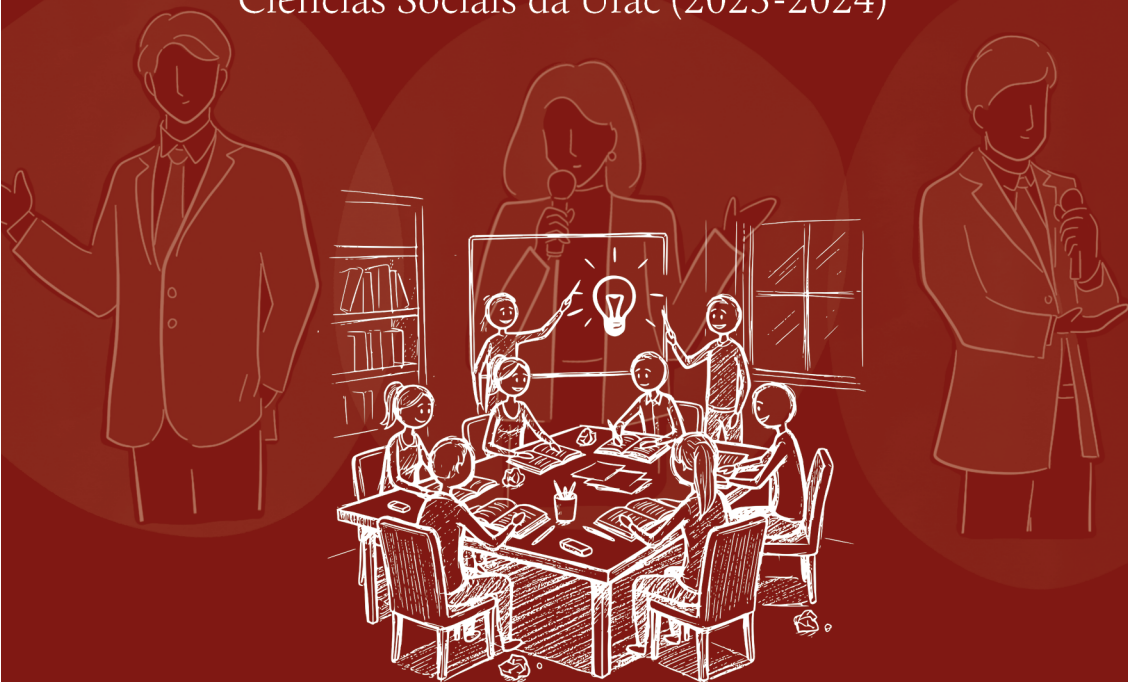


Organizador
Ermício Sena

Pensamento político brasileiro

Interpretações de discentes do Curso de
Ciências Sociais da Ufac (2023-2024)



Ana Augusta Matias de Souza • Kelyson de Souza Sage • Guilherme Issamu
Saul Yoshihara • Ana Clara Brito de Oliveira • Larissa Silva Pinto • Rogério dos
Santos Cunha • Ana Quezia Oliveira da Silva • Julia Evelyn Galvão de Souza
• Raele Vitoria Souza Pinto • Suely da C. M. Estevam • Francisco Alberto
Dourado Maia • Lucas Maia de Oliveira Rocha • Josué Teles da Costa •
Leomar de Oliveira Sousa



Edufac

Organizador
Ermício Sena

Pensamento político brasileiro

Interpretações de discentes do Curso de
Ciências Sociais da Ufac (2023-2024)

Ana Augusta Matias de Souza • Kelvynson de Souza Sage • Guilherme Issamu Saul
Yoshihara • Ana Clara Brito de Oliveira • Larissa Silva Pinto • Rogério dos Santos
Cunha • Ana Quezia Oliveira da Silva • Julia Evelyn Galvão de Souza • Raele Vitoria
Souza Pinto • Suely da C. M. Estevam • Francisco Alberto Dourado Maia • Lucas
Maia de Oliveira Rocha • Josué Teles da Costa • Leomar de Oliveira Sousa





Pensamento político brasileiro: interpretações de discentes do Curso de Ciências Sociais da Ufac (2023-2024)

Ermício Sena (org.); Ana Augusta Matias de Souza, Ana Clara Brito de Oliveira, Ana Quezia Oliveira da Silva, Francisco Alberto Dourado Maia, Guilherme Issamu Saul Yoshihara, Josué Teles da Costa, Julia Evelyn Galvão de Souza, Kelyson de Souza Sage, Larissa Silva Pinto, Leomar de Oliveira Sousa, Lucas Maia de Oliveira Rocha, Raelé Vitoria Souza Pinto, Rogério dos Santos Cunha, Suely da C. M. Estevam (autorias)

ISBN 978-85-8236-168-9 • *Feito Depósito Legal*

Copyright©Edufac 2025

Editora da Universidade Federal do Acre (Edufac)

Rod. BR 364, Km 04 • Distrito Industrial
69920-900 • Rio Branco • Acre // edufac@ufac.br

Editora Afiliada



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Diretor da Edufac

Gilberto Mendes da Silveira Lobo

Coordenadora Geral da Edufac

Ângela Maria Poças

Conselho Editorial (Consedufac)

Alanderson Alves Ramalho, Alcides Loureiro Santos, Ângela Maria Poças (vice-presidente), Carlos Eduardo Garção de Carvalho, Cláudio Luiz da Silva Oliveira, Daniel Queiroz de Sant'Ana, Ewerton Ortiz Machado, Gilberto Mendes da Silveira Lobo (presidente), Giselle Xavier d'Ávila Lucena, José Mauro Souza Uchôa, Karlla Barbosa Godoy, Leonardo Lani de Abreu, Manoel Coracy Saboia Dias, Pierre André Garcia Pires, Rosane Garcia Silva, Vagne de Melo Oliveira

Coordenadora Comercial • Serviços de Editoração • Revisão Textual

Ornifran Pessoa Cavalcante

Projeto Gráfico • Diagramação • Arte da Capa

Rogério da Silva Correia

Imagens da Capa e Corpo do Texto

Kei do Pixabay: <https://pixabay.com/illustrations/presentations-speeches-8600327/>

Gerd Altmann do Pixabay: <https://pixabay.com/vectors/discussion-collaboration-teamwork-9853953/>

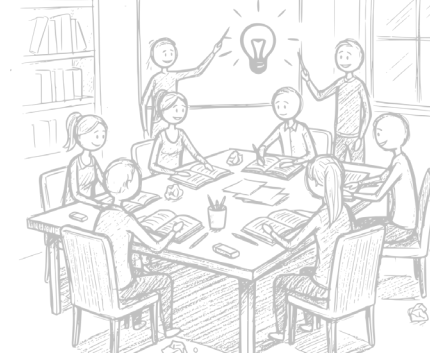
Universidade Federal do Acre
Biblioteca Central
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P418p Pensamento político brasileiro: interpretação de discentes do Curso de Ciências Sociais da Ufac (2023-2024) / organizador Ermício Sena. – Rio Branco: Edufac, 2025.
280 p. : il.

ISBN: 978-85-8236-168-9
Vários autores.

1. Iniciação científica. 2. Política – História – Brasil. I. Sena, Ermício (org.). II. Título.

CDD: 001.42



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
---------------------------	-----------

01	13
-----------------	-----------

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E PENSAMENTO POLÍTICO:

A influência de Lourdes Maria Bandeira no debate sobre os direitos das mulheres no Brasil

1.1	INTRODUÇÃO	13
1.2	OS ESTUDOS E CAMPOS DE PESQUISA SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....	16
1.2.1	TIPOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	18
1.3	DIREITOS E CONQUISTAS DO MOVIMENTO FEMINISTA BRASILEIRO	23
1.4	A LEI, CONTEXTO HISTÓRICO E DESAFIOS	26
1.5	PERSISTÊNCIA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO	29
1.6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
	REFERÊNCIAS.....	34

02 37

LIBERDADE INCOMPLETA:

Joaquim Nabuco e as consequências da abolição no Brasil, e a teoria das elites, de Jessé Souza

2.1	INTRODUÇÃO	37
2.2	A FORMAÇÃO DE JOAQUIM NABUCO: INFLUÊNCIAS POLÍTICAS E EXPERIÊNCIAS PESSOAIS	39
2.2.1	A LUTA ABOLICIONISTA: PRINCÍPIOS MORAIS E ECONÔMICOS	45
2.3	ELITES NO COMANDO: CONTINUIDADE DO PADRÃO EXCLUDENTE	48
2.4	CONCLUSÃO: CRÍTICA AO MARXISMO TRADICIONAL E NOVAS PERSPECTIVAS PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	53
	REFERÊNCIAS	57

03 59

“IDEOLOGIA DE GÊNERO”:

A construção de (in)verdades sexuais neoconservadoras na perspectiva de Marilena Chaui e Judith Butler

3.1	INTRODUÇÃO	59
3.2	DIÁLOGOS ENTRE CHAUI E BUTLER	64
3.3	A IDEOLOGIA DE GÊNERO: O INFLAMADO TRUNFO NEOCONSERVADOR	69
3.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
	REFERÊNCIAS	74

04 76

DA TRANSVERSALIDADE DO CAPITALISMO AO COLAPSO AMBIENTAL E O DEBATE COM O PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO

4.1	INTRODUÇÃO	76
-----	-------------------------	----

4.2	O PENSAMENTO POLÍTICO SUBORDINADO AO CAPITALISMO	78
4.3	RAÍZES DA POLÍTICA BRASILEIRA E O PENSAR CAPITALISTA.....	82
4.3.1	CAIO PRADO JÚNIOR.....	83
4.3.2	CELSO FURTADO	85
4.4	PENSAMENTO POLÍTICO E COLAPSO AMBIENTAL	86
4.5	CONCLUSÃO.....	91
	REFERÊNCIAS.....	92

05 96

FEMINISMO E FUTEBOL FEMININO NO ACRE:

Vozes, resistências e desigualdades de gênero sob o prisma das teorias de Rose Marie Muraro

5.1	INTRODUÇÃO	96
5.2	METODOLOGIA	99
5.3	O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL.....	100
5.3.1	MOVIMENTOS FEMINISTAS NO ESTADO DO ACRE	107
5.4	QUESTIONÁRIO.....	114
5.5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	120
5.6	CONCLUSÃO.....	123
	REFERÊNCIAS	124

06 128

(RE)INVENTANDO A CIDADE:

Cidadania, periferia e minipúblicos em diálogo com a teoria das políticas públicas de Wanderley Guilherme dos Santos

6.1	INTRODUÇÃO	128
6.2	POLÍTICAS URBANAS E A INVENÇÃO DA CIDADE	132

6.2.1	PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA: CONCEITOS IMPORTANTES	133
6.2.2	HISTORICAMENTE, COMO FUNCIONOU A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL.....	137
6.2.3	MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO URBANA: DIÁLOGOS COM MINIPÚBLICOS E A TEORIA DE WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS	140
	As cidadanias reguladas conforme Wanderley Guilherme dos Santos	142
	Os minipúblicos como mecanismos de participação urbana.....	144
	O papel do Cientista Social como facilitador	145
6.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
	REFERÊNCIAS	148

07150

GÊNERO, ANARQUISMO E AS FRONTEIRAS DA RESISTÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO SOB O OLHAR DE MARGARETH RAGO

7.1	INTRODUÇÃO	150
7.2	CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO.....	152
7.2.1	DO CABARÉ AO LAR: GÊNERO, MORALIDADE E DISCIPLINAMENTO POLÍTICO	153
7.2.2	DIÁLOGO COM O ANARQUISMO E A FILOSOFIA DE MICHEL FOUCAULT.....	156
7.2.3	RELEVÂNCIA CONTEMPORÂNEA E PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO	158
7.3	EXPANSÃO DAS FRONTEIRAS DO FEMINISMO E DA RESISTÊNCIA.....	159
7.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	162
	REFERÊNCIAS.....	164

08166

JOVENS, DESINFORMAÇÃO E CRISE DE REPRESENTAÇÃO:
Contribuições de José Álvaro Moisés à cultura política
brasileira

- 8.1 **INTRODUÇÃO** 166
- 8.2 **JOSÉ ÁLVARO MOISÉS E A CRISE DE REPRESENTAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS BRASILEIRAS** 169
- 8.3 **REDES SOCIAIS E DESINFORMAÇÃO: UM BALANÇO ENTRE DEMOCRACIA DIGITAL, ALGORITMO E AGENDA SETTING** 174
- 8.4 **CULTURA POLÍTICA NO COLÉGIO SEBASTIÃO PEDROSA: ENTRE DADOS E DISCURSOS** 179
- 8.5 **CONSIDERAÇÕES FINAIS** 184
- REFERÊNCIAS** 187

09190

LEITURA EM CRISE:
A cultura da ignorância e o declínio do número de
leitores brasileiros

- 9.1 **INTRODUÇÃO** 190
- 9.2 **A CRISE SILENCIOSA DA LEITURA** 193
- 9.3 **CAUSAS DE UM BRASIL QUE NÃO LÊ** 196
- 9.4 **A IGNORÂNCIA NÃO TEM SIDO MAIS UMA BÊNÇÃO: A ASCENSÃO DA CULTURA DA IGNORÂNCIA NO BRASIL NOS ÚLTIMOS OITO ANOS** 198
- 9.5 **CONHECIMENTO EM EXTINÇÃO: A ERA DA IGNORÂNCIA DELIBERADA** 202
- 9.6 **CONCLUSÃO** 206
- REFERÊNCIAS** 207

10209

PENSAMENTO FEMINISTA BRASILEIRO:

Formação e contexto – a luta das sufragistas e um diálogo com Branca Moreira Alves

- 10.1 INTRODUÇÃO 209
- 10.2 DE COMO SE DEU A LUTA PELO SUFRÁGIO NO BRASIL 214
- 10.3 CONCLUSÃO..... 220
- REFERÊNCIAS..... 222

11224

O PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO NAS OBRAS *Os SERTÕES*, DE EUCLIDES DA CUNHA, E *RAÍZES DO BRASIL*, DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

- 11.1 INTRODUÇÃO 224
- 11.2 AS HERANÇAS DE UM BRASIL ESCRAVOCRATA NO SERTÃO 225
- 11.3 A RELAÇÃO ENTRE CULTURA E TRABALHO..... 230
- 11.4 CONCLUSÃO..... 234
- REFERÊNCIAS..... 235

12236

TORCIDAS ORGANIZADAS E LUTA DE CLASSES:

Uma análise a partir de Nelson Werneck Sodré

- 12.1 INTRODUÇÃO 236
- 12.2 FUTEBOL, TORCIDAS ORGANIZADAS E A LUTA DE CLASSES 237
- 12.2.1 A CONTRIBUIÇÃO DE NELSON WERNECK SODRÉ 240
- 12.3 MÍDIA, REPRESSÃO E CRIMINALIZAÇÃO..... 243
- 12.4 TORCIDAS ORGANIZADAS COMO MOVIMENTOS SOCIAIS..... 249

12.5	GAVIÕES DA FIEL: RESISTÊNCIA HISTÓRICA E PAPEL SOCIAL	251
12.5.1	TORCIDAS ANTIFASCISTAS: DA ARQUIBANCADA ÀS RUAS.....	252
12.5.2	AÇÕES SOLIDÁRIAS DURANTE A PANDEMIA: O POVO PELO POVO.....	253
12.6	CONCLUSÃO.....	254
	REFERÊNCIAS.....	255

13256

O PENSAMENTO POLÍTICO DE AILTON KRENAC

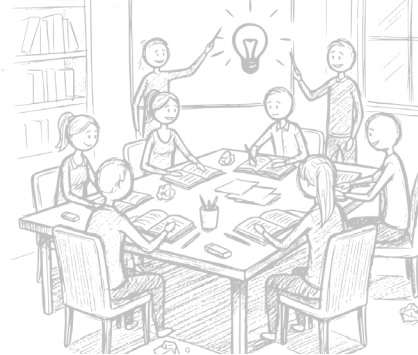
13.1	INTRODUÇÃO.....	256
13.2	A CONTRIBUIÇÃO DO PENSAMENTO DE KRENAK.....	257
13.3	AS PRINCIPAIS IDEIAS DE AILTON KRENAK.....	258
13.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	261
	REFERÊNCIAS CONSULTADAS	263

14265

FORMAÇÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA ATRAVÉS DAS OBRAS DE GILBERTO FREYRE:

O que é realmente o povo brasileiro?

14.1	INTRODUÇÃO.....	265
14.2	GILBERTO FREYRE: TRAJETÓRIA.....	266
14.3	O BRASIL DE HOJE	269
14.4	APENAS MUDOU O NOME.....	272
14.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	277
	REFERÊNCIAS.....	280



APRESENTAÇÃO

Este livro é a concretização de um velho desejo que alimento desde o início da carreira docente, quando das exigências feitas aos meus alunos e alunas para produzirem artigos científicos, como parte das avaliações das disciplinas ministradas por mim no Curso de Ciências Sociais da Ufac, e mais recentemente, em 2023 e 2024, em especial aquelas de *Pensamento Político no Brasil* e *Pensamento Político Contemporâneo*.

Foi no ambiente de minhas duas últimas turmas da disciplina de *Pensamento Político no Brasil* que a ideia ganhou força e se desenhcou melhor, isso, devido em grande medida, ao desejo dos e das discentes, que além de abraçarem a ideia, não mediram esforços para se dedicarem com um *plus* de tempo, acuidade, tecnicidade e, principalmente, a interpretação dos autores e autoras escolhidos para seus artigos, que aqui se tornam capítulos.

Esta publicação faz parte do Projeto de Extensão da Ufac, intitulado “Democracia em Transe”, coordenado pelo professor Dr. Nilson Euclides da Silva, docente do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), financiado por uma emenda do Deputado Estadual do Acre Edvaldo Magalhães (PCdoB), e com a interveniência da Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária do Acre.

O livro destaca o pensamento político de figuras proeminentes da história política brasileira e suas contribuições para moldar nossa identidade nacional. São realizadas interpretações de autores clássicos como Gilberto Freyre, Celso Furtado, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Raymundo Faoro, Sergio Buarque de Holanda, Euclides da Cunha, Joaquim Nabuco e Nelson Werneck Sodré.

Os autores e autoras desta obra também analisam pensadores e pensadoras brasileiros(as) contemporâneos(as), mas não menos importantes para a consolidação de um pensamento genuinamente brasileiro, como são os casos de Lourdes Maria Bandeira, Marilena Chaui, Ailton Krenak, José Álvaro Moisés, Margareth Rago, Jessé Souza, Rose Marie Muraro e Wanderlei Guilherme dos Santos.

Em muitos casos, o leitor e a leitora irão encontrar conexões teóricas que interpretam questões atuais, como capitalismo e meio ambiente, gênero, feminismo, LGBTQIAPN+, cultura da ignorância, futebol e torcidas organizadas, crise de representação, elites, participação cidadã e periferia. Essas conexões teóricas e a *práxis*, considero que são frutos da consciência crítica que é trabalhada nas várias disciplinas do Curso de Ciências Sociais da Ufac e que permite aos nossos(as) discentes reflexões sobre o passado, o presente e o futuro dos vários problemas de investigação, possíveis a partir das Ciências Humanas.

Este trabalho pode ser caracterizado sem muita pretensão acadêmica e, portanto, deve ser lido como uma coletânea de ensaios de iniciação científica, entretanto, não deixa de ser digno de elogios pela sofisticação que se encontrará neles.

Considero ainda que este trabalho abriga os três pilares da educação superior, pois é proveniente do *ensino* em sala de aula, da *pesquisa* bibliográfica realizada pelos(as) discentes, e porque permitirá que esses estudos acadêmicos ganhem *extensão* na sociedade.

O livro pode ser lido por estudantes, professores e pesquisadores, mas também por pessoas interessadas nos temas e nos(as) autores(as) interpretados(as) na presente publicação. Espera-se que esse público possa fazer a crítica construtiva a essas análises e, a partir daí, se construa um ambiente de incentivo à continuidade dessa experiência.

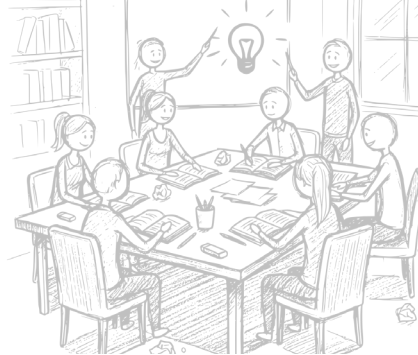
Por último, não se pode deixar de agradecer aos demais docentes do Curso de Ciências Sociais da Ufac, pela construção de uma atmosfera favorável à produção discente. Não tenho dúvidas de que as habilidades que os autores e autoras dos capítulos deste livro demonstraram são resultados da confluência e diálogo entre as áreas de Ciência Política, Sociologia e Antropologia.

Rio Branco-Acre, verão de 2025.

Ermício Sena

Professor Associado da Universidade Federal do Acre.

01



Violência de gênero e pensamento político:

A influência de Lourdes Maria Bandeira no debate sobre os direitos das mulheres no Brasil

Ana Augusta Matias de Souza¹

1.1 INTRODUÇÃO

O presente estudo, proposto na disciplina de Pensamento Político no Brasil, tem como objetivo apresentar uma perspectiva acerca de uma das principais intérpretes do pensamento feminista brasileiro, a autora Lourdes Maria Bandeira, que destaca suas ideias no capítulo “Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação”, compondo o livro intitulado *Pensamento feminista brasileiro: pensadoras e produções teóricas*, organizado pela autora Heloisa Buarque de Holanda. Dessa forma, se fez necessário o uso de alguns métodos de pesquisa para se estabelecer um diálogo com a autora e seus intérpretes. Trata-se de um estudo

¹ Discente de Licenciatura do Curso de Ciências Sociais da Ufac. E-mail: ana.augusta@sou.ufac.br.

de natureza bibliográfica, usando-se do referencial teórico da autora e outros estudiosos sobre a temática central daquele capítulo. Posteriormente, adotou-se a técnica de estudo de caso, com abordagens quantitativas e qualitativas, reforçando os dados da violência de gênero contra a mulher.

O percurso realizado por Lourdes Maria Bandeira mostrou-se transgressor, pois a autora nasceu em um contexto fortemente destacado por famílias tradicionais conservadoras, no ano de 1949. Ela tende a romper especialmente, com os papéis, normas e expectativas impostas sobre as mulheres brasileiras. Nasceu no interior do Rio Grande do Sul, no município de Ijuí, e graduou-se em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1973; tornou-se professora na Universidade Federal de Paraíba (UFBP) em 1977, e ingressou no mestrado em Sociologia na Universidade de Brasília (UnB) em 1975, onde atuava no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (Nepem).

A autora destacou-se em instituições que contribuíram para a escrita de suas obras sobre gênero e desigualdades nos grupos minoritários. Esteve nos exercícios desses cargos na Secretaria de Planejamento e Gestão do governo federal (2008-2011); foi Secretária Adjunta (2012-2015) da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM, Presidência da República), sendo uma das idealizadoras da Lei do Femicídio em (2015), que integrou o livro *Crimes de feminicídio no enquadramento midiático: o que não é nominado não existe (Brasil 2015-2018)* e, no ano 2005, tornou-se professora titular no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, com uma extensa experiência acadêmica e docente, provocando grandes contribuições, publicações e orientações na área de Sociologia, com ênfase em sociologia urbana e da cultura – gênero, feminismo, violência de gênero, e políticas públicas no Brasil.

As contribuições da autora trouxeram a oportunidade de problematizar, debater e pesquisar sobre feminicídio e violência contra a mulher, a divisão sexual do trabalho, nível de escolaridade, questões de gênero, feminismo e políticas públicas em prol das mulheres no Brasil. Dessa forma, Lourdes trouxe reflexões sobre violências que, por muitas épocas, inseriam as mulheres em um contexto social presente no status inferior do mercado de trabalho e nas responsabilidades domésticas, incluindo-se a exploração trabalhista, apresentadas neste capítulo. Lourdes Maria engajava-se nas lutas promovidas pelos movimentos sociais e sindicatos, com foco principal nos trabalhadores rurais e nas Ligas Camponesas Nordestinas, não deixando de lado, o cenário de lutas voltadas ao trabalho, as pesquisas envolvidas na participação das mulheres nesses espaços e movimentos políticos. A pesquisadora também estudou temas sobre: cuidados e cuidadoras, saúde pública, bioética e a concepção do corpo como um locus de poder, com ênfase nos corpos femininos.

Diante do cenário de críticas das instituições sobre o conhecimento e inclusive sobre as desigualdades de gênero, violências e discriminações, a autora contribuiu no Brasil para a análise crítica e de subsídios teóricos no processo de criação e aprimoramento sobre a Lei Maria da Penha e de políticas públicas para a equidade de gênero, a consolidação das Delegacias de Atendimento Especial às Mulheres e no fortalecimento das Casas Abrigo, portanto, aqui, sua obra irá tratar também sobre essas instituições e políticas, bem como as suas contribuições no Brasil².

Dentre as abordagens realizadas por Lourdes Maria Bandeira, este capítulo apresenta a perspectiva sobre a violência de gênero contra a mulher, e suas contribuições ao pensamento político brasileiro,

2 Recortes sobre a biografia da autora, encontra-se em informações apresentadas por Tânia Mara Campos de Almeida (UnB), disponível em: <https://sbsociologia.com.br/project/lourdes-maria-bandeira/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

com a construção de um campo de estudo, teórico e de investigação nas Ciências Sociais em relação especialmente, ao campo da sociologia política, além disso expõe uma compressão institucional diante das entidades atuantes nessa problemática, que foram fundamentais para o combate desse fenômeno social que é a violência de gênero. Enfatiza-se os grupos e movimentos políticos que se fizeram necessários para a influência política e sociológica nesse campo de estudo. Junto a essas indagações, comenta-se as implementações que impulsionam o Estado e a sociedade para o reconhecimento das problemáticas sociais e políticas nos tempos de abertura democrática, ademais, a perspectiva constitucional na criação de leis e políticas públicas.

Dado o exposto, busca-se dar visibilidade para os movimentos de mulheres e feministas, Organizações Não Governamentais (ONG) e grupos de combate na luta pela equidade de gênero e no combate à violência contra a mulher, ressaltando assim a abertura de um novo processo democrático e ampliado, que promova estudos que surgem sobre outros referenciais teóricos em relação ao pensamento feminista brasileiro. Esse objeto de investigação no campo sociológico impulsionou novas abordagens, para além dos muros acadêmicos e movimentos sociais que denunciavam constantemente essas atitudes de desigualdade e preconceito na sociedade, comprovando a necessidade de reivindicações de leis e instituições para o combate e atendimento especial, principalmente para as mulheres.

1.2 OS ESTUDOS E CAMPOS DE PESQUISA SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A construção teórica e de investigação são os dois principais eixos que a autora Bandeira apresenta no início do seu texto, espe-

cialmente no que tange à temática principal aqui referenciada. Esse campo de investigação busca compreender os vieses do contexto histórico-social, causas, consequências e prevenções, inclui ainda o enfoque atribuído pelas ciências sociais e estudos de gênero enquanto suas estruturas sociais, culturais e relações de poder. Sobre este último ponto, Bandeira enfatiza as desigualdades sociais e posteriormente, as relações hierárquicas, que começam desde o cenário crítico do universo familiar, a influência dessas relações sobre a divisão do trabalho dentro do lar, responsabilidades domésticas e a perspectiva dos papéis de gênero.

O campo teórico-metodológico é constituído por relevantes reivindicações do movimento feminista brasileiro e em outros países, compreendido como campo de investigação e linguístico narrativo, porque justamente acerca-se de metodologias, conceitos, contexto histórico-social e os referenciais teóricos como importantes para a compreensão de diferentes cenários a serem abordados. A emergência do fenômeno da violência de gênero impulsionou reivindicações que contribuiriam tanto nas esferas públicas quanto privadas, ao propor estratégias voltadas à análise, compreensão e intervenção.

No campo de estudo das ciências sociais brasileiras são apresentadas essas análises sobre a violência através de conceitos de controle social, poder e papel do Estado, visitando trabalhos mais específicos voltados à violência estatal-institucional que nesse seguimento expressa também a violência institucionalizada. Conforme Odalia (2004): “São os hábitos, os costumes, as leis, que a mascaram, que nos levam a suportá-la como uma condição inerente às relações humanas e uma condição a ser paga pelo homem, por viver em sociedade”.

A análise e compreensão em uma visão de noção comum sobre a violência contra a mulher mostrou-se com discursos evasivos, a exemplo do que diz sobre as diferenças entre homens e mulheres

serem puramente biológicas. Esses discursos e significados eram atribuídos à masculinidade e feminilidade. Sob um ângulo visualizado de forma mais profunda, o movimento feminista impulsionou estudos sobre comportamento, papéis sociais e de como a violência estava inserida nas questões biológicas entre homens e mulheres. Essa percepção e argumentos promoveram construções históricas e sociais, que devem ser determinadas unicamente por questões biológicas, mas incluindo os fatores sociais e culturais em diferentes épocas e cenários em que se perpetua a violência de gênero.

Nesse sentido, se entende a violência feminina observando-se como a questão perpassa de forma ativa ou passiva no meio social e no convívio com as mulheres. Bandeira (2014, p. 450) confirma isso: “tal violência ocorre motivada pelas expressões de desigualdades baseadas na condição de sexo, a qual começa no universo familiar”.

1.2.1 TIPOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

O texto de Bandeira (2014) faz despertar um interesse por buscar de forma mais específica o significado de violência de gênero, porque a autora mostra ao leitor os tipos de violência que mais atingem mulheres no Brasil, ressaltando que são praticadas de maneiras distintas, às vezes desconhecidas, pois em diferentes cenários essa violência pode ser uma atitude passiva, não sendo identificada previamente. Dessa forma, a criação de leis, como a Lei Maria da Penha, torna a violência evidenciada e pune quem comete, não permitindo que se tornem questões isoladas.

Na Figura 1 são apresentados os tipos de violência mais comuns e previstos na Lei Maria da Penha, como a física, psicológica, moral, sexual e patrimonial – Capítulo II, art. 7º, incisos I, II, III, IV e V.

Figura 1 - Informativo dos tipos de violência contra a mulher



Fonte: Acervo do Instituto Maria da Penha (IMP)³.

Buscando melhor compreender esse quadro, a revisão de bibliografia incluiu a obra da Coleção Primeiros Passos, intitulada *Violência contra a mulher*, que assim descreve, usando um sentido mais geral:

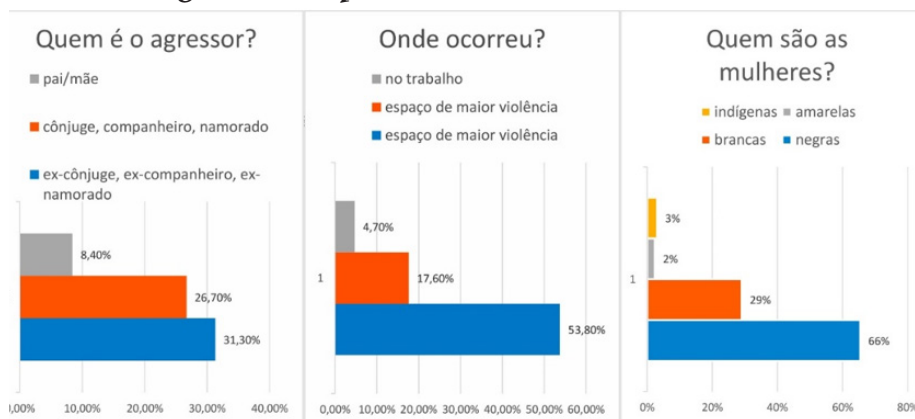
Violência, em seu significado mais frequente, quer dizer uso da força física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não está com vontade; é constranger, é tolher a liberdade, é incomodar, é impedir a outra pessoa de manifestar seu desejo e sua vontade, sob pena de viver gravemente ameaçada ou até mesmo ser espancada, lesionada ou morta. É um meio de coagir, de submeter outrem ao seu domínio, é uma violação dos direitos essenciais do ser humano (Almeida; Melo, 2017, p. 8).

Ainda que especificamente alguns tipos de violência são mais destacados e variáveis em alguns estados do Brasil, conforme o Mapa da Violência de Gênero no Brasil, somente em 2017, o Sistema de Informações Agravos de Notificação recebeu 26.835 registros de estupro em todos o país, o que equivale a 73 estupros registrados a cada dia daquele ano. Destes, 89% tiveram mulheres como vítimas,

³ Tabela produzida pela autora, com base nos dados divulgados pelo Instituto Maria da Penha (IMP). Disponível em <https://www.institutomariadapenha.org.br>. Acesso em: 23 nov. 2024.

com o maior percentual no Acre (99%) e o menor em São Paulo e Rio Grande do Sul (86%). Por outro lado, conforme Bandeira retrata, tal violência que ocorre motivada pelas expressões de desigualdades baseadas na condição de sexo, a qual começa no universo familiar, como na Figura 2, que reforça de onde parte esses casos.

Figura 2 – Mapa da violência contra a mulher



Fonte: Acervo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023).

A violência contra a mulher também é uma problemática em termos de exploração, assédios moral e sexual, elementos importantes para explicar a desigualdade, e que se tornam visíveis pela divisão sexual do trabalho. Nota-se que historicamente, é imposto à mulher o trabalho de cuidar, como uma forma de restringi-la a atuar em cenários específicos e pré-determinados, impossibilitando-a de assumir outros trabalhos, considerados unicamente para serem feitos pelo homem. Entre os principais trabalhos de cuidado impostos à mulher encontra-se a responsabilidade pela educação dos filhos, o cuidado com os idosos e família como um todo, da limpeza doméstica etc.

A remuneração pelo trabalho doméstico é um dos exemplos da precarização, mediante os baixos salários, tendo como parâmetro o valor do salário mínimo. Segundo Machado (apud Cuenca, 2019), o

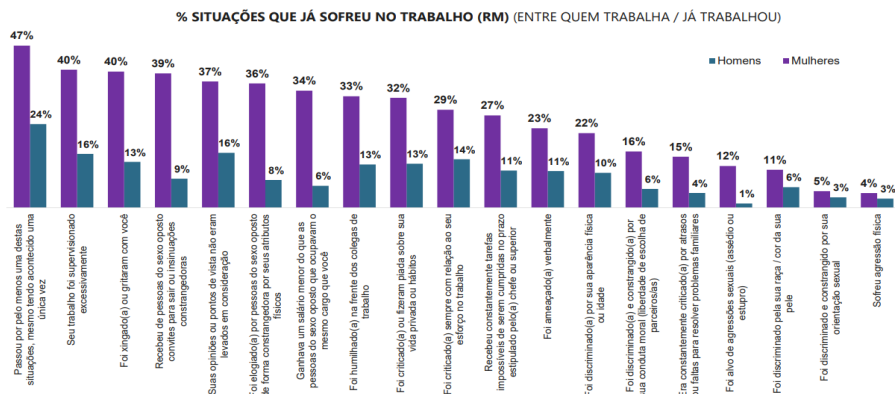
salário mínimo tem seu cálculo com base naquilo que é necessário comprar para o trabalhador viver, uma definição pelo cunho comercial. No tocante ao trabalho doméstico realizado majoritariamente pelas mulheres, a ele é adicionado o trabalho em sua própria residência, gerando sobre elas o impacto de jornadas duplas e triplas, com menores remunerações. Porém, na maioria dos casos, ao homem se atribui menores jornadas.

Portanto, no contexto destacado anteriormente, sobre a divisão sexual do trabalho, são atribuídos unicamente à mulher os cuidados domésticos e adicionais nessa mesma função, inclusive como responsáveis pela reprodução da vida. Paralelamente a isso, o sistema patriarcal e capitalista a obriga diretamente e indiretamente (isto porque essa exploração no ambiente de trabalho muitas vezes não é identificada) a vender sua força de trabalho, mantendo o trabalho de cuidado e exploração ativos no processo social das mulheres, quando as exclui de uma remuneração mais adequada.

Afora as questões de desvalorização do serviço feminino mencionadas, a trabalhadora é contratada apenas para uma tarefa, limpeza da casa, porém, não demora muito tempo para lhe serem adicionadas as tarefas como babá, fazendo com que a mesma passe a desempenhar diversas atividades ao mesmo tempo. Isso é considerado por muitos um peso “naturalmente” imposto, surgindo assim o contrato apenas por “palavra”, o que viabiliza as demissões e baixos salários nessa categoria. Vale concluir que essa exploração é mais uma forma de violência, assim como tantas outras muito comuns no mercado de trabalho.

Abrangendo outras formas de violência no trabalho, a figura 3 demonstra principalmente a violência moral, bastante recorrente na vida das mulheres.

Figura 3 – Situações de violência moral sofridas no trabalho



Laudes Foundation

LOCUMOTIVA INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO

Fonte: Acervo do Instituto Patrícia Galvão (2020).

Conforme os dados das primeiras colunas da figura 3, observa-se uma disparidade de gênero nas manifestações de comportamento violento, assim, há maior incidência de casos reportados entre mulheres em comparação aos homens, dessa forma, situações de violência moral no ambiente de trabalho são mais persistentes entre mulheres, pois 47% afirmam ter sofrido intimidação por supervisão constante; 40% relatam xingamentos e gritos, 39% afirmam situações constrangedoras, e 34% informam ter salário menor do que o valor percebido pelo sexo oposto, mesmo que ocupem o mesmo cargo. Segundo Almeida e Melo (2017) “São comportamentos abusivos por meio de gestos, palavras e atitudes, que ameaçam a integridade física ou psíquica da pessoa, degradando o ambiente de trabalho”.

A exploração é uma forma de violência persistente e cabe dar ênfase sobre os direitos trabalhistas das mulheres, constantemente violados. Mesmo com a conquista do direito ao voto, graças ao movimento das sufragistas no início do século XIX, as mulheres ainda são pouco representadas nos espaços de poder político, no executivo, legislativo ou judiciário. Reflete-se assim sobre as situações de de-

sigualdade no trabalho, baixos salários e dificuldades maiores para estarem nos espaços de chefia, além disso, inclui-se outras violências caracterizadas nesse mesmo sentido, como a violência patrimonial, em um sinal de que a ideologia patriarcal impede o pleno desenvolvimento das mulheres, discriminando-as de diferentes maneiras.

1.3 DIREITOS E CONQUISTAS DO MOVIMENTO FEMINISTA BRASILEIRO

Bandeira (2014) apresenta o contexto a partir da pesquisa intitulada “A experiência pioneira da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (Deam)”, compreendendo os organismos e instituições de políticas públicas como aliados nas lutas do movimento feminista, pela implementação e avanço do Estado em aprofundar mecanismos de combate à violência contra a mulher. Destaca-se assim, a criação das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher, sendo a primeira delas instalada no estado de São Paulo em 1985. Esse Estado, pelo seu contexto político, favoreceu a ascensão do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Segundo Medeiros (2012), esse partido foi vitorioso nas eleições de 1982 para o executivo Estadual, trazendo consigo a influência da reivindicação vinda do movimento feminista para o enfrentamento da violência. Durante esse processo, o partido incorporou militantes feministas, o que culminou na instituição, em 1983, do Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF), iniciativa que representou a promoção da igualdade de gênero e a busca por políticas inclusivas para as mulheres.

Posteriormente, essas implementações impulsionaram visivelmente, o Estado e a sociedade ao reconhecimento das problemáticas sociais e políticas, dando maior visibilidade aos movimentos de mulheres e feministas na luta pela equidade de gênero, ressaltando a

abertura de um processo democrático e ampliado, pois, no caso das instituições parceiras, o enfrentamento da situação prevê como resultado significativo a institucionalização dessas delegacias (Deam). Segundo Bandeira (2008), “não apenas pela importância que assumiu para as mulheres, sobretudo, àquelas com menores recursos socioeconômicos, com acesso restrito ao sistema policial”.

Os desafios encontrados durante o processo de implementação dessas políticas de atenção à mulher são destacados atualmente pelas instituições que imprescindivelmente, deveriam oferecer acolhimento humanitário às vítimas. É importante compreender que essas delegacias devem ser compostas por delegadas e agentes policiais mulheres, capacitadas para tratar das questões, especificidades e denúncias de maneira geral, sobre a violência ocorrida, portanto, a compreensão dos contextos sociais em que a agressão ocorre nesses casos, são essenciais; a criação de delegacias especializadas justifica-se pela necessidade de um atendimento especial, e quando não ocorre, pode levar as mulheres agredidas ao constrangimento, humilhações e revitimização, negando-se à mesma o registro do boletim de ocorrência e as possíveis novas denúncias.

Bandeira (2014) destaca sobre as problemáticas citadas no âmbito da capacitação e sensibilização de recursos humanos, que ainda possuem representações patriarcais sobre a mulher. A mesma destaca a falta de equipamentos adequados, o que compromete significativamente a eficácia e demais esforços colaborativos para um enfrentamento integral e efetivo da violência de gênero, portanto, a persistência de desigualdades de gênero é ainda mais perceptível.

Conforme o levantamento de dados pelo Núcleo de Gênero Pró-Mulher, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) que, entre julho e dezembro de 2010, policiais se recusaram a registrar ocorrências de violência doméstica ao menos 43 vezes. Ao todo, foram 157 reclamações dessa natureza. Omissão e falta de providências após o registro da

violência ocupam o segundo lugar no volume das queixas. Há também casos não registrados devido ao agressor ser ou conhecer o grupo policial (Bandeira, 2014, p. 6).

Delegacias Especializadas para atenderem mulheres tornaram-se objeto de estudo e observação pelas pesquisadoras, estudiosas e feministas brasileiras, assim como outras instituições, como por exemplo, as Organizações Não Governamentais (ONGs), grupos de combate e Casas de Abrigo, todas elas criadas nos anos 1990, com o intuito de promover políticas públicas de segurança e propagar informações sobre a temática, mas principalmente para o resgate seguro da vítima de agressão e risco de vida. Nesse aspecto, cita-se a Casa de Abrigo Viva Mulher Cora Coralina⁴, localizada no Rio de Janeiro. As vítimas de agressão chegam às delegacias e, posteriormente são transferidas para essa Casa, mediante encaminhamento do Plantão do Tribunal de Justiça ou de outras instituições que fazem parte da rede de enfrentamento da violência contra a mulher.

O movimento feminista promove a mudança de paradigma na compreensão das questões que envolvem os direitos individuais e coletivos das mulheres que são violadas. Não se trata mais de simplesmente considerar o crime como uma quebra das expectativas sociais, mas de garantir que a justiça e o apoio humanitário às vítimas sejam mais eficazes, portanto, a proteção dos direitos da pessoa agredida é central. O movimento redefiniu a visão dos ataques, para assimilar todas as formas de violação das normas e costumes sociais. Conforme Bandeira (2005), retirou-o da esfera da vida privada e familiar, legitimando-o como problema político e de saúde pública, envolvendo os direitos humanos das mulheres.

4 Reportagem exibida no Fantástico, informações retiradas da matéria do G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/08/abrigo-sigiloso-no-rio-e-destino-de-mulheres-que-temem-morrer-vitimas-de-violencia-domestica.ghtml>. Acesso em: 3 jan. 2024.

1.4 A LEI, CONTEXTO HISTÓRICO E DESAFIOS

Nesta seção serão abordados alguns cenários cruciais para a compreensão da violência de gênero, incluindo nestes, o contexto histórico e desafios da Lei Maria Penha. Sancionada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, representou um grande marco na luta contra a violência de gênero, e impulsionou a prevenção, punição e tentativa de erradicação da violência contra as mulheres, conforme a Constituição. A efetivação e conscientização contida na lei prevê nas disposições gerais, desde o combate à violência doméstica e familiar até as mais diversas formas de atendimentos humanitários e especial, seja pelas autoridades competentes, procedimentos e medidas punitivas (Brasil, 1988) para assim serem integradas no combate à essa problemática social grave e recorrente. A lei se tornou fundamental diante de desafios enfrentados inicialmente no meio jurídico, e apresentou transformações sociais e culturais impulsionadas especialmente pela luta dos movimentos feministas no Brasil.

A lei foi criada em homenagem à Maria da Penha, uma biofarmacêutica cearense que sofreu duas tentativas de homicídio pelo marido e ficou paraplégica, sendo a primeira uma tentativa de assassinato, e a última quando o agressor tentou eletrocutá-la. Diante do cenário de denúncia, Maria da Penha encontrou muitas mulheres que enfrentaram casos de violência em que se constituía a falta de apoio principalmente por parte da justiça brasileira, considerando a atuação de uma problemática encontrada nos Juizados Especiais Criminais (Jecrims), que possuíam a capacidade de julgar os crimes envolvendo violência contra mulher, classificando-os como “crime de menor potencial ofensivo”, porque partia-se do pressuposto de que as dimensões históricas de tais crimes não precisavam ser analisadas,

e que a especificidade dos acontecimentos, especialmente, segundo Hermann (2004), os conflitos conjugais, aplicados de acordo com tal lei, não eram analisados em sua dimensão sociológica e cultural.

Enquadrados assim os crimes de violência contra a mulher, “em menor potencial ofensivo”, tornava-se mínima a atenção voltada à vítima, enquanto o agressor esperava em liberdade as consequências do processo judicial, e a mulher aguardava julgamento, potencializando demais violências possíveis de serem realizadas nesse período de tempo. Mesmo sendo classificado como um crime de menor potencial, a violência contra a mulher propagava-se durante muitas épocas. Esse conceito ao mesmo tempo diminuía a importância sobre o caso, desconsiderava as relações de poder inerentes aos contextos sociais. A legislação brasileira propagava como seu próprio desafio o de compreender os fatores sociais destacados anteriormente, e deveria ser capaz de categorizar corretamente uma violência que nas suas diversas formas, deslocou-se durante anos nas vidas de diversas mulheres com a justificativa de pseudo-hierarquias, naturalmente machistas e inquestionáveis, ou seja, uma violência cultural.

O sistema de justiça brasileiro é marcado por contradições na efetivação das leis, agravando o contexto de crescimento dos casos de violência de gênero. O Brasil, figura entre os países com maiores índices desse tipo de violência, portanto, se distancia progressivamente do cumprimento do 5º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU: acabar com todas as formas de discriminação contra mulheres e meninas. Mas, no segundo semestre de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) deu um passo positivo a favor das reivindicações feministas ao declarar, por unanimidade, a inconstitucionalidade da tese da “legítima defesa da honra” em casos de feminicídio ou agressões contra mulheres. Tal tese, historicamente utilizada para justificar o comportamento do agressor sob o argumento de que a vítima teria ferido sua honra, foi oficialmente

rejeitada, marcando um avanço importante na proteção dos direitos das mulheres.

Ademais, outras violências invisíveis ocorrem e se fazem constantes, que não são notificados, pela falta de informação e conhecimento. Segundo Romeiro (2009) “A inclusão dos casos de agressão não inscritos nos corpos, como violência psicológica e moral, é que deu margem para a elaboração assertiva da Lei Maria da Penha”, dessa forma os pilares da lei revelam-se no processo de estruturação das causas mais e menos frequentes, dos casos de violência, sendo psicológica, moral e obstétrica. Esta última violência atinge mulheres durante a gestação, e caracteriza-se por violência física, verbal e sexual, atingindo seu corpo e os seus processos reprodutivos, desde os procedimentos feito pelo profissional até afetar as condições e qualidade de vida da mulher. A socióloga, antropóloga e estudiosa da violência urbana Maria Cecília Minayo, destaca a realidade desses casos:

Estudos mostram que 35% das queixas das mulheres aos serviços de saúde estão associadas à violência. No entanto, nem as forças policiais e nem os serviços de saúde estão suficientemente preparados para dar respostas. Os primeiros costumam achar que a violência contra a mulher é um problema menor e de pouca importância. E nos serviços de saúde, há pouca escuta dos médicos e outros profissionais. Eles costumam estar atentos e a tratar apenas os sinais e sintomas, sem fazer associação deles com as fontes das lesões, traumas, sofrimento psíquico e distúrbios psicológicos (Cebes, 2013).

Diante do exposto, as contribuições do movimento feminista brasileiro concretizam-se no fato de que representantes da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) impulsionaram a criação da Lei Maria da Penha, através de reivindicações e do apoio ao movimento feminista, quando redefiniu estratégias que orientam suas ações no apoio às mulheres que sofrem violência, incluindo no debate as questões de gênero, que são tratadas em segundo plano pelas representações sociais patriarcais, ou seja, a abordagem da saúde da

mulher está interrompida nas concepções tradicionais e conservadoras, além disso, ficam ligadas a ideias biológicas e à esfera da reprodução social. Estudiosos acrescentam a esse respeito:

O movimento feminista denuncia a manipulação do corpo da mulher e a violência a que é submetida, tanto aquela que se atualiza na agressão física – espancamentos, estupros, assassinatos – quanto a que o coisifica enquanto objeto de consumo. Denuncia da mesma forma a violência simbólica que faz de seu sexo um objeto desvalorizado (Alves; Pitanguy, 2017, p. 43-44).

1.5 PERSISTÊNCIA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

No decorrer do desenvolvimento deste estudo, foi possível apresentar o debate sobre as dificuldades acerca da violência de gênero contra a mulher, entendendo-a como um fenômeno social e persistente, como resultado de uma violência cultural e patriarcal, e também identifica em sua raiz, problemáticas dessa violência desde a esfera familiar. No contexto da persistência da violência contra a mulher, observa-se a existência de diversos obstáculos que permeiam o ciclo social de muitas mulheres. Um exemplo claro está relacionado à aplicação da Lei Maria da Penha. Quando uma mulher decide denunciar uma situação de violência, ela espera encontrar um atendimento adequado, com agentes e profissionais devidamente preparados nas instituições especializadas.

Nesse cenário, o conhecimento da própria lei, o preparo técnico e o apoio humanitário são essenciais para garantir que essa mulher se sinta acolhida e segura. No entanto, diversas dificuldades podem surgir durante esse processo, como o medo, a possibilidade de represálias e as formas de violência psicológica, que não apenas

afetam emocionalmente a vítima, mas também dificultam a tomada de decisão e a continuidade da denúncia.

O boletim Jusbrasil (2013) considera que: “Quando uma mulher denuncia que foi agredida, ela tem que ser encaminhada ao sistema de saúde, ao Instituto Médico Legal (IML), ao Ministério Público”, porém, a mulher enfrenta uma série de processos de investigação, o que, por sua vez, insere-se num cenário de dificuldades, pois são escassos os recursos e equipamentos nas instituições, ou ainda, esse mesmo processo não recebe a devida atenção e sensibilização pelos agentes.

Conforme pesquisa de opinião, em um total de amostras coletadas de 1.200 entrevistados, realizada pelo Instituto Patrícia Galvão (2022): 7 em cada 10 entrevistados afirmam que muitos policiais não acreditam na seriedade das denúncias de violência doméstica, e que a justiça trata esse tipo de violência como um assunto pouco importante⁵.

Outras problemáticas relacionadas à implementação da tese de legítima defesa da honra podem justificar a persistência da violência de gênero; é um processo que centraliza os corpos como um objeto de uso político e controle social. Nesse aspecto, tem-se o exemplo da religião e poder familiar em países islâmicos, pois ali uma grande parcela de parentes ou pessoas da própria família são responsáveis pelos crimes de violência, mas isso é para justificar uma espécie de reconstrução das relações da família de origem da mulher. Por outro lado, em países da América Latina vê-se a violência partindo dos parceiros, maridos ou companheiros.

5 Disponível em: https://assets-institucional-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2022/11/2022_InstitutoPatriciGalvao_Ipec_PesquisaRedesdepoioeSaidasInstitucionaisparaMulheresemViolenciDomestica.pdf. Acesso em: 12 jan. 2024.

Diante do exposto, revela-se como essas questões são difíceis de identificar e combater, além de estarem visivelmente implementadas em forma de tese pelo estado de direito, “encobertas” por justificativas provenientes das raízes patriarcais e, infelizmente, reproduzidas como um ciclo constituído no seio familiar. A hegemonia masculina estabelece uma hierarquia de gênero sustentada por uma estrutura de poder familiar que historicamente, posiciona a mulher como inferior na sociedade. Essa lógica contribui para o seu silenciamento, especialmente no âmbito doméstico. Em outros contextos, observa-se também a exclusão significativa das mulheres no exercício do voto e na participação em políticas públicas, revelando um padrão persistente de marginalização, resultado esse destacado por Bandeira:

Pela abundância de atos recorrentes de violência, percebe-se que a ordem tradicional se ressignifica permanentemente, remodelando os padrões e os valores sexistas, porém, não os elimina. Logo, não há ruptura significativa nas estruturas antigas, as que ordenam e regem as hierarquias e os papéis femininos e masculinos na esfera familiar. Isto é, as concepções dominantes de feminilidade e masculinidade ainda se organizam a partir de disputas simbólicas e materiais, que operam no interior dos espaços domésticos e que, por conseguinte, acabam por se projetar a outras searas, sendo processadas em outros espaços institucionais (Bandeira, 2014, p. 9).

Percebe-se que a maioria dos agressores saem impunes, enquanto as vítimas são direcionadas e isoladas em casas de abrigo, não sendo a elas permitido o contato com familiares ou amigos, pois usam de sigilo para proteção das mesmas, já que o agressor permanece solto. Não são casos isolados, pois refletem uma posição de dominação simbólica masculina, que resultam na discriminação da mulher em qualquer esfera social. Independentemente da agressão cometida, seja moral ou cultural, enfatiza-se posições normatizadoras, como os muitos casos de assédio moral ocorridos em via pública

ou nas redes sociais, fruto inicialmente de um discurso normalizador e de ódio.

Medidas precisam ser adotadas para a prevenção e combate da violência contra a mulher, e no âmbito educacional, cita-se a seleção do tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2015: “Persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”. Usou-se a oportunidade da prova para conscientizar estudantes e trabalhadores sobre a discussão e a visão crítica de um fenômeno persistente que cotidianamente interfere de diversas formas, na vida de muitas mulheres, destacando e dando visibilidade a um problema social, caracterizando a educação como engajada e contextualizada.

A pesquisa de opinião realizada pelo Instituto Patrícia Galvão (2022, citada) que 97% dos entrevistados afirmam que, para as medidas avaliativas adotadas a fim de evitar que os casos de violência doméstica contra a mulher continuem acontecendo no Brasil, é necessário promover campanhas para estimular a denúncia. Ademais, 96% consideram a promoção de campanhas e debates em escolas como uma boa forma de educar meninos e meninas para a relação de igualdade e respeito.

É necessário diante do cenário da violência de gênero no Brasil, tornar evidente que o enfrentamento desse fenômeno social exige mais do que avanços legais, pois requer uma transformação estrutural e cultural. É imprescindível o fortalecimento de políticas públicas integradas que envolvam educação como base e enfoque a importância da igualdade de gênero, a ampliação do acesso à justiça para as mulheres em situação de violência e vulnerabilidade social, bem como, o investimento em serviços de acolhimento e proteção.

Além disso, é necessário promover a formação contínua de profissionais da segurança, saúde e do sistema judiciário para que estejam preparados para atuar de forma sensível e eficaz junto a esses

casos, independentemente da violência exercida sobre a vítima, mas que ela receba suporte integral durante todo o acompanhamento, desde a denúncia até a chegada do processo em suas respectivas instituições.

A superação da violência de gênero passa necessariamente pela desconstrução da hegemonia patriarcal e pela construção de uma sociedade comprometida com a equidade, o respeito e a dignidade das mulheres em todas as suas esferas sociais.

1.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo contribuiu com a proposta da disciplina de Pensamento Político no Brasil, do 6º período do Curso de Ciências Sociais da Ufac. Apresentou a perspectiva acerca de uma das principais autoras brasileiras, Lourdes Maria Bandeira, sobre o tema violência de gênero.

Essa autora construiu um campo conceitual e teórico de investigação, que pode ser apreciado em seu livro *Pensamento feminista brasileiro: pensadoras e produções teóricas*. Lourdes Maria Bandeira engajou-se nas pesquisas e debates sobre as questões relacionadas à desigualdade de gênero, feminismo e políticas públicas, com foco especial na violência contra as mulheres. Sua atuação se faz presente tanto no ambiente acadêmico quanto na esfera política, onde teve papel fundamental na elaboração da Lei do Feminicídio e no fortalecimento de instituições para o atendimento especial e de proteção às mulheres vítimas de violência. Com isso foi possível apresentar uma conceituação teórica e de investigação próprias das ciências sociais.

No meio institucional, os direitos e conquistas do movimento feminista brasileiro foram essenciais para a visibilidade e luta pela equidade de gênero e no combate da violência contra a mulher, atra-

vés da implementação de leis e investimento, contrariando assim um estado de cultura patriarcal, pelo qual a violência de gênero torna-se persistente. Diante do esforço de um processo democrático é que grupos políticos de mulheres e feministas passam a ter apoio da justiça brasileira, como por exemplo, a institucionalização das Deam e da lei Maria da Penha.

Este capítulo pretendeu contribuir para dar maior visibilidade e atualizar a centralidade da temática da violência de gênero contra mulher, e a produção de estudos científicos e debates afins a essa problemática social. Além disso, mostrou os impactos, desafios e dificuldades no combate ao fenômeno da violência. Identificou os tipos de violências e sua persistência no meio social.

Percebe-se que as perspectivas, o conhecimento e o debate sobre as causas do movimento feminista brasileiro foram determinantes para a elaboração desta módica contribuição científica, como também serve para compreender melhor a realidade social, desigual e violenta enfrentadas por muitas mulheres

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, Brasília: UnB, v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014.

BANDEIRA, Lourdes. **Memorial**. Brasília: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), 2005. Mimeografado.

BANDEIRA, Lourdes; ALMEIDA, Tânia M. C. Desafios das políticas e ações em saúde diante da violência contra as mulheres. **SER Social**, Brasília, v. 10, n. 22, 2008, p. 183-212.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 8 de Set 2025.

CEBES. Centro Brasileiro de Estudos de Saúde. Cecília Minayo: A violência contra a mulher é infinitamente maior que a registrada no cotidiano. **Cebes**, Rio de Janeiro, 25 jan. 2013. Disponível em <https://cebes.org.br/cecilia-minayo-a-violencia-contr-a-mulher-e-infinitamente-maior-que-a-registrada-no-cotidiano/1233/>. Acesso em: 22 jan. 2024.

CUENCA, Noelia. Feminismo. Entrevista a la economista comunista chilena Marina Machado: La explotación de las mujeres posibilita los bajos salarios de toda la clase trabajadora. **Resumen Latinoamericano**, 5 jul. 2019. Disponível em: <https://www.resumenlatinoamericano.org/2019/07/05/feminismo-entrevista-a-la-economista-comunista-marina-machado-la-explotacion-de-las-mujeres-posibilita-los-bajos-salarios-de-toda-la-clase-trabajadora/>. Acesso em: 23 ago. 2024.

FÓRUM Brasileiro de Segurança Pública. Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil. 4. Ed. 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2024.

HERMANN, L. M. **Maria da Penha Lei com nome de mulher: violência doméstica e familiar, considerações à Lei nº 11.340/2006, comentado artigo por artigo**. Campinas, São Paulo: Servanda, 2012.

INSTITUTO Patrícia Galvão Dados & Fontes. **Percepções sobre a violência e o assédio contra mulheres no trabalho**. 2020. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/percepcoes-sobre-a-violencia-e-o-assedio-contr-a-mulheres-no-trabalho-instituto-patricia-galvao-locomotiva-2020/>. Acesso em: 30 jan. 2024.

JUSBRAZIL. Lei Maria da Penha enfrenta dificuldades para ser cumprida integralmente. **Jusbrasil**, Salvador, 26 ago.

2013. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/lei-maria-da-penha-enfrenta-dificuldades-para-ser-cumprida-integralmente/100663364>. Acesso em: 12 jan. 2024.

MEDEIROS, Luciene. **Deam**: uma invenção do movimento de mulheres e feministas no contexto da redemocratização Brasileira. Rio de Janeiro: PUC, 2012.

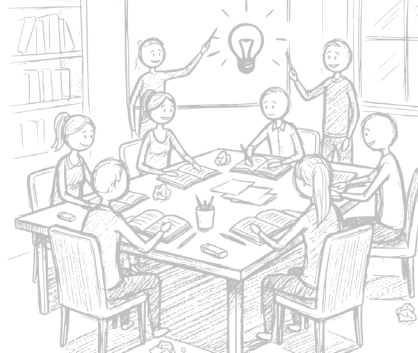
NOGUEIRA, Claudia Mazzie. **A feminização no mundo do trabalho**: entre a emancipação e a precarização. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

ODALIA, Nilo. **O que é violência**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ROMEIRO, Julieta. A Lei Maria da Penha e os desafios da institucionalização da “violência conjugal” no Brasil. **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro, v. 7, p. 49-74, 2009.

TELES, Maria Amélia de Almeida; DE MELO, Mônica. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

02



Liberdade incompleta:

Joaquim Nabuco e as consequências da abolição no Brasil, e a teoria das elites, de Jessé Souza

Kelvyson de Souza Sage¹

2.1 INTRODUÇÃO

O pensamento político de Joaquim Nabuco em conjunto com a teoria das elites, de Jessé de Souza é o objeto do presente capítulo, pois oferece uma crítica contundente ao papel das elites na manutenção da desigualdade no Brasil, destacando a permanência dessas estruturas no contexto contemporâneo. Para isso, examina-se em primeiro lugar, o pensamento de Joaquim Nabuco e como suas reflexões sobre a escravidão e as elites agrárias revelam um padrão histórico de concentração de poder e exclusão social.

A escravidão no Brasil, sustentada pelas elites desde o período colonial até o Império, foi uma instituição vil e imoral que não ape-

¹ Kelvyson de Souza Sage é discente do Bacharelado de Ciências Sociais da Ufac. E-mail: kelvyson678rt@gmail.com; kelvyson.sage@sou.ufac.br.

nas submeteu os negros escravizados à violência física e moral, mas também estruturou desigualdades persistentes.

Joaquim Nabuco denunciou esse sistema, argumentando que sua herança se perpetuaria mesmo após a abolição. De fato, as estruturas econômicas e políticas permaneceram sob o controle das mesmas elites que lucraram com a escravidão. Segundo Nabuco (2014), trata-se da escravidão nivelava, degradando todas as classes sociais e a vida material e moral da nação.

Souza (2017), por sua vez, em sua obra intitulada *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*, argumenta que as elites brasileiras mantêm privilégios históricos, resultando em uma sociedade que é continuidade da estrutura escravocrata de mais de 500 anos atrás. A análise das ideias de Nabuco e Souza evidencia a continuidade desse processo, apontando que as elites brasileiras historicamente, atuam para preservar seus privilégios, limitando as oportunidades de mobilidade social.

Esses autores permitem compreender como as desigualdades estruturais do Brasil foram moldadas historicamente, e perceber em que ainda impacta as relações sociais e políticas contemporâneas. Ao contrário de outros contextos, como nos Estados Unidos, onde, apesar das desigualdades e de uma reforma agrária com controvérsias em relação aos nativos americanos, houve investimentos estratégicos, como a interligação das regiões por meio de ferrovias, impulsionando a industrialização e o comércio, no Brasil, as elites optaram por um modelo econômico baseado na monocultura e na exploração da mão de obra.

Essas elites trabalham para a manutenção de um *status quo* de dominação das massas, utilizando-se de ideologias, desinformação, coerção política e econômica. Citando como exemplo, durante a segunda metade século XIX, as elites resistiram às pressões pelo fim da

escravidão, prolongando debates entre a Coroa e os liberais contra os conservadores que, em sua maioria, eram grandes proprietários de terra e escravos. Quando, enfim, a abolição foi decretada pela Princesa Isabel em 1888, os latifundiários rapidamente se aliaram aos militares republicanos-positivistas, apoiando o golpe que resultou na Proclamação da República no ano seguinte.

O problema central a ser discutido é o modo como essas elites retardaram e continuam a dificultar o desenvolvimento social e econômico do país. A herança escravista deixada pelos grandes barões do café e outros setores da monocultura e mineração perpetuou a manutenção de estruturas excludentes, reforçando a desigualdade social e consolidando um racismo estrutural que persiste até os dias atuais. A integração do Brasil ao capitalismo global apenas amplificou essas disparidades, perpetuando um cenário em que o acesso a direitos e oportunidades segue restrito a uma parcela reduzida da população.

Para que o Brasil se torne, de fato, um país democrático e igualitário, é essencial compreender o papel das elites na manutenção dessas desigualdades. Este estudo, portanto, busca contribuir para esse debate, articulando a análise do pensamento de Joaquim Nabuco e um pouco de sua pessoa com a discussão contemporânea sobre desigualdade e estratificação social no Brasil, presente em autores como Jessé Souza.

2.2 A FORMAÇÃO DE JOAQUIM NABUCO: INFLUÊNCIAS POLÍTICAS E EXPERIÊNCIAS PESSOAIS

Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo nasceu no dia 19 de agosto de 1849, em Recife, na província de Pernambuco, vindo de

uma família da elite com um histórico importante na política brasileira. O seu avô, bem como o seu pai, José Nabuco de Araújo Filho, foram figuras importantes na política brasileira. Seu pai, especificamente, exerceu cargos como presidente da província de São Paulo, deputado geral, ministro da justiça e senador pela Bahia entre 1857 e 1878. Casado com Ana Benigno de Sá Barreto, sobrinha de Francisco Pais Barreto, Visconde e Marquês do Recife, também era de família influente. É importante ressaltar que, durante o século XIX, no segundo reinado, a participação política dos cidadãos era bastante limitada: apenas pessoas ricas e proprietárias de terra, em sua maioria, conseguiam exercer cargos públicos. Esse contexto enaltece o fato de que Joaquim nasceu em uma posição muito privilegiada.

Aos 8 anos de idade, em 1857, no Rio de Janeiro, Joaquim foi matriculado no colégio do Barão de Tautphoeus em Nova Friburgo e, em 1860, foi matriculado no colégio interno Pedro II. Sempre com excelentes notas, concluiu o bacharelado de Letras em 1866, aos 16 anos. Logo depois, viajou para São Paulo, onde ingressou na faculdade de Direito, onde inclusive foi colega de turma de diversas figuras influentes da época, como Castro Alves, Rui Barbosa, Rodrigues Alves e Afonso Pena, dois destes, futuros presidentes da República.

Seus anos acadêmicos foram marcados pelas influências intelectuais e políticas na formação de Joaquim Nabuco. Em sua passagem pelo colégio e pela academia, destaca-se o impacto das ideias liberais herdadas de seu pai: “era natural que eu seguisse aos 15 e 16 anos a política de meu pai, mesmo porque essa devoção era acompanhada de um certo prazer, de uma satisfação de orgulho” (Nabuco, 2019, p. 34). O autor menciona como o liberalismo foi introduzido em sua mente desde cedo, moldando seu pensamento político. Ele também fala sobre a transição de seu pai do conservadorismo para o liberalismo, que teve um papel decisivo em sua educação política. Ainda na faculdade, Joaquim se tornou líder acadêmico e, juntamen-

te com seus colegas, fundou um jornal acadêmico intitulado *A Tribuna Liberal*. Nesse aspecto, ressalta Nabuco:

Eu sentia cair sobre mim um reflexo do nome paterno e elevava-me nesse raio: era um começo de ambição política que se insinuava em mim. A atmosfera que eu respirava em casa desenvolvia naturalmente as minhas primeiras fidelidades à causa liberal (Nabuco, 2019, p. 34).

Ainda em seus anos acadêmicos, houve autores que influenciaram profundamente o pensamento político de Joaquim Nabuco, como Walter Bagehot, autor de *A Constituição Inglesa*. O livro de Bagehot lhe ajudou a entender os processos da monarquia constitucional britânica e o significado simbólico de entidades como a Coroa e a Câmara Alta. Bagehot o fez apreciar tanto os “elementos imponentes” (que inspiram respeito) quanto os “elementos eficientes” (que asseguram a funcionalidade) de uma Constituição. Esses conceitos fortaleceram sua preferência pela monarquia parlamentar (Nabuco, 2019, p. 43).

Um livro sedutor e interessante – é a minha impressão da época – o *19 de janeiro*, de Émile Ollivier, tinha-me deixado nesse estado de hesitação e de indiferença entre as duas formas de governo, e a *France Nouvelle*, de Prévost-Paradol, que eu li com verdadeiro encanto, não conseguiu, apesar de todo o seu arrastamento, fixar a minha inclinação do lado da monarquia parlamentar. O que me decidi foi *A Constituição Inglesa* de Bagehot. Devo a esse pequeno volume, que hoje não será talvez lido por ninguém em nosso país, a minha fixação monárquica inalterável; tirei dele, transformando-a a meu modo, a ferramenta toda com que trabalhei em política, excluindo somente a obra da Abolição, cujo estoque de ideias teve para mim outra procedência (Nabuco, 2019, p. 36).

Em 1871, depois de completar sua formação acadêmica em Ciências Sociais e Jurídicas, concluiu seus estudos no Recife, para estar mais perto de seus amigos e parentes. Joaquim Nabuco inicia sua atividade política como colaborador do jornal *A Reforma*. Conforme

Nabuco (2019), naquele período, ele estava intensamente engajado no tema da forma de governo, mantendo-se ainda sob uma forte influência republicana. O ponto crucial é a mudança de Nabuco de um liberalismo mais radical para uma posição monárquica forte. Ele declara que, embora em 1871, pudesse almejar o “prêmio americano” (uma alusão ao republicanismo), em 1873 já estava completamente alinhado com o modelo britânico de monarquia constitucional, influenciado por Bagehot:

Não foi pequena aquisição esta que devi a Bagehot; sem ela, sem ter da monarquia parlamentar uma concepção que me fizesse aceitá-la como um aparelho mais sensível à opinião, mais rápido e mais delicado em apanhar-lhe as nuances fugitivas, guardando ao mesmo tempo inalterável a tradição de governo e a aspiração permanente do destino nacional, eu teria sido arrastado irresistivelmente para o movimento republicano que começava (Nabuco, 2019, p. 45).

Nabuco argumentava que a República não era apropriada para a nação brasileira, principalmente porque a escravidão permanecia como um problema fundamental e complicado. Ele compreendia a monarquia como uma estrutura capaz de assegurar estabilidade e promover reformas graduais. Nabuco também explica como suas preocupações políticas estavam fortemente ligadas ao movimento abolicionista. Ele já percebia a escravidão como um entrave ao avanço do país e argumentava que a libertação dos escravos deveria ter prioridade sobre assuntos partidários ou ideológicos.

Sobre a procedência que levou Joaquim a lutar pela causa abolicionista, é importante ressaltar a sua infância até os seus 8 anos de idade em Recife, no Cabo de Santo Agostinho, mais especificamente no engenho Massangana, antes de sua ida para o Rio de Janeiro, e sua formação acadêmica. Devido a razões políticas, Joaquim teve uma infância distante de seus pais. Eles tiveram que se mudar para a capital imperial, o Rio de Janeiro, pois José Nabuco pai, iria rece-

ber um assento na Câmara dos Deputados. Logo após o seu batismo, Joaquim Nabuco, com poucos meses de vida, foi entregue à sua madrinha, Dona Ana Rosa Falcão de Carvalho, uma mulher religiosa de fé católica, senhora do engenho de Massangana, que o criou como se fosse seu próprio filho e que foi de grande influência na formação do caráter de Joaquim Nabuco:

Os primeiros oito anos da vida foram assim, com certo sentido, os de minha formação instintiva, ou moral, definitiva... Passei esse período inicial, tão remoto, porém, mais presente do que qualquer outro, em um engenho de Pernambuco, minha província natal (Nabuco, 2019 p. 155).

Joaquim Nabuco viveu num ambiente de engenho, típico do Nordeste brasileiro. À época, com a questão econômica do ciclo do açúcar, os engenhos mantinham a exploração de negros escravizados e os maltratava constantemente, com violências, torturas e humilhações. No entanto, no engenho de Massangana, ao contrário, os escravizados eram bem tratados e não eram obrigados a trabalhar no sistema escravocrata. Isso fazia com que os escravizados de outros engenhos da região sonhassem em ser comprados pela benevolente dona Ana Rosa. Portanto, Joaquim cresceu convivendo com os negros e brincava com seus filhos no engenho.

A forte influência religiosa de dona Ana Rosa foi um fator marcante na vida de Joaquim, que expressava sua fé por meio de canções e preces. Joaquim teve contato com a escravidão desde cedo, porém, na realidade do cotidiano de sua infância, em que os escravizados não eram tratados como tal, não parecia a ele ser algo incomum. Isso demonstra como a escravidão era tão naturalizada no dia a dia e comum durante todo o período Imperial, mesmo com as singularidades do engenho de Massangana. No entanto, um episódio mudou sua consciência, que ele menciona e aqui se coloca em suas próprias palavras:

Eu estava uma tarde sentado no patamar da escada exterior da casa, quando vejo precipitar-se para mim um jovem negro desconhecido, de cerca de 18 anos, o qual se abraça aos meus pés suplicando-me, pelo amor de Deus, que o fizesse comprar por minha madrinha, para me servir. Ele vinha das vizinhanças, procurando mudar de senhor, porque o dele, dizia-me, o castigava, e ele tinha fugido com risco de vida... Foi este o traço inesperado que me descobriu a natureza da instituição, com a qual eu vivera até então familiarmente, sem suspeitar a dor que ela ocultava (Nabuco, 2019 p. 157).

A partir desse episódio marcante na vida de Joaquim Nabuco, pouco tempo depois, sua madrinha morreu, o que lhe causou um abalo profundo, assim como em todas as pessoas do engenho. Todos lamentavam a morte de sua senhora, preocupados com seu futuro, pois Joaquim não pôde herdar o engenho, que passaria a ser administrado por outra pessoa, alguém que não via os negros como seres humanos, mas como meras ferramentas. Além disso, devido à morte de Ana Rosa, seu pai, José Nabuco, pediu a um amigo que lhe levasse seu filho Joaquim de volta para o Rio de Janeiro. Esses eventos mudaram sua perspectiva da escravidão, até então familiar, quando Joaquim Nabuco passou a dedicar a sua vida à causa abolicionista e a ajudar de todas as formas possíveis, os negros escravizados.

No corredor, moradores, libertos, os escravos, ajoelhados, rezavam, choravam, lastimavam-se em gritos; era a consternação mais sincera que se pudesse ver, uma cena de naufrágio; todo esse pequeno mundo, tal qual se havia formado durante duas ou três gerações em torno daquele centro, não existia mais depois dela: seu último suspiro o tinha feito quebrar-se em pedaços. A mudança de senhor era o que havia mais terrível na escravidão, sobretudo se se devia passar do poder nominal de uma velha santa, que não era mais senão a enfermeira dos seus escravos, para as mãos de uma família até então estranha. E como para os escravos, para os rendeiros, os empregados, os pobres, toda a gens que ela sustentava, a que fazia a distribuição diária de rações, de socorros, de remédios... Eu também tinha que partir de Massangana, deixado por minha madrinha a outro herdeiro, seu sobrinho e vizinho;

a mim ela deixava um outro dos seus engenhos, que estava de fogo morto, isto é, sem escravos para o trabalhar... Ainda hoje vejo chegar, quase no dia seguinte à morte, os carros de bois do novo proprietário... Era a minha deposição... Eu tinha 8 anos (Nabuco, 2019, p. 160).

2.2.1 A LUTA ABOLICIONISTA: PRINCÍPIOS MORAIS E ECONÔMICOS

A infância de Joaquim Nabuco e sua vida em Massangana, segundo o próprio, foi a maior causa e motivação para a sua luta abolicionista. Aos 20 anos, ele se entregou às campanhas nessa seara e, em 1870, escreveu a obra *A escravidão*, muito por conta das diversas defesas de negros escravizados que realizou, em especial a de um escravizado que havia assassinado seu senhor, cuja pena era a morte. Joaquim Nabuco apresentou uma defesa brilhante, e conseguiu diminuir sua pena, livrando-o da pena de morte. Conforme Araújo (2016), inspirado na tradição do Direito Natural, Nabuco desafiou os fundamentos que legitimavam a posse humana, questionando a lógica que reduzia indivíduos à condição de objetos sob o controle de seus senhores. Ele argumentou que o homem escravizado não tinha culpa, pois a escravidão transforma pessoas em donas de outras, e como pessoas, têm direito à liberdade. Assim, aquele que foi explorado, agredido física e moralmente apenas “removeu um obstáculo”. Esses argumentos geraram escandalização na elite pernambucana, mas também colocaram Joaquim Nabuco como um advogado renomado.

Nabuco realizou diversas viagens pela Europa, estabelecendo contatos e vínculos entre diversas organizações abolicionistas. Também atuou como diplomata nos Estados Unidos e no Reino Unido. Tudo isso enriqueceu sua visão política e, após a morte de seu pai, José Nabuco, que o afetou profundamente, resolveu entrar para a po-

lítica. Mediante isso, foi eleito deputado pela província de Pernambuco, com a ajuda do Barão de Vila Bela. O lema de sua campanha era: “A grande questão para a democracia brasileira não é a monarquia, é a escravidão” (Pinto, [s.d.]). Enquanto era deputado, defendeu e discursou fervorosamente em todas as sessões a favor da abolição, juntamente com suas campanhas de propaganda e suas obras, em especial, o livro *O abolicionismo*, onde argumenta a urgência de se abolir a escravidão no Brasil. Nabuco argumentava que a abolição da escravidão não se devia apenas ao fato do Brasil cumprir as leis internacionais e os princípios civilizatórios de liberdade e independência do ser humano, mas também por princípios religiosos, filosóficos e morais, sustentados pela visão liberal de liberdade e independência do ser humano e, portanto, afirmava que um indivíduo não pode reivindicar o direito à propriedade de outro indivíduo, já que todos têm direitos como indivíduos:

O abolicionismo funda-se numa série de motivos políticos, econômicos, sociais e nacionais, da mais vasta esfera e do maior alcance. Nós não queremos acabar com a escravidão somente porque ela é ilegítima em face do progresso. Das ideias morais de cooperação e solidariedade; porque é ilegal em face da nossa legislação do período do tráfico; porque é uma violação da fé pública, expressa em tratados como a convenção de 1826, em leis como a de 7 de novembro, em empenhos solenes como a carta de Martim Francisco, a iniciativa do Conde D’Eu no Paraguai e as promessas dos estadistas responsáveis pela marcha dos negócios públicos (Nabuco; Lemos, 2014, p. 97).

Como se pode observar, a escravidão já representava um vexame para a humanidade e para as leis internacionais do século XIX. Mesmo assim, o Estado brasileiro, representado em sua maior parte, pelas elites cafeicultoras e escravocratas do Império, condenou vergonhosamente o país a ser a última nação das Américas a abolir a escravidão.

É importante denotar alguns dos argumentos de Joaquim Nabuco, em vista do paralelo que será realizado em relação ao período contemporâneo. Para isso, é importante também se aprofundar um pouco mais em sua luta abolicionista. Em relação às elites, por ora, se esclarece o pensamento político de Joaquim Nabuco acerca da abolição.

Para Joaquim Nabuco, a escravidão não era somente uma questão moral, como é comum se pensar em relação a sua posição, mas também se tratava de um atraso, de um empecilho ao progresso e modernização do Brasil. A instituição da escravidão é uma herança que manteve o país acorrentado a práticas retrógradas, incongruentes com ideais civilizatórios e de desenvolvimento, que marcavam as sociedades mais avançadas da modernidade. Pode-se dizer que o Brasil era o escravo da escravidão. Nabuco também destaca o paradoxo de dependência dos escravizados em relação aos seus senhores, pois estes senhores eram aqueles que concentravam em suas mãos as propriedades fundiárias e os meios de sobrevivência, e essa relação de poder perpetuava uma forma de opressão constante que corrompia a todos os envolvidos e, portanto, era essencial acabar com esse ciclo, e seguir um caminho para um modelo social mais justo e igualitário, em conformidade com os ideais modernos (Nabuco; Lemos, 2014, p. 137;160).

Nabuco prossegue explicando que a escravidão também era economicamente inviável no longo prazo. Ele percebia que o trabalho livre seria muito mais produtivo e eficiente, pois os trabalhadores teriam mais incentivos para trabalhar, buscando melhorar suas condições de vida e contribuir para o crescimento econômico. Em oposição a isso, o sistema escravocrata baseava-se na exploração.

Nabuco criticava os grandes latifundiários que concentravam as riquezas e realizavam a manutenção de uma concentração agrária.

Ele acreditava que a pequena lavoura, conduzida por trabalhadores livres, seria mais sustentável e capaz de gerar melhor distribuição de rendas e de forma mais equitativa. Para Nabuco, a transição para o trabalho livre não apenas beneficiaria os negros libertos, mas também impulsionaria o desenvolvimento econômico do país, criando uma sociedade mais justa e independente (Nabuco; Lemos, 2014, p. 181-186).

Para esse fim, cita-se uma figura importante próxima a Nabuco: o intelectual, engenheiro e abolicionista André Rebouças. Rebouças foi um negro e uma das grandes vozes abolicionistas, que desempenhou um papel fundamental para a proposta de inclusão social dos negros libertos, mas também da população pobre, em geral. Porém, os negros eram o foco e seriam a ponta de lança, pois ele acreditava que a educação era essencial para o processo de modernização do país, pois isso permitiria que os libertos conquistassem habilidades e conhecimentos úteis para que fossem integrados plenamente à sociedade. Defendia ainda, a democratização agrária brasileira, que fosse realizado um programa social e econômico em que houvesse a distribuição de terras, e que os negros libertos recebessem terras e pudessem garantir meios de sobrevivência através de um aparato estatal e assim, Nabuco se tornou o porta-voz das propostas de Rebouças, defendendo que os ex-proprietários de escravos não fossem indenizados após a abolição.

2.3 ELITES NO COMANDO: CONTINUIDADE DO PADRÃO EXCLUDENTE

A questão das elites, por muito tempo e até mesmo hoje, traduz-se por elas retardarem os avanços sociais e democráticos no Bra-

sil. Mediante o pensamento de Nabuco, afora a abolição oficial da escravatura, pode-se traçar certos paralelos e reflexões para os dias atuais. Nabuco pertencia à elite, todavia, por um acaso ou não, pela influência religiosa recebida de sua madrinha ou a herança herdada de seu pai, ele percebeu os estragos que a ordem do sistema escravocrata fazia, e dedicou sua vida à causa abolicionista. Em seu tempo, as elites eram os grandes latifundiários, barões do café, proprietários de extensas áreas de terras e de escravos. Estes, tendo nascido de forma privilegiada, possuíam todas as regalias e as condições para viver bem, mesmo que à custa do sangue e suor de outros, em especial dos negros escravizados. Essas elites escravocratas de sua época, tamanha era a sua ignorância, que não imaginavam utilizar suas riquezas para financiar uma industrialização no início do século XX, nem transformarem a economia brasileira exportadora de café em uma nação industrializada de trabalhadores livres.

A Coroa, mesmo que apoiasse as ideias abolicionistas, que exercesse o papel de autoridade simbólica por possuir o poder moderador, se resguardava em suas decisões, porque eram essas elites que “sustentavam” a economia brasileira. Temia por um colapso econômico e instabilidade política, portanto, a Coroa se via na condição de refém desses senhores oligárquicos, que exploravam os negros no sistema escravocrata. Sabe-se que eram os negros os verdadeiros sustentadores do Brasil, literalmente com seu sangue e suor, ainda assim, o apoio formal da monarquia à causa abolicionista ameaçava as elites escravocratas e como sempre, quando surge algo que ameça o seu poder, logo se planeja formas de se defender ou ter menos prejuízos.

Apesar disso, com as campanhas dos abolicionistas, Joaquim Nabuco e outros nomes, como Luiz Gama, José do Patrocínio, Rui Barbosa e André Rebouças, ganhavam força. Nesse sentido, quando se tornava inevitável a abolição, as elites logo exigiram que fossem

indenizadas por perderem a propriedade dos escravos, como se a exploração durante séculos não bastasse. Quando Rebouças faz sua proposta de reforma agrária, e Nabuco a apresenta no parlamento, logo as elites fazem o necessário para ter menos “prejuízos”.

As elites poderiam até ficar sem escravos, mas jamais dividiriam as suas terras e, sendo assim, resolveram aprovar logo a abolição. Porém, as propostas de reforma agrária para os libertos simplesmente, não iriam engrenar numa reforma ampla e democrática, processo necessário para se estabelecer uma sociedade mais justa e igualitária, que resultasse pelo menos no início do desenvolvimento de uma nação livre. A oposição estava firme, com os latifundiários ressentidos com a monarquia, apoiando os setores republicanos do parlamento. Estes, por fim, se aliam aos militares para dar o golpe.

O dado essencial de todo esse processo foi o abandono do liberto a sua própria sorte (ou melhor, ao próprio azar). Como todo processo de escravidão pressupõe a animalização e humilhação do escravo e a destruição progressiva de sua humanidade, como o direito ao reconhecimento e à autoestima, a possibilidade de ter família, interesses próprios e planejar a própria vida, libertá-lo sem ajuda equivale a uma condenação eterna (Souza, 2017, p. 72).

Vale salientar algumas consequências do golpe: a quebra de uma relativa estabilidade devido aos governos de decisões autoritárias. Exemplo a citar foi a reforma urbana no Rio de Janeiro, que demoliu vários prédios e cortiços que abrigavam pessoas marginalizadas pela sociedade, pobres e negros, que haviam deixado de ser escravos há apenas 14 anos, mas que foram abandonados à margem da sociedade e que mais uma vez, sofreram abusos, perderam suas casas, sem mais nem menos, e tiveram que se mudar para os morros da cidade, ocasionando a formação de favelas. As elites, sem a monarquia e a autoridade simbólica do imperador como empecilho, poderiam exercer de forma volátil, uma onda de corrupção gananciosa, repre-

sentando os seus próprios interesses de forma implícita ou explícita na integração de governos e, em última instância, como presidentes da República. O país se tornou fantoche de oligarcas que se revezaram no poder, configurando a política do famoso “café com leite”.

A consequência histórica foi a desigualdade social e um racismo estrutural que persiste na sociedade brasileira contemporânea. Essa herança, conforme Souza (2017), retrata uma abolição apenas formal da escravidão. Foi promulgada a Lei Áurea em 1888, mas não necessariamente, representou o fim das desigualdades sociais ou da exploração da população negra ex-escravizada, mas apenas se transformou em uma forma “moderna” de exploração, mantendo os princípios racistas subjacentes ao sistema escravocrata. Os ex-escravos foram jogados em uma sociedade sem qualquer amparo ou apoio, essa que se transformava numa sociedade competitiva e capitalista. O resultado foi a formação de uma classe marginalizada, composta em sua maioria de negros e mestiços, à qual Souza chama de “ralé de novos escravos”.

Essa “ralé” é uma classe marginalizada, composta em sua maioria por negros e mestiços sem acesso a direitos básicos, como a educação e oportunidades econômicas. Ele aponta para as humilhações sistemáticas sofridas por essa classe, que foi relegada a trabalhos desvalorizados e estigmatizados, como os serviços manuais, braçais e domésticos. Foi tratada como mão de obra barata e descartável, enquanto as políticas da época incentivavam a imigração europeia, reforçando ainda mais, esses estigmas, e condenando essa classe a uma competição injusta com imigrantes já acostumados com o sistema capitalista.

Há também um fenômeno conhecido como demonização da ralé, que sofre preconceitos e é vista como “perigosa”, justificando uma violência física e simbólica através de uma repressão policial sis-

temática e de exclusão social, fruto do pacto entre as classes médias e as elites para a manutenção da ralé.

O que é importante entender é que as elites do Brasil do século XIX são as mesmas de hoje. Convém perguntar como se poderia mudar essa situação, se as pessoas não conseguem enxergar o verdadeiro problema, que são as elites, estas que continuarão governando através de seu poder financeiro, comprando e alugando o poder estatal? Segundo Souza (2017), no Brasil há uma ilusão amplamente disseminada: a concepção de que o Estado é o epicentro da corrupção e que basta “limpar a política” para solucionar os problemas nacionais. “Combater a corrupção de verdade seria combater a rapina, pela elite do dinheiro, da riqueza social e da capacidade de compra e de poupança de todos nós” (Souza, 2017, p. 14). Segundo este autor, essa perspectiva oculta a real estrutura de poder, na qual a elite econômica, empresários, banqueiros, grandes conglomerados de mídia não se encontram no Estado, mas o controlam. Em outras palavras, ela não é quem “governa” no sentido convencional, mas quem tem o controle de quem governa e de como isso deve ser feito.

Como essa classe dominante domina o Estado? De acordo com Souza (2017), é através do financiamento de campanhas eleitorais e partidos políticos, como também da colonização intelectual daqueles às suas visões, afetando assim as prioridades e escolhas dos eleitos. O sistema estatal é frequentemente utilizado para perpetuar a desigualdade: implementa reformas econômicas que suprimem direitos, incentivam a privatização de ativos públicos a preços reduzidos, e preservam benefícios fiscais para os mais ricos.

As elites também influenciam instituições, como aquelas perententes ao judiciário, e o Ministério Público, como ocorreu com a operação Lava Jato. Esses grupos controlam a mídia de massa, que elabora narrativas que lhes favorecem, e são contrários a qualquer

governo ou proposta que questione seus privilégios. Eles deslegitimam governos populares através de um discurso de anticorrupção, com o respaldo da classe média, que desempenha um papel crucial nesse processo e, embora seja prejudicada, ela adere ao discurso da elite, repetindo conceitos como “o Estado é corrupto”, “todo político é corrupto”. Esse controle simbólico possibilita que a elite mantenha seu poder, mantendo o povo se contrapondo a si mesmo.

2.4 CONCLUSÃO: CRÍTICA AO MARXISMO TRADICIONAL E NOVAS PERSPECTIVAS PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A partir do pensamento de Joaquim Nabuco, entende-se que a desigualdade brasileira não é apenas resultado de acasos ou de falhas pontuais das políticas públicas. Pelo contrário, ela é estruturada e mantida por uma elite tradicional e que se atualiza constantemente para manter seus privilégios, seja por meio do trabalho com as mesmas característica do regime escravo, ou por meio da exploração pelo capitalismo moderno.

Nabuco, mesmo que tenha vindo de uma família prestigiada e da elite, se contrapôs a esse raciocínio decadente de exploração, ao identificar na escravidão as estruturas econômicas e políticas, ao perceber que essa ordem era um entrave ao desenvolvimento social e econômico da nação. Sua luta abolicionista não foi apenas uma bandeira moral, mas uma expressão radical que desafiava os fundamentos da ordem vigente no império.

É nessa questão que a crítica ao marxismo tradicional se mostra bem-vinda. Mesmo que a tradição marxista tenha sido fundamental na análise do capitalismo e na mobilização de lutas sociais, sua rigidez teórica e sua negação em dialogar com formas alternativas de or-

ganização social, especialmente aquelas fundadas em valores éticos e comunitários não estatistas, limitaram sua eficácia em contextos como o do Brasil. O marxismo ortodoxo, com sua excessiva ênfase na centralidade meramente econômica e na tomada do Estado como forma de transformação, se tornou a própria elite também ao chegar no poder, demonstrando sua ineficiência para lidar com as particularidades culturais e históricas de um país cuja formação social foi marcada pelo sistema escravocrata, enraizado por uma elite que domina não apenas o setor econômico e os meios de produção, mas também o pensamento coletivo.

Em vista disso, é necessário focar mais na corrente do marxismo representada por autores como E.P. Thompson. Esse historiador britânico não humaniza apenas a luta de classes, mas também denuncia os vícios e falhas do marxismo tradicional e dogmático, que reduz os sujeitos a meras engrenagens de um sistema teórico determinista.

Thompson demonstra que sua corrente parte da cultura, da moral, das tradições populares e, acima de tudo, da agência humana, referindo-se à capacidade dos indivíduos e grupos de agirem e influenciarem ativamente a história e a sociedade, em vez de serem meros produtos de estruturas sociais predeterminadas, argumentando contra interpretações excessivamente deterministas do marxismo dogmático. Um marxismo de luta reconhece a importância da resistência cotidiana. Nesse ponto, a articulação entre o marxismo de Thompson e a doutrina social distributista adquire uma importância estratégica. A proposta de Hilaire Belloc e G.K. Chesterton, baseada na descentralização dos meios de produção e em uma economia fundamentada na pequena propriedade e na justiça distributiva, não deve ser vista como adversária e antagônica, mas como um caminho complementar entre o marxismo e o distributismo, que oferece soluções possíveis para contextos como o do Brasil, onde a pequena pro-

dução familiar ainda representa uma potência social, especialmente no campo e nas periferias urbanas. Essa articulação pode ser um caminho compatível com a realidade brasileira, onde a violência física e simbólica, racismo estrutural e o controle ideológico operam com forças muitas vezes superiores ao mero domínio econômico, gerando uma polarização de atritos intermináveis.

André Rebouças e Joaquim Nabuco entendiam que a abolição, sem distribuição de terras na reforma agrária, sem educação e assistência ao liberto, apenas perpetuaria as desigualdades. De toda forma, é preciso entender que uma crítica eficiente ao capitalismo brasileiro é necessária, mais do que apenas debates e denúncias teóricas, baseadas no marxismo tradicional, mas sim que projetos de reconstrução social, pensados conforme a realidade particular do país, dialoguem com o senso moral das pessoas comuns, e que se adapte à economia e à política, em uma proposta coerente de transformação social que possa encarar a realidade da propriedade privada.

Dessa forma, a vertente distributista, mesmo com divergências importantes em relação ao marxismo, que prega a extinção total da propriedade privada o distributismo, que ao defender a propriedade privada repudia totalmente o gigantismo capitalista ao valorizar a comunidade, a propriedade compartilhada em setores de larga escala, como é o caso da corporação Mondragon na Espanha², bem como a moralidade econômica, apoia elementos que, aliados com a crítica marxista de exploração, podem abrir uma nova experiência política em um país como o Brasil, em que a desigualdade é marcada pela

2 “A Mondragon é o resultado de um projeto empresarial cooperativo lançado em 1956. Sua missão está encapsulada em seus Valores Corporativos: intercooperação, gestão de base, responsabilidade social corporativa, inovação, organização democrática, educação e transformação social, entre outros.” (Mondragon, 2017). Disponível em: <https://www.mondragon-corporation.com/en/about-us/>. Acesso em: 26 jun. 2025.

exclusão histórica e pelo racismo. Essa aliança de um marxismo humanista e uma doutrina econômica centrada na justiça distributiva pode abrir um caminho mais prático de mobilização política.

Para combater a extrema direita e as elites, uma transformação é necessária. Ideias, teorias e frases do século XIX ou a defesa do Estado como entidade capaz de assegurar a justiça social não são suficientes. As elites crescem onde o Estado falha. É preciso então que haja uma resposta diferente, mas que seja tão concreta quanto os discursos da extrema direita, mas sem cair no autoritarismo reacionário ou no autoritarismo de esquerda. Dessa forma, o distributismo pode fornecer uma voz e práticas para essa vertente da esquerda, que se conecte com os sentimentos populares, sem trair seus princípios, uma voz embasada na realidade tal como ela é.

Para finalizar, a análise do pensamento de Joaquim Nabuco, relacionando-o com a teoria das elites de Jessé de Souza, mostra que denunciar a opressão não é suficiente, é necessário propor caminhos realistas de emancipação. Estes caminhos só serão eficazes se forem construídos conjuntamente com o povo. Da mesma forma, o marxismo romântico em aliança com a doutrina distributista não representa uma contradição, mas uma possibilidade compartilhada por valores que possam construir uma alternativa firme, ética e realista ao capitalismo esmagador e às atrocidades políticas da extrema direita.

Portanto, se o marxismo tradicional já não é suficiente, e a direita se mostra cooptada e cúmplice da ordem vigente pela extrema direita, então, que se olhe para novas ideias e experiências sem medo de arriscar, mesmo que venham de tradições distintas, o distributismo e o marxismo romântico compartilham a esperança de um mundo mais justo, mais humano e verdadeiramente livre, estando assim de acordo com os valores morais da doutrina distributista que foi inspirada nos valores morais cristãos, uma das bases da civilização

ocidental. Em um país onde a desigualdade é uma herança cotidiana, essa aliança pode ser o início de uma nova abolição: a abolição da miséria, do racismo, da exclusão e do domínio das elites, sejam elas quais forem, sobre o futuro do Brasil.

REFERÊNCIAS

A IMPORTÂNCIA de André Rebouças na Abolição da Escravidão no Brasil. **Portal do Governo de Uruguiana**. Disponível em: <https://www.uruguiana.rs.gov.br/a-importancia-de-andre-reboucas-na-abolicao-da-escravidao-no-brasil/>. Acesso em: 16 abr. 2025.

ARAÚJO, R. B. de. Terra de ninguém: escravidão e direito natural no jovem Joaquim Nabuco. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 32, p. 7-21, jun. 2016.

BELLOC, H. **The servile state**. Indianápolis: Liberty Fund, 2019.

CALLINICOS, A. **Against postmodernism: a marxist critique**. Oxford: Polity Press, 1999.

CHESTERTON, Gilbert Keith. **Um esboço de sanidade: pequeno manual do distributismo**. [S. l.]: Ecclesiae, 2016.

DOMINGOS, J. **André Rebouças defendeu distribuição de terras para negros após abolição**. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2023/01/13/andre-reboucas-defendeu-distribuicao-de-terras-para-negros-apos-abolicao.htm>. Acesso em: 16 abr. 2025.

LIMA, M. **O milagre econômico de Mondragón**, de pequena cooperativa a grande grupo multinacional. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/642461-o-milagre-economico-de-mondragon-de-pequena-cooperativa-a-grande-grupo-multinacional>. Acesso em: 18 abr. 2025.

MONDRAGON. **Introduction**, MONDRAGON Corporation | Web MONDRAGON Corporation. Disponível em: <https://www>.

mondragon-corporation.com/en/about-us/. Acesso em: 26 jun. 2025.

NABUCO, Joaquim. **Minha formação**. [S. l.]: Edições Câmara, 2019.

NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2022. (Coleção Joaquim Nabuco, v. 2).

NABUCO, Joaquim; LEMOS, Maria José. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2014.

O “BOTA-abaixo”: as críticas e os críticos. Disponível em: <https://www.multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/rio-de-janeiro/2914-o-bota-abaixo-as-criticas-e-os-criticos>. Acesso em: 17 abr. 2025.

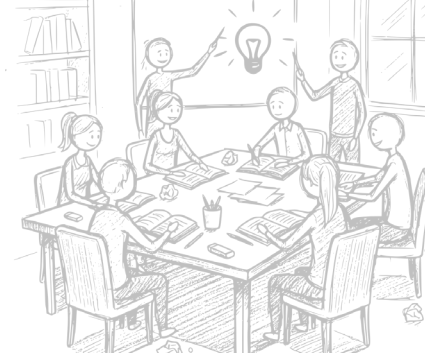
PINTO, Clara. **Cronologia de Joaquim Nabuco**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo/sites-tematicos/ano-joaquim-nabuco/cronologia-i>. Acesso em: 10 abr. 2025.

ROSSI, A. Abolição da escravidão em 1888 foi votada pela elite evitando a reforma agrária, diz historiador. **BBC**, 13 maio 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44091474#:~:text=Sua%20ideia%20era%20criar%20um,tamb%C3%A9m%20abolicionista%2C%20apoiou%20a%2>. Acesso em: 16 abr. 2025.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. São Paulo: Leya, 2017.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**: ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

03



“Ideologia de gênero”:

A construção de (in)verdades sexuais neoconservadoras na perspectiva de Marilena Chaui e Judith Butler

Guilherme Issamu Saul Yoshihara¹

3.1 INTRODUÇÃO

A chegada dos anos 1960 no Brasil é marcada pelo início de um momento de anomia social, quando em 1964, inaugura-se um golpe que posteriormente, estruturou o regime autoritário de uma ditadura militar sustentada por um forte nacionalismo desenvolvimentista. Nos anos 1970, durante o auge da ditadura, minorias socialmente marginalizadas, como pessoas negras, mulheres do movimento feminista e pessoas que se identificavam como homossexuais, integrantes da população dos grandes centros urbanos, passam a estabelecer uma sociabilidade civil com fins organizacionais dentro das emergentes lutas políticas de resistência contra as

¹ Guilherme Issamu Saul Yoshihara é acadêmico do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Acre (Ufac); e-mail: guilherme.yoshihara@sou.ufac.br.

inúmeras repressões voltadas para as minorias sociais do país, tal e qual às lutas de reivindicação de seus direitos humanos e civis que se encontravam violados por regimes autoritários que, segundo Marilena Chaui (1987), no interior do autoritarismo, o desejo é fortemente associado à desordem, ao caos e ao irracional por se tratar de algo considerado como instável. Portanto, o desejo precisa ser contido a todo custo, independentemente de se tratar dos desejos políticos ou dos desejos sexuais.

Segundo a antropóloga Regina Facchini (2003), o movimento homossexual emerge no Brasil dirigindo-se exclusivamente como um movimento voltado para a sociabilidade – as grandes reuniões em casas noturnas, bairros, bares etc. – por meio de associações que reuniam pessoas que se entendiam como homossexuais. Portanto, para alguns militantes, tais associações não possuíam uma atuação qualificada; eles as definiam como associações não-politizadas. É com a chegada do ano de 1985 que o regime ditatorial é finalmente deslegitimado, e quando se inicia um árduo processo de redemocratização no país. Naquele momento, os discursos sobre a liberdade – seja ela, política, sexual ou de expressão – assumem diferentes formas a partir da visibilidade das lutas dos movimentos sociais que, conseqüentemente, estreitavam suas relações com o ambiente científico-acadêmico. Sendo assim, dentro do contexto intelectual, a crescente atuação política e social desses movimentos de luta por liberdade(s) e equidade passam a estruturar complexas discussões acerca da construção de diversidades.

Algumas dessas discussões se encontravam presentes nos estudos voltados para as questões de gênero e sexualidade que de certa forma, evidenciavam algumas repressões historicamente construí-

das. Segundo Flávia Biroli² *et al.* (2020), no que diz respeito às questões de gênero como uma pauta política, as noções trabalhadas nos anos 1980 baseavam-se em estudos marcados por uma temporalidade tardia dentro dos debates parlamentares e campanhas eleitorais na América Latina. Sendo assim, a chegada dos estudos de gênero no Brasil atribui-se a um cenário definido pela consolidação de numerosas democracias liberais, em que os ideais se desenvolvem em um período de ascensão de uma agenda neoliberal, ainda com as marcas de regimes repressivos e de um violento patriarcalismo normativo.

Em contrapartida, é naquele momento também que a obra *Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida*, da filósofa brasileira Marilena Chaui³(1984), propõe uma reflexão sobre a construção de moralismos doentios, fundamentados na religião e na moral, pois têm a capacidade de influenciar o meio político-governamental, de forma a criar mecanismos de repressão que afetam grupos sociais historicamente subalternizados, como é o caso da comunidade LGBTQIAPN+ que, durante a época de publicação do escrito de Chaui, já lidavam com fortes ataques morais – e físicos – devido à exclusiva associação com a alarmante epidemia do vírus da HIV/Aids, isto é, a comumente chamada de “peste gay”. Portanto, para Facchini (2003), ainda que a epidemia da Aids desmobilizasse as propostas de políticas voltadas à liberdade sexual, devido à forte associação negativa entre Aids e homossexualidade – levou vários homossexuais a optarem por não trabalhar prioritariamente com a luta contra a Aids. Essa epidemia

2 Flávia Biroli, cientista política e professora titular do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB). Em suas obras, verifica-se contribuições sobre feminismo e democracia, desigualdades de gênero e neoconservadorismo, fundamentais para o tema ora trabalhado.

3 Marilena Chaui é filósofa e Professora Sênior da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em História da Filosofia, atuando principalmente nos seguintes temas: filosofia política, gênero, violência, democracia, política, direitos, cidadania e luta de classes.

também propiciou um importante debate social acerca da homossexualidade e da sexualidade, de modo a promover ações de prevenção e cuidados que envolvessem a participação e o reconhecimento do movimento homossexual como uma entidade civil e política.

Diante disso, no cenário contemporâneo brasileiro, os estudos sobre gênero e sexualidade passam a refletir temáticas voltadas à violenta dominação masculina, explicada através de um patriarcalismo normativo, e às violentas repressões sexuais pautadas em uma possível ordem moral e natural (biológica) da sexualidade humana. Dado este contexto de uma pequena parte do histórico de lutas da comunidade LGBTQIAPN+, essa série de eventualidades apresentadas concebe para a história do país um violento patrimônio de terror, que dispõe de graves violações a direitos humanos e civis, que se manifestou ao longo dos anos por meio das censuras, repressões e sobretudo, de violências que se expressam trivialmente, na formação da sociedade brasileira.

Concomitantemente, segundo Biroli *et al.* (2020), desde a segunda metade do século XX, a comunidade cristã brasileira é tida como uma comunidade “oposta” aos movimentos sociais de luta pelas liberdades sexuais, pois apoiada de ideais estadunidenses, a comunidade cristã passa a se articular dentro dos espaços políticos sob um viés neoliberal, que ganha forças a partir de 2018 com o mandato do ex-presidente do Brasil de extrema direita, Jair Bolsonaro. A figura de Bolsonaro expõe visíveis alianças políticas entre os neoliberais e os cristãos conservadores. E desse modo, tal aliança para os autores, engendrariam a constituição das bancadas que representariam o neoconservadorismo no cenário político brasileiro.

Além disso, para Biroli *et al.* (2020) tal aproximação de valores morais, baseados em um protótipo de vida tradicional e religioso, articulado com um modelo econômico de governança e cidadania

disciplinador, que conforma o princípio universal de concorrência, convergiria em uma narrativa de crise, que tem como lócus a instituição da família brasileira. A emergência dessa “crise” colocaria em ascensão discursos repressivos, como o da temida “ideologia de gênero”, presente na agenda neoconservadora. O grande problema dessa construção discursiva da crise se encontra na capacidade de reger um caráter transnacional, ou seja, uma narrativa que se propaga além da esfera nacional de um país, tornando por fim, a bancada neoconservadora armada de uma credibilidade nacional baseada na construção de um pânico moral, construído pré-discursivamente e incitado pelo medo, dificultando desse modo, as lutas pautadas na liberdade e equidade de gênero e diversidade sexual dos movimentos feministas e LGBTQIAPN+.

Diante dos acontecimentos expostos, este capítulo pretende compartilhar um estudo sobre o uso de mecanismos como a ideologia para a propagação de pânicos morais e conseqüentemente, a criação de dispositivos que legitimem violentas repressões históricas, que distorcem as lutas por liberdade e respeito a grupos sociais minoritários, como a comunidade que constitui o movimento LGBTQIAPN+ no Brasil.

Além disso, a partir de algumas contribuições literárias, esta pesquisa bibliográfica propõe-se a realizar uma articulação entre as autoras Marilena Chaui e Judith Butler, percorrendo dois momentos. No primeiro, será exposto o pensamento político e filosófico de Marilena Chaui, que dará luz aos conceitos de ideologia, repressão e violência. Posteriormente, serão incorporadas as contribuições de Judith Butler acerca das discussões sobre gênero, sexualidade e neoconservadorismo, presentes em suas obras sobre a Teoria *Queer* norte-americana.

3.2 DIÁLOGOS ENTRE CHAUI E BUTLER

Ao falar de ideologia, Chaui (2001) argumenta que tal conceito perpassa um longo histórico de significações. Inicialmente o termo “ideologia” tem seu significado vinculado às Ciências Naturais, e refere-se a ideias sobre o contexto real – o materialismo – que exprimem a relação do corpo humano com o meio ambiente a sua volta. Portanto, o que chama atenção em sua argumentação, publicada em 1986, no bojo do livro intitulado *O que é Ideologia?*, seria o histórico de ressignificações desse termo, especificamente quando se passa a lhe atribuir um sentido pejorativo. Conforme a obra de Chaui (1986), após o golpe de 18 Brumário, o título de Primeiro Cônsul da França é atribuído a Napoleão Bonaparte e “enquanto Cônsul, Napoleão nomeou vários dos ideólogos como senadores ou tribunos. Todavia, logo se decepcionaram com Bonaparte, vendo nele o restaurador do Antigo Regime” (Chaui, 1986, p. 10). Com a oposição formada contra Bonaparte, em 1812 ele lança à luz um discurso ao Conselho de Estado:

Todas as desgraças que afligem nossa bela França devem ser atribuídas à ideologia, essa tenebrosa metafísica que, buscando com sutilezas as causas primeiras, quer fundar sobre suas bases a legislação dos povos, em vez de adaptar as leis ao conhecimento do coração humano e às lições da história (Chaui, 1986, p. 10-11).

Em outras palavras, a oposição formada pelos ideólogos nomeados – e posteriormente destituídos – por Bonaparte tinha por objetivo lutar contra os vestígios do Antigo Regime e manter o viés de liberdade instaurados pela Revolução Francesa. Entretanto, após a declaração do Cônsul Bonaparte, o conceito de ideologia passa a designar um sistema de ideias condenadas a desconhecer sua relação real com a realidade. Desta forma os ideólogos passam a ser tidos como aqueles que manipulam as ideias do que é ou não real.

Em uma perspectiva mais atual, vê-se como a história pode se repetir quanto ao emprego do termo “ideologia de gênero”. Este foi contextualizado em 2004, na “Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no mundo”. O conteúdo da carta apresentada pela Igreja Católica foi posteriormente reinterpretado pelo movimento neoconservador e desse modo, o termo “ideologia”, quando anexada à palavra “gênero”, passou a ser vista como uma ameaça. Essa visão passaria a destruir a imagem da família tradicional e heteronormativa brasileira, de forma a causar estigmas e retrocessos nos debates propostos por movimentos críticos como a corrente de pensamento apoiada na Teoria *Queer*, que discute ideias acerca de identidade de gênero, diversidade e educação sexual.

A conexão existente entre os dois exemplos citados se dá por uma analogia direta do momento histórico exposto por Chauí, ao uso da palavra “ideologia” como um meio de incitação de pânico moral e ódio, atribuindo-o à movimentos que lutam por uma sociedade de múltiplas liberdades. No caso dos ideólogos do século XIX, o mantimento dos valores de “*Liberté, Égalité, Fraternité*”, instituídos pela Revolução Francesa, os enquadraram pejorativamente como “ideólogos”. Já no caso de movimentos sociais contemporâneos, como o mo-

vimento feminista e o movimento da comunidade LGBTQIAPN⁴, a luta por respeito à diversidade e liberdade das identidades sexuais e de gênero também os rotularam pejorativamente, como “ideólogos”. Verificando-se para esses ideólogos a denominação de “‘tenebrosos metafísicos’, ignorantes do realismo político que adapta as leis ao coração humano e às lições da história” (Chauí, 1986, p. 11). Para a agenda neoconservadora esses novos “metafísicos” seriam responsáveis pela destituição da dinâmica tradicional das famílias e da suposta ordem moral existente na sociedade brasileira, o que se daria através deste fantasma da “ideologia de gênero”.

Por conseguinte, o questionamento a ser trabalhado nesta sessão pode ser assim expresso: “do que seria feito este fantasma da ideologia de gênero?”. Existem rumores de que esta ideologia teria o poder de destruir os moldes morais de coesão da sociedade tradicional brasileira. Para melhor exemplificar, primeiro tem-se o conceito de ideologia interpretado por Chauí (1986) de que o termo não possui história, mas pode fabricar histórias imaginárias que legitimam as formas de dominação da classe dominante, portanto, entende-se que a “história ideológica” seja sempre história narrada na perspectiva dos vencedores. Em vista disto, é de extrema complexidade que no contexto brasileiro, a criação de histórias mal fundamentadas, legi-

4 LGBTQIAP+ é a sigla utilizada para descrever e representar a diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero, incluindo lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexo, assexuais, pansexuais e outros. A sigla serve para nomear e reconhecer a pluralidade de pessoas que não se identifica com a heteronormatividade ou com o padrão binário (masculino e feminino) de gênero. Segundo Facchini (2003), a partir de 2010, a sigla foi se transformando e deixando seu caráter “físico”, pois todas suas modificações anteriores ocorreram através de conferências ou reuniões ao longo do tempo. Com isso, as pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ informalmente foram modificando-a para incluir mais identidades e orientações sexuais, sendo incorporadas mais algumas letras e, por exemplo, o símbolo “+” para representar a pluralidade e as orientações sexuais e identidades de gênero que não estavam incluídas nas siglas anteriores.

timadoras do poder da classe dominante, também se articule com o mito da não violência brasileira trabalhado por Chaui sua obra *Sobre a violência* (2017). Conforme o pensamento da filósofa brasileira, este mito implica nas seguintes características: a) a reiteração de uma narrativa que se retroalimenta; b) algo tão cheio de tensões e contradições, que sua resolução se daria através de uma profunda transformação social; c) na cristalização de crenças interiorizadas que são concebidas como explicação da própria realidade; e d) na produção de ações sociais que confirmariam o mito, isto é, a criação de crenças, valores, ideias e comportamentos que reiteram o próprio mito.

Dados os conceitos de Chaui, é crucial a contextualização de algumas ideias presentes no pensamento de outra autora, nas obras intituladas *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (2018), e *Quem tem medo do gênero?* (2024), de Judith Butler. Com isso, as identidades que fogem das características tradicionais do gênero “masculino” e “feminino”, cunhado por um viés biológico – macho e fêmea – podem ser sujeitos a passar pelo “mito da não violência brasileira” de Chaui (2017). Para a filósofa Judith Butler (2018), a identidade de gênero é sustentada por uma repetição constante de normas e práticas culturais, o que reforçaria a ideia de que há uma “verdade natural” por trás do gênero. Desse modo, em conformidade com as características expostas por Chaui (2017), o pensamento da ideologia de gênero pode se integrar primeiro, a partir de uma narrativa que se retroalimenta, pois a repetição das normas cisgêneras⁵ heterossexuais fazem parecer que o gênero é uma realidade imutável, quando na verdade, ele pode ser construído por essas próprias práticas. Em

5 Segundo a Diversitera, uma empresa especializada em soluções de diversidade, equidade e inclusão (DE&I), a palavra cisgênero pode ser entendida como “o termo que se dá àquelas pessoas cuja identidade de gênero – como a pessoa se reconhece e identifica – coincide com o sexo que lhe foi atribuído no nascimento”. Disponível em: <https://www.diversitera.com/o-que-e-cisgeneridade-e-como-ela-pode-ajudar-na-inclusao-de-pessoas-trans>. Acesso em: 4 set. 2025.

segundo lugar, o mito mostra como as categorias de gênero carregam algumas contradições, especialmente quando corpos e identidades não se encaixam no sistema binário (homem e mulher). A simples existência de pessoas trans, intersexo e não binárias evidenciam tais tensões, pois a existência desses corpos implica em uma crítica direta ao binarismo de gênero – homem e mulher; masculino e feminino, desse modo, o “problema” não se resolve apenas com alguns ajustes, e sua resolução requer uma transformação social profunda, que desfaça a naturalização dessas categorias, isto é, a imposição definitiva e insistente do sistema binário de gênero.

Em terceiro lugar, para Butler (2024) o mito se manifesta na forma como as normas de gênero são, por muitas vezes, interiorizadas desde o nascimento. Ao nascer, a criança recebe um nome acompanhado de um sexo atribuído a ele, ou seja, os indivíduos já são integrados em um conjunto de normas sociais reforçadas pela naturalização do sistema binário através da cultura. Esse conjunto de normas explicaria como o indivíduo deve agir, pensar, se vestir e se comportar. Por isso, as “heteronormas” sociais são reforçadas através de uma ordem compulsória pré-discursiva, pois é através dela que as pessoas se “ajustam” ao que se espera de homens e mulheres, constituindo a ideia de que o gênero é algo essencial. Portanto, a rejeição ou perseguição de identidades de gênero como “dissidentes” ou “desviantes” também servem para reforçar essa crença, quando, por exemplo, atribui-se ao gênero um caráter punitivo. Tendo em vista isso, o discurso da ideologia de gênero, quando armado de tais táticas, pode se reafirmar aos moldes do mito citado por Chauí (2017), enquanto um construto social, sustentado por narrativas e comportamentos repetitivos e reiterados; por tensões internas de transformação; pela cristalização de crenças morais e pela proposição de ações que reforçam e asseguram sua própria legitimidade.

3.3 A IDEOLOGIA DE GÊNERO: O INFLAMADO TRUNFO NEOCONSERVADOR

Para os neoconservadores, a ficção de um movimento “anti-ideologia de gênero” se torna um meio de sanar a degradação das morais constituídas por valores tradicionalistas, ao mesmo tempo em que serve de legitimação de um mecanismo de repressão e de ataques de ódio às diversidades sexuais e de gênero, fazendo com que pessoas consideradas “desviantes” dos padrões tidos como “normativos”, estão conseqüentemente sujeitos a se tornarem vítimas de um processo violento que, além de anular suas identidades, marginaliza-os socialmente e propõe uma espécie de higienização dos corpos considerados dissidentes. Para Chauí (2017) a violência não está apenas circunscrita pela criminalidade, mas também pela opressão, dominação e exclusão de indivíduos. Em consequência disso, a criação da “ideologia de gênero” se sustenta na promoção de ataques às minorias sociais, que se junta a uma narrativa de luta contra um possível fim de valores e crenças morais tradicionais. Tal narrativa portanto, é inexistente, mas quando operacionalizada por meio do pânico e apoiada ao ódio ao diferente pode – dentro das características de um mito de violência expostas por Chauí – desenvolver uma espécie de mecanismo em que ela mesma se conserva a partir do tensionado discurso contra pessoas fora da heterossexualidade e cisgeneridade (como pessoas queers, gays, lésbicas, pessoas trans e mais) que comumente é propagado por um grupo que verdadeiramente se torna ideológico: a comunidade neoconservadora brasileira.

Por esse motivo, é de extrema importância destacar também que a violência descrita por Chauí diz respeito a algo indireto, oculto, uma violência que “(des)conhecemos”, uma violência não física que

se fundamenta no patrimonialismo dos indivíduos que a legitimam e a reproduzem, mas se manifesta no âmbito público por meio de um autoritarismo social de quem tem o poder para ditá-la, isto é, trata-se de uma violência que se expressa através do domínio de quem detém o poder. Com isso, Chauí (2017) acredita que “a ideologia dominante no Brasil pretende negar a realidade da violência social e política” (p. 59), sendo assim, somente a ideologia ditada pela classe dominante pode neutralizar os conflitos e torná-los aceitáveis, amenizando as tensões sociais e justificando comportamentos violentos e repressivos como algo necessário para a manutenção da ordem.

Com isso, se torna profícuo para o movimento do neoconservadorismo se armar de mecanismos como o do discurso fantasmagórico da ideologia de gênero quando a finalidade é o levantamento de políticas higienistas para comunidades minoritárias de movimentos político-sociais que visam expor os descasos da impetuosa classe dominante brasileira, pois estes atuam no cerne das instituições informais, isto é, na participação ativa da democracia, enquanto agentes criadores da história e da política. Dito isso, disseminar “os sexos” e as identidades como algo “destrutivo” é dar forma ao ódio e ao medo do grande fantasma da ideologia de gênero. Na obra *Quem tem medo do gênero?*, Butler (2024) analisa o movimento conservador e sua perspectiva “anti-gênero” como

[...] um projeto que bloqueia o tipo de pensamento crítico que contesta o *status quo* heteronormativo, o movimento antigênero é uma forma politicamente importante do anti-intelectualismo, que combate o pensamento como um perigo para a sociedade – solo fértil para a horrenda colaboração entre paixões fascistas e regimes autoritários (p. 28).

Sendo assim, a “demonização” desses movimentos fortalece grupos contrários às liberdades sexuais, na medida em que denota uma espécie de “violência velada” para pessoas *queers* ou LGBTQIAPN+. Essa violência é apoiada pela conturbada ideia normativa

de uma dominação conservadora e tradicionalista que legitima o poder ideológico dos que detêm o poder discursivo e político. Para Chauí (1987) esta violência caracterizada pela repressão sexual, é parte de um modelo dominante sistemático de sociedade, que concederia algumas “permissões” e “proibições” de práticas sexuais que possam ou não conservar as finalidades que tal sociedade atribui ao sexo. Esse sistema de regras, normas, leis e valores foram e geralmente são definidos, muitas vezes, pelas instituições da religião, da moral, do direito e da ciência - *scientia sexualis*⁶, por exemplo – em dado momento.

Por isso que, no decorrer da história existem justificativas diferentes para tal modelo de dominação. No esquadro atual, o discurso neoconservador “considera o sexo apenas sob o prisma da reprodução da espécie, ou como função biológica procriadora” (Chauí, 1987, p. 37), conseqüentemente serão reprimidas todas as atividades e discursos sexuais que não cumpram a função determinista da reprodução. Em outras palavras, de acordo com Chauí (1988), as proibições e permissões sociais são interiorizadas pela consciência individual por meio de inúmeros mecanismos, como a educação, por exemplo, que atua na formação dos sujeitos. Portanto, a autora também afirma que essa interiorização, no entanto, não é uniforme, pois seu papel é de omitir ou camuflar o sexo na medida em que demonstra o poder através do controle sobre os indivíduos, sendo assim, para a autora a

6 Ideia presente na obra *História da sexualidade: vontade de saber*, vol. 1, de Michel Foucault. *Scientia Sexualis* se situa na obra de Foucault enquanto um mecanismo de controle da sexualidade que atua por meio do discurso descritivo científico, ou seja, um mecanismo que atua historicamente por meio de um dos grandes procedimentos da produção de verdades: a ciência. Logo, nada mais é do que a forma ocidental moderna de produção do saber sobre o sexo, principalmente através de instituições como a medicina, a psiquiatria, a pedagogia, o direito e a religião. É o modo “científico” e “confessional” de tratar o sexo: em vez de só praticar o sexo, fala-se sobre ele, investiga-se, analisa-se, cataloga-se, pois se o sexo se torna um objeto de saber, pode se tornar um objeto de controle.

repressão sexual, por exemplo, varia consideravelmente no tempo e no espaço, articulando-se com as diferentes formas de simbolização que cada cultura desenvolve em sua relação com a natureza, o espaço, o tempo, as diferenças sexuais, a vida e a morte, o sagrado e o profano, o visível e o invisível.

Devido a isso, pautas reivindicadas por movimentos sociais que se voltam para a diversidade sexual e de gênero, que possuem em sua agenda a busca pela promoção de informação e respeito às diferenças através da própria educação sexual, a busca do prazer ou da autonomia sexual, as percepções sobre consentimento e segurança, o acesso a informações sobre saúde – métodos contraceptivos e doenças sexuais – ou um “letramento sexualidade/diversidade” – homossexualidade e diversidade – enfrentam, neste momento, uma dificuldade em se articular no discurso público do país, pois o movimento “anti-gênero” vem no sentido de uma onda de desinformações e reducionismos.

Em virtude disso, Butler (2024) adverte que reduzir o gênero a apenas uma caricatura de uma realidade um tanto quanto complexa, significaria não compreender no quê algumas críticas implicariam, isto é, a crítica exerce a função de questionar pressupostos fixos da realidade, de forma a atribuir sentido à dinâmica complexa e corriqueira das vidas das pessoas. No quadro apresentado a respeito dos movimentos antigênero, ao invés de tomar o gênero como uma categoria útil de análise social, será considerado o gênero como algo instrumental, destrutivo e perturbador. Desse modo, a autora expõe que devido tal repressão, qualquer sujeito que procure sobre determinado assunto, cuja prioridade expressa não seja o pressuposto da reprodução – ou moralmente dizendo, o de “consagrar uma família heteronormativa” – pode se tornar vítima dessas restrições autoritárias à liberdade, através de um viés da moralidade e da ordem.

3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, de acordo com Chauí (1988), resgatando as análises de Foucault sobre a Sociedade Ocidental como corpo social que mais fala sobre sexo, na medida que mais exige as verdades sobre o sexo, o silêncio se caracteriza como uma repressão, pois nesta sociedade tão tagarela não são todos que possuem o direito à fala. Pessoas que fazem parte da comunidade LGBTQIAPN+ historicamente, sempre estiveram destinados ao silêncio, pois outros podem falar por eles e deles. Ainda sobre Foucault, Firmino e Porchat (2017) acreditam que o sexo (ou sexualidade) como objeto do conhecimento não poderia ser analisado como um fator externo ao poder ou anterior ao que se sabe sobre ele, muito pelo contrário, o sexo é resultado de uma relação entre saber e poder que o constituem historicamente. Isso significa que as classificações, descrições e análises que aparentam apenas revelar a verdade sobre o sexo, na verdade o produzem como objeto, dentro de uma rede de práticas discursivas e institucionais. Por isso, sabe-se que essa produção não é neutra, porque responde a interesses estratégicos, e um dos seus principais efeitos é justamente se naturalizar, ou seja, ocultar sua origem histórica e política, fazendo parecer que suas categorias são inatas, universais ou naturais, quando na verdade, foram construídas.

Diante disso, o conceito de “ideologia de gênero”, usado pelos neoconservadores, surge como uma reação à crítica feminista, queer e foucaultiana da naturalização do gênero e sobretudo, da sexualidade. Porém, o que está em jogo nesse confronto político é que ao naturalizar as diferenças sexuais, o discurso neoconservador oculta sua dimensão política e histórica, através do funcionamento da relação instrumentalizada do saber-poder presente na obra de Foucault (1999). Portanto, a categoria “homem” ou “mulher” não é apenas

uma designação biológica, mas um efeito de práticas discursivas, que classificam, regulam e normatizam os corpos e os desejos.

Assim, para o movimento neoconservador, o combate à chamada “ideologia de gênero” funciona como uma estratégia de poder, que busca silenciar as formas de dissidência sexual e de gênero, reafirmando modelos hegemônicos – cis-heteronormativos e patriarcais – como naturais e “corretos”. É uma forma de “restaurar” um regime de verdades sexuais compatíveis com os interesses políticos, religiosos e sociais da classe dominante.

É por isso que Butler (2024) propõe uma aliança acompanhada de um despertar de grupos subalternizados. Segundo ele, para que exista uma luta por justiça social é necessário a percepção de que se trata de uma população sujeita a condições precarizadas nos âmbitos de seus direitos, pois uma das principais problemáticas ao falar de gênero é a inerente desinformação e a não flexibilização dos diálogos, visto que, segundo Biroli *et al.* (2020) as noções de gênero e sexualidade são marcadas por uma dinâmica tardia no espaço político formal.

REFERÊNCIAS

BIROLI, Flavia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos Machado. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 16. ed. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?**. São Paulo: Boitempo, 2024.

CHAUI, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHAUI, Marilena de Souza. **Repressão sexual**: essa nossa (des) conhecida. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia**. 2. ed. Salvador: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia; Fundação Pedro Calmon, 2009. 68 p. (Coleção Cultura é o quê? v. 1).

CHAUI, Marilena. **Sobre violência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. (Escritos de Marilena Chaui, v. 5).

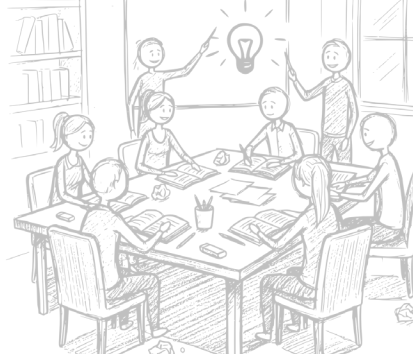
FACCHINI, R. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 10, n. 18/19, 2010. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2510>. Acesso em: 4 set. 2025.

FIRMINO, Flávio Henrique; PORCHAT, Patricia. Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de “problemas de gênero”. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 19, n. 1, p. 51-61, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

MACEDO, Rodolfo Alves de. Marilena Chaui: pensamento, afetos e análise da obra. **Cadernos Espinosanos**, São Paulo, n. 51, p. 219-225, 2024.

04



Da transversalidade do capitalismo ao colapso ambiental e o debate com o pensamento político brasileiro

Ana Clara Brito de Oliveira¹

4.1 INTRODUÇÃO

Os muitos estudos a respeito do futuro que terá a vida na Terra demonstram alta probabilidade de se tornar irreversível uma catástrofe socioambiental, por isso, a temática não deve se restringir a um problema das Ciências da Natureza. O Antropoceno² precisa ser considerado pelas produções teórico-práticas nas Ciências Sociais, visto que os debates das humanidades de nada valem sem a manutenção da vida. Diante da necessária atenção

1 Ana Clara Brito de Oliveira é discente da Licenciatura do Curso de Ciências Sociais da Ufac. E-mail: profanaclara.brito.oliveira@hotmail.com.

2 Grosso modo, trata-se da hipótese de que a ação humana passou a ser um fator determinante na estrutura física da Terra, do clima e da biodiversidade (disponível em sites de busca).

à temática, a perspectiva da Ciência Política precisa ser incitada, de modo a colaborar relevantemente para a construção de novas relações socioambientais.

O presente capítulo tem por objetivo geral demonstrar o atravessamento da Ciência Política pelos ideais do sistema capitalista, o que condiciona a transformação necessária mediante a superação dessa especificidade, contextualizada em inúmeros trabalhos que revelam o pensamento político nacional e internacional. Para demonstrar a atual transversalidade do capitalismo na Ciência Política, serão também usadas aqui referências internacionais. Nesse sentido, é preciso apontar as consequências práticas da ideologia capitalista nessa área do conhecimento, pois essa relação implica limites teóricos e materiais. Visando atingir os objetivos propostos, cumpriu-se uma metodologia de pesquisa bibliográfica.

Os autores brasileiros selecionados para compor este estudo discorrem sobre elementos fundamentais, como o desenvolvimento, a modernidade e os limites legislativos postos por uma democracia de estilo burguesa. Tais intelectuais, apesar de comporem grupos de interesses distintos, possuem o esforço comum de buscar alternativas para tornar o país uma nação moderna. A intenção compartilhada pelos autores escolhidos, que caminham por vias teóricas distintas, apresenta resultados igualmente problemáticos e de grande escala. O resultado a que se chegou, sendo entendido pela consolidação capitalista e suas instituições, através da supressão de outras formas de socialização, compôs globalmente o colapso ambiental.

Frente à situação de crise existencial, diversas mudanças precisam ser pensadas e postas em prática. A dissolução do sistema capitalista é prontamente, a alternativa que pode frear, ou minimizar, o colapso ambiental, contudo, parte dessa dissolução corresponde à desconstrução da separação ontológica entre sociedade e natureza,

humanos e não humanos. Vale a pena atentar para a centralidade da percepção de existência das coisas, sendo este o caminho para iniciar a construção de teorias verdadeiramente desinteressadas do lucro, e atravessadas pela emergência do Antropoceno. É urgente provocar a paralisação dos conflitos socioambientais, tão corriqueiros no atual sistema econômico.

4.2 O PENSAMENTO POLÍTICO SUBORDINADO AO CAPITALISMO

A política na Grécia antiga, apresentada embrionariamente através da implementação de uma palavra específica para referenciar as relações de poder (a política), que eram regidas de forma comunitária, compõe a parte catalogada da história nesse entorno (Singer; André, 2021). Era o início de uma busca por definição e organização política, a qual depois, seria adotada também por outras nações. Diante das informações referentes a um suposto início do pensamento político, mesmo que tais dados sejam generalizantes, precisam ser considerados para o presente capítulo, tendo em vista uma única finalidade: identificar processos históricos relevantes para a construção dessa ciência. Não se pode também ignorar a reafirmação de uma teoria histórica linear, que escalona as ações humanas de diversos contextos sócio-históricos, como se os processos caminhassem para um desenvolvimento comum, o que não se busca reforçar aqui.

A característica de se inspirar na forma de organização política da antiguidade, passada da Grécia à Roma (Singer; André, 2021), é pensada por Constant (1985) que, ao apontar o espelhamento da democracia moderna na democracia antiga, de forma literal, levaria a democracia em construção ao fracasso. Este autor afirma a existência de incoerências no exercício da igualdade e da liberdade, sendo

que o comércio individualizado e a democracia representativa trariam firmeza às sociedades modernas. A democracia representativa que seria posta em exercício corrobora com a liberdade da vida privada. Diante da centralidade do comércio, pode-se perceber sua observação direcionada às novas formas de trabalho. Enfatiza-se a partir dessa formulação que, para entender as teorias políticas contemporâneas é necessário perceber o advento do capitalismo como basilar (Constant, 1985).

A complexidade das sociedades capitalistas, diferente do que foi reafirmado por muito tempo, não se dá por uma evolução natural das instituições, mas, pelas modificações e transformações históricas. Foram estas que culminaram na atual sociedade capitalista, que possuem esse elemento econômico como um de seus pilares, pois a economia não se apresenta à parte das relações sociais. O elemento econômico tanto compõe as relações sociais, quanto participa delas, desempenha um de seus papéis fundamentais: a estruturação do gerenciamento de poder.

As intensas produções do pensamento político no século XVIII vieram por parte dos iluministas, teóricos da burguesia nascente (Martins, 1991). As obras constituídas no Século das Luzes foram pensadas a partir de uma estrutura econômica específica, no contexto de um processo de ascensão dos burgueses. A estabilização do poder econômico da burguesia, bem como a busca pela captação do poder político, constituía o ambiente histórico-econômico e social para o iluminismo (Marx, 1998).

No empenho da burguesia em desarticular a relevância política da igreja e da monarquia, os iluministas foram fundamentais nas formulações sobre a razão, a dissolução do feudalismo, fundamentos de liberdade e igualdade. O atrelamento dos teóricos do iluminismo aos burgueses fez eclodir os chamados reacionários (Hobsbawm, 2009),

visto que incitam os trabalhadores a destituírem o feudalismo (Marx, 1998) e em seguida, vieram a se tornar conservadores, como os monarcas. No início desses processos, se dava a articulação de suas contribuições teóricas, no sentido de que pudessem embasar as necessidades de mudanças na sociedade feudal. Ocorre então, a união entre as teorias desenvolvidas sobre liberdade, igualdade e fraternidade e as instabilidades econômico-sociais da classe trabalhadora, promovendo os levantes revolucionários, com a finalidade de pôr em ação as teorizações liberais (Hobsbawm, 2009). O período de revolta na Europa, empiricamente demonstra as relações econômicas entrelaçadas às transformações sociais (Marx; Engels, 1998).

O aspecto do capitalismo está longe de se desligar das teorias e do pensamento político, uma vez que esse modelo econômico gerencia e controla as instituições e o Estado. Nesse aspecto, Marques (2016) argumenta que as corporações detêm total controle sobre as ações fundamentadoras do Estado. As funcionalidades estamentais são gerenciadas a partir da lógica de mercado privado, para fortalecer os lucros das empresas e minimizar seus danos, de forma que exista uma espécie de tutela governamental sob essas corporações: os grandes paraísos fiscais podem ser exemplos claros e simples dessa relação.

Dentre as contribuições teóricas ao pensamento político contemporâneo, a ideia que entende o capitalismo como o sistema ideal e mais expressivo do desenvolvimento humano (Giddens, 1998) foi enfatizada por Marx Weber, nas suas formulações sociológicas, econômicas e políticas. Como pontua Held (1957), as concepções postas por Weber se desligam da concepção de democracia como governo do povo, mas formulam assim, o *Elitismo Competitivo*.

O *Elitismo Competitivo* reitera a existência de elites intelectuais e políticas, para administrar as massas, sendo a democracia apenas

uma forma de escolher quem tomará as decisões políticas. A teoria elitista também se apropria da conceituação de burocracia, constituindo um incentivo gradual à perda de humanidade, que seria substituída pela burocratização e pela racionalização (Giddens, 1998), sendo a base de gerenciamento das relações capitalistas atualmente, o que é agrupado e corrobora com as tendências da democracia minimalista.

Assim como Weber inicia as teorias do *Elitismo Competitivo*, Joseph Schumpeter e Robert Dahl tiveram muita influência para o entendimento do que seria a aplicação da democracia real e da política na prática. Schumpeter via a democracia como um método que se desliga da definição clássica de política, retirando do povo a centralidade e imprimindo aos governantes e às elites mais ênfase (Held, 1957). Robert Dahl, em uma mesma linha de minimização do que seria a democracia em um governo, constrói os mecanismos que compõem a democracia e seu sistema eleitoral, criando características que permitem apontar quais governos são ou não democráticos (Dahl, 2005).

As contribuições de Weber, Schumpeter e Dahl são construídas dentro de uma lógica capitalista, pensando nas grandes expansões territoriais, bem como no gerenciamento das pessoas de forma mais mecanizada e pacífica. Os autores colaboram para minimizar as conceituações que se preocupam com a democracia e a participação popular; cada um, a seu modo, colaborou para a adaptação das pessoas à lógica de mercado e ao fortalecimento econômico através da crescente globalização. Os pensadores mencionados não formularam seus estudos sem os teóricos que os antecederam, seja a partir da crítica ou da atualização, visto que, é uma longa trajetória de pensamentos políticos sobre o capitalismo, colaborando com a forma de se organizar nos moldes e enfatizando sua manutenção.

4.3 RAÍZES DA POLÍTICA BRASILEIRA E O PENSAR CAPITALISTA

Na construção de um pensamento político brasileiro, diversos aspectos se misturaram nos grandes ensaios produzidos por grandes nomes dentro e fora da academia, como Caio Prado Júnior, Raimundo Faoro e Celso Furtado, envolvendo as relações sociais, culturais, econômicas e políticas. Esses três autores se encontram no campo de análise sobre o fazer econômico do Brasil, bem como na perspectiva de desenvolvimento e na busca incessante por uma nação moderna. O anseio por construir um país moderno, através do desligamento de suas raízes atrasadas, permeia toda a contribuição desses estudiosos.

A constante inspiração no modo de ser europeu, que tanto fez parte da construção de uma concepção do que deve ser o povo brasileiro, pode ser encontrada nas obras dos autores mencionados (Saliba, 2012). De certo, as definições do que vem a ser sociedade brasileira exigiu adaptações a partir das realidades locais, contudo, não é errôneo enfatizar que desde as instituições, até os partidos políticos, as experiências de países terceiros tiveram influência mais do que significativa. As realizações políticas em países de centro seriam utilizadas como demonstração do que é a política em seu bom funcionamento, mas, em países periféricos, trata-se de buscar identificar o que não permitiu ainda que alcancem o tipo ideal de organização social e econômica.

Euclides da Cunha (2016) aponta que as relações sociais, organização e comparação de toda a estrutura da sociedade brasileira com moldes internacionais imitados foram sempre incentivados, de uma forma que ignora as realidades locais, e que se aplicam a todo custo, mesmo que apenas de forma ilusória. A ilusão de atender a uma expectativa organizacional, estética e social acaba por servir de

vitrine, tal qual a Primeira República, que se constituiu em meio as suas contradições esperançosas e rasas (Saliba, 2012).

4.3.1 CAIO PRADO JÚNIOR

Caio Prado Jr. (*apud* Bueno, 2001) demonstrava a utilização do materialismo histórico dialético de forma clara, pois suas elaborações procuram envolver os processos históricos e materiais, captando seus aspectos econômico, social e político. O esforço teórico-histórico feito por Caio se dá tanto por sua posição intelectual, quanto política, visto que era um militante do Partido Comunista Brasileiro (Prado Júnior, 1982). O teórico e militante encontrava-se imerso na esquerda radical, fato este de conhecimento público, sendo parte da ala brasileira mais progressista, dada sua autoafirmação enquanto comunista. Mesmo Caio Prado Jr. compondo um grupo progressista e de esquerda radical, nas suas produções teóricas é possível identificar a lógica de um pensar capitalista. O cenário brasileiro, de constante dependência à burguesia internacional, incita em Caio Prado Júnior a necessidade de construir a mudança dessa realidade, contudo, ao fazê-lo, se apresenta favorável a que este processo seja composto por pequenas mudanças consecutivas na estrutura econômica e social. O autor, ao focar na construção de uma economia nacional fortalecida e independente, favorecia o pensamento econômico limitado à democracia liberal, sendo o fomento às condições básicas de existência digna no país, o ponto inicial de ação (Prado Júnior; Fernandes, 2000; Prado Júnior, 1979).

Construir um plano de ação palpável e desconectado de possíveis utopias a respeito da reforma agrária no país, pode ser característica das contribuições de Caio Prado Júnior, que visava fortalecer as ações com um fim concreto e realizável na economia brasileira (Prado Júnior, 1979). Então, o direcionamento do comunista Prado

Jr. era que as ações da reforma precisam caminhar dentro da burocracia estatal, o que contrasta com o contexto social de suas produções, visto que as obras específicas da questão agrária se deram em período de ditadura militar, não existindo democracia.

Caio Prado Júnior ilustra um essencialismo nas negociações entre trabalhadores e burgueses locais, mesmo que não tenha sido isso exposto em linhas diretas, expressa esse ponto nos direcionamentos das ações apenas nos limites das leis inerentes ao sistema capitalista (Prado Júnior, 1979). Reafirmando a característica legalista de suas contribuições, ele aponta que os fundamentos da reforma agrária devem alavancar as leis de estabilização dos trabalhadores rurais, assim como as leis que evitem a concentração fundiária (Prado Júnior, 1979). As linhas de ação, direcionadas por Prado Júnior, condizem com sua conceituação de revolução, que se desliga da forma literal da palavra revolução, mas focaliza nos resultados das transformações sociais, mais do que na forma em que se deu o processo de transformação. O caráter de ver uma possível revolução, sem a pretensão de fazê-la em sua forma clássica, demonstra um apego à ala marxista que vê positivamente o aparato estatal constituído na democracia representativa capitalista (Miguel, 2015).

Outro aspecto relevante para a análise das contribuições de Prado Júnior ao pensamento político capitalista brasileiro se dá pelas várias observações do autor a respeito de um suposto atraso do país. A identificação do Brasil enquanto país atrasado e passível de evolução é um ideal corriqueiro até mesmo para um pensamento progressista, pois o entendimento a partir da constante comparação entre o Brasil e outros países é transversal nas teorias políticas que circularam e circulam no imaginário social do país. De acordo com Caio Prado Júnior (1979), pensar as condições de existência das massas menos favorecidas nacionalmente é primordial para enquadrar o Brasil na modernidade econômica e cultural que ronda o mundo.

A teoria de um Brasil que caminhe para a modernidade, essa que é utilizada pelo autor para referenciar o contexto em que os países de primeiro mundo se encontravam, reitera olhares positivos para as instituições pensadas a partir da organização econômica capitalista.

4.3.2 CELSO FURTADO

O pensamento de Celso Furtado e sua contribuição à política econômica brasileira foi articulada inteiramente dentro das estruturas capitalistas globalizadas. Furtado era adepto das teorias desenvolvimentistas, e colaborou com a ideia desenvolvimentista adotada pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL – Colistete, 2001), se tornando um importante teórico brasileiro nessa seara. O autor também lidava com o desenvolvimentismo atrelado às questões de cultura, visando reforçar a importância dos anseios locais na busca por desenvolvimento econômico (Furtado, 2012).

As teorias desenvolvimentistas cepalinas buscavam construir políticas públicas adequadas para atingir seus propósitos, sendo assim, pensavam a política na sua forma mais prática, com ações realizáveis empiricamente. As políticas públicas da CEPAL eram voltadas aos países subdesenvolvidos, com o intuito de superar essa condição (Colistete, 2001).

Celso Furtado pensava na superação do subdesenvolvimento através do incentivo à industrialização, com o avanço tecnológico, atrelado a um nacionalismo cultural. Tanto assim que ele molda a relevância da estrutura dinamizadora de relações internacionais evitando que essa relação prejudique os países subdesenvolvidos, sendo assim, as razões do subdesenvolvimento poderiam ser modificadas internacionalmente, através de políticas consensuais (Furtado, 1971). Apesar deste autor comentar sobre as limitações históricas da condição de subdesenvolvimento, reitera a centralidade das ações

através de políticas públicas; até para a já entendida desvantagem em que os desenvolvidos condicionam os subdesenvolvidos, é pensada em termos de necessárias modificações legislativas (Furtado, 1973).

Além disso, é importante salientar a conexão feita por Celso Furtado entre cultura e desenvolvimento, em que o autor chama a atenção para a preservação cultural do país, mesmo em meio às bulhas do desenvolvimento econômico, e este desenvolvimento, por sua vez, precisa se manter interligado às condições culturais da nação (Furtado, 2012). O desenvolvimento necessita atender às necessidades culturais. A concepção de preservar as individualidades culturais de cada país pode ser uma tarefa irrealizável, visto que a lógica desenvolvimentista tem os parâmetros pré-estabelecidos internacionalmente e mundialmente, resultando no que Furtado alertou como uma desconexão entre o meio e seus objetos atuantes.

4.4 PENSAMENTO POLÍTICO E COLAPSO AMBIENTAL

Florestan Fernandes (1976) fala a respeito do papel do conhecimento científico sem se limitar intelectualmente às necessidades de manutenção capitalista, posicionando-se não apenas em produções com resultados práticos, mas contribuindo para transformações ou revoluções na sociedade. O autor sempre faz uso do caráter de mudança que permeia a humanidade e o mundo, contrapondo-se ao pessimismo acadêmico que não vê possibilidades materiais de grandes mudanças sociais.

Reforçar o debate a respeito da necessidade de transversalidade do colapso ambiental nas Ciências Sociais, principalmente na Ciência Política, é uma urgência teórico-prática. Segundo Leff (2003), essa emergência da ecologia política envolverá um novo paradigma

conceitual, que deverá reestruturar as sociedades capitalistas. As condições de coexistência entre capitalismo e seres vivos vêm se mostrando inexistentes, o que torna o pensamento político contemporâneo responsável por repensar suas questões centrais, tal como outras ciências sociais (Leff, 2003; Marques, 2016).

É preciso reiterar a diferença estrutural entre as pseudoteorias de desenvolvimento sustentável e a nova perspectiva socioambiental. O desenvolvimento sustentável, juntamente ao conceito de capitalismo verde, demonstra ano após ano, sua incapacidade de realização, sendo assim, o capitalismo sustentável gera teorias em cima de hipóteses que constantemente, se comprovam falsas. A prova concreta disso está para além das observações feitas a olho nu, pois se explica a partir das condições engendradas pela lógica do capital (Marques, 2016). A acumulação incessante de capital, a extração desenfreada dos recursos para fins acumuladores e a pouca distribuição de renda são elementos indissociáveis dessa organização. Marx (2013) afirma que o próprio equilíbrio da composição orgânica do capital é o desequilíbrio acentuado entre o capital variável e o capital constante, em que o capital variável é aquele investido na força de trabalho, e o capital constante é o investimento nos meios de produção. O capital constante precisa crescer em detrimento do capital variável, esse é o equilíbrio esperado para o acúmulo incessante de capital.

Também são irrealizáveis as muitas metas de sustentabilidade estabelecidas internacionalmente pelas grandes corporações com apoio estatal, novamente por uma questão existencialista, o que Marques (2016) chama de lógica corporativista. Uma das metas estabelecidas mundialmente é a tentativa de zerar as emissões de carbono até o ano de 2060, através de metas menores e anuais, o que não vem ocorrendo, pois, na COP29 (Conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas) realizada em 2024, ficou evidente novas adaptações para tentar atingir essas metas, mas que não estão sendo

cumpridas. Em contraponto, se houvesse o cumprimento dos objetivos idealizados, ocorreria a perda daqueles elementos característicos do sistema, que deixaria então de ser capitalismo. No entanto, também é válido ressaltar que é impossível seguir com a mesma lógica econômica em curso, pois os índices catastróficos de degradação ambiental apontam ambientes inabitáveis pela humanidade e condições insalubres de sobrevivência (Marques, 2016).

Algumas das mencionadas contradições presentes no capitalismo verde são relativizadas e legitimadas através de concepções disseminadas pela classe dominante, que utiliza desde de aparatos midiáticos a educacionais. As ideias de desenvolvimento, progresso e modernidade, articuladas aos moldes de padrões das grandes metrópoles capitalistas, precisam ser contornadas no imaginário social das populações ocidentais (Leff, 2003). Esses conceitos são exemplos de modificações superficiais e pouco efetivas, mas com grande capacidade de absorção pela sociedade. Contudo, antes de desmistificar esses conceitos, popularmente disseminados, é necessário compreender o início gerador do conflito, com a operação indicada no início deste opúsculo, ou seja, é preciso discernir e separar o viés ontológico entre sociedade e natureza, pois se trata de um início fundamentalmente conturbado, ideológico e político.

Por ontologia entende-se o “[...] estudo ou conhecimento do Ser, dos entes ou das coisas tais como são em si mesmas, real e verdadeiramente” (Chauí, 2000, p. 266). Fazendo uso dessa definição filosófica demonstra-se a necessidade de um debate que radicalize a reestruturação de conceitos previamente definidos e repassados nas sociedades capitalistas. Almeida (2003) aponta que o espaço da ontologia, do ser e dos entes sociais são permeados por disputas políticas, que podem afirmar existências, mas também pode apagá-las. A abrupta distinção entre seres humanos e natureza se desdobra em diversas outras questões, que respectivamente definem os humanos

como seres racionais e a natureza, juntamente de seus elementos, irracionais (Moore; Patel, 2017).

Conseqüentemente, o conceito de recurso natural se torna corriqueiro e irrefutável, visto que o ser racional precisa dominar o irracional (Moore; Patel, 2017), mesmo que essa dominação favoreça verdadeiramente apenas à burguesia. A ontologia é um ambiente de disputas, pelo fato de coexistirem ali inúmeros e distintos povos, comunidades e sociedades, que não seguem essa lógica de pensamento, comprovando as diversas possibilidades de se pensar a relação entre os seres vivos, animados e não animados.

Sobre essa relação homem e natureza, é perceptível em muitas produções teóricas indígenas a inexistência da separação tipicamente ocidental entre sociedade e natureza (Krenak, 2019; Kopenawa, 2010), reforçando a condição inseparável desses conceitos.

Separar em duas esferas distintas os seres humanos e a natureza é construir legitimações próprias que precisam ser constantemente reafirmadas na sociedade capitalista, legitimações essas que são necessárias devido às catástrofes ambientais que o atual sistema econômico gera. Dito isso, os conceitos de progresso, desenvolvimento e modernidade, explorados por Caio Prado Jr e Celso Furtado, só são possíveis através da ruptura ontológica apresentada e só podem ser alcançados através de procedimentos específicos com base no uso desenfreado da natureza. O progresso, em parte, pode ser entendido como evolução tecnológica e econômica, mas também envolve dicotomias sociais que constantemente buscam apresentar aqueles que não fazem parte do progresso e que o atrapalham. Nesse ponto, retoma-se o conceito de separação ontológica, pois, se existem povos que não idealizam a natureza como recurso, tão pouco se enxergam fora dela, sua forma de se relacionar com outros seres, que pensam e agem diferente disso, é impactada (Dupas, 2007).

Dupas (2007), ao demonstrar as melhorias que a tecnologia trouxe aos seres humanos não leva em consideração para quem essas melhorias chegam de forma efetiva, já que dados apontam uma alta desigualdade digital (Focus, 2023). Além disso, a implementação de tecnologias no mercado de trabalho dentro do capitalismo não busca facilitar o trabalho, mas aumentar os lucros e a superexploração dos trabalhadores (Antunes, 2018). Outro impacto de tecnologias nas relações de trabalho são os altos índices de transtornos psicológicos entre profissionais de tecnologia (Henrique, 2022). Contudo, Dupas (2007) bem pontua que a globalização incitada pelo progresso utiliza todos os espaços do globo para gerar mais capital, mas não assume qualquer responsabilidade socioambiental. Então, para se chegar ao progresso, os limites no planeta são ignorados e, nesse aspecto, o desenvolvimento também possui a mesma lógica de existência. As teorias desenvolvimentistas não só são irreais e idealizadoras pela impossibilidade capitalista de todos os países serem igualmente desenvolvidos (Marques, 2016; Acosta, 2016), como também é materialmente impossível produzir acúmulo de capital sem mediar um fim. O colapso ambiental é certo.

Se a organização capitalista é geradora da catástrofe ambiental por vir, ela também é aquilo que cria mecanismos ideológicos e materiais para inibir qualquer mudança radical da situação. A ciência política, por historicamente estar desempenhando um papel de pensar reformas dentro do capitalismo, ela em si mesma precisa se reformular. Como bem coloca Acosta (2016), é preciso sujeitar-se aos limites do planeta, o que também exige da política que pense a partir disso. Iniciar o processo de expor e desincorporar as lógicas do sistema capitalista, instaladas no pensamento político contemporâneo, é um ponto de partida a ser articulado com as práticas básicas da ecologia, complexificando e politizando o debate (Little, 2006).

Diante do que foi exposto e dos resultados que inúmeras análises evidenciam para desacelerar o antropoceno, é preciso parar as estruturas capitalistas materiais e imateriais, bem como aprender com outras experiências não ocidentais (Marques, 2016).

4.5 CONCLUSÃO

As discussões em torno do antropoceno tornam cada vez mais evidente a necessária articulação entre distintas áreas do conhecimento. O processo de incorporar a Ciência Política no campo teórico do colapso ambiental precisa envolver a identificação de elementos próprios do capitalismo, que atrapalham o avanço radical do debate. A percepção do que precisa ser feito não é uma simples tarefa de modificar metodologias ou métodos, mas sim, transformar ontologias e epistemologias. Por essa razão, o trabalho coletivo e empenhado é tão importante nesse momento.

As mudanças teóricas previstas precisam tomar como base não os discursos desmotivadores de que a realidade já está dada e de que o capitalismo é estático e não destituível. Mas apoiarem-se na característica histórica e social de transformações em que os seres vivos sempre estiveram envolvidos. A possibilidade de revolução social, em seu sentido transformador, não pode ser apagada, mas sim, reforçada, tomando por exemplos as inúmeras organizações sociais que não seguem a lógica de existência capitalista, que se nutrem a partir de outras relações cosmológicas.

O presente estudo objetivou demonstrar a inter-relação construída historicamente entre o capitalismo e a Ciência Política, de forma sucinta, percorrendo e incorporando os conhecimentos produzidos pela formação do pensamento político brasileiro. O esboço de uma nova forma de pensamento político é apresentado com o in-

tuito de contribuir para a discussão, indicando oportunidades para incorporar novos elementos a essas concepções, visto as inúmeras possibilidades de abordagem da temática. As diversas teorias que podem se aprimorar, completar e até mesmo refutar ideias apresentadas pelo presente trabalho podem ser exploradas futuramente, visto que esta breve análise parte do anseio de ampliar o debate em torno colapso ambiental previsto.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Mauro W. B. Caipora e outros conflitos ontológicos. **Revista de Antropologia da UFSCar**, São Paulo, v. 5, n. 1, jan.-jun., p. 7-28, 2013.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BUENO, Fábio Marvulle. Considerações sobre o pensamento de Caio Prado Júnior. **Formação Econômica**, Campinas, n. 7, jun. 2001, p. 71-82, 2001.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.
- COLISTETE, Renato Perim. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 41, 2001.
- CONSTANT, Benjamin. Da liberdade dos antigos contraposta à dos modernos. *In*: ROSENFELD, Denis (org.). **Filosofia Política**. Porto Alegre: LPM Editores, 1985.
- DAHL, Robert, A. **Poliarquia: participação e oposição**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 6, n. 14, 1992.

FLORESTAN, Fernandes. **A sociologia no Brasil**: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1976.

FOCUS, Brasil. Desigualdade digital. **Revista Focus Brasil**, mar. 2023. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2023/03/05/desigualdade-digital/#:~:text=Em%20recortes%20da%20pesquisa%2C%20vai,o%20fazem%20pelos%20dispositivos%20m%C3%B3veis>. Acesso em: 1 mar. 2024.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

FURTADO, Celso. Que somos? *In*: FURTADO, Rosa Freire d'Aguiar (org.). **Ensaios sobre cultura e o Ministério da Cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2012. pp. 29-41.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Nacional, 1967; Lisboa: Dom Quixote, 1971.

GIDDENS, Anthony. **Política, sociologia e teoria social**: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. São Paulo: Fundação Editora da USP, 1998.

HELD, David. **Modelos de democracia**. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.

HENRIQUE, Thiago. Profissionais de tecnologia são os que mais sofrem transtornos psicológicos. **Dio.**, 13 nov. 2022. Disponível em: <https://www.dio.me/articles/profissionais-de-tecnologia-sao-os-que-mais-sofrem-transtornos-psicologicos>. Acesso em: 10 set. 2024.

HOBSBAWM, E. **A primavera dos povos**. A era do capital (1848-1875). São Paulo: Paz e Terra, 2009.

KOPENAWA, David; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um Xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEFF, Enrique. La ecología política em América Latina: un campo em construcción. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 17-40, jan./dez. 2003

LIMA, G. A. B. Raymundo Faoro e seus contemporâneos: as apropriações de Os donos do poder na imprensa e as oposições à ditadura militar em meados dos anos 1970. **Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, mai./ago. 2015.

LITTLE, P. E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico-metodológico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

MARINI, Ruy Mauro. La sociología latinoamericana: origen y perspectivas. Archivo de Ruy Mauro Marini, con la anotación: “Ponencia Sociología”, 7 ago. 1994. **Acervo da Unam**. Disponível em: <https://marini-escritos.unam.mx/?p=1053>. Acesso em: 8 set. 2024.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas: Editora Unicamp. 2016.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MIGUEL, Luis Felipe. **Desigualdades e democracia: o debate da teoria política**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

MOORE, Jason W.; PATEL, Raj. **Natureza barata: uma história do mundo em sete coisas baratas**. Tradução: Gustavo Nassif,

Disponível em: <https://www.intempestiva.org/in%C3%ADcio/alamut-biblioteca/artigos/raj-patel-natureza-barata/>. Acesso em: 9 set. 2024.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

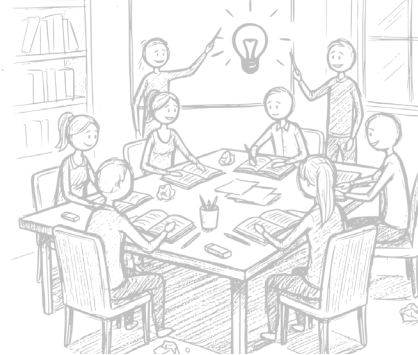
PRADO JÚNIOR, C.; FERNANDES, F. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. 4 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História**. São Paulo: Ática, 1982. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

SALIBA, Elias Thomé. Cultura: as apostas na República. *In*: SCHWARCZ, Lilia (Coord.). **A abertura para o mundo – 1889-1930**. História do Brasil Nação: 1808-1910, Volume 3. São Paulo: Objetiva, 2012.

SINGER, André Vitor; ARAUJO, Cícero Romão Resende de; BRITO, Leonardo Octavio Belinelli de. **Estado e democracia: uma introdução ao estudo da política**. 1. ed. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2021.

05



Feminismo e futebol feminino no Acre:

Vozes, resistências e desigualdades de gênero sob o prisma das teorias de Rose Marie Muraro

Larissa Silva Pinto¹

5.1 INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais em sua definição mais comum, encontram-se atrelados a formas de organização popular para protestar contra direitos violados e também lutar pela conquista de novos direitos. São organizações voltadas ao combate às diferentes formas de discriminação ou desigualdade social, sendo indispensável para a conquista ou manutenção da democracia (Silva; Silva, 2019).

Assim, o movimento feminista tem desempenhado um papel essencial na luta pela igualdade de direitos, na desconstrução das es-

¹ Larissa Silva Pinto é discente da Licenciatura do Curso de Ciências Sociais da Ufac. E-mail: larissa.pinto@sou.ufac.br.

truturas sociais que mantêm as mulheres em posições de subordinação. Desde o final do século XIX e ao longo do século XX, o feminismo ganhou força ao redor do mundo, articulando-se de acordo com as realidades sociopolíticas locais. Globalmente, o feminismo tem sido fundamental para questionar as normas de gênero e os padrões impostos às mulheres, sendo um movimento que visa à autonomia, liberdade e justiça. No Brasil, o movimento se consolidou a partir de meados do século XX, com um engajamento crescente no combate à desigualdade, à sexualização do corpo feminino e à violência contra as mulheres.

Nesse sentido, a sexualização do corpo da mulher, por sua vez, continua sendo um dos maiores obstáculos na busca pela igualdade, onde o corpo feminino, historicamente restrito a um objeto de desejo e prazer, serve como um campo de luta no movimento feminista e essa sexualização reflete a opressão das mulheres, que são constantemente colocadas em posições de submissão e objetificação dentro das estruturas de poder. Tais práticas são reforçadas tanto pela mídia quanto pelas normas culturais, mantendo as mulheres em uma posição subalterna.

A desigualdade de gênero é um fenômeno social persistente, sustentado por estruturas patriarcais que determinam os papéis e espaços ocupados pelas mulheres na sociedade. De acordo com Muraro (1983), a construção social da mulher no Brasil está diretamente relacionada com o controle sobre seu corpo e sua sexualidade, reforçado por dinâmicas de classe e poder. Essa realidade se manifesta de forma intensa no estado do Acre, onde as mulheres enfrentam desafios tanto na esfera pública quanto privada, sendo vítimas de violência estrutural e simbólica.

Com isso, é fundamental destacar o trabalho de Rose Marie Muraro, uma das pioneiras do movimento feminista no país na década-

da de 1970. Seu pensamento foi popularizado pelo seu modo contestador, corajoso e inovador, que discute abertamente temas que eram tabus e proibidos naquela época, o que lhe rendeu algumas agressões e preconceitos, mas que foram suplantados por sua personalidade marcante e sensível. Ao longo de sua carreira, Muraro se dedicou ao estudo e à escrita sobre a posição das mulheres na sociedade, trazendo à tona questões como a sexualização do corpo feminino, a violência simbólica e real contra as mulheres e as formas de emancipação. Suas obras se destacam pela crítica às estruturas patriarcais e pela defesa de uma sociedade em que as mulheres tenham o direito de viver plenamente, sem restrições impostas pela cultura machista.

A autora também se preocupava com as especificidades das lutas feministas no Brasil, trazendo uma reflexão crítica sobre a opressão cultural e social que atravessa as diferentes regiões do país. Ao compreender as complexidades das lutas, ela contribuiu para o fortalecimento do movimento, com uma visão mais diversificada sobre as desigualdades estruturais que afetam mulheres de diferentes classes, etnias e regiões (Muraro, 1971).

No contexto do Acre, os movimentos feministas enfrentam desafios para criar uma articulação local que dialogue tanto com questões nacionais quanto com as especificidades regionais, sendo uma luta marcada por desafios relacionados à cultura local, ao isolamento geográfico e à falta de recursos e apoio institucional. No entanto, é também um meio com diversas temáticas para debates sobre a estrutura de poder, a opressão social, e o papel da mulher no contexto social e político. As mulheres acreanas estão organizadas em diferentes frentes, abordando questões como a violência doméstica, a desigualdade salarial, os direitos reprodutivos, culturas e a participação política, criando uma rede de apoio e engajamento para fortalecer a voz das mulheres na política local.

Portanto, este capítulo pretende analisar o impacto do movimento feminista no Acre, considerando suas lutas, avanços e desafios, tendo como um dos focos o futebol feminino. Esta análise será feita a partir de uma perspectiva teórica que dialoga com as ideias de Rose Marie Muraro, que sempre enfatizou a importância de compreender as múltiplas facetas da opressão e a necessidade de transformação de uma estrutura de poder historicamente desigual (Muraro, 1983; 1996).

5.2 METODOLOGIA

Esta pesquisa é qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, conduzida por meio de revisão bibliográfica e aplicação de questionário. A revisão teórica teve como base obras publicadas entre os anos de 1969 e 2023, com foco em autoras do pensamento feminista como Rose Marie Muraro, Heloísa Buarque de Hollanda, bell hooks, Simone de Beauvoir, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro. Foram utilizadas plataformas como Google Acadêmico, SciELO e o repositório de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para seleção dos textos, também foram incluídos estudos específicos sobre o contexto amazônico e os movimentos feministas no estado do Acre.

Como instrumento de coleta de dados, foi aplicado um questionário online, elaborado na plataforma Google Forms, sendo direcionado a mulheres envolvidas com o futebol feminino no Acre, como atletas, técnicas e colaboradoras. A amostra foi composta por 20 participantes, com o objetivo de mapear o nível de conhecimento sobre o feminismo, a percepção sobre sua influência no esporte, e identificar desigualdades de gênero presentes nesse contexto.

Os dados obtidos foram analisados de forma interpretativa, em diálogo com os conceitos centrais do feminismo, especialmente os desenvolvidos por Muraro, com foco na opressão estrutural, sexualização da mulher e exclusão dos espaços de poder.

5.3 O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL

Percebe-se que o caminho entre os direitos das mulheres e as lutas pela igualdade das minorias em geral, estão sempre entrelaçados. Ao longo de sua trajetória, as mulheres foram reprimidas de diversas formas, sem direito à educação, ao voto e até mesmo a decisões sobre o próprio corpo. Assim, o movimento feminista surgiu como uma tentativa de combater essa opressão histórica, sendo sua luta voltada para o direito de ter direitos, além da igualdade com os homens, autonomia social e política, o fim da violência contra a mulher e o estupro, o direito ao aborto seguro e legal, o direito ao divórcio e à igualdade salarial.

De acordo com Teles (1999), no período colonial, as mulheres eram ensinadas apenas para desempenharem tarefas domésticas, como lavar, coser e fazer renda. Outras atividades, como leitura, escrita e cálculos, eram permitidas aos homens. Se, porventura, alguma mulher demonstrasse interesse em aprender, era frequentemente rotulada como “bruxa”, pelo simples desejo de adquirir conhecimento.

Dessa forma, a educação feminina era responsabilidade da Igreja Católica, o que fazia com que as mulheres se tornassem tímidas, ignorantes e submissas. Seus valores e ideias passaram a ser tradicionalmente conservadores e atrasados (Teles, 1999, p. 19-20). Vale ressaltar que essa realidade se refere às mulheres brancas, que ainda possuíam alguns privilégios em relação às negras. As mulheres bran-

cas estavam subordinadas aos maridos e à igreja, reprimidas tanto no ambiente doméstico quanto pela sociedade conservadora. Em contrapartida, as mulheres negras enfrentavam a escravidão e a opressão de gênero, sendo vítimas frequentes de violência sexual por parte de seus senhores. Dessa forma, seguindo a lógica da pirâmide social, os homens brancos, no topo, reprimiam as mulheres brancas, que, por sua vez, estavam acima das mulheres negras, as quais ocupavam a base da estrutura da opressão.

Durante o século XIX, no contexto da independência do Brasil, surgiram revoltas sociais significativas, especialmente em prol da libertação dos escravizados. Nesse cenário, processos de urbanização e imigração em larga escala, começaram a modificar a economia, a política e a sociedade. Essas transformações abriram espaço para novas ideias e para uma participação mais ativa das mulheres, que começaram a questionar sua condição e o papel que desempenhavam (Teles, 1999, p. 29).

Foi nesse contexto que nasceu a primeira onda do movimento feminista, quando muitas mulheres passaram a questionar seu papel na sociedade e a reivindicar direitos, como o acesso à educação formal. Em 1881, a primeira mulher branca² ingressou em uma universidade brasileira, e em 1887, ocorreu a formatura da primeira mulher branca no curso de Medicina. A partir da segunda metade do século XIX, muitas mulheres brancas e de classe média se envolveram em organizações abolicionistas, não necessariamente por empatia com o povo negro, mas porque viam no movimento uma oportunidade de demonstrar sua capacidade de participação na política. Uma figura de destaque nesse período foi Nísia Floresta, considerada a primeira

2 Rita Lobato Velho Lopes se formou em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1887.

feminista brasileira, que defendeu a abolição da escravidão, a educação feminina e a emancipação das mulheres.

No Brasil, Bertha Lutz liderou a luta pelos direitos políticos das mulheres. Conforme Pinto (2003), esse movimento, apesar de sua importância, não tinha como objetivo modificar as relações de gênero e a estrutura patriarcal, mas sim garantir a inclusão da mulher como cidadã. Assim, foi considerado um “feminismo bem comportado”, pois não desafiava diretamente a ideologia sexista vigente. A primeira vertente do feminismo era composta por mulheres brancas e burguesas, que tiveram acesso à educação desde cedo e, por isso, começaram a reivindicar seus direitos como cidadãs. Em 1910, foi criado o Partido Republicano Feminino, liderado por Leolinda Dalto, que defendia não apenas os direitos políticos, mas também a emancipação e independência das mulheres (Pinto, 2003, p. 18). A luta pelo sufrágio no Brasil culminou na conquista do direito ao voto feminino em 1932, durante o governo de Getúlio Vargas.

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, consolidaram-se diversas vertentes da segunda onda do movimento feminista no Brasil, entre elas o feminismo liberal, o marxista e o radical. As mulheres do movimento liberal concentravam-se na luta pelos seus direitos individuais, enquanto as marxistas pautavam suas reivindicações na luta de classes, mas ambas vertentes possuíam caráter essencialmente político, tratando a luta da mulher como uma questão coletiva. Em contrapartida, as feministas radicais abordavam a condição feminina de forma mais aprofundada, expondo sem reservas a opressão vivida pelas mulheres. Por conta disso, essa ala era menos aceita pela sociedade, pois também estava associada aos grupos comunistas da época, o que desagradava os militares (Pinto, 2003).

Nesse contexto, muitas mulheres tiveram seu primeiro contato com o movimento feminista por meio de viagens internacionais, es-

pecialmente para a Europa, onde o movimento estava em expansão. Além disso, a literatura importada da Europa e dos Estados Unidos, com autoras como Simone de Beauvoir, Betty Friedan e Kate Millett, teve um papel importante na disseminação das ideias feministas no Brasil. Outra forma de contato com essas ideias ocorreu por meio da correspondência com brasileiras exiladas, que compartilhavam materiais importantes para o entendimento do movimento, pois com a implementação do AI-5, em 1968, muitos brasileiros foram obrigados a deixar o país devido à perseguição política dos militares.

Entretanto, a adesão ao feminismo não foi bem recebida por seus companheiros, mesmo entre aqueles de esquerda que militavam pela libertação e pela democracia. Para esses homens, o feminismo representava uma dupla ameaça: tanto à unidade da luta do proletariado contra o capitalismo quanto ao próprio poder que exerciam dentro das organizações políticas e em suas relações pessoais. Conforme Pinto (2003, p. 53), “à unidade da luta do proletariado para derrotar o capitalismo ao próprio poder que os homens exerciam dentro dessas organizações em suas relações pessoais”. Ou seja, mesmo os militantes de esquerda resistiam a abrir mão do poder que tinham dentro do ambiente doméstico.

Diante desse cenário, as mulheres exiladas organizaram diversos grupos de debates na Europa, onde a organização mais importante foi o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris (1975-1979), que reuniu brasileiras exiladas e francesas para debater temas como a autonomia feminina e a relação entre feminismo e luta de classes. Enquanto isso, no Brasil, o movimento feminista crescia lentamente, de maneira cautelosa, devido à repressão do regime militar. O feminismo era amplamente mal visto no Brasil, sendo rechaçado tanto pelos militares quanto pela esquerda e pela sociedade conservadora, que ainda reproduzia valores patriarcais arraigados. Esse desprezo era evidente em veículos da imprensa, como o jornal *Pasquim*, que

ridicularizava qualquer manifestação feminista, associando a libertação dos costumes à vulgarização da imagem da mulher (Pinto, 2003).

Paralelamente, durante a ditadura militar, a inserção das mulheres no mercado de trabalho cresceu consideravelmente. Embora esse fenômeno representasse oportunidades de independência financeira e autonomia social para algumas mulheres, especialmente aquelas de classe média com acesso à educação, a realidade para a maioria ainda era de exploração. De acordo com Teles (1999), as mulheres trabalhavam mais e ganhavam menos do que os homens, além de enfrentarem a dupla jornada de trabalho, acumulando funções no lar e no emprego, onde também eram mais vulneráveis a condições abusivas, pois não reclamavam das ordens impostas pelos patrões por medo de represálias.

No Brasil, muitas mulheres participavam ativamente da luta contra a ditadura militar. O primeiro grupo de mulheres feministas no Brasil surgiu em São Paulo, no ano de 1972. De forma compassada, os temas relacionados ao feminismo passaram a fazer parte dos eventos e fóruns nacionais, como ocorreu na reunião da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), em Belo Horizonte, no ano de 1975. Neste mesmo ano, aconteceram mais dois encontros, nos quais surgiram debates sobre as causas do movimento feminista, foram eles: o Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista, realizado em São Paulo e o da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, o qual deu origem ao Centro da Mulher Brasileira (Alves; Alves, 2013, p. 115).

Mesmo com algumas conquistas ao longo do século XX, a sociedade patriarcal continuava a impor barreiras significativas. Cansadas da opressão e da desvalorização, muitas mulheres resolveram lutar ativamente por seus direitos durante o regime autoritário. Enfrentaram resistência até mesmo dentro de suas próprias famílias, que esperavam delas apenas o papel de filhas, esposas e mães. Entretanto, desafiaram esses preceitos e participaram ativamente de grupos estudantis, sindicatos e até guerrilhas. Apesar disso, dentro

das organizações revolucionárias, também eram oprimidas, pois apenas homens ocupavam cargos de liderança, e suas pautas femininas eram frequentemente desconsideradas. Segundo relatos de Suzana Lisboa, militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), a participação feminina na luta armada era vantajosa para os grupos revolucionários, pois as mulheres passavam despercebidas pelos militares (Teles, 1999, p. 72-73).

Quando capturadas, as mulheres eram submetidas a torturas ainda mais cruéis do que aquelas aplicadas aos homens, pois além de serem espancadas e humilhadas, sofriam violência sexual. Para os torturadores, essas mulheres cometiam uma dupla transgressão: desafiavam tanto o regime militar quanto a ordem patriarcal. Muitas relataram ter sido submetidas a choques elétricos nos seios e ouvidos, além de serem violentadas com objetos; mulheres grávidas eram brutalmente torturadas e forçadas a abortar, sob a justificativa de que isso impediria “o nascimento de um comunista” (Teles, 2022).

Entretanto, a luta das mulheres não se restringiu à guerrilha, pois muitas se organizaram em frentes pacíficas, como o Movimento Feminino pela Anistia, fundado por Terezinha Zerbin, e era formado por mães, esposas e irmãs de militantes desaparecidos, presos políticos e exilados. A organização teve papel crucial na mobilização pelo retorno dos exilados e pela libertação dos presos políticos. Em 1978, seus esforços resultaram na aprovação da Lei da Anistia.

Com o avanço da imprensa feminista, surgiram jornais importantes, como *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio*, que deram voz às reivindicações femininas e contribuíram para a conscientização das mulheres sobre sua condição (Teles, 1999). No fim da ditadura militar, na década de 1980, o movimento feminista brasileiro consolidou sua influência na política, resultando na criação do Conselho

Nacional dos Direitos da Mulher e na ampliação de políticas voltadas à equidade de gênero.

No século XXI, as mulheres começaram a ocupar mais espaços políticos e sociais. Em 2006, foi sancionada a Lei Maria da Penha, voltada à proteção das mulheres contra a violência doméstica. Em 2010, Dilma Rousseff tornou-se a primeira mulher eleita presidente do Brasil, representando um marco na história da luta feminista. Também é fundamental destacar a contribuição de duas autoras-referência no movimento feminista no Brasil: Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro.

Primeiramente, Lélia Gonzalez foi uma das pioneiras na interseccionalidade entre gênero e raça no Brasil. Seu trabalho abordou a dupla discriminação vivida pelas mulheres negras, que enfrentam tanto o racismo estrutural quanto o machismo dentro da sociedade brasileira. Em suas análises, Gonzalez denunciou a invisibilidade das mulheres negras dentro do feminismo tradicional, e do movimento negro, reivindicando um espaço de protagonismo para elas. Seu conceito de “amefricanidade” propunha um olhar decolonial sobre as mulheres negras no Brasil, enfatizando a importância da cultura afrodescendente na formação da sociedade brasileira (Hollanda, 2019).

Por seu turno, Sueli Carneiro também se destaca como uma das principais vozes do feminismo negro no Brasil. Filósofa, educadora e fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra, Carneiro dedicou sua trajetória à luta contra o racismo e o sexismo. Sua atuação foi fundamental para a criação de políticas públicas voltadas para a população negra e para a ampliação do debate sobre interseccionalidade. Em seus escritos, Sueli Carneiro enfatiza como a opressão de gênero e raça se combinam para criar condições de desigualdade para as mulheres negras, diferenciando suas reivindicações das feministas

brancas. Sua obra é essencial para compreender as especificidades do feminismo negro brasileiro e sua importância dentro do movimento feminista como um todo (Hollanda, 2019).

Dessa forma, essas autoras trouxeram contribuições essenciais para o pensamento feminista brasileiro, ampliando as perspectivas e tornando o movimento mais plural e representativo. Ao considerar a importância da interseccionalidade, Gonzalez e Carneiro ajudaram a moldar um feminismo mais inclusivo, que leva em consideração as múltiplas opressões enfrentadas pelas mulheres no Brasil (Hollanda, 2019).

5.3.1 MOVIMENTOS FEMINISTAS NO ESTADO DO ACRE

Os movimentos feministas no estado do Acre se inserem em uma dinâmica singular de resistência e protagonismo das mulheres no contexto amazônico, sendo uma luta marcada por uma longa trajetória de enfrentamento à invisibilização, à opressão e às desigualdades estruturais, historicamente impostas por uma sociedade patriarcal, colonialista e capitalista. No Acre, essa luta se desdobra a partir de múltiplos territórios: os seringais, os assentamentos rurais, as aldeias indígenas e os espaços sindicais, evidenciando uma pluralidade de feminismos que reflete as especificidades culturais, territoriais e econômicas da região. A luta e resistência da mulher acreana entra somente nos registros históricos na década de 1960, uma vez que se faz necessário a junção de forças, o que só reafirma seu protagonismo intenso nessa porção da floresta amazônica. Salienta-se então, que a partir dos anos de 1964, a região passou a ser o cenário de estratégia de desenvolvimento governamental adotado pelo país, por meio da Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, quando é definida a política de ocupação da Amazônia, que consistia em “ocupar os espaços vazios da Amazônia” (Calixto, 1985, p. 204).

A história desses movimentos é marcada pela invisibilidade histórica das mulheres da floresta que, embora tenham sempre desempenhado papéis fundamentais na vida econômica e social da região, raramente foram reconhecidas como protagonistas. Desde o século XIX, com a formação dos seringais, mulheres indígenas, negras e ribeirinhas participaram da organização comunitária, da resistência contra a violência e da transmissão de saberes, mesmo que frequentemente reduzidas a papéis subordinados pela historiografia tradicional (Silva; Silva, 2020). Simonian também se posiciona a esse respeito:

As mulheres, por estarem na base de todo esse processo, foram as que mais sofreram durante a exploração do látex no Acre, consideradas, conforme Butler (2005) de corpos abjetos, ou seja, que não possuem nenhuma importância para a sociedade. Estas mulheres, além de serem exploradas, foram invisibilizadas ao longo da história e tratadas como objetos. Em sua maioria, as mulheres que chegaram ao Acre eram trazidas como mercadorias para serem comercializadas aos seringueiros que tinham crédito nos barracões 4, não sendo permitida a aproximação por questões sentimentais (Simonian, 2001, p. 76).

Durante a década de 1970, com a intensificação da venda de seringais para empresários do Sudeste, interessados na expansão agropecuária, as comunidades locais, incluindo mulheres e crianças, passaram a resistir por meio dos empates – manifestações pacíficas de defesa da floresta enquanto seu meio de vida. Nessa luta, as mulheres da floresta foram linha de frente, arriscando suas vidas para impedir o avanço das motosserras, mesmo sem reconhecimento formal (Silva; Silva, 2020; Thompson, 1998). A primeira organização sindical protagonizada por mulheres surgiu em 1975, com a liderança de Valdiza Alencar de Souza, no seringal Sacado, município de Brasiléia. Inconformada com a expulsão de sua família da terra, ela articulou a criação do primeiro Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) do

Acre, marcando o início da atuação formal das mulheres nas lutas políticas e sindicais do Estado (Nascimento, 2013; Souza, 1996).

A partir de 1988, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento Leigo para a América Latina (MLAL), começaram a se consolidar grupos de mulheres rurais ao longo da BR-317, com o objetivo de estimular a autonomia econômica, valorizar saberes tradicionais e incentivar a participação política feminina. Desses grupos surgiu, em 1995, a Associação de Grupos de Mulheres Trabalhadoras Rurais da BR 317 (AGMTR), legalizando uma articulação já existente na prática (Silva; Silva, 2020). Nesse mesmo ano, foi fundada a Associação de Mulheres Hei de Vencer (AMHV), no município de Senador Guiomard, uma organização voltada para a autonomia das mulheres sindicalizadas e a administração de projetos produtivos (Silva; Silva, 2020). Ao longo da década de 1990, novos grupos se formaram em regiões isoladas, como Pauini, Boca do Acre e Brasiléia, inspirados por essas experiências.

Em 1988, ocorreu também o I Encontro de Mulheres do STR de Xapuri, com ampla participação de trabalhadoras rurais e seringueiras. Esse evento marcou simbolicamente a entrada das mulheres na luta sindical e contribuiu para a criação da Rede Acreana de Mulheres e Homens, organização que, desde então, atua com educação popular feminista e articulação de movimentos urbanos e rurais (Silva; Silva, 2020). Em 1989, foi realizado o I Encontro Estadual de Trabalhadoras Rurais do Acre, com participação de mulheres de diversos municípios e assessoria de lideranças nordestinas. O evento incentivou a organização de outros grupos e fortaleceu a identidade das mulheres como trabalhadoras e cidadãs. Novos encontros ocorreram em 1990, 1992 e 1993, consolidando o movimento feminista rural e possibilitando a criação, em 1996, da Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Acre (Cemtrac), responsável por

articular políticas de gênero no movimento sindical estadual (Silva; Silva, 2020).

Nesse contexto, em 1997, nasce a Articulação Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AEMTR), agregando representantes de diferentes organizações: AGMTR, Cemtrac, AMNE, AMHV, grupos indígenas e ribeirinhos. Essa articulação promoveu, entre outras ações, a Campanha de Documentação, facilitando o acesso de centenas de mulheres a benefícios previdenciários e reforçando sua cidadania (Silva; Silva, 2020; Amorim, 1998). Ainda em 1997, foi criado o Movimento Articulado de Mulheres da Floresta (Mama), reunindo mulheres de diversos Estados amazônicos no I Encontro Internacional de Mulheres da Floresta Amazônica. O evento deu visibilidade às lutas e saberes das mulheres da região e iniciou a construção de políticas públicas voltadas aos seus interesses (Silva; Silva, 2020). Já em 2004, é fundado oficialmente o Movimento de Mulheres Camponesas do Acre (MMC-AC), como desdobramento das organizações anteriores e alinhado ao movimento nacional. O MMC-AC adota uma perspectiva feminista, agroecológica e anticapitalista, voltada à defesa da vida, da agricultura familiar e da soberania alimentar. Em 2013, o movimento celebrou 25 anos de atuação no Estado, com um encontro que reuniu cerca de 150 mulheres e reafirmou suas bandeiras de luta (Branco, 2014).

De acordo com Monteiro (2023), a presença de lideranças como Dercy Teles, dirigente sindical em Xapuri, simboliza a inserção efetiva das mulheres nos movimentos sociais e sindicais da Amazônia, mesmo em um ambiente conservador e dominado pela hegemonia masculina. Dercy rompeu paradigmas ao assumir a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri em 1981, tornando-se uma das primeiras mulheres a ocupar essa posição no Acre. Sua atuação durante os empates é emblemática da resistência coletiva e da importância das mulheres na defesa da floresta e dos direitos dos

trabalhadores rurais. Em entrevista realizada em 2024, Dercy destacou que, além de enfrentar a ditadura militar, também lutava contra a “ditadura dos homens”, referindo-se ao machismo institucionalizado que limitava a participação feminina nos espaços de poder (Silva; Silva, 2023).

No mesmo sentido, Silva e Silva (2019) abordam as contribuições do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no empoderamento feminino em assentamentos rurais como Antônio de Holanda e Espinhara II, no município Bujari, Acre. As ações desenvolvidas pelo MMC, como oficinas de formação política, atividades produtivas, cursos profissionalizantes e feiras comunitárias, são fundamentais para a autonomia econômica e social das mulheres, pois atuações assim favorecem o rompimento com a lógica patriarcal que historicamente relegou as mulheres rurais à condição de subalternidade; cria-se, então, novos espaços de fala, decisão e protagonismo. Além disso, essas iniciativas promovem mudanças culturais profundas nas comunidades, questionando normas tradicionais sobre os papéis de gênero e incentivando a divisão equitativa das responsabilidades domésticas e produtivas (Silva; Silva, 2019). Sobre a importância da organização de mulheres na zona rural acreana, Ranzi afirma:

[...] a participação da mulher foi de importância fundamental, pois desde o momento que passou a contar com uma companheira para conviver, teve garantida a sua descendência e melhorada a sua condição básica, tanto em razão das atividades que a mulher irá desempenhar, mas principalmente, através das diferentes formas de humanizar a vida, que a presença feminina representará na realidade singular do meio extrativista e que possibilitou sentido de acolhimento, de cuidado, de manutenção de saberes e ritos, importantes à organização da comunidade que se estabelecia e que fomentou as bases da original sociedade dos seringais (Ranzi, 2008, p. 241).

Além das mulheres camponesas e sindicalistas, destaca-se a luta das indígenas acreanas. O autor Souza (2010), em sua obra intitulada

Aquirianas: mulheres da floresta na história do Acre, revela como essas mulheres vêm rompendo representações coloniais que as confinavam a papéis de submissão e invisibilidade. Em suas comunidades e também nos espaços urbanos e institucionais, elas exercem funções estratégicas como líderes espirituais, guardiãs da memória e articuladoras políticas. Essa atuação teve a participação direta das mulheres indígenas no movimento dos povos nativos a partir de 1980, desconstruindo estereótipos e evidenciando a pluralidade de feminismos presentes no Acre, incluindo o feminismo indígena, que se articula com a defesa do território, da cultura e dos corpos indígenas. Lideranças como Nedina Yawanawá, coordenadora da Organização das Mulheres Indígenas do Acre e Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia (Sitoakore), exemplificam esse protagonismo ao defender direitos específicos das mulheres indígenas, como saúde reprodutiva, combate à violência doméstica e maior participação política (Souza, 2010).

Diante do exposto, Silva e Silva (2020) também destacam o protagonismo invisibilizado das mulheres na formação espacial e histórica da Amazônia-acreana; por meio de entrevistas e estudos etnográficos, esses autores revelam como a atuação feminina foi sistematicamente, sendo desligada da história oficial e acadêmica, embora tenha sido central na construção das relações sociais, econômicas e culturais da região. Essa exclusão reflete um projeto de dominação que privilegia a voz masculina, branca e urbana, relegando os sujeitos subalternizados ao silêncio. A pesquisa reforça a necessidade de uma ruptura epistêmica, que reposicione as mulheres como sujeitos históricos ativos e produtoras de conhecimentos sobre seus territórios (Silva; Silva, 2020).

Contudo, uma revisão dos estudos também mostra que o feminismo no Acre não pode ser explicado apenas mediante categorias ocidentais e hegemônicas, sendo necessário compreender suas

interseccionalidades – envolvendo gênero, raça, classe, território e etnia – e reconhecer a pluralidade das formas de resistência e organização feminina que emergem da floresta, do campo e das comunidades indígenas. Como argumenta hooks (2018), é fundamental inserir o debate de classe e raça dentro da pauta feminista, para que as experiências de mulheres negras, indígenas e pobres não sejam mais ignoradas dentro do próprio movimento. No Acre, essa perspectiva é evidente nas lutas das mulheres que enfrentam simultaneamente a exploração de classe, o racismo estrutural e a opressão de gênero (hooks, 2018). Suzanna Silva descreve o posicionamento das mulheres na luta por melhores condições diante das relações econômico-sociais:

As mulheres se tornam propulsoras de ações econômicas na busca de melhores condições de vida para elas e seus familiares, assim como pelo reconhecimento dos direitos que lhes são garantidos constitucionalmente e que foram negados ao longo da história. Através do surgimento da identidade de resistência as mulheres se fortaleceram e hoje possuem identidade legitimadora [...]. Por meio do movimento feminista as mulheres passaram a se inserir nos espaços públicos e a fazerem parte das mudanças sociais, culturais, econômicas e políticas de suas regiões [...]. O Acre traz em sua história a forte opressão contra a mulher durante os ciclos da borracha, sendo que estas foram articuladoras e protagonistas de luta e resistência dentro da floresta, uma vez que sempre foram a base para o sustento de vida e propagação da família [...]. A união de força ainda na floresta frente ao novo opressor, o qual a fazer uso de armas de fogo, bem como possuidor de capital, adentra a floresta e expulsa as famílias de ribeirinhos, seringueiros, extrativistas e indígenas, os denominados povos da floresta [...] a mulher passa a ter seu protagonismo visibilizado e passa a ser reconhecida como mulher de força e resistência [...]. Apesar da ação em conjunto, a fim de se manterem na floresta, famílias se viram obrigadas a migrarem devido ao processo migratório ocasionado pela política pública de desenvolvimento econômico para a Amazônia acreana, estes foram desterritorializados, migrando para o centro urbano a fim de sobreviverem (Simonian, 2001, p. 174-175).

De fato, a história acreana é marcada por diversos protagonistas que desencadearam revoluções de grande empreitada, realizadas por um povo simples e sofrido, que conseguiram construir uma identidade de resistência frente à opressão vivida, e não temeram diante dos conflitos que surgiam (Simonian, 2001).

5.4 QUESTIONÁRIO

Ao longo deste trabalho, ficou evidente que as desigualdades de gênero no Acre não se restringem à esfera privada ou institucional, mas também se manifestam com intensidade em espaços simbólicos como o esporte e a cultura. O futebol feminino, nesse contexto, representa um território de luta e resistência, atravessado por narrativas históricas de exclusão, invisibilidade e enfrentamento, tornando-se fundamental compreender como essas dinâmicas se reproduzem na experiência concreta de mulheres envolvidas com o futebol no Estado. Para isso, aplicou-se um questionário voltado a atletas, técnicas e colaboradoras do cenário futebolístico local, com o objetivo de aprofundar a percepção sobre o feminismo, as desigualdades enfrentadas e o potencial transformador da luta por igualdade de gênero nesse espaço esportivo. Dito isso, apresenta-se informações referentes à aplicação do questionário produzido para os fins desta pesquisa.

A aplicação do questionário contou 20 participantes com uma amostra dentro do universo feminino do futebol no Acre; são majoritariamente jovens entre 15 e 30 anos (85%), subdivididos em uma faixa etária de 15 a 20 anos (40%) e de 26 a 30 anos (35%). Quanto à prática esportiva do futebol, todas as entrevistadas declararam praticar ou que já praticaram futebol, sendo que 80% atuam como atletas e 10% como técnicas ou auxiliares de técnicas. Esses dados sugerem que as respostas são provenientes de indivíduos diretamente envol-

vidos com o futebol feminino, conferindo relevância prática às suas percepções.

Quando questionadas sobre o conhecimento do termo “feminismo”, 70% das entrevistadas afirmaram conhecê-lo, enquanto 15% declararam ter dúvidas e 15% negaram conhecimento. No entanto, ao serem indagadas sobre a relação entre o feminismo e o avanço dos direitos das mulheres no esporte, 65% consideraram essa conexão, enquanto 20% não souberam opinar, e 15% negaram qualquer ligação. Esse dado reflete uma lacuna importante: embora parte significativa das atletas reconheçam o papel do feminismo, ainda há resistência ou desconhecimento sobre sua aplicabilidade no contexto esportivo.

Com isso, todas as entrevistadas (100%) afirmaram perceber desigualdades entre o futebol feminino e masculino no Acre, em que as principais discrepâncias apontadas foram: a falta de apoio institucional, mencionada por 90% das participantes, incluindo ausência de patrocínios, infraestrutura precária e pouca visibilidade midiática; diferenças nas premiações, mencionadas por 85%, com valores significativamente inferiores aos oferecidos no futebol masculino; a ausência de categorias de base, relatada por 70%, evidenciando a falta de investimento no desenvolvimento de novas atletas; e preconceito e discriminação, considerados por 80%, com relatos frequentes de comentários como “futebol não é coisa de mulher” ou “mulher não sabe jogar”.

Posteriormente, foram questionadas sobre o tratamento dado ao futebol feminino em relação ao masculino; 90% avaliaram o suporte institucional como “muito inferior”, e apenas 10% consideraram o tratamento “ligeiramente inferior”, enquanto nenhuma entrevistada afirmou que ambos os gêneros recebem tratamento igualitário. Essa disparidade reflete uma negligência histórica em relação ao futebol

feminino, que se manifesta na alocação de recursos e na priorização de competições masculinas.

Entre as entrevistadas, 85% afirmaram ter presenciado ou vivenciado preconceito de gênero no ambiente do futebol, cujos relatos mais frequentes na amostra incluem comentários depreciativos sobre a habilidade das mulheres no esporte (60%); assédio moral e sexualização dos corpos femininos (45%); e estereótipos relacionados à orientação sexual, como o uso pejorativo do termo “sapatona” (35%). Esses dados evidenciam que o preconceito não está relacionado apenas à prática esportiva, mas também à tentativa de controlar e objetificar as mulheres no espaço esportivo do futebol.

Foi perguntado sobre o potencial do feminismo para melhorar o espaço e o reconhecimento das mulheres no futebol. 75% das entrevistadas responderam positivamente. Entre as justificativas apresentadas, destaca-se: “O feminismo pode ajudar a desconstruir os preconceitos que limitam nossa participação”; e “Precisamos de mais vozes feministas para lutar pela igualdade de condições”. No entanto, 25% das participantes manifestaram dúvidas ou indiferença, indicando que o movimento ainda enfrenta resistência em alguns círculos.

Com isso, também foi perguntado sobre a existência de lideranças femininas no futebol acreano que representam pautas de igualdade de gênero, em que 60% das entrevistadas negaram conhecer figuras relevantes, e outros 30% afirmaram desconhecer ou não saber informar, enquanto apenas 10% mencionaram nomes específicos. Esse resultado sugere a ausência de referências femininas no esporte local, reforçando a necessidade de fortalecer redes de apoio e visibilidade para mulheres no futebol.

Por fim, 80% das entrevistadas demonstraram interesse em receber mais informações ou participar de ações relacionadas à

igualdade de gênero no esporte, sendo destacadas as seguintes falas: “Precisamos de mais formações para entender nossos direitos”; e “É importante unir forças para lutar contra as desigualdades.” Esse dado indica que há uma demanda latente por iniciativas educativas e formativas que promovam a conscientização sobre a igualdade de gênero no esporte.

Os dados coletados por meio do questionário evidenciaram um panorama preocupante de desigualdade de gênero estrutural no âmbito do futebol feminino no estado do Acre, corroborando a necessidade de uma análise crítica sob a perspectiva teórica do feminismo.

Sendo mais do que um conjunto de ideias filosóficas ou políticas, o feminismo configura-se como um movimento político e social transformador, cujo objetivo central é desconstruir os sistemas de dominação baseados em relações de gênero, e desnaturalizar as situações que perpetuam a desigualdade entre homens e mulheres. Como destaca Rose Marie Muraro (1983), o feminismo no Brasil sempre esteve intrinsecamente ligado à luta contra formas múltiplas de exclusão, abrangendo não apenas a negação de direitos civis, mas também a marginalização de espaços simbólicos – como o esporte – historicamente vedados às mulheres.

O instrumento de pesquisa revelou que mais de 80% das entrevistadas perceberam de maneira clara, a disparidade existente entre o futebol feminino e masculino no contexto acreano, apontando exemplos concretos, como a deficiência de apoio institucional, a ausência de investimentos estruturais, a inexistência de categorias de base e a desvalorização das premiações oferecidas aos atletas. Esses resultados indicam que o futebol no Acre ainda se encontra permeado por uma lógica patriarcal e sexista, na qual o protagonismo feminino é sistematicamente relegado à condição de subalternidade. Infelizmente, esse padrão não constitui um fenômeno isolado, por-

que reflete uma estrutura social mais ampla, evidenciada por Muraro (1969), que molda a sociedade brasileira com base em categorias sexuais que subordinam o feminino enquanto categoria social.

Com isso, o preconceito emerge como uma marca significativa nesse cenário, em que expressões como “futebol não é coisa de mulher”, “quem joga bola é sapatona” e “mulher não joga bem”, são reproduzidas no cotidiano das atletas acreanas, evidenciando não apenas a discriminação de gênero, mas também a sexualização e o controle sobre os corpos femininos. Esses discursos, conforme analisados por Muraro (1983), refletem uma cultura que objetiva o corpo da mulher, limita suas possibilidades de expressão e desacredita suas capacidades dinâmicas, amplamente perceptíveis na desvalorização das jogadoras, mesmo quando demonstram talento e dedicação.

Nesse contexto, o feminismo apresenta-se como um arcabouço teórico e prático essencial para a desconstrução dessas estruturas opressoras, oferecendo ferramentas que possibilitam às mulheres questionarem sua posição social e se engajarem em processos de transformação. O fato de muitas entrevistadas identificarem-se com o movimento feminista ou considerarem sua relevância – ainda que sem contato direto com ações formativas – constitui um indicativo promissor, em que tal percepção sugere que o debate sobre igualdade de gênero começa a ganhar espaço até mesmo em contextos tradicionalmente conservadores, como o futebol. Como ressalta Muraro (1996), é fundamental “feminizar a política e politizar o cotidiano”, ou seja, conscientizar as mulheres sobre sua condição de opressão em espaços onde são historicamente negligenciadas.

No entanto, o desafio transcende a mera denúncia das desigualdades: torna-se imperativo promover ações concretas externas para a formação, visibilidade e fortalecimento de lideranças femininas no futebol acreano; sendo uma necessidade, torna-se ainda

mais premente ao se considerar a quase total ausência de mulheres em cargos de gestão ou representação nessa modalidade esportiva, conforme relatado pela maioria das participantes do questionário. O feminismo, particularmente em sua vertente interseccional, conforme defendido por autoras como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro (Hollanda, 2019), enfatiza que as experiências de opressão vivenciadas pelas mulheres não são isoladas. No caso do Acre, ser mulher, pobre, amazônica e praticante de um esporte historicamente associado ao universo masculino, como o futebol, implica múltiplas camadas de exclusão.

O contexto geográfico e cultural do Acre – caracterizado por limitações estruturais, dificuldades de acesso à informação e um histórico de silenciamento das vozes femininas – aprofunda ainda mais essas desigualdades, sendo destacado nos estudos de Silva & Silva (2020), que as mulheres da floresta e do campo já enfrentaram obstáculos históricos no acesso à terra, à educação e à participação política. No esporte, esses desafios se manifestam com intensidade, revelando que o futebol feminino acreano funciona como um microcosmo das desigualdades de gênero que atravessam a sociedade brasileira de forma transversal. Apesar disso, as respostas das atletas demonstram que, mesmo diante de condições precárias, persiste o desejo de mudança, a vontade de ocupar espaços e a busca por reconhecimento. Essa resiliência – muitas vezes invisibilizada – é, como afirma Muraro (1971), o embrião de um novo mundo, no qual as mulheres não apenas participam, mas reconstróem a sociedade a partir de outras lógicas: de cuidado, solidariedade, justiça e equidade.

Portanto, abordar o futebol feminino no Acre sob uma perspectiva feminista significa transcender a análise do esporte em si, abordando questões relacionadas à cidadania, aos direitos humanos, à identidade e à justiça social. É compreender que o corpo feminino representa não apenas habilidade técnica, mas também a afirmação

de uma existência que resiste às amarras históricas da sociedade de uma profunda desigualdade.

5.5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos a partir da análise dos movimentos feministas no estado do Acre revelam um cenário complexo e multifacetado, em que as lutas das mulheres estão enraizadas nas desigualdades estruturais e nas dinâmicas de poder que atravessam gênero, classe, raça e território. Essas constatações ressoam com as reflexões de Rose Marie Muraro, uma das pioneiras do pensamento feminista no Brasil, que sempre enfatizou a necessidade de compreender as múltiplas facetas da opressão e a importância de transformar uma estrutura de poder historicamente desigual (Muraro, 1983; 1996). No Acre, essa realidade se manifesta de forma intensa, especialmente entre as mulheres rurais, indígenas e ribeirinhas, que enfrentam desafios tanto na esfera pública quanto privada.

Uma das principais contribuições de Muraro ao debate feminista é sua análise sobre a construção social da mulher no Brasil, diretamente relacionada ao controle sobre seu corpo e sua sexualidade, reforçada por dinâmicas de classe e poder, e no caso do Acre, essa realidade se evidencia nas histórias de lideranças como Dercy Teles, Valdizia Alencar e Marta Aguiar, que romperam barreiras em ambientes historicamente dominados por homens. Dercy Teles, por exemplo, sofreu calúnias, preconceitos e assédios ao assumir a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri em 1981, tornando-se uma das primeiras mulheres a ocupar esse cargo no Estado, em que sua trajetória reflete não apenas uma luta pelos direitos trabalhistas, mas também uma desconstrução de estereótipos que confinavam as mulheres à subalternidade. Como destaca Muraro (1983), a opressão cultural e social atravessa diferentes regiões

do país, exigindo uma abordagem diversificada para compreender as desigualdades estruturais que afetam mulheres de diferentes classes, etnias e contextos geográficos.

Além disso, Muraro (1969) argumentou que as mulheres desempenham um papel fundamental na construção de um mundo mais justo e igualitário, ao humanizar a vida e garantir a continuidade das comunidades, sendo uma perspectiva evidente na atuação das mulheres nos seringais, que foram pilares na organização comunitária, na transmissão de saberes e na defesa da floresta. Como destacado por Ranzi (2008), a presença feminina nos seringais foi crucial para o acolhimento, o cuidado e a manutenção de ritos e saberes que fundamentaram a organização social local. Essa contribuição histórica, embora muitas vezes invisibilizada, é hoje reconhecida e valorizada pelas próprias mulheres, que reivindicam seu lugar como sujeitos históricos ativos e produtoras de conhecimento sobre seus territórios (Silva; Silva, 2020).

Nesse mesmo contexto, sobre a luta das mulheres indígenas acreanas também ecoa as ideias de Muraro, especialmente quanto à emancipação e autonomia feminina, guardadas as devidas especificidades culturais e territoriais relativas ao universo das comunidades indígenas. Lideranças como Nedina Yawanawá e Txai Suruí exemplificam essa luta, defendendo direitos específicos das mulheres indígenas, como saúde reprodutiva, combate à violência doméstica e maior participação política (Souza, 2010). A atuação dessas mulheres evidencia a pluralidade de feminismos presentes no Acre, incluindo o feminismo indígena, que busca desconstruir representações coloniais e afirmar a identidade cultural e territorial dos povos originários. Essas iniciativas refletem a importância da interseccionalidade, tema central nas obras de Muraro, que enfatizam a necessidade de considerar as múltiplas opressões enfrentadas pelas mulheres no Brasil (Hollanda, 2019).

Assim, Muraro (1971) também enfatizava a importância da organização coletiva como uma estratégia para enfrentar as estruturas patriarcais e promover a emancipação das mulheres. Nesse âmbito da luta, o Acre traz essa perspectiva, que se materializa em iniciativas como a Associação Mulheres da Terra, fundada por Marta Aguiar, e a Articulação Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AEMTR), que agrega representantes de diferentes organizações e grupos. Esses músculos organizacionais criam espaços de empoderamento e solidariedade, promovendo mudanças culturais que beneficiam toda a sociedade (Guimarães, 2015). Além disso, elas possibilitam o exercício do controle social e a mobilização por políticas públicas específicas, como destacado por Matos (2012).

Apesar dos avanços, os desafios enfrentados pelas mulheres no Acre permanecem significativos, como a violência estrutural e simbólica, a sobrecarga feminina e a sub-representação em cargos de liderança. Essas são questões que ainda exigem atenção e ação. A autora Muraro (2004) argumentou que a conscientização e a mobilização em torno das questões de gênero são fundamentais para que as mulheres possam conquistar seus direitos e garantir um ambiente mais seguro e justo. Com isso, a região acreana já deu início a essa conscientização, sendo promovida por meio de workshops de formação política, atividades produtivas e feiras comunitárias, organizadas pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), que favorecem o rompimento com a lógica patriarcal e a criação de novos espaços de fala, decisão e protagonismo (Silva; Silva, 2019).

Por fim, uma análise dos movimentos feministas no Acre evidencia que essas lutas estão relacionadas com as ideias de Rose Marie Muraro, especialmente no que diz respeito à crítica, às estruturas patriarcais e à defesa de uma sociedade em que as mulheres têm o direito de viver plenamente, sem restrições impostas pela cultura machista. As mulheres acreanas, sejam elas camponesas, indígenas

ou sindicalistas, demonstraram força, resiliência e capacidade de organização, desafiando as desigualdades estruturais e promovendo transformações culturais e sociais. Essas lutas não apenas reafirmam a importância do feminismo como ferramenta de emancipação, mas também destacam a necessidade de continuar combatendo as opressões que persistem em diferentes contextos.

5.6 CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidenciou que o movimento feminista, enquanto força histórica, teórica e prática, tem desempenhado um papel essencial na denúncia e no enfrentamento das múltiplas formas de opressão vivenciadas pelas mulheres brasileiras, especialmente no contexto regional amazônico e acreano. A partir da perspectiva de Rose Marie Muraro, compreendeu-se que a dominação patriarcal não se dá apenas no plano institucional ou jurídico, mas também por meio de uma cultura que objetifica, silencia e subalterniza o corpo e a voz da mulher – inclusive em espaços historicamente marginalizados, como o futebol feminino.

No estado do Acre, o feminismo adquiriu contornos próprios, profundamente enraizados na resistência das mulheres da floresta, trabalhadoras rurais, indígenas e, mais recentemente, das atletas. Os dados coletados por meio do questionário aplicado junto a praticantes do futebol feminino revelaram um cenário de desigualdade estrutural, discriminação simbólica e ausência de representatividade, que reflete com clareza a lógica sexista analisada por Muraro (1983). Ainda que muitas entrevistadas reconheçam a importância do feminismo como instrumento de transformação, persiste uma lacuna entre o conhecimento teórico e a vivência prática desses princípios no ambiente esportivo.

Por outro lado, a própria existência do debate feminista entre jovens atletas, técnicas e dirigentes do futebol feminino demonstra que há um campo fértil para o fortalecimento de redes, coletivos e lideranças que se proponham a questionar o modelo tradicional que ainda rege o esporte. Ao inserir o feminismo nesse espaço, abre-se a possibilidade de reconfigurar as formas de organização, gestão e participação das mulheres, valorizando suas contribuições e desconstruindo estereótipos de gênero.

Dessa forma, o estudo reafirma que o feminismo não se restringe às pautas urbanas, acadêmicas ou institucionalizadas, ele se territorializa, assume vozes plurais e se fortalece em espaços diversos – inclusive nos campos de futebol, nas margens dos rios e nas aldeias indígenas. Assim, como propõe Muraro (1996), feminismo é também uma forma de reimaginar o mundo a partir das experiências e saberes das mulheres, com base na justiça, na autonomia e na equidade.

Portanto, é fundamental que se amplie o acesso das mulheres acreanas a espaços formativos, projetos esportivos com recorte de gênero e políticas públicas que incentivem não apenas a prática do esporte, mas também a consciência crítica sobre seus direitos e potencialidades. O futebol feminino no Acre pode, e deve, ser um campo de afirmação política e de transformação social, desde que esteja conectado às lutas feministas que há décadas, anunciam outras formas de viver, resistir e ocupar o mundo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; ALVES, Jacqueline Pitanguy. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

AMORIM, Marilene. **Mulheres da floresta: resistência e organização política**. São Paulo: Cortez, 1998.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BIROLI, Flávia. **Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática**. São Paulo: Boitempo, 2021.

BRUSCHINI, Cristina; AMADO, Luiza Helena. **Mulheres e trabalho: uma abordagem sociológica**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1988.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CALIXTO, José Ribamar. **A Amazônia que os militares sonharam**. Rio Branco: Ufac, 1985.

CERDEIRA, Luciana. Feminismo e ciência: contribuições para o debate interdisciplinar. *In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*, 40, 2016, Caxambu: Anpocs. **Anais [...]**, 2016.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

COSTA, Albertina de O. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

GUIMARÃES, Luciana. **Mulheres da terra: feminismo e agroecologia no Brasil**. Brasília: MDA, 2015.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MATTOS, Hebe. Feminismo, direitos e igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 321-340, 2005.

MURARO, Rose Marie. **A mulher na construção do mundo futuro**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1969.

MURARO, Rose Marie. **Feminismo**: uma nova perspectiva para a humanidade. Petrópolis: Vozes, 2004.

MURARO, Rose Marie. **Libertação sexual da mulher**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1971.

MURARO, Rose Marie. **Os avanços civilizatórios no século XXI**: o tempo de uma nova utopia. Rio de Janeiro: Record, 1996.

MURARO, Rose Marie. **Sexualidade da mulher brasileira**: corpo e classe social no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1983.

NASCIMENTO, Sônia Beatriz. **Mulheres do campo**: vozes e lutas no movimento sindical acreano. Rio Branco: MDA/CPT, 2013.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

RANZI, Cleusa Maria Damo. **Raízes do Acre**. Rio Branco, AC: Edufac, 2008.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1991.

SILVA, Eline Mesquita da; SILVA, Jorge Luiz. Mulheres do campo e a luta por direitos no Acre: experiências do Movimento de Mulheres Camponesas. **Revista Brasileira de Estudos Rurais e Urbanos**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 121-140, 2019.

SILVA, Suzanna Dourado da; SILVA, Adnilson de Almeida. As mulheres acreanas e a economia solidária. **Revista Presença Geográfica**, Porto Velho, RO, v. 10, n. 3, p. 35-52, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/RPGeo/article/view/7971>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SILVA, Suzanna Dourado da; SILVA, Adnilson de Almeida. O protagonismo invisibilizado da mulher na floresta da Amazônia-

acreana. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 11, n. 1, p. 20-34, 2020.

SIMONIAN, Lígia Terezinha Lopes. **Mulheres da floresta amazônica**: entre o trabalho e a cultura. Belém: NAEA, 2001.

SORJ, Bila. Feminismo na América Latina: uma trajetória histórica. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 337-353, 1998.

SOUZA, Carlos Alberto Alves. **Aquirianas**: mulheres da floresta na história do Acre. Rio Branco: Instituto de Pesquisa, Ensino e de Estudos das Culturas Amazônicas, 2010.

SOUZA, Marta Aguiar de. **Mulheres da terra e da luta**: experiências de empoderamento no Acre. Brasília: CPT, 1996.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

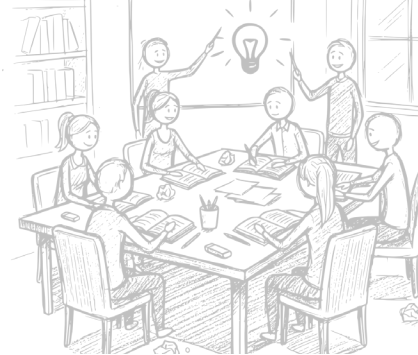
TELES, Maria Amélia de Almeida. **Tortura e resistência**. São Paulo: Alameda, 2022.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TICKNER, J. Ann. **Mulheres, gênero e relações internacionais**. São Paulo: Unesp, 2011.

ZANELLA, Andrea. A psicologia social e os estudos feministas: intersecções e possibilidades. **Psicologia & Sociedade**, Recife: Associação Brasileira de Psicologia Social, v. 24, n. 1, p. 104-112, 2012.

06



(Re)inventando a cidade: Cidadania, periferia e minipúblicos em diálogo com a teoria das políticas públicas de Wanderley Guilherme dos Santos

Rogério dos Santos Cunha¹

6.1 INTRODUÇÃO

Esta é uma análise da relação entre as políticas de planejamento urbano voltadas às periferias e à cidade e sobre a deliberação participativa nas decisões que as envolvem. Parte-se da teoria de Wanderley Guilherme dos Santos, especialmente de sua obra *Cidadania e Justiça* (1979), para investigar a persistente ausência ou limitação de mecanismos efetivos de participação das camadas populares nas políticas de planejamento urbano do Estado do Acre, sobretudo no que diz respeito à inclusão dos territórios periféricos nos processos decisórios.

¹ Rogério dos Santos Cunha é graduando em Licenciatura em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Acre. Pesquisador de Iniciação Científica (Pipic-Ufac). E-mail: rogerio.cunha@sou.ufac.br.

Além disso, o estudo estabelece um diálogo com a obra *Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana*, de Marcelo Lopes de Souza (2003), buscando fornecer elementos para uma maior compreensão de como se estrutura a elaboração das agendas de planejamento urbano e qual a concepção de cidade que predomina nesses processos. A partir deste exercício científico, busca-se problematizar a forma como o modelo de cidade moderna, frequentemente orientado por uma racionalidade técnica e econômica, acaba por excluir as experiências socioterritoriais das periferias urbanas de Rio Branco, Acre, reforçando desigualdades históricas no acesso à cidadania urbana.

Diante disso, emite-se um convite à reflexão sobre a questão urbana acreana, como um todo.

A realidade urbana rio-branquense é permeada de problemáticas que exigem debates interdisciplinares, especialmente quando se fala sobre planejamento urbano e as condições das periferias. Para compreender esse cenário, é necessário situar o conceito relativo ao “urbanismo modernista” que, segundo Souza (2003), está associado à construção de uma narrativa de cidade futurista, centrada na lógica do espaço físico-territorial, voltado à consolidação da era industrial e aos interesses do capital. O município de Rio Branco não escapa desse modelo de planejamento urbano sistemático e instrumentalizado, típico das cidades latino-americanas, cujo foco tem sido historicamente a função econômica do espaço urbano.

Por isso, adota-se aqui uma abordagem analítica para olhar a construção histórico-social das políticas públicas de planejamento urbano, pretendendo compreender suas origens e os impactos que produzem na configuração das chamadas periferias. Especificamente, busca-se identificar os mecanismos de tutela de representação cidadã nos canais de deliberação da gestão urbana, fazendo perguntas

como: quem planeja a cidade? Quem é diretamente afetado pelo modelo tecnocrática e racional de urbanização dominante?

Como argumenta Harvey (2014), o processo de urbanização no Brasil se consolidou de forma desigual e excludente, guiado por interesses privados e pela lógica da acumulação capitalista. Cabe, portanto, questionar quais modelos de cidade foram associados a essa urbanização “caótica” e “desordenada”, e como tais discursos serviram para justificar a estigmatização do território, e marginalização dos corpos que ocupam aquele espaço, excluindo-os de participar do planejamento de seu próprio território.

Esse modelo urbano excludente resultou na formação de cidades profundamente marcadas por desigualdades socioespaciais, fragmentação territorial e distanciamento dos centros de poder. Diante disso, é fundamental uma abordagem crítica sobre a produção do espaço urbano, que ultrapasse a análise do espaço físico e coloque em foco as dinâmicas políticas, econômicas e sociais que o estruturam, vinculação presente na raiz dos conflitos urbanos enfrentados cotidianamente pela população que habita essa periferia.

Ademais, ao abordar a efetivação das políticas sociais na realidade concreta, como apontado por Santos (1979), grande parte da população brasileira permanece à margem da cidadania plena, vivendo em uma condição que ele denomina como “cidadania regulada”, marcada pela tutela dos processos decisórios. A produção intelectual de Santos está profundamente conectada com o contexto histórico da ditadura militar, período marcado pelo autoritarismo e pela repressão às formas espontâneas de organização e participação popular.

Nesse cenário histórico, intensificou-se políticas de higienização urbana, uma vez que as remoções das populações pobres de áreas centrais foram legitimadas por serem associadas a espaços estigma-

tizados, sob o discurso da modernização das cidades e o projeto desenvolvimentista (Valladares, 2005). Essas políticas expressavam um modelo tecnocrático de urbanismo, voltado à contenção das manifestações populares e ao apagamento dos modos de vida periféricos, além do controle social desses corpos, a um território marginalizado. Ocorreu um processo de articulação entre a política autoritária e a produção desigual do espaço urbano, que deixou resquícios da higienização das cidades, perceptível na atual conjuntura da formulação das periferias brasileiras (Maricato, 2011).

Seguindo essas perspectivas, é importante ressaltar a urgência de ampliar os mecanismos de participação popular, mesmo nas decisões de menor escala. Isso se evidencia, por exemplo, com os experimentos de “minipúblicos”, uma proposta inovadora que, no âmbito do planejamento urbanos, visa incluir de forma mais ativa e significativa a população diretamente afetada pelos sintomas do planejamento *politizado*, na formulação de planejamento do seu próprio bairro, por exemplo, com a escuta ativa e inclusão efetiva da população de diferentes polos e características, nas etapas de construção dos projetos urbanos e em todas as fases de suas implementações. Este termo minipúblicos refere-se a uma alternativa não institucional-formal: instituições que foram especificamente projetadas para aumentar e aprofundar a participação dos cidadãos nas tomadas de decisões políticas (Smith, 1996, p. 1)

Logo, os *minipúblicos* surgem como ferramentas inovadoras para a qualificação da participação política e o fortalecimento das práticas deliberativas. Fundamentados na lógica do sorteio como mecanismo central, buscam garantir a composição equitativa dos participantes, assegurando a presença de diferentes perfis de qualificação, instrução e status econômico nos processos decisórios.

6.2 POLÍTICAS URBANAS E A INVENÇÃO DA CIDADE

A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) está em fase de construção, liderada pelo Ministério de Desenvolvimento Regional em parceria com organizações da sociedade civil. Sob esse ângulo, vale discutir se esses modelos de “cidade sustentáveis” são plausíveis, já que os planos de desenvolvimento propostos acabam reproduzindo as mesmas desigualdades do sistema capitalista.

A questão das desigualdades socioespaciais que se expressam nas diferentes escalas urbanas agrava-se diante da ausência de política públicas, que estão longe de se basearem nas perspectivas reais da periferia. São ações pensadas de cima para baixo, formuladas para esses espaços marginalizados social e economicamente.

Nesse sentido, os chamados planos de desenvolvimento urbano, muitas vezes apresentados como soluções técnicas e neutras, devem partir de uma perspectiva histórica e social, ou seja, é fundamental questionar quem está no controle do planejamento, a quem essas metas favorecem, e quem fica fora das decisões que moldam o espaço da cidade.

Segundo o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor é o “[...]instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana” (Brasil, 2001). Nesse caso, ele deve ser amparado pela legislação urbanística municipal, funcionando como uma ferramenta central no planejamento das cidades brasileiras. No entanto, essa normatização muitas vezes segue uma lógica padronizada, inspirada em modelos europeus de urbanização que, como aponta Souza (2003), desconsidera as especificidades sociais e históricas locais, buscando impor uma ferramenta idealizada para o nível nacional.

A transformação do território, da natureza e até dos moradores em mercadoria, conduzem o que tem sido apregoado como conceito de direito à cidade. Considera-se como direito humano e coletivo, que precisa dar garantias tanto a quem vive na cidade atualmente quanto para próximas gerações. Nesse sentido, a reivindicação busca reconhecer as desigualdades sociais e as opressões históricas nas formas como os espaços urbanos são organizados. Assim, destacar a voz da periferia nessas dinâmicas transcende o simples fato de uma participação.

A complexidade da gestão urbana e o papel da população periférica nos processos de planejamento da cidade são demandas a serem superadas. O processo entre o espaço e dinâmicas sociais permite analisar o sistema de exclusão que permeia essas práticas institucionais. Como apontado por Jacobs (2000), é fundamental valorizar o conhecimento produzido pelas próprias comunidades urbanas na construção das cidades mais justas e equitativas.

Para a autora, a imposição de modelos externos de planejamento ignora as práticas locais e cotidianos urbanos, reforçando desigualdades históricas e estruturais. O município é formado pela zona rural e pelo perímetro urbano, que inclui geralmente o que se convencionou chamar de cidade. Por sua vez, a cidade é traçada por características concretas de ocupação do território.

6.2.1 PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA: CONCEITOS IMPORTANTES

Na obra de Souza (2003), há um importante avanço teórico do campo do planejamento e da gestão urbana ao reconhecer que esses dois conceitos possuem temporalidades distintas: enquanto um observa para o futuro, o outro tem uma abordagem mais urgente e no presente. Essa identificação de conceitos fornece uma contribuição

para selecionar os mecanismos que melhor atendem as necessidades de gestão urbana.

Nessa perspectiva, os conceitos trabalhados pelo autor nos processos democráticos apontam para a necessidade de uma maior inclusão das diferentes partes interessadas na formulação de planos de ação concreta. Souza (2003) critica a chamada “pseudoparticipação popular”, e defende uma abordagem autonomista, na qual a participação seja efetiva e não apenas simbólica. Dessa maneira, esses desenvolvimentos são entendidos como uma transformação positiva, desde levem em conta os anseios reais dos sujeitos sociais.

Consoante a isso, Santos (1998) aponta que a cidadania no Brasil passou a ser historicamente vinculada à inserção no mercado de trabalho formal. Nessa perspectiva, o acesso ao emprego não representa apenas uma dimensão econômica, mas também se torna uma via de reconhecimento social e político. O autor destaca que o principal instrumento jurídico dessa relação entre o Estado e o cidadão é a Carteira de Trabalho. Para ele, tal instrumento funciona como uma espécie de certidão de nascimento cívico, ou seja, um documento que legitima o indivíduo como portador de direitos dentro da lógica da cidadania regulada.

Em diálogo com essa perspectiva, Souza (2003) ressalta que o planejamento e a gestão urbana não devem ser restritos à formação de profissionais, porque as áreas técnicas voltadas à atuação no planejamento urbano, como arquitetos, engenheiros, geógrafos urbanos e administradores públicos, limitam essa prática a campos profissionais ou áreas específicas, e isso seria ignorar a complexidade e sintomas dos problemas dos processos urbanos sociais a somente o espaço físico, sem levar em consideração outras perspectivas.

A esse respeito Castells (1983, p. 539) contribui com o conceito de espaço, que para ele se trata de um “produto social, [...] é sempre

especificado por uma relação definida entre as diferentes instâncias de uma estrutura social [...] e uma forma social que recebe seu sentido dos processos sociais que se exprimem através dele”. Ou seja, o espaço urbano deve ser entendido como uma concretização das relações sociais e das estruturas de poder, em que dimensões econômicas, políticas e ideológicas se articulam historicamente, configurando padrões de apropriação, segregação e uso do território pela sociedade.

Por sua vez, Souza (2003, p. 37) afirma que um planejamento crítico “deve manter-se vigilante diante do senso comum, desafiando-o e buscando ‘ultrapassar’ [...] ao mesmo tempo, não pode simplesmente, ignorar os ‘saberes locais’ e os ‘mundos da vida’ [...] como se as aspirações e necessidades destes devessem ser definidas por outros”. Por isso reafirma-se a perspectiva de Castells (1983), porque ele reconhece o espaço como resultado das relações sociais.

Nesse sentido, Wanderley Guilherme dos Santos contribui de forma consolidada, ao analisar os processos em que se concede às elites o papel de conceberem as políticas sociais. Santos (1998) expõe sua preocupação com “a política social autoritária e a cidadania emergente”, destacando a ruptura democrática de 1964, que afetou profundamente a participação cidadã. O autor destaca o desmonte de instrumentos coletivos de deliberação, com a introdução de canais ociosos, onde inexistia a possibilidade de qualquer diálogo popular. Houve cerceamento da atuação de partidos, sindicatos e associações civis, o que fomentou o empobrecimento da dimensão política da cidadania. Ainda que o processo de urbanização tenha prosseguido, o esvaziamento das instâncias democráticas de decisão afastou a participação popular das escolhas mediante o associativismo, sobretudo em segmentos da sociedade civil que buscavam se organizar frente às exclusões históricas.

Além disso, ao trabalhar a desconstrução do mito de neutralidade associado ao planejamento das cidades e a gestão urbana, Souza (2003) ressalta que as práticas são moldadas por interesses ideológicos e posicionamentos políticos, uma vez que se desenvolvem em contextos sociais marcados pela desigualdade e pelo conflito de classes. Nesse sentido, é possível estabelecer uma conexão com a realidade acreana, onde obras como viadutos e praças, são frequentemente apresentadas como soluções para criação de “desenvolvimento” da capital. No entanto, essas invenções urbanas muitas vezes, desconsideram as reais necessidades das periferias, pois se voltam a atender ao caráter do mercado privatizante, e assim consideram que estão moldando a cidade.

Porém, essa visão não é de todo mal. Souza (2003) reconhece que não é necessariamente todo planejamento da cidade que exclui o engajamento político, mas aponta para a descrença que pode surgir quando há uma ausência de planejamento, mostrando que o plano incorpora valores e ideias sociais, ainda que muitas vezes, esses aspectos sejam invisibilizados por uma linguagem excessivamente técnica.

Jacobs (2000) analisa o contexto de uma cidade como Nova York, argumentando que muitos projetos urbanos priorizam uma estética de progresso e fluidez que pouco dialoga com o cotidiano real das pessoas que vivem nessas cidades. Sob essa ótica, tais obras arquitetônicas, embora apresentem uma aparência de funcionalidade, raramente enfrentam de fato os problemas urbanos estruturais, como a segregação socioespacial.

6.2.2 HISTORICAMENTE, COMO FUNCIONOU A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

O Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) consolidou o direito à cidade como princípio fundamental e regulamentou as diretrizes urbanísticas previstas na Constituição Federal de 1988. Sob essa ótica, ao analisar os fatores entre o conceito abstrato e concreto da regulação da cidade como direcionamentos a serem seguidos, percebe-se que para a criação de normas de acesso à cidade, aparecem os sintomas de políticas de desarticulação dos espaços ocupados por pessoas tidas como indesejáveis. Essas são barreiras que essas políticas, legitimadas pelo Estado, que fortalecem o imaginário social sobre o tratamento equivocado que se vem dando a esses locais. Tendo em vista isso, a participação de cidadãos da periferia exige um olhar para o processo de formação dos bairros, que os considere como elementos estruturantes na construção cidade.

Dessa forma, a questão do planejamento urbano deve estar necessariamente atrelada à análise das políticas de contingência e higienização promovidas pelo Estado por meio de políticas públicas. Durante a década de 1960, diversos países latino-americanos apresentaram uma tendência ao investimento em grandes projetos de habitação social, cuja principal diretriz consistia na remoção de moradores de áreas classificadas como “marginais” (Gilbert; Ward, 1985, p. 12-13). Desse modo, enxergar as formações das cidades, sem resgatar seu histórico de repressões e marginalizações, prejudica o viés metodológico que um estudo dessa natureza deve propor.

No Brasil, esse processo ganha centralidade no panorama da ditadura militar, especificamente com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) em 1964. A implementação dessas políticas evidencia que as diretrizes habitacionais estiveram pautadas em mecanismos de controle social, pelo fato de serem concebidos em um pe-

ríodo ditatorial, estabelecendo distinção entre aqueles que deveriam se estabelecer nos grandes centros urbanos e os que seriam relegados a conjuntos habitacionais periféricos, distantes dos espaços de decisão e participação política e social da cidade. Atendendo ao ideal de cidade desenvolvimentista e desenhada segundos os ditames do mercado.

Esse fenômeno pode ser observado na configuração dos bairros às margens do polo central da capital acreana, Rio Branco, um delineamento intrinsecamente ligado a processos migratórios, resultado da remoção de comunidades previamente estabelecidas às margens do rio Acre. Essas remoções foram impulsionadas por políticas de realocações urbanas desde a década de 1980, e evidenciam a perpetuação de um ciclo contínuo em que a população negra e pobre passa por um processo de gentrificação. Segundo Smith (1996, p. 39), “a gentrificação é um processo de reinvestimento de capital que transforma bairros centrais deteriorados em espaços para a classe média”. Esse processo continua com um caráter higienista, que se fortaleceu durante a ditadura, porém, continua se perpetuando.

Nesse contexto, os moradores de bairros formados a partir de invasões na década de 1980 e 1990, situados em áreas marginalizadas e que passam pelo processo de segregação socioespacial, experienciam uma trajetória cíclica de deslocamento forçado ou induzido pelos órgãos responsáveis pela regularização fundiária (Cohab, Incra, Reurb, etc.), reiterando a persistência das desigualdades socioespaciais e a marginalização sistemática das camadas populares periféricas no processo de urbanização (Valladares, 2005).

Um exemplo atual em Rio Branco, que materializa essa realidade é a construção do bairro Cidade do Povo, localizado no Segundo Distrito da capital, espaço planejado para realocar famílias removidas de áreas periféricas de bairros históricos como 6 de Agosto e Cadeia

Velha. Embora concebido sob uma lógica urbanística modernista, o projeto negligenciou as dinâmicas sociais com o território e os laços com a força de subsistência dessa população, desarticulando redes socioterritoriais, essenciais na organização cotidiana dessas comunidades ribeirinhas.

Posteriormente, os problemas sociais dessas regiões são vinculados somente ao indivíduo, porém não enxergam as raízes de conflitos urbanos desses processos de adaptação da população a modelos externos, considerados modernos, mas que não incluem as perspectivas dos moradores. São espaços fundamentados com ideias para remediar todos os problemas sociais, mas na prática, não se concretiza, porque esses grupos levam suas dinâmicas e conflitos para esses locais, idealizados para eles e não com eles. Por conseguinte, se formam os conflitos dos opostos: bairros supermodernos e com toda uma estrutura planejada para as famílias, mas com altas taxas de criminalidade e conflitos de território.

Conforme Kowarick (2000), até o final da década de 1970, os bairros representavam o principal espaço de articulação do movimento operário. Essas organizações nasceram, em grande medida, intermediadas pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e vinculadas a outras formas de mobilização popular. Esse processo evidencia que, antes mesmo da emergência dos movimentos urbanos contemporâneos, já existiam formas de organização coletiva nos territórios periféricos, permitindo a reprodução social e a resistência dos moradores, ainda que em condições de extrema precariedade e espoliação urbana.

Diante disso, evidenciar as formas de constituição das famílias que sofrem essa espoliação urbana exige uma análise sobre as dinâmicas da autoconstrução, um conceito explicado por Kowarick (2000) como o processo pelo qual os moradores das periferias urba-

nas constroem suas próprias moradias, muitas vezes de maneira informal e precária, sem o apoio do Estado. A autoconstrução é implementada pelos portadores da força de trabalho, ou seja, os moradores constroem suas próprias habitações, sem qualquer remuneração, convertendo-se assim, em mais uma forma invisibilizada de manutenção do capital. Esse fenômeno reflete a lógica da expropriação, aprofundada conceitualmente por Kowarick, que cunhou o termo espoliação urbana para explicar os processos de urbanização periférica que ocorrem à margem do Estado, mas dentro de mecanismos que favorecem a reprodução do sistema capitalista.

No contexto latino-americano, e particularmente no Estado do Acre, a autoconstrução não é apenas uma necessidade material, mas também um processo que molda a percepção dos sujeitos sobre o que é urbano e o que é legítimo dentro desse espaço. Ao construir suas próprias moradias, esses indivíduos não apenas garantem a reprodução de sua existência, mas também constroem formas coletivas de apropriação do território. Muitos operários, antes de se engajarem em lutas sindicais, passaram pelo aprendizado da organização comunitária em seu bairro. Da mesma forma, mobilizações operárias tiveram origem na experiência de resistência construída no espaço da moradia.

6.2.3 MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO URBANA: DIÁLOGOS COM MINIPÚBLICOS E A TEORIA DE WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS

No contexto acreano, a ampliação dos espaços de participação institucional e a presença de governos alinhados a pautas populares tem caminhado de forma interligada, refletindo um projeto político voltado para a inclusão das demandas dos movimentos sociais. Esse modelo, que pode ser compreendido como democrático-participati-

vo, tem suas raízes nas lutas dos bairros nos conflitos urbanos, onde as ocupações e as mobilizações populares desempenham um papel central na disputa por direitos. A relação entre movimento sociais e Estado, ao se institucionalizar, revela um campo marcado por ambivalências.

Por um lado, a participação em espaços formais de deliberação pode representar um avanço estratégico, na medida em que confere reconhecimento político e possibilita canais de diálogo direto com o público envolvido. Por outro, essa institucionalização também impõe limitações estruturais. Do ponto de vista da ciência política, a entrada dos movimentos em arenas institucionais pode gerar efeitos como a burocratização de suas pautas, a sua adaptação às logicas estatais e, em certos casos, à cooptação por partidos ou agentes políticos, o que pode comprometer a autonomia e capacidade crítica desses movimentos populares. Pensando nesse aspecto, Avritzer (2008, p. 43-64) apresenta diversos mecanismos e métodos de consultas populares na esfera política.

A institucionalização da participação social nas políticas públicas brasileiras resultou na criação de diversas instituições participativas (IP), que podem ser agrupadas em seis grandes categorias, reunindo as principais experiências desenvolvidas no país, desde a segunda metade da década de 1980.

O primeiro grupo corresponde aos orçamentos participativos, práticas implementadas sobretudo, no nível municipal. A segunda categoria refere-se aos conselhos de gestões de políticas públicas, espaços permanentes e com participação paritária, nos quais representantes da sociedade civil e do poder público interagem sobre várias áreas. A terceira engloba as conferências de políticas públicas, realizadas periodicamente para definir diretrizes nacionais. Em seguida, estão as audiências e as consultas públicas, mecanismos legais de

escuta da população no processo legislativo sobre impactos urbano e ambiental. A quinta seria as mesas de negociação e fóruns deliberativos, voltados à mediação e atualização de políticas em áreas sensíveis. Por fim, tem-se os arranjos participativos e inovações democráticas, onde entram os minipúblicos, júris cidadãos e plataformas digitais que busquem ampliar e diversificar os canais de participação popular.

AS CIDADANIAS REGULADAS CONFORME WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS

Em *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*, Santos (1998) analisa como a cidadania no Brasil foi historicamente construída de maneira regulada e restrita, destacando que a simples existência de instituições formais não garante uma participação democrática efetiva. Ele enfatiza a importância de fatores como compromisso político, cultura cívica e condições materiais adequadas para que a cidadania seja plenamente exercida.

Entretanto, é relevante destacar que a participação não constitui uma solução universal para os problemas da gestão pública. Conforme aponta Santos:

a democracia participativa exige mais do que a criação de canais institucionais, requer, sobretudo, compromisso político entre todas as partes interessadas, [compromisso] cultural cívico e condições concretas para o exercício efetivo da cidadania (Santos, 1998, p. 101).

Aqui, Santos propõe que a cidadania seja o eixo central para atender às mudanças políticas e sociais iniciadas com a Revolução de 1930, no período governamental de Getúlio Vargas. No entanto, esse autor chama a atenção para o tipo específico dessa seara que se formou no Brasil, a “cidadania regulada”. Segundo ele, “as raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um

sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema [...] é definido por norma legal (Santos, 1998).

Assim, esse argumento mostra que no Brasil pos-1930, não é o pertencimento abstrato à comunidade política que define quem é cidadão, mas sim a profissão exercida – e se essa profissão é ou não reconhecida por lei. Em vez de uma cidadania universal baseada em direitos civis, políticos e sociais para todos os membros da sociedade, o que se criou foi uma cidadania vinculada ao trabalho reconhecido e legalizado: “A cidadania está embutida na profissão, e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo [...] reconhecido por lei” (Santos, 1998). Ou seja, o trabalhador só se torna cidadão pleno se a sua profissão estiver regulamentada, condição esta válida para médicos, engenheiros, professores. Se a profissão não estiver regulamentada, a pessoa não é excluída completamente, mas é considerada um “pré-cidadão” – alguém sem acesso pleno aos direitos sociais garantidos pelo Estado – tais como aposentadoria, carteira assinada etc. As lutas sociais para regulamentar novas profissões, como sociólogos, por exemplo, refletem esse modelo de cidadania, pois os grupos entendem que só terão direitos garantidos se suas atividades forem reconhecidas pelo Estado.

Outro ponto relevante comentado por Santos (1998) trata das políticas preventivas, aquelas que se estruturam antes que os problemas sociais se agravem, como educação e saúde de qualidade, saneamento básico, entre outros. Tais políticas existem, mas não são suficientes, nem eficazes, pois não alteram de forma profunda as desigualdades estruturais, causadas pelo modelo de desenvolvimento econômico concentrador de renda, o “processo acumulativo”.

Santos (1998, p. 106) prossegue descrevendo o estilo preventivo das políticas, as quais permitem “[...] prever o agravamento das condições gerais da população com evidente repercussão das demandas

por compensação, caso a organização social estivesse liberada antes que contida”. Se a população tivesse liberdade total para se organizar e pressionar o Estado, haveria forte mobilização por direitos e compensações. Entretanto, como o sistema exerce contenções a essa organização social, por meio de repressão, cooptação ou desmobilização, essas demandas são abafadas – e o Estado escolhe oferecer apenas medidas paliativas.

OS MINIPÚBLICOS COMO MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO URBANA

Pode-se afirmar que o minipúblicos são espaços deliberativos compostos por cidadãos comuns, selecionados para discutir e propor soluções para problemas públicos que possuem tríplice base normativa: (i) a democracia deliberativa; (ii) a democracia participativa; e (iii) a democracia representativa crítica. Por sua vez, essa base está ancorada em diferentes correntes teóricas, embora todas compartilhem uma crítica comum, a de que a representação política tradicional é insuficiente para garantir uma democracia plena.

Uma dessas influências normativas vem da crítica republicana, que questiona se o modelo representativo realmente permite alcançar decisões políticas voltadas ao bem comum. Para os republicanos, a representação política, como é praticada hoje, afasta o povo das decisões reais, deixando essas escolhas nas mãos de poucos representantes, o que compromete a ideia de uma democracia verdadeiramente participativa.

Os minipúblicos têm sido utilizados como ferramenta para melhorar a forma como as decisões públicas são tomadas. É considerado como instrumento que ajuda a fortalecer a democracia, principalmente quando se está diante de temas que não têm resposta certa e única. Nesses casos, qualquer decisão que se tome vai envolver

ganhos e perdas para alguns grupos da sociedade, o que exige um debate mais aprofundado e participativo.

Em situações assim, incluir o cidadão comum no processo de reflexão e deliberação é uma maneira de ampliar a qualidade da participação popular. Isso permite que representantes eleitos e servidores públicos conheçam melhor a realidade das pessoas e elaborem políticas mais consistentes. Esse tipo de participação é especialmente útil para enfrentar problemas complexos, como a crise climática, resoluções do planejamento da cidade com diversas perspectivas, que exige ações públicas ousadas e decisões difíceis, com impacto direto na forma como a população vai viver nas próximas décadas.

O PAPEL DO CIENTISTA SOCIAL COMO FACILITADOR

Em espaços como as reuniões organizadas pela prefeitura, por exemplo, a presença de um facilitador é essencial para garantir que o diálogo siga focado nos objetivos traçados desde o início. Sem essa figura, esses encontros podem acabar se tornando confusos, improdutivos e até gerar novos conflitos, ao invés de resolver os que já existem. Esse papel se torna ainda mais premente quando se fala em minipúblicos.

A facilitação, nesse contexto, é muito mais do que apenas organizar falas. Ela envolve o cuidado com a dinâmica dentro da sala, garantindo a coesão do grupo, ajudando os participantes a desenvolverem um pensamento mais crítico, indo além da simples troca de opiniões. Também faz parte do trabalho do facilitador conduzir o grupo para que consiga chegar a consensos e concluir suas tarefas de forma coletiva, respeitosa e produtiva.

Nos minipúblicos voltados para o planejamento urbano, como discutir o uso do solo, a mobilidade urbana, questões ambientais da cidade, ou até mesmo o orçamento participativo, a função do fa-

Facilitador é ajudar as pessoas muitas vezes com pouco ou nenhum conhecimento técnico sobre o tema, a entenderem os impactos das decisões que estão tomando. Isso é feito por meio de um processo de aprendizagem conjunta, que valoriza o saber cotidiano, mas também traz informações técnicas de maneira acessível, garantindo que todos possam participar de forma qualificada e com segurança.

Nesse ponto, o Cientista Social se apresenta como profissional capacitado para exercer essa função de facilitador. Formado para compreender dinâmicas sociais, escutar ativamente, mediar conflitos e estimular o pensamento crítico, ele reúne as ferramentas teóricas e práticas para garantir que os processos participativos sejam verdadeiramente democráticos e inclusivos. Além disso, esse profissional está preparado para lidar com a complexidade das desigualdades urbanas, ouvir os diferentes grupos sociais e reconhecer as vozes historicamente silenciadas na formação de políticas públicas.

Porém, facilitar o minipúblico não é algo tão simples. É um trabalho exigente, que demanda sensibilidade, preparo técnico e compromisso ético. Mas é justamente essa atuação que pode garantir que as decisões sobre o futuro das cidades sejam feitas de forma coletiva, responsável e com justiça social. Neste caso, o cientista social mostra sua importância como profissional essencial na construção de cidades mais democráticas.

6.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do estudo, vimos que os desafios do planejamento urbano no Brasil estão intrinsecamente ligados à reprodução das desigualdades socioespaciais, atravessadas por dimensões históricas, econômicas e políticas. A lógica excludente que historicamente orienta o crescimento das cidades brasileiras continua presente nas

formas de gestão e formulação das políticas urbanas, muitas vezes restritas a um círculo técnico e institucional que não considera, de forma efetiva, a vivência e os saberes das populações periféricas.

Nesse sentido, repensar a relação entre o planejamento e a gestão urbanos exige uma abertura real para práticas democráticas que possibilitem a escuta, o aprendizado mútuo e a deliberação coletiva. É nesse ponto que os minipúblicos surgem como uma alternativa potente para a transformação da cidade. Enquanto espaços de aprendizagem coletiva, os minipúblicos possibilitam que a comunidade participe da tomada de decisões sobre temas complexos, como mobilidade, habitação, meio ambiente e orçamento, de maneira informada e colaborativa.

Essa ferramenta pode contribuir para desconstruir a lógica verticalizada da produção do espaço urbano e renovar formas de fazer a cidade, em que diferentes públicos sejam chamados a colaborar ativamente no planejamento das transformações urbanas. Os espaços de decisão e gestão da cidade ainda soam muito marcados pela presença de agentes técnicos e gestores institucionais, muitas vezes distantes das experiências vividas nas periferias. Ampliar os públicos envolvidos nesses processos, incluindo moradores, movimentos sociais, é um passo essencial para que a cidade se torne mais democrática e sensível às múltiplas realidades que a compõem.

A proposta de integração dos minipúblicos na gestão urbana não substitui as formas já existentes de participação, mas qualifica, ao permitir que decisões sejam tomadas com base em processos mais inclusivos, transparentes e deliberativos. Para isso, é necessário investimento em metodologias de facilitação, educação sobre a cidade e valorização do saber popular, além da atuação de profissionais preparados para conduzir essas práticas, como é o caso dos cientistas sociais, que possuem formação crítica e sensibilidade para remediar conflitos, promovendo escuta ativa.

Portanto, a reflexão final que se impõe é sobre a urgência de uma nova abordagem no planejamento da cidade, que reconheça os limites do modelo tecnocrático vigente e aposte em processo que envolva efetivamente a população nas decisões sobre o território. Sem isso, todos continuarão presos a um modelo de cidade “pensado de cima para baixo”, que ignora as desigualdades e silencia vozes importantes.

A construção de cidades mais justas passa necessariamente pela democratização da gestão urbana, e os minipúblicos representam um caminho concreto para isso. Ao abrir espaços para novas vozes e novas formas de decidir, com o foco em transformar as cidades e também transformar a própria ideia do que é ou não legítimo, em direção a um projeto de cidade que seja de fato, democrática.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 43-64, jun. 2008.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade**. Dispõe sobre o planejamento urbano. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 16 abr. 2025.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GILBERT, Alan; WARD, Peter. **Housing, the state and the poor: policy and practice in three Latin American cities**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014. 294p. Disponível em: <https://www.procomum>.

org/wp-content/uploads/2019/04/David-Harvey-Cidades-rebeldes.pdf. Acesso em: 10 abr. 2025.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KOWARICK, Lúcio. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

ROMÃO NETTO, José Veríssimo; CERVELLINI, Silvia. Minipúblicos e inovação democrática: o caso do Jardim Lapenna. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 36, n. 106, e3610612, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/FRYMX35Dvbxw5imMtp4Sgb/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998.

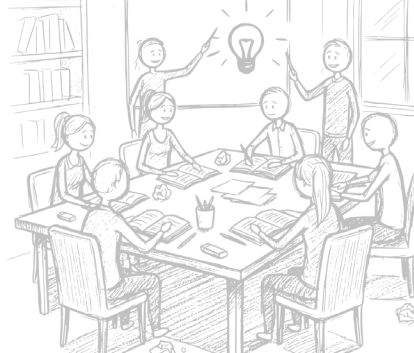
SILVA, E. B. Orçamento participativo no Brasil: Porto Alegre e Recife. In: BROSE, M. (org.). **Metodologia participativa**: uma introdução a 29 instrumentos. 2. ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2010.

SMITH, Neil. O novo urbanismo: gentrificação, produção do espaço e reestruturação urbana. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (org.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 31-69.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasi, 2003.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005. 204 p.

07



Gênero, anarquismo e as fronteiras da resistência política no Brasil contemporâneo sob o olhar de Margareth Rago

Ana Quezia Oliveira da Silva¹

7.1 INTRODUÇÃO

A historiadora Margareth Rago figura como uma das intelectuais mais expressivas do pensamento crítico brasileiro, cujas obras transbordam os limites tradicionais da história, porque incorporam reflexões profundas sobre gênero, subjetividade, sexualidade, poder e resistência. Com uma trajetória acadêmica fortemente ancorada na historiografia foucaultiana, Rago se destacou por analisar os dispositivos de dominação que incidem sobre os corpos femininos, e pelas investigações sobre as formas de resistência forjadas nas brechas do cotidiano. Professora da Universidade Estadual

¹ Ana Quezia Oliveira da Silva é graduanda no bacharelado de Ciências Sociais pela Universidade Federal do Acre. E-mail: ana.quezia@sou.ufac.br.

de Campinas (Unicamp), sua produção dialoga com o anarquismo, com o pensamento feminista contemporâneo e com abordagens interseccionais que desconstróem as normatividades impostas às identidades de gênero e sexualidade.

Este capítulo tem como objetivo geral analisar as contribuições de Margareth Rago para o pensamento político brasileiro, com foco nas suas reflexões sobre gênero, anarquismo e resistência. Especificamente, busca-se: a) compreender como sua trajetória acadêmica se articula com os debates feministas e libertários; b) discutir o diálogo de sua obra com o pensamento de Michel Foucault e com o anarquismo enquanto prática política e ética; c) refletir sobre a atualidade de suas ideias frente aos desafios políticos e sociais do Brasil contemporâneo, especialmente diante do avanço de discursos autoritários e conservadores.

A escolha por estudar Margareth Rago se justifica pela relevância de sua obra para os debates contemporâneos que envolvem feminismo, políticas do corpo, colonialidade e insurgência política. Suas análises oferecem ferramentas teóricas e metodológicas para compreender criticamente as formas de opressão históricas e atuais que moldam o cenário brasileiro, especialmente no que se refere à experiência das mulheres, pessoas LGBTQIA+ e outros grupos subalternizados. Sua escrita, profundamente comprometida com a liberdade e a autonomia dos sujeitos, revela a potência política das resistências silenciosas, das práticas micropolíticas e da recusa aos modos hegemônicos de subjetivação.

Metodologicamente, o trabalho baseia-se em pesquisa bibliográfica, centrando-se nas principais obras de Margareth Rago, como aquela intitulada *Do cabaré ao lar* (1985), *A aventura de contar-se* (2008) e *Nihilismo e anarquismo* (2016). Dialoga ainda com outros autores e autoras que tensionam os temas abordados, como Michel

Foucault, Judith Butler, Angela Davis, Silvia Federici, Monique Wittig, María Lugones e Ochy Curiel. Complementarmente, utiliza-se de análises históricas e críticas sobre o contexto sociopolítico brasileiro, de modo a situar as reflexões de Rago nas disputas teóricas e práticas da atualidade.

7.2 CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO

O Brasil da Primeira República (1889-1930) foi marcado por um projeto de modernização excludente, que articulava discursos higienistas, jurídicos e morais para disciplinar corpos e subjetividades. A mulher, naquele contexto, ocupava um papel central no imaginário da “nação civilizada”, sendo reduzida à função de mãe e esposa. O espaço público era construído como lugar masculino, enquanto às mulheres cabia o recolhimento à domesticidade.

Essa disciplinarização do feminino era acompanhada por um forte aparato normativo, que regulava a sexualidade e impunha padrões rígidos de comportamento. As mulheres pobres e racializadas, sobretudo, eram vistas como ameaça à ordem moral e alvo de intervenções do Estado, seja por meio de instituições de controle, como as casas de correção e os hospitais psiquiátricos, seja pela vigilância social exercida sobre suas vidas cotidianas.

Segundo Rago (1985), “o projeto de disciplinarização das mulheres estava intrinsecamente ligado ao desejo de modernização das cidades e ao controle dos corpos considerados desviantes, como o das prostitutas” (p. 42). Ao analisar o período, a autora revela como o Estado e a sociedade civil criaram dispositivos de controle sobre as mulheres, usando o discurso da moral e da ciência para justificar exclusões e subalternizações.

Além disso, essa lógica de exclusão não se restringia apenas às mulheres, mas permeava as políticas de controle populacional voltadas para negros, indígenas e imigrantes pobres. O ideal de civilização vigente estava profundamente influenciado pelo racismo científico e pela eugenia, que sustentavam a necessidade de “branqueamento” e higienização dos centros urbanos. As reformas urbanas da época, ao mesmo tempo que buscavam modernizar as cidades, marginalizavam populações inteiras, expulsando-as para as periferias e reforçando desigualdades estruturais.

Essa lógica de poder não se restringe ao passado. Ela ressurgiu nas estruturas políticas contemporâneas, nas quais a normatização das identidades de gênero e sexualidade permanece como um dos principais campos de disputa. A resistência a esse processo emerge em diferentes frentes, desde os movimentos feministas e LGBTQIA+ até as lutas antirracistas, que reivindicam uma reinterpretação da história oficial e o reconhecimento das múltiplas formas de exclusão que persistem na sociedade brasileira.

7.2.1 *DO CABARÉ AO LAR: GÊNERO, MORALIDADE E DISCIPLINAMENTO POLÍTICO*

A obra *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar Brasil 1890-1930* (1985), de Margareth Rago, é central para a compreensão dos dispositivos de poder que atuaram (e ainda atuam) sobre os corpos femininos no Brasil. Nesse trabalho, a autora analisa como o projeto de modernização urbana da Primeira República foi atravessado por uma lógica moralista, racista e sexista, que operava a partir da vigilância dos corpos considerados desviantes, especialmente o das mulheres pobres e das prostitutas. A cidade moderna, segundo Rago, foi planejada não apenas como um espaço físico, mas como um

projeto simbólico de higienização social e disciplinamento comportamental, orientado pela ideia de civilização europeia.

A partir da análise foucaultiana dos dispositivos disciplinares, Rago demonstra que a construção da “mulher respeitável” branca, burguesa, doméstica foi um elemento estratégico na consolidação de um modelo de sociedade que excluía, controlava e punia as que não se adequavam a esse ideal. Ao afirmar que “a utopia da cidade disciplinar impunha normas rigorosas à sexualidade e à vida pública das mulheres” (Rago, 1985, p. 43), a autora revela como o Estado e a sociedade civil cooperaram com a produção de subjetividades femininas domesticadas, ao mesmo tempo em que criminalizavam as práticas femininas autônomas e não normativas.

Essa reflexão é fundamental para entender o pensamento político de Rago, pois desloca o debate sobre gênero da esfera moral ou identitária para o campo do poder e da política. Ao historicizar o processo de marginalização da mulher pública – especialmente da prostituta – Rago evidencia que o controle da sexualidade feminina sempre foi uma tática de governo, parte da constituição biopolítica da população e de sua regulação moral. O que está em jogo, portanto, não é apenas a opressão individual, mas a produção de uma ordem social que define quem pode ocupar o espaço urbano, quem merece respeito e quem deve ser silenciada ou eliminada.

Além disso, ao resgatar o cotidiano das prostitutas e a rede de instituições que as cercavam, como delegacias, casas de detenção, hospitais e associações filantrópicas, Rago não apenas denuncia as práticas de violência institucional, mas também aponta para os gestos de resistência que emergem nas margens desse sistema. Mesmo sob intensa vigilância, essas mulheres construía estratégias de sobrevivência, de circulação e de solidariedade, revelando a potência política dos corpos insubmissos.

Esse ponto conecta-se diretamente à proposta anarquista que permeia a obra posterior de Rago: a recusa à normatização imposta por instituições de controle. Na obra *Do cabaré ao lar*, já se observa a semente de um pensamento político que valoriza as práticas micro-políticas de resistência, a recusa da governabilidade e a invenção de formas de existência que escapam ao ideal burguês de feminilidade e domesticidade. A prostituta, nesse contexto, é uma figura-limite, porque tensiona as fronteiras do aceitável, e que carrega, paradoxalmente, tanto o estigma quanto a possibilidade da transgressão.

Por isso, retomar essa obra é essencial para compreender como as reflexões de Rago sobre gênero, resistência e subjetividade não são apenas teóricas, mas partem de um compromisso radical com a história das excluídas. Seu olhar histórico se converte em ferramenta crítica para pensar o presente, evidenciando que os mecanismos de disciplinamento dos corpos continuam a operar, ainda que sob novas formas, no Brasil contemporâneo. As disputas em torno da sexualidade, da moralidade e do papel social das mulheres revelam que o projeto de modernização civilizatória ainda é um campo de batalha.

No entanto, Rago também revela as brechas desse sistema ao apontar que as mulheres sempre encontraram formas de resistir às imposições. Seja com a prostituição, participando das redes de solidariedade feminina ou pela escrita de si, as mulheres desafiaram o controle e produziram novas formas de existência. Além disso, a historiadora destaca a importância dos espaços de sociabilidade feminina, como associações, clubes e sindicatos, nos quais as mulheres construíram coletivamente formas de contestação e negociação com o poder.

Essa visão de resistência cotidiana é fundamental para o feminismo contemporâneo, que ultrapassa a mera demanda por direitos e se constitui como prática política de criação e invenção de si. O fe-

minismo, nesse sentido, não se restringe à luta contra o patriarcado enquanto sistema opressor, mas se amplia para questionar as formas de subjetivação que capturam os corpos femininos e restringem suas possibilidades de existência. Como apontado por Rago (2008), a escrita de si emerge como um instrumento de libertação, permitindo que as mulheres escapem das narrativas impostas e construam novas identidades.

Dessa maneira, as contribuições de Rago para os estudos de gênero e feminismo não apenas historicizam as opressões vividas pelas mulheres, mas também apontam caminhos para a emancipação, evidenciando a potência das resistências femininas na construção de outros mundos possíveis.

7.2.2 DIÁLOGO COM O ANARQUISMO E A FILOSOFIA DE MICHEL FOUCAULT

Em sua obra mais diretamente voltada ao anarquismo, *Nihilismo e anarquismo* (2016), Margareth Rago articula uma reflexão política inspirada nas noções foucaultianas de poder, subjetivação e resistência. O anarquismo, para Rago, não é apenas uma doutrina política clássica que se opõe ao Estado, mas uma prática de vida que interroga, de modo radical, os modos de governar e de ser governado. Essa aproximação com Foucault permite à autora pensar o anarquismo não como um programa fixo, mas como uma recusa ética e existencial às normatividades que estruturam as relações sociais, inclusive aquelas que operam de forma difusa e cotidiana.

Rago (2016, p. 89) afirma que “a recusa anarquista da governabilidade não se limita à esfera do Estado, mas atravessa as relações cotidianas, questionando os modos de vida normatizados”. Essa leitura ecoa a concepção foucaultiana de que o poder é capilar, presente nas minúcias das interações sociais das instituições disciplinares,

das práticas médicas, jurídicas, escolares e religiosas. Assim, tanto Foucault quanto Rago deslocam a crítica política do campo jurídico-institucional para os microprocessos que produzem subjetividades dóceis, normalizadas e integradas às lógicas de dominação.

Esse deslocamento é fundamental para compreender a proposta de resistência que emerge da obra de Rago: trata-se de uma política que se realiza não apenas na disputa por direitos ou na transformação das estruturas do Estado, mas na criação de novas formas de existência. O anarquismo, nesse contexto, torna-se uma “ética da desobediência”, que desnaturaliza a autoridade, a norma e o sujeito. Em diálogo com as “tecnologias do eu” de Foucault, Rago propõe que a escrita de si – um gesto de subjetivação autônoma – seja uma prática anarquista, um modo de romper com os discursos que aprisionam os corpos femininos e de imaginar outras formas de viver.

Essa perspectiva adquire especial potência no campo das lutas feministas e LGBTQIA+, onde o controle da sexualidade e da identidade é uma das formas mais persistentes de dominação. A autora evidencia como o anarquismo feminista pode atuar desestabilizando não apenas as instituições estatais, mas também as convenções de gênero e as normas de sexualidade, revelando que o patriarcado não é apenas um sistema jurídico, mas uma tecnologia contínua de produção de corpos e afetos.

Ao unir o pensamento de Foucault com o anarquismo, Rago amplia a noção de resistência: ela não se dá apenas contra o poder, mas para além dele, como criação de novos modos de ser. Nesse sentido, sua obra propõe uma reconfiguração do político que valoriza as experiências marginais, as micropolíticas de liberdade e os gestos cotidianos de insubmissão. Assim, Rago se insere no campo do pensamento político brasileiro contemporâneo como uma voz que afir-

ma a política como invenção, como potência de existência e como transgressão às formas hegemônicas de vida.

7.2.3 RELEVÂNCIA CONTEMPORÂNEA E PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO

As reflexões de Rago dialogam diretamente com o cenário político brasileiro atual, marcado pelo avanço de discursos conservadores, pelo ataque aos direitos das mulheres e pela repressão aos movimentos sociais. O fortalecimento de pautas autoritárias e a retomada de discursos moralistas sobre gênero e sexualidade revelam a permanência dos dispositivos de controle sobre os corpos, especialmente aqueles que fogem das normas estabelecidas. O Brasil contemporâneo vivencia um recrudescimento dessas estratégias de disciplinarização, evidenciado, por exemplo, nas tentativas de restringir o acesso à educação sexual nas escolas, no enfraquecimento de políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero e na criminalização de manifestações feministas e LGBTQIA+.

No entanto, como aponta Rago, a resistência não se restringe à esfera institucional, mas se manifesta na invenção de novas práticas políticas. No Brasil contemporâneo, coletivos feministas, movimentos negros e LGBTQIA+ constroem formas de resistência que não se limitam à disputa por representatividade no Estado, mas que operam no cotidiano, subvertendo normas e tensionando os limites impostos pela ordem vigente. São formas de anarquismo cotidiano, que desafiam as normatividades e tensionam a democracia brasileira.

Essa resistência se dá tanto na ocupação dos espaços públicos quanto na produção de narrativas alternativas que questionam os discursos hegemônicos sobre identidade, corpo e subjetividade. A internet, nesse contexto, tornou-se uma arena central para essas disputas, possibilitando a disseminação de contradiscursos que deses-

tabilizam as verdades estabelecidas. Coletivos feministas, movimentos antirracistas e ativistas LGBTQIA+ utilizam redes sociais para denunciar violências, criar redes de solidariedade e afirmar outras formas de existir e resistir.

Para Rago (2016, p. 102), “a resistência não é apenas negativa, mas criadora de novas formas de vida que escapam aos dispositivos normativos e disciplinadores”. Essa leitura amplia o próprio conceito de política, incluindo práticas antes consideradas marginais ou privadas. O feminismo contemporâneo, por exemplo, não se limita à luta por direitos dentro das estruturas estatais, mas propõe outras formas de organização social, baseadas na horizontalidade, na coletividade e na recusa à hierarquia.

Portanto, o pensamento de Rago é fundamental para repensar o futuro da política brasileira, especialmente diante de crises democráticas, avanço da vigilância e reforço de discursos autoritários. Suas reflexões convidam a imaginar uma política que nasce da experiência, da subjetividade e da criação de novos mundos possíveis. Em um contexto de crescente cerceamento das liberdades e da tentativa de imposição de um modelo único de existência, sua obra instiga a compreender que a política não se limita às instituições formais, mas se reinventa nas brechas, nos afetos e nas práticas cotidianas de resistência e autonomia.

7.3 EXPANSÃO DAS FRONTEIRAS DO FEMINISMO E DA RESISTÊNCIA

O pensamento de Margareth Rago se inscreve em uma constelação de teóricas feministas que, a partir de diferentes tradições, confrontam os dispositivos de poder que regulam corpos, subjetividades e formas de existência. Embora suas perspectivas sejam distintas, há

entre elas uma convergência fundamental: a recusa das normas que pretendem estabilizar identidades, hierarquizar vidas e organizar o mundo segundo lógicas patriarcais, capitalistas e coloniais. Em diálogo com autoras como Judith Butler, Angela Davis, Silvia Federici, Monique Wittig, María Lugones e Ochy Curiel, Rago constrói uma crítica radical, que desloca o feminismo da esfera da demanda por direitos e o recria como uma prática insurgente de reinvenção da vida.

A performatividade de gênero, proposta por Judith Butler, oferece uma chave fundamental para compreender como as identidades são continuamente produzidas por práticas normativas que se naturalizam na repetição. Butler desestabiliza a noção de um sujeito feminino essencial ao afirmar que o gênero é algo que se faz, e não algo que se é. Essa tese ecoa nas reflexões de Rago sobre os mecanismos históricos que instituíram a “mulher respeitável” como ideal burguês, branco e domesticado. Ambas compartilham da recusa em aceitar categorias fixas e operam uma crítica que visa não apenas desvelar os dispositivos de normalização, mas também criar brechas para outras formas de subjetivação.

Nesse campo de disputas sobre a produção das subjetividades, Angela Davis amplia o olhar ao articular gênero, raça e classe como dimensões indissociáveis da dominação. Sua análise do encarceramento feminino e da exploração das mulheres negras no trabalho reprodutivo revela como o feminismo hegemônico, ao ignorar essas intersecções, perpetua exclusões. O projeto de Rago, ao se debruçar sobre a normatização das mulheres pobres e racializadas na história brasileira, opera em sintonia com essa crítica, expondo como os aparatos estatais e científicos contribuíram para a constituição de uma ordem que expulsa da cidadania plena aquelas que fogem do ideal civilizatório.

Silvia Federici, por sua vez, radicaliza essa crítica ao mostrar que o próprio surgimento do capitalismo se deu pela dominação do corpo feminino e pela expropriação do trabalho reprodutivo. A caça às bruxas, nesse sentido, não foi um episódio isolado, mas uma operação sistemática de destruição da autonomia das mulheres. Federici e Rago, ainda que por caminhos distintos, convergem na compreensão de que o controle dos corpos, sobretudo o corpo feminino, é central para o funcionamento do poder moderno. Ambas denunciam a mercantilização da vida e apontam para a importância de resistências que escapem tanto do Estado quanto do mercado.

Monique Wittig complementa esse cenário ao denunciar que a própria categoria “mulher” é uma construção política que serve à manutenção da heterossexualidade compulsória. Ao afirmar que “as lésbicas não são mulheres”, Wittig desestabiliza o binarismo de gênero, desmontando os alicerces simbólicos do patriarcado. Essa crítica se articula à proposta de Rago de pensar a subjetividade como um campo de invenção e disputa, no qual é possível escapar às lógicas normalizadoras por meio da escrita de si e de outras práticas de desobediência subjetiva.

As contribuições de María Lugones e Ochy Curiel introduzem, nesse debate, uma perspectiva decolonial que problematiza o universalismo feminista ocidental. Para Lugones, a colonialidade de gênero demonstra que as hierarquias impostas às mulheres indígenas, negras e não ocidentais não podem ser compreendidas fora do contexto colonial. Curiel, por sua vez, propõe um feminismo autônomo e anticapitalista, que recusa as alianças com o Estado e com os marcos liberais. Ambas rejeitam o feminismo institucionalizado e denunciam o modo como o projeto colonial impôs modelos ocidentais de gênero e sexualidade. Essa crítica dialoga diretamente com a proposta anarquista de Rago, que defende práticas de resistência

construídas nas margens, nas brechas e nas vivências que escapam aos dispositivos de governabilidade.

Desse modo, o pensamento de Rago se articula com essas autoras em um projeto comum de ampliação das fronteiras do feminismo. Um feminismo que não se satisfaz em disputar espaços dentro das estruturas vigentes, mas que busca reinventar os modos de viver, de se relacionar, de existir. A resistência, nesse horizonte, não é apenas negativa ou reativa: ela é criativa, micropolítica e cotidiana. É insurgência contra a normatividade e invenção de mundos possíveis. Ao desafiar simultaneamente as estruturas patriarcais, capitalistas e coloniais, esse feminismo libertário não apenas critica a ordem existente, mas antecipa aquilo que ainda não existe e que, por isso mesmo, precisa ser criado.

7.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou explorar as contribuições de Margareth Rago para o pensamento político brasileiro, situando sua obra no entrelaçamento entre gênero, anarquismo e resistência. Ao longo da análise, ficou evidente que seu trabalho vai além de uma crítica ao passado: ele se constitui como ferramenta para pensar e agir no presente, oferecendo pistas para imaginar outras formas de existência possíveis.

A leitura da história feita por Rago, especialmente ao examinar o projeto disciplinador da Primeira República, revela como a modernidade brasileira foi construída sobre a exclusão sistemática de corpos tidos como desviantes. O disciplinamento das mulheres pobres, racializadas e dissidentes não foi um efeito colateral do progresso urbano, mas sim uma estratégia central na constituição de uma ordem social excludente, marcada pela normatização da sexualidade, pelo

racismo científico e pelo ideal de feminilidade burguesa. Ao historizar esses processos, Rago desloca o debate sobre gênero da esfera identitária para o campo da política e do poder, evidenciando que a dominação dos corpos é parte constitutiva do projeto de nação e de civilização.

Essa crítica se amplia quando a autora articula sua leitura foucaultiana com o pensamento anarquista, reposicionando a resistência como prática cotidiana de desobediência e invenção. O anarquismo, nesse sentido, não aparece como doutrina, mas como uma ética que atravessa os modos de vida, rejeitando tanto a governabilidade estatal quanto as sutis formas de captura das subjetividades. Com isso, a política é deslocada do campo institucional e recolocada na esfera do sensível, das relações, dos afetos e das invenções singulares.

É nesse ponto que o pensamento de Rago se conecta com uma constelação de autoras feministas contemporâneas citadas anteriormente, que também operam a partir da recusa dos fundamentos normativos do sujeito político moderno. Ao se entrelaçarem, esses pensamentos produzem um feminismo radical, anticapitalista, decolonial e libertário, comprometido com as vidas que resistem nas margens. Não se trata apenas de denunciar estruturas de opressão, mas de reconhecer e sustentar práticas que já estão inventando outros mundos, outras formas de viver e de se relacionar.

A resistência, nesse horizonte, não é meramente reativa. Ela é criativa, insurgente e cotidiana. Ela se manifesta tanto nos gestos silenciosos de solidariedade quanto nas manifestações públicas de enfrentamento. Ela habita a escrita de si, os coletivos feministas, as ocupações, os afetos dissidentes, as pedagogias insurgentes e os modos de vida que desafiam as normas da produção, do consumo e da moral. Trata-se de uma resistência que não espera pela autorização

do Estado, que não se limita à reivindicação de direitos formais, mas que atua como prática de liberdade.

Em um cenário político marcado pelo avanço do autoritarismo, pelo moralismo institucional e pela precarização da vida, a obra de Margareth Rago reafirma a potência das brechas. Ao invés de oferecer respostas prontas, sua reflexão aponta para o valor político das perguntas que deslocam, das narrativas que desorganizam e das existências que insistem. Sua leitura da história convida a não apenas compreender as continuidades da opressão, mas a identificar os pontos de ruptura, as linhas de fuga, as sementes de mundos outros.

Assim, pensar com Rago é também aceitar o convite para viver politicamente. Ou seja, para assumir que toda existência é também uma aposta. Apostar em outras formas de ser, de desejar, de cuidar e de conviver é, talvez, o gesto mais radical de deste tempo.

Gênero, anarquismo e resistência, como apresentados ao longo deste texto, não são apenas categorias analíticas, mas ferramentas vivas de transformação. E é nas bordas, nas dobras e nas margens onde o poder vacila que se abre o campo fértil da política como criação.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

LUGONES, María. Colonialidade de gênero. Tradução de Tereza Ventura. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 935-952, 2014.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade.** Campinas: Unicamp, 2008.

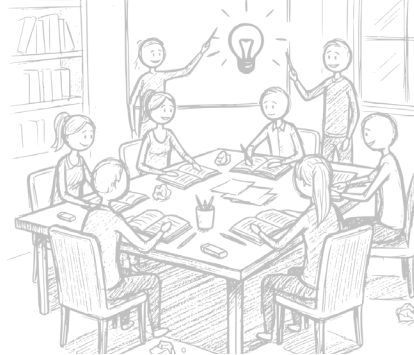
RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Margareth. **Foucault, a História e o Anarquismo.** Campinas: IFCH/Unicamp, 2009.

RAGO, Margareth. **Nihilismo e anarquismo: Foucault, Deleuze, os situacionistas e a recusa dos limites.** São Paulo: Intermeios, 2016.

WITTIG, Monique. **O pensamento heterossexual e outros ensaios.** Tradução de Carolina P. T. Pinheiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

08



Jovens, desinformação e crise de representação:

Contribuições de José Álvaro Moisés à cultura política brasileira

Julia Evelyn Galvão de Souza¹

8.1 INTRODUÇÃO

A democracia, como regime político, tem sido alvo de intensos debates e análises ao longo das últimas décadas, especialmente em países que passaram por processos de transição de regimes autoritários para sistemas democráticos. Reis (2014) explica que a transição democrática brasileira ocorreu entre 1979 e 1988, partindo da revogação das leis de exceção e culminando com a aprovação da Constituição de 1988. Esse processo foi marcado por um percurso acidentado, no qual se desmantelou gradativamente o “entulho autoritário” da ditadura, mas sem uma ruptura radical com o regime anterior. A redemocratização foi apresentada como uma vitória coletiva da sociedade contra um regime imposto, apagando

¹ Julia Evelyn Galvão de Souza é discente da Licenciatura em Ciências Sociais da Ufac. E-mail: juliaevelyn823@gmail.com.

as colaborações e cumplicidades que garantiram a longevidade do regime ditatorial (Reis, 2014).

No entanto, após mais de três décadas de redemocratização, o país enfrenta desafios significativos que colocam em xeque a qualidade de sua democracia. Entre esses desafios, destacam-se a crise de representação que se manifesta na crescente desconfiança dos cidadãos em relação às instituições políticas, como partidos, parlamentos e até mesmo o sistema eleitoral. Essa desconfiança é alimentada por uma percepção generalizada de que as instituições democráticas não têm sido capazes de responder às demandas da população, seja por ineficiência, corrupção ou falta de transparência. Por outro lado, a polarização política tem dividido a sociedade brasileira em campos antagônicos, dificultando o diálogo e a construção de consensos necessários para a governabilidade e a estabilidade democrática. Além disso, a crescente participação das redes sociais e a disseminação de fake news têm influenciado a formação das opiniões políticas, muitas vezes sendo utilizadas como instrumentos de manipulação ideológica.

Este capítulo analisa os efeitos da polarização e da desinformação na qualidade da democracia brasileira, a partir das contribuições de José Álvaro Moisés sobre crise de representação e cultura política. Objetiva-se compreender como esses fenômenos, agravados pelas redes sociais, comprometem a legitimidade institucional, utilizando dados empíricos de jovens do Colégio Sebastião Pedrosa.

Para desenvolver essa análise, o estudo subdivide-se em três seções principais. Na primeira, aborda-se as contribuições de Moisés sobre cultura política, papel das instituições democráticas e a crise de representação, destacando como a persistência de valores autoritários e a avaliação negativa das instituições democráticas contribuem para a insatisfação e insegurança dos cidadãos. Além disso, será

analisado como a percepção de que os representantes não atendem às demandas da população tem levado a um distanciamento entre cidadãos e o sistema político.

Na segunda seção se discute o papel das redes sociais e das fake news na polarização política, argumentando que ambas são instrumentos de manipulação em massa, que geram consequências como a própria crise de representação, e agravam a governabilidade democrática. Na terceira parte deste capítulo, será analisado através de uma breve pesquisa, como são percebidas algumas noções sobre cultura política por adolescentes do colégio Sebastião Pedrosa, na cidade de Rio Branco, Acre.

O estudo se compõe de uma abordagem qualitativa, que articula teoria e realidade empírica, fundamentada na análise de conteúdo e na análise discursiva, com o objetivo de compreender os efeitos da polarização e da desinformação sobre a democracia brasileira contemporânea. A investigação teórica baseia-se nas contribuições de José Álvaro Moisés acerca da cultura política e da crise de representação, bem como nos estudos de Gomes (2016) e Araújo e Silva (2023), sobre democracia digital e funcionamento dos algoritmos nas redes sociais. A análise empírica, por sua vez, fundamenta-se em uma pesquisa de campo, realizada com 100 estudantes de Ensino Médio do colégio Sebastião Pedrosa, a partir da aplicação de um questionário. A metodologia selecionada para esta pesquisa foi majoritariamente quantitativa, complementada por dados qualitativos de caráter descritivo.

Dessa maneira, ao articular dados teóricos e empíricos provenientes de artigos acadêmicos, podcasts, vídeos e acontecimentos políticos recentes, busca-se compreender como jovens percebem a política, quais são suas principais fontes de informação e como esses

elementos se relacionam com os desafios estruturais da representação democrática.

8.2 JOSÉ ÁLVARO MOISÉS E A CRISE DE REPRESENTAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS BRASILEIRAS

José Álvaro Moisés é cientista político e professor sênior do Instituto de Estudos Avançados da USP; tem se dedicado ao estudo da qualidade da democracia e da desconfiança política. Suas obras, tais como *A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia* (2013), são fundamentais para a compreensão das crises da democracia representativa, tema central deste estudo.

A estabilidade de uma democracia depende não apenas de suas estruturas formais, mas também da confiança que os cidadãos depositam nelas. No Brasil, essa relação tem se mostrado frágil, com um crescente descrédito nas instituições políticas, fenômeno que José Álvaro Moisés analisa como parte de uma crise mais ampla de representação. Sua obra destaca como a desconexão entre sociedade e elites políticas, somada à persistência de valores autoritários, mina a legitimidade do sistema democrático.

Como destacado por Moisés (2008), a cultura política, entendida como o conjunto de valores, crenças e atitudes que orientam o comportamento político dos cidadãos, desempenha um papel fundamental na forma como as instituições são percebidas e avaliadas pela população. A confiança nas instituições democráticas, por exemplo, está intimamente ligada à cultura política predominante em uma sociedade, uma vez que os cidadãos avaliam o desempenho das instituições com base em suas experiências e expectativas normativas (Moisés, 2005, p. 16). Ou seja, a cultura política brasileira é marca-

da por uma tradição hierárquica e pouco participativa. Dessa forma, enquanto democracias consolidadas tendem a equilibrar cobrança e engajamento, no Brasil prevalece a desconfiança estrutural, que são alimentadas por escândalos de corrupção e ineficiência estatal.

Conforme a análise de Kuschnir e Carneiro (1999, p. 231), sobre a teoria de Almond e Verba, identificam-se três tipos ideais de cultura política: a paroquial, presente em sociedades simples, nas quais os cidadãos possuem pouco conhecimento ou interesse pelas estruturas políticas; a súdita (ou de sujeição), em que há reconhecimento das instituições políticas, mas sem participação ativa dos indivíduos; e a participativa, característica de sistemas democráticos nos quais os cidadãos se veem como agentes políticos ativos e informados, engajando-se tanto nos processos de entrada quanto de saída do sistema político. Esse último aspecto participativo é associado à noção de cultura cívica, entendida como fundamental para a estabilidade e o funcionamento das democracias.

Ademais, a noção de legitimidade política conforme discutida por José Álvaro Moisés (2005), baseada na tipologia weberiana, constitui também um pilar fundamental para a estabilidade democrática. Max Weber distinguiu três tipos ideais de legitimidade: a tradicional, baseada em costumes e hábitos; a carismática, fundamentada na devoção a líderes excepcionais; e a racional-legal, que se apoia na crença na legalidade e na racionalidade das normas institucionais. Nas democracias contemporâneas, a legitimidade racional legal é preponderante, pois depende do funcionamento eficiente e justo das instituições, garantindo direitos, prestação de contas (accountability) e participação política (Bobbio, 1984; Dahl, 1956). No entanto, como ressalta Moisés (2005, p. 43), essa legitimidade não é automática, pois exige que os cidadãos percebam as instituições como capazes de cumprir suas funções constitucionais, sob pena de cair em desconfiança generalizada.

No Brasil, no entanto, os dados mais recentes apontam para um cenário de profunda desconfiança por parte da população em relação aos principais órgãos que compõem a estrutura do Estado. Segundo uma pesquisa recente, a maioria dos brasileiros demonstra ceticismo em relação ao Congresso Nacional, ao governo federal e até mesmo ao Supremo Tribunal Federal (STF).

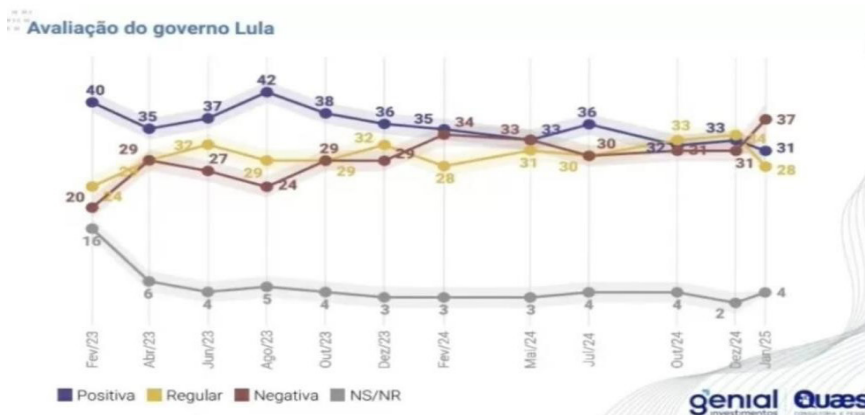
Esses posicionamentos não apenas refletem uma crise de credibilidade, mas também acendem um sinal de alerta sobre o futuro da democracia no país. O Congresso Nacional, por exemplo, é visto com desconfiança por uma parcela significativa da população. Essa percepção negativa pode ser atribuída a uma série de fatores, como a constante associação de parlamentares com escândalos de corrupção, a lentidão na aprovação de reformas estruturais e a percepção de que os interesses pessoais muitas vezes se sobrepõem ao bem comum. A imagem do Legislativo, que deveria ser o principal representante da vontade popular, parece estar cada vez mais distante da realidade dos cidadãos.

Já o governo federal, que concentra o poder Executivo, enfrenta a desconfiança de metade da população. Crises econômicas, políticas públicas ineficientes e a polarização política que tem marcado o cenário nacional nos últimos anos, contribuem para esse cenário. A falta de diálogo entre os poderes e a sociedade, somada à percepção de que as decisões tomadas não refletem as necessidades da população, alimentam um ciclo de insatisfação e descrédito. O Supremo Tribunal Federal, por sua vez, que deveria ser visto como o guardião da Constituição e dos direitos fundamentais, também enfrenta desafios em sua relação com a sociedade. Uma parcela considerável dos brasileiros declarou não confiar no STF. Decisões polêmicas, a judicialização de questões políticas e a percepção de parcialidade em casos de grande repercussão, são alguns dos fatores que podem explicar essa desconfiança. Quando o Judiciário, que deveria ser um

símbolo de imparcialidade e justiça, passa a ser questionado, a crise de legitimidade se aprofunda (Atlas das Instituições, 2025)

Esses dados não são meras estatísticas. Evidenciam um problema estrutural que demanda ações urgentes para a preservação da estabilidade democrática. A crescente desconfiança nas instituições democráticas ameaça o Estado de Direito, fomenta a instabilidade política e fortalece discursos que colocam em xeque a própria legitimidade da democracia. Essa desconfiança não restringe às instituições, pois, segundo pesquisa realizada pelo Instituto Quaest, a insatisfação com o governo Lula atingiu 37% em janeiro de 2025, o maior patamar desde o início do mandato (conforme demonstra a Figura 4):

Figura 4 – Avaliação do Governo Lula



Fonte: Genial Quaest (reprodução da autora, usando a ferramenta Uol, 2025).

Esse aumento na rejeição ocorreu no contexto da chamada “crise do PIX”, que envolveu a proposta de monitoramento de transações financeiras acima de R\$ 5.000 para pessoas físicas, e R\$ 15.000 para pessoas jurídicas. A medida, inicialmente defendida pela Receita Federal, foi revogada após forte reação da população e da oposição, que disseminaram narrativas críticas nas redes sociais. Para 66% dos

entrevistados, o governo “mais errou do que acertou” no episódio, enquanto apenas 19% consideraram que a gestão mais acertou do que errou.

A crise do PIX não foi o único fator que contribuiu para a queda na popularidade do governo. A pesquisa também apontou que 83% dos entrevistados perceberam aumento nos preços dos alimentos no último mês (janeiro de 2025), e 39% afirmaram que a situação econômica piorou nos últimos 12 meses. Além disso, a violência e as questões sociais foram destacadas como os principais problemas do governo, citados por 26% e 23% dos entrevistados, respectivamente.

A queda na aprovação do governo foi mais acentuada em determinados grupos. No Nordeste, região tradicionalmente favorável ao governo, a avaliação positiva recuou de 48% para 37%. Entre as mulheres, a avaliação negativa subiu de 27% para 36%, e entre os que completaram o Ensino Médio, passou de 33% para 43%. Esses dados refletem uma insatisfação generalizada, que atinge até mesmo a base eleitoral do governo.

A comunicação do governo também foi alvo de críticas. Para 53% dos entrevistados, a comunicação é negativa, enquanto apenas 18% a consideram positiva. A nomeação de Sidônio Palmeira como ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom) foi uma tentativa de reverter essa percepção, mas especialistas avaliam que a mudança não será suficiente para recuperar a confiança da população. A falta de uma “cara” clara para o governo e a incapacidade de contrapor narrativas da oposição têm sido apontadas como fatores que agravam a crise de imagem.

Esses resultados reforçam a tese de que a crise de representação no Brasil está intimamente ligada à insatisfação popular com o desempenho das instituições e à polarização política. A desconfiança nas instituições, alimentada por episódios como a crise do PIX, e a

incapacidade do governo de responder às demandas da população criam um ciclo vicioso que ameaça a estabilidade democrática. A polarização, por sua vez, dificulta a construção de consensos e agrava a crise de representação ao dividir a sociedade em campos antagônicos.

Em síntese, a pesquisa evidencia os desafios enfrentados pelo governo Lula e reflete um cenário de crescente insatisfação popular. Para superar essa crise será necessário não apenas reformas institucionais, mas também uma mudança na comunicação e na capacidade de resposta às demandas da população.

8.3 REDES SOCIAIS E DESINFORMAÇÃO: UM BALANÇO ENTRE DEMOCRACIA DIGITAL, ALGORITMO E AGENDA SETTING

A ascensão das redes sociais como espaços de interação política trouxe consigo desafios inéditos para a democracia brasileira, em especial no que diz respeito à disseminação de desinformação e ao aprofundamento da polarização. Para entender esse fenômeno, deve-se abordar o conceito de “democracia digital”, formulado por Wilson Gomes (2016). A democracia digital pode ser compreendida como uma evolução das práticas democráticas tradicionais por meio do uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação. Inicialmente concebida como uma ideia normativa, voltada à ampliação da participação cidadã, da transparência e da accountability, ela passou a incorporar experiências concretas de engajamento político, mediadas por plataformas digitais. Com o tempo, o conceito deixou de ser apenas uma promessa e se materializou em práticas como cam-

panhas online, deliberações públicas em redes sociais, e-participação e o uso de tecnologias pelo Estado para aproximar-se dos cidadãos.

Esse campo emergente articula três grandes dimensões inter-relacionadas: a política online, o Estado digital e a própria democracia digital. Embora inicialmente, a ênfase recaísse sobre os aspectos normativos e os potenciais democráticos da tecnologia, como o combate ao déficit de participação nas democracias representativas, aos poucos, as abordagens fenomenológicas também ganharam espaço, incorporando a análise dos impactos reais das tecnologias sobre a política, o governo e a vida social. Isso revela um amadurecimento teórico e metodológico da área, que passou a reconhecer tanto os limites quanto as possibilidades da tecnologia na promoção da democracia. Assim, democracia digital designa o conjunto de iniciativas, práticas, dispositivos e processos que utilizam os meios digitais para promover ou transformar aspectos fundamentais da democracia, como a participação política, a deliberação pública e o acesso à informação, com base em princípios democráticos, mas também considerando valores como eficiência e inovação (Gomes, 2016, p. 39-63).

No contexto brasileiro, esse fenômeno assume contornos críticos, uma vez que as plataformas digitais são frequentemente instrumentalizadas para a manipulação de narrativas, como evidenciado na “crise do PIX” (Quaest, 2025), além disso, a ascensão das redes sociais como espaços de interação política trouxe consigo desafios inéditos para a democracia, especialmente no que diz respeito à disseminação de desinformação e ao aprofundamento da polarização. Como destacado na literatura sobre comunicação digital (Bucy; Gregson, 2000; Wilhelm, 2000), a internet emergiu como um ambiente ambivalente por um lado, promovendo maior acesso à informação e participação política e por outro, reproduzindo e amplificando dinâmicas excludentes e fragmentadoras do debate público.

Esse duplo aspecto reflete os impactos reais das tecnologias sobre a política e a vida social, revelando um amadurecimento teórico que reconhece tanto os limites quanto as possibilidades da tecnologia na promoção da democracia. Nesse sentido, a democracia digital não se reduz ao uso instrumental das plataformas, mas designa um conjunto complexo de práticas e processos que buscam transformar aspectos fundamentais da vida democrática como participação, deliberação e acesso à informação, sem ignorar os riscos inerentes ao ambiente digital.

Um dos mecanismos que melhor ilustram essa ambivalência é a formação de câmaras de eco, fenômeno que se tornou estrutural nas plataformas digitais. Essas câmaras operam como espaços onde visões homogêneas são reforçadas continuamente, sem exposição das perspectivas divergentes. Isso ocorre porque os algoritmos das redes sociais priorizam conteúdos alinhados às preferências prévias dos usuários, criando bolhas informacionais que isolam grupos em realidades paralelas (Dahlgren, 2001). O resultado é uma esfera pública fragmentada, onde o consenso torna-se impossível e a deliberação democrática é substituída pelo paradoxo dos monólogos coletivos.

Além disso, a desconfiança nas instituições, abordada na primeira seção deste capítulo, encontra nas redes sociais um catalisador. Como demonstrado pela pesquisa do Atlas das Instituições (2025):

a percepção negativa sobre o Congresso, o Executivo e o Judiciário são amplificadas por campanhas de descrédito organizadas digitalmente. A ineficiência do Estado em contrapor narrativas falsas ou manipulativas nas plataformas digitais, alimenta um ciclo vicioso de deslegitimação, problema agravado pela lentidão das instituições em adotar estratégias eficazes de comunicação pública no ambiente digital.

Para compreender de forma mais aprofundada os impactos das redes sociais na democracia brasileira é preciso olhar também

para os elementos técnicos que estruturam essas plataformas online. Conforme destacam Araújo e Silva (2023), as redes sociais operam por meio de algoritmos, que são sistemas automatizados responsáveis por decidir quais conteúdos aparecem para cada pessoa. Esses algoritmos não funcionam de forma aleatória: seguem uma lógica baseada no que gera mais interação e tempo de permanência do usuário, ou seja, quanto mais um conteúdo chama a atenção, mais ele é priorizado. Esse processo é influenciado diretamente pelo uso de interfaces de programação (APIs), que permitem a coleta de dados em tempo real, e por técnicas de machine learning, que fazem os algoritmos aprenderem com o comportamento dos usuários e ajustarem suas decisões de forma automática (Araújo; Silva, 2023, p. 2-3).

Esse funcionamento cria um ambiente em que a visibilidade de um conteúdo está mais relacionada ao seu poder de engajamento, muitas vezes sensacionalista ou emocionalmente carregado, do que à sua veracidade ou relevância pública. Assim, conteúdos falsos ou distorcidos acabam circulando mais, o que ajuda a explicar casos como a “crise do PIX”, em que desinformações se espalharam rapidamente e influenciaram a opinião pública sobre políticas governamentais (Quaest, 2025). Esse tipo de dinâmica digital tende a agravar a polarização e a dificultar o diálogo democrático, pois cada grupo passa a consumir apenas conteúdos que reforçam suas próprias crenças.

A lógica por trás desses mecanismos se conecta com a Teoria da Agenda-Setting, desenvolvida por McCombs e Shaw (1972). Segundo essa teoria, os meios de comunicação não dizem às pessoas o que pensar, mas as influenciam sobre isso, ou seja, eles definem os temas que ganham destaque na esfera pública (Castro, 2014, p. 199). Tradicionalmente aplicada aos jornais e à televisão, essa teoria tem sido retomada atualmente para explicar o funcionamento das redes sociais. Como mostram os estudos mais recentes, os algoritmos hoje exercem uma nova forma de agenda setting, pois organizam e filtram

os temas com os quais os usuários entram em contato diariamente. Isso significa que a construção da realidade social está cada vez mais mediada por sistemas automatizados, que agem com base em dados e padrões, e não necessariamente por critérios jornalísticos ou democráticos (Araujo; Silva, 2023, p. 3).

Davi de Castro (2014) também mostra que a Teoria da Agenda-Setting passou por diferentes fases, indo além da simples definição de temas importantes. Em suas versões mais recentes, ela aborda também a forma como os temas são apresentados (agenda de atributos) e como são combinados entre si (agenda em rede), ampliando ainda mais a capacidade dos meios e agora também das plataformas digitais, de moldar a percepção pública (Castro, 2014, p. 203-207). Nesse sentido, o papel dos algoritmos na definição de prioridades informacionais se alinha diretamente ao núcleo central da teoria, indicando que os sistemas digitais não apenas espelham a sociedade, mas participam ativamente da construção do que é percebido como relevante ou urgente.

Portanto, a crise de representação política e o avanço da desinformação no Brasil não podem ser compreendidos apenas do ponto de vista social ou institucional. É fundamental incluir nessa análise a infraestrutura tecnológica que sustenta o debate público contemporâneo. Os algoritmos, ao atuarem como curadores invisíveis da informação, passam a interferir diretamente na formação da opinião pública, reforçando a lógica da agenda digital e contribuindo para a fragmentação política e simbólica da sociedade.

8.4 CULTURA POLÍTICA NO COLÉGIO SEBASTIÃO PEDROSA: ENTRE DADOS E DISCURSOS

A compreensão da cultura política entre jovens é essencial para diagnosticar os desafios da democracia no século XXI, especialmente em um contexto marcado pela desconfiança nas instituições, polarização e o papel central das redes sociais na formação de opinião.

Desse modo, este subtópico analisa os resultados de uma pesquisa quantitativa realizada com estudantes do Colégio Sebastião Pedrosa (Cesp), buscando mapear como adolescentes percebem a política, suas fontes de informação e seu grau de engajamento. Os dados revelam, por exemplo, que 62% dos alunos consomem notícias políticas principalmente por redes sociais, ambiente propício à desinformação e à fragmentação ideológica, enquanto apenas 13% se sentem representados por políticos atuais, refletindo a crise de representação abordada nas seções anteriores.

Ao cruzar essas evidências com as teorias de Moisés (2005) e Gomes (2016), será discutido como a experiência política dessa geração pode tanto reproduzir os problemas estruturais da democracia brasileira quanto apontar caminhos para sua renovação. Ademais, a metodologia utilizada se deu pela aplicação de um questionário com 5 perguntas, no qual, 4 eram objetivas, conforme o Quadro 1, e somente uma era subjetiva; a aplicação abrangeu 100 alunos de 1°, 2° e 3° séries do Ensino Médio.

Quadro 1 - Dados quantitativos sobre cultura política no Colégio Sebastião Pedrosa

PERGUNTAS	ALTERNATIVAS DE RESPOSTAS E PORCENTAGEM				
P.1	SIM: 13%	NÃO: 69%	NÃO SEI: 18%		
P.2	CONFIO MUITO: 3%	CONFIO POUCO: 57%	NÃO CONFIO: 40%		
P.3	SIM: 84%	NÃO: 5%	NÃO SEI: 11%		
P.4	TV: 26%	YOU TUBE: 6%	REDES SOCIAIS: 62%	ESCOLA: 4%	OUTRO: 1%
<p>PERGUNTAS QUE REPRESENTAM CADA COR (P1, P2, P3, P4):</p> <ul style="list-style-type: none"> • VOCÊ SE SENTE REPRESENTADO POR ALGUM POLÍTICO ATUALMENTE? • VOCÊ CONFIA NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS? (GOVERNO, CONGRESSO, JUSTIÇA) • VOCÊ ACHA QUE AS PESSOAS ESTÃO MUITO DIVIDIDAS QUANDO FALAM DE POLÍTICA? <ul style="list-style-type: none"> • VOCÊ CUSTUMA OUVIR OU VER NOTÍCIAS SOBRE POLÍTICAS? 					

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A pesquisa revelou dados significativos sobre como adolescentes percebem a política, quais são suas fontes de informação e como se posicionam diante do cenário democrático atual. Esses resultados não apenas ilustram os fenômenos discutidos teoricamente ao longo deste estudo, mas também os atualizam com uma dimensão geracional, marcada por desconfiança, polarização e consumo digital fragmentado.

Um dos primeiros sinais dessa crise aparece na baixa identificação com representantes políticos: apenas 13% dos alunos afirmam se sentir representados por algum político atualmente, enquanto 69% dizem que não se sentem representados, e 18% estão indecisos. Esse resultado ecoa a crise de representação política apontada por Moisés (2005), em que os canais de interlocução entre sociedade e instituições tornam-se cada vez mais frágeis, comprometendo a legitimidade do sistema democrático.

Essa desconfiança se estende às instituições públicas: 57% dos estudantes afirmaram confiar pouco nelas e 40% disseram não confiar de forma alguma, somando-se aí um índice alarmante de ceticismo institucional. Esse processo de descrédito tende a ser alimentado por campanhas digitais de desinformação, muitas vezes organizadas e amplificadas por redes sociais, que ocupam hoje o lugar central na mediação da opinião pública.

A percepção da polarização política também é quase unânime entre os entrevistados: 84% acreditam que as pessoas estão muito divididas quando falam de política. Esse dado confirma o aprofundamento da fragmentação simbólica, típica das redes sociais digitais, nas quais os algoritmos reforçam visões extremadas e evitam o confronto com opiniões divergentes. Conforme discutido por Araújo e Silva (2023, p. 4), os sistemas de machine learning operam priorizando conteúdos de maior engajamento emocional, o que contribui para a criação de câmaras de eco e bolhas ideológicas.

O dado mais preocupante, no entanto, diz respeito às fontes de informação dos estudantes: 62% afirmaram consumir notícias políticas por redes sociais, enquanto apenas 4% citaram a escola. Esse dado evidencia que a educação formal assume pouco protagonismo na formação da cultura política juvenil. Além disso, como argumentam Araújo e Silva (2023, p. 3), os conteúdos distribuídos por essas plataformas são mediados por algoritmos que não priorizam a veracidade da informação, mas sim sua capacidade de gerar atenção, o que torna os jovens mais vulneráveis à desinformação e à manipulação.

Além das respostas quantitativas, a pesquisa incluiu uma questão aberta “O que você pensa sobre política hoje em dia?”, cujos resultados revelam nuances da percepção juvenil que complementam os dados objetivos. Para uma melhor otimização do tempo na análise

dos dados, as 100 respostas foram categorizadas em cinco eixos temáticos, conforme o Quadro 2:

Quadro 2 - Dados qualitativos sobre cultura política no colégio Sebastião Pedrosa

CATEGORIA	FREQUÊNCIA	EXEMPLO DE RESPOSTA
Corrupção/ engano	35 %	<i>“Políticos prometem e não cumprem, só querem votos”</i>
Reconhecimento da importância com frustração institucional	25 %	<i>“É importante, mas está cheia de mentiras”</i>
Divisão/ conflito	15 %	<i>“Só vejo brigas entre esquerda e direita”</i>
Distanciamento	15 %	<i>“Não serve pra nada, não me representam”</i>
Participação Idealizada	10 %	<i>“Poderia mudar o mundo se fosse honesta”</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Esses resultados ecoam e aprofundam as teses centrais de José Álvaro Moisés (2005) sobre a crise de representação democrática no Brasil. A forte associação entre política e corrupção (35% das respostas, conforme Quadro 2) não apenas confirma, mas atualiza o diagnóstico de Moisés sobre a ‘erosão da confiança nas instituições’ (Moises, 2005, p. 47-48), revelando como escândalos recorrentes e a percepção de impunidade consolidaram um imaginário social que associa a atividade política à ilegitimidade.

O distanciamento expresso por 15% dos jovens, que veem a política como “alheia” ou “inútil”, materializa na prática, a incapacidade das instituições de traduzir demandas sociais em políticas eficazes. Já a participação idealizada (10%), embora minoritária, assume especial relevância teórica ao dialogar com o mencionado conceito de cultura

política participativa de Almond e Verba (1963 *apud* Kuschnir; Carneiro, 1999, p. 231), que Moisés (2005) problematiza como exceção em sociedades marcadas por desigualdades estruturais. Essa tensão entre o ideal democrático (participação) e a realidade (desconfiança e exclusão) ilustra um paradoxo brasileiro: mesmo entre os mais jovens, que teoricamente seriam os mais abertos à inovação política, prevalece um misto de cinismo e esperança frustrada que desafia a consolidação de uma cultura política verdadeiramente cívica.

A predominância da categoria divisão/conflito (15%) não apenas corrobora, mas ajuda a explicar os alarmantes 84% dos alunos que percebem a sociedade como “muito dividida” (Pergunta 3, Quadro 1). Esse dado revela como a polarização política transcende o debate ideológico para se tornar uma percepção estrutural da realidade social entre os jovens. Como demonstram Gomes (2016) e Araújo e Silva (2023), as plataformas digitais funcionam como aceleradores desse processo, através de três mecanismos interligados: (1) algoritmos que privilegiam conteúdos extremados e emocionalmente carregados; (2) a formação de câmaras de eco que reforçam visões unilaterais; e (3) a viralização de narrativas maniqueístas, que reduzem complexidades políticas a duelos entre “nós” e “eles”. Nesse ecossistema digital, respostas como “Política é uma guerra de egos”, presente nos dados qualitativos, refletem menos uma avaliação racional das instituições e mais uma internalização desse ambiente de confronto permanente, onde a política é esvaziada de seu caráter deliberativo para se tornar espetáculo.

A categoria necessidade frustrada (25%), por sua vez, sintetiza o paradoxo central da democracia brasileira contemporânea: os jovens reconhecem a importância fundamental da política (“Deveria mudar o país”), mas a associam inevitavelmente a falhas estruturais crônicas (“mas está podre”). Essa dissonância cognitiva, como argumenta Moisés (2005, p. 50-52), alimenta ciclos perversos de deslegitimação:

quanto maior a expectativa normativa em relação ao potencial transformador da democracia, mais profunda é a decepção com sua operação concreta. O hiato entre o ideal (“Deveria ser boa”) e a realidade (“está podre”) revela uma crise de performance institucional” quando as instituições falham em cumprir suas promessas democráticas básicas. Significativamente, essa frustração não gera apatia total (como na cultura paroquial), mas uma espécie de “consciência crítica impotente”, onde os jovens identificam os problemas do sistema, mas não veem canais efetivos para sua superação do fenômeno, agravado pelo ambiente tóxico das redes sociais, analisado anteriormente.

Em suma, os resultados da pesquisa no Cesp revelam uma geração inserida em um ecossistema digital que, ao mesmo tempo que amplia o acesso à informação, fragiliza os vínculos com as instituições democráticas, potencializa a polarização e facilita a circulação de fake news. Enfrentar esse cenário exige não apenas políticas públicas de regulação das plataformas, mas também investimentos urgentes em educação crítica voltada para a mídia e formação política nas escolas, como estratégias para reaproximar a juventude dos ideais democráticos e de uma cidadania ativa.

8.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo buscou analisar os desafios enfrentados pela democracia brasileira no contexto da crise de representação, da polarização política e do papel das redes sociais na disseminação de desinformação. A partir das contribuições teóricas de José Álvaro Moisés, foi possível identificar que a desconfiança nas instituições democráticas e a fragmentação social são fenômenos interligados, que ameaçam a estabilidade e a qualidade da democracia no país. A pesquisa com estudantes do Colégio Sebastião Pedrosa (Cesp) reforçou essas constatações, evidenciando uma geração que, embora

conectada e informada, demonstra profundo ceticismo em relação aos representantes políticos e às instituições públicas.

Os resultados validam a tese central de Moisés (2005), sobre a erosão da confiança como motor da crise democrática, pois apenas 13% dos jovens entrevistados se sentem representados por políticos atuais, enquanto 97% expressam desconfiança nas instituições públicas, indicadores que refletem o hiato entre expectativas normativas e desempenho institucional (Moisés, 2005, p. 50). Esses números refletem uma crise de legitimidade que não é recente, mas que se agravou nos últimos anos, especialmente em um contexto marcado por escândalos de corrupção, polarização ideológica e a influência das redes sociais na formação da opinião pública.

A percepção de divisão social também é unânime entre os jovens, com 84% afirmando que a sociedade está muito dividida quando o assunto é política. Esse cenário intensifica a dinâmica de deslegitimação que Moisés descreve, pois, a polarização não apenas dificulta o diálogo democrático, mas também aprofunda a crise de representação, afastando os cidadãos das instituições que deveriam representá-los.

O papel das redes sociais nesse processo foi outro ponto central da análise. A pesquisa mostrou que 62% dos estudantes consomem notícias políticas, principalmente por meio dessas plataformas que, como discutido, operam por meio de algoritmos que privilegiam conteúdos emocionalmente carregados e sensacionalistas. Essa dinâmica contribui para a formação de “câmaras de eco”, onde os usuários são expostos apenas a visões que reforçam suas próprias crenças, dificultando o debate plural e a construção de consensos. A desinformação, amplificada por essas plataformas, agrava ainda mais o problema, como demonstrado no caso da “crise do PIX”, em que narrativas distorcidas influenciaram a opinião pública e impactaram

a avaliação do governo. Esse fenômeno ilustra o paradoxo da democracia digital: se, por um lado, as redes sociais potencializam a participação e o controle social, por outro, são vetores de manipulação e fragmentação.

A análise da cultura política entre os jovens também destacou a necessidade de investimentos em educação crítica para a mídia e formação política nas escolas. Apenas 4% dos entrevistados citaram a escola como fonte de informação política, o que revela uma lacuna significativa no papel educativo das instituições formais. As respostas à pergunta aberta “O que você pensa sobre política hoje em dia?” reforçam essa necessidade, pois, embora 25% dos jovens reconheçam a importância da política, associam-na a falhas estruturais, como corrupção e distanciamento dos representantes. Essa dissonância entre o ideal democrático e a realidade institucional é um desafio urgente a ser enfrentado, pois, sem a reconstrução da confiança e do engajamento cívico, a democracia brasileira continuará vulnerável a crises de legitimidade e instabilidade.

Em síntese, os resultados deste estudo apontam para a urgência de reformas institucionais que fortaleçam a transparência, a accountability e a participação cidadã. Além disso, é essencial regulamentar o funcionamento das plataformas digitais, combatendo a disseminação de desinformação, sem comprometer a liberdade de expressão.

Por fim, a educação política deve ser priorizada, tanto nas escolas quanto em campanhas públicas, para formar cidadãos críticos e engajados, capazes de discernir entre informação e manipulação. A democracia brasileira enfrenta desafios complexos, mas a compreensão desses problemas e a implementação de soluções efetivas podem pavimentar o caminho para um futuro mais estável e representativo.

A pesquisa realizada no Cesp, embora limitada em seu escopo, oferece um retrato valioso da percepção juvenil sobre a política em

Rio Branco, Acre, e serve como alerta para a necessidade de ações concretas. Os jovens são não apenas o futuro da democracia, mas também agentes ativos no presente, e sua desilusão com o sistema político é um sinal de que as instituições precisam se reinventar para reconquistar sua confiança. Como destacou Moisés (2005), a qualidade da democracia depende da relação entre cidadãos e instituições, e é nessa relação que reside a chave para superar os desafios aqui discutidos.

Para romper esse ciclo, são urgentes políticas que atuem em duas dimensões complementares. Na esfera regulatória, é preciso exigir transparência algorítmica e responsabilização das plataformas por conteúdos fraudulentos, sem cair em censura. Paralelamente, o sistema educacional precisa incorporar de forma sistemática, a educação midiática crítica, ensinando os jovens a navegarem no ambiente informacional contemporâneo, desde a checagem de fontes até a compreensão dos mecanismos de manipulação digital.

Como demonstra a pesquisa, apenas reconstruindo os vínculos entre os cidadãos e as instituições democráticas será possível converter o potencial participativo da era digital em um projeto substantivo de cidadania ativa.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. P. A.; SILVA, I. F. A capacidade dos trending topics em pautar o debate: agenda setting do algoritmo. **Caderno Metrópole**, São Paulo, v. 25, n. 58, pp. 1124-1130, 2023.

ATLAS DAS INSTITUIÇÕES. **Pesquisa sobre confiança nas instituições democráticas**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/caio-Junqueira/politica/atlas-82-nao-confiam-no-congresso-50-no-governofederal-e-47-no-stf/>. Acesso em: 15 fev. 2025.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984

BUCY, E. P.; GREGSON, K. S. Participação midiática: um mecanismo de legitimação da democracia de massa. **Novas Mídias & Sociedade**, [S. l], v. 3, n. 3, p. 357-380, 2000.

CASTRO, D. Agenda-setting: hipótese ou teoria? Análise da trajetória do modelo de agendamento ancorada nos conceitos de Imre Lakatos. **Revista intexto**, Porto Alegre, n. 31, p. 197-214, 2014.

DAHLGREN, P. A esfera pública e a internet. In: BENNETT, W. L.; ENTMAN, R. M. (Org.). **Política mediada**: comunicação no futuro da democracia. Tradução de Maria Silva. São Paulo: Editora Unesp, 2005. p. 33-55.

FOLHA de São Paulo. **Quaest**: Avaliação negativa do governo Lula sobe para 37%, crise do Pix. 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/01/quaest-avaliacao-negativa-do-governo-lula-sobe-para-37-apos-crise-do-pix.shtml>. Acesso em: 15 fev. 2025.

GOMES, Wilson. 20 anos de política, Estado e democracia digitais: uma “cartografia” do campo. In: SILVA, Sivaldo Pereira da; BRAGATTO, Rachel Callai; SAMPAIO, Rafael Cardoso (org.). **Democracia digital, comunicação política e redes**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Folio Digital; Letra e Imagem, 2016. p. 39-63. DOI: 10.24328/2017/61012.88/02.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 24, 1999. p. 227-244.

MCCOMBS, M.; SHAW, D. L. The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**, Alexandria, v. 36, n. 2, p. 176-187, 1972.

MOISÉS, J. A. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 33-63, mar.

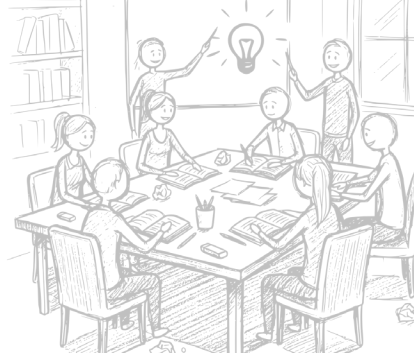
2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762005000100002>. Acesso em: 15 fev. 2025.

MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 66, fev.2008.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

WILHELM, A. G. **Democracia na Era Digital: desafios para a vida política no ciberespaço**. Tradução de João Pereira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

09



Leitura em crise:

A cultura da ignorância e o declínio do número de leitores brasileiros

Raele Vitoria Souza Pinto¹

9.1 INTRODUÇÃO

O Brasil, país abastado em cultura e história, com sua rica tradição literária e um passado tortuoso, foi descrito e estudado ao longo dos anos por dezenas de autores, políticos, sociólogos, historiadores e até mesmo literários, e que hoje enfrenta um cenário preocupante: o declínio do hábito de ler. Apesar de ser um país rico na sua literatura, e ter um número significativo de pessoas alfabetizadas, ainda enfrenta desafios como o considerável declínio de leitores nos últimos anos.

Em um mundo cada vez mais dominado pela informação rápida e superficial, a leitura se encontra em uma encruzilhada crítica no Brasil. A outrora valorizada prática de mergulhar em livros e expandir horizontes parece ter perdido espaço para a cultura da igno-

¹ Raele Vitoria Souza Pinto é discente da licenciatura do Curso de Ciências Sociais da Ufac. E-mail: raelesouza46@gmail.com; raele.pinto@sou.ufac.br.

rância, que se alimenta da desinformação e da falta de interesse pelo conhecimento.

A análise de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), em *Raízes do Brasil* (1995), ajuda a compreender as raízes históricas da cultura nacional, e como a falta de investimento em educação e a desigualdade social contribuem para a perpetuação da ignorância.

Diante da importância da leitura, torna-se imprescindível investigar o que tem levado ao declínio desse hábito no Brasil. Acredita-se que a resposta para essa pergunta passa por diversos fatores, como a falta de incentivo à leitura desde a infância, a baixa qualidade do ensino, a crescente influência da internet e das redes sociais, a falta de tempo e o alto preço dos livros. Além disso, sabe-se que a cultura da ignorância também é fator crucial para declínio da leitura, pois a mesma se alimenta da falta de senso crítico, contribuindo para a polarização política, a disseminação de notícias falsas, a intolerância e a dificuldade de diálogo.

Essa problemática não é recente. Paulo Freire, em suas obras, já denunciava a importância da leitura crítica e consciente como ferramenta de transformação social. Em *Pedagogia do oprimido* (1970), o autor destaca que a leitura do mundo precede a leitura da palavra, e que ambas são fundamentais para a construção de um indivíduo autônomo e engajado.

Diante desse cenário, a pergunta que se coloca é: o que seria essa “cultura da ignorância”? De que forma a “cultura da ignorância” tem contribuído para o declínio do hábito de ler dos brasileiros, e quais são os principais fatores que influenciam essa problemática?

O objetivo deste estudo é analisar a relação entre a “cultura da ignorância” e o declínio do hábito de ler pelos brasileiros, identificando os principais fatores que influenciam essa problemática. Para

tanto, o intuito é investigar o conceito de “cultura da ignorância” e suas manifestações na sociedade brasileira e o impacto dela na formação de leitores críticos e engajados.

Considera-se que a análise da “cultura da ignorância” e seus impactos na sociedade e na formação de leitores críticos e engajados é fundamental para o desenvolvimento de pensamentos que constituem a sociedade brasileira. É importante salientar como isso também pode auxiliar uma melhor compreensão dos cenários e problemáticas atuais, como aumento do preconceito e a intolerância e o avanço de políticas extremistas e autoritárias, recorrentes no cenário mundial atual.

A pesquisa será realizada por meio de uma abordagem mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos, além da pesquisa bibliográfica, utilizando dados de pesquisas existentes sobre o hábito de leitura no Brasil, bem como analisar vídeos, podcast de entrevistas com especialistas e leitores de diferentes perfis, para melhor compreensão do contexto estudado. Ademais, será realizada uma análise de conteúdo de matérias jornalísticas e publicações nas mídias sociais relacionadas ao tema.

Ainda será apresentado o estudo de como a ausência da leitura pode enfraquecer o senso crítico de uma sociedade, por sua vez, desencadear padrões e comportamentos baseados em senso comum e ignorância, que tendem afetar não só o âmbito pessoal, mas toda uma sociedade que por sua vez, acaba gerando violências contra grupos minoritários.

9.2 A CRISE SILENCIOSA DA LEITURA

Holanda (1995) argumenta que a formação social brasileira foi marcada por uma transposição de modelos ibéricos para um ambiente novo e, muitas vezes, hostil. Essa transposição não ocorreu de forma completa e adaptada às novas realidades, gerando características como o personalismo e a dificuldade na consolidação de instituições impessoais e eficientes. O Brasil foi constituído em cima de um modelo não adaptado a sua realidade, o que abre brechas para questões e problemáticas como o declínio do hábito de ler pelos brasileiros.

A cada ano o Brasil se distancia mais da leitura. Dados recentes revelam uma alarmante queda no número de leitores, com milhões abandonando o hábito, que é fundamental para o desenvolvimento individual e coletivo. O cenário atual da leitura apresenta contornos preocupantes. A “crise da leitura” contemporânea se insere em um contexto histórico de desafios educacionais, econômicos, sociais, mas ganha novas nuances com a ascensão de outras formas de consumo de informação e entretenimento, como observa Porto:

Pela primeira vez, a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil identifica que a maioria dos brasileiros não é leitora de livros. Isso quer dizer que, entre as pessoas entrevistadas, 53% não leram nem uma parte de um livro nos três meses anteriores à pergunta – isso inclui tanto literatura quanto obras didáticas ou religiosas, como a Bíblia, seja em suporte impresso ou digital. A pesquisa deste ano [2024], feita pelo Ipec e divulgada nesta terça-feira pelo Instituto Pró-Livro, entrevistou 5.504 pessoas de 30 de abril a 31 de julho em 208 municípios, com margem de erro de um ponto percentual. Os resultados apontam que, nos últimos cinco anos, houve uma perda de 6,7 milhões de leitores no país. Desde 2015, a queda foi de mais de 11 milhões de pessoas. Naquele ano, o percentual de pessoas não leitoras era 44% e, em 2019, essa fatia era de 48%, indicando tendência de aumento gradual daqueles que desprezam o costume de ler, que agora são majoritários no Brasil (Porto, 2024).

Como aponta a pesquisa feita por Retratos de Leitura (*apud* Porto, 2024), desde 2015 até 2024, houve a perda significativa de 11 milhões de leitores. Dados confirmados por Santos (2024), que apresenta a estimativa de leitores brasileiros, e o quanto esse quantitativo decaiu nos últimos quatro anos:

O número de não leitores verificado em 2024 representa um aumento de cinco pontos percentuais em relação ao de 2019, que era a edição mais recente da pesquisa. Os dados deste ano são os que apresentam o maior total de “não-leitores” na série histórica do levantamento, que começou em 2007. [...] Considerando a estimativa populacional brasileira, os dados apontam que o país tem atualmente 93,4 milhões de leitores (considerando a população com cinco anos ou mais). Nos últimos quatro anos, houve uma redução de 6,7 milhões de leitores no país, de acordo com os dados.

Essa ‘crise’ vem ocorrendo de forma silenciosa, que tem a característica de invisibilidade social, que não afeta apenas o campo individual, mas que danifica toda uma sociedade, com prejuízos a longo prazo, que pode acarretar dezenas de problemas. Ademais, pode levar toda a sociedade ao anti-intelectualismo, que terá menos senso crítico e será completamente alienada, ficando a mercê de um governo que pode não atender a todos os seus direitos.

Uma das principais manifestações dessa crise silenciosa foi o aumento e a propagação de fake news, por exemplo, durante as últimas eleições no Brasil. Nesse sentido, Borges (2022) explica, com base em pesquisa feita, um aumento exacerbado de fake news, no segundo turno das eleições de 2022.

Um estudo realizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) aponta que a circulação de fake news aumentou no segundo turno das eleições, em comparação ao primeiro turno. O crescimento foi registrado no Telegram (23%), WhatsApp (36%) e Twitter (57%). Já no YouTube (17%), Facebook (9%) e Instagram (5%) houve queda, especialmente por conta de um pico de mensagens falsas nessas redes no fim de

semana da eleição. No geral, no entanto, a média diária de mensagens falsas cresceu de 196,9 mil antes do primeiro turno, para 311,5 mil depois.

A falta da prática de leitura e o fato de não se procurar a veracidade de notícias, são sinais de uma cultura acrítica que, por sua vez, contribui para declínio de uma população como um todo, que passa a não saber como eleger de maneira justa e coerente quem irá lhe representar nas hostes governamentais. O acréscimo da taxa de pessoas que não possuem o devido conhecimento e entendimento sobre seus direitos previstos em leis, revela que essas pessoas podem ser lesadas, terem seus bens e até mesmo seus direitos, ameaçados.

Outra consequência a longo prazo é o aumento significativo de preconceitos e da violências nas esferas física, psicológica, moral, social e de cunho étnico-racial. É importante entender que falta de leitura causa um efeito dominó na estrutura social, pois uma sociedade que não lê, não consegue interpretar com senso crítico, não é capaz de entender as nuances e diferenças que compõem a sociedade, que apresenta diversos tipos de cidadãos com suas individualidades e crenças, o que pode culminar em violências. Pinhoni (2023) informa alguns dados que comprovam essa preocupante situação:

Os registros de racismo e homofobia (ou transfobia) cresceram mais de 50% no Brasil em 2022 na comparação com o ano anterior, segundo dados do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* divulgados nesta quinta-feira pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Foram **2.458 ocorrências** de crimes resultantes do preconceito de raça ou de cor em 2022, o que representa uma taxa de 1,7 caso a cada 100 mil habitantes. O valor é 67% maior do que os **1.464** de 2021 (Pinhoni, 2023 – grifo adicionado).

Registros de acréscimos de violência nos últimos anos podem ser observados em alguns Estados brasileiros, tais como racismo e homofobia e outras dezenas de tipos de violências cometidas. Dentre os fatores que geram esse quadro, cita-se a falta de respeito às

diferenças, a opressão, a desigualdade social e a desinformação. Esta última revela que a sociedade foi culturalmente ensinada a não ler, a não buscar o conhecimento e entendimento sobre as ideias que podem constituir o meio onde se desenvolve.

Compreender as causas e as consequências dessa ‘crise’ é fundamental para a construção de uma sociedade moderna e sólida. Mas algumas questões necessitam de resposta: o que tem levado ao declínio no número de leitores brasileiros? Por que existe uma cultura da não leitura que vem ganhando cada vez mais força nesses últimos anos? Na busca por entender esses problemas, ganha importância os estudos e análises que exploram contextos dantes não averiguados com a devida atenção.

9.3 CAUSAS DE UM BRASIL QUE NÃO LÊ

Como já enfatizado, a leitura é pilar fundamental para que o ser humano se torne uma pessoa crítica. Na sociedade moderna, um indivíduo para estar apto a conviver em uma sociedade tecnológica, precisa no mínimo saber ler e entender certos aspectos das constituições que regem essas máquinas de informação. Vale considerar como agravante o alto índice de analfabetismo ainda corrente no país, o qual fica ainda pior por estar associado à nova onda de analfabetismo funcional, que vem se propagado nestes últimos anos, pois se a população leitora diminui, a capacidade de ler os fatos políticos e de todos os aspectos fica precária.

A leitura também estimula a criatividade humana, o anseio pelo desenvolvimento pessoal e desperta o senso crítico, mas nos últimos anos, vem sendo relegada como prática cotidiana, tornando o Brasil um país que não lê, que não busca por conhecimento, abrindo brechas para uma sociedade menos informada e mais vulnerável à

manipulação política e a uma fraqueza em seu aspecto democrático. A falta de leitura gera eleitores sem repertório de conhecimentos que os tornem capazes de participar ativamente de questões que valorizam a democracia, o que por sua vez favorece a constituição de governos autoritários.

É importante entender que a leitura, apesar de ser um hábito que deveria ser considerado tão importante quanto o de respirar, não é acessível a todos. Existem dezenas de fatores, de ordem social, econômica e cultural, que contribuem para essa problemática e que afetam milhões de brasileiros, sendo um deles a falta de tempo. Historicamente, a carga horária semanal média de trabalho de um brasileiro alcança 48 horas, e os trabalhadores autônomos trabalham ainda por mais horas. Essa rotina corrida do dia a dia, com trabalho, estudos e outras responsabilidades, afeta o tempo disponível que poderia ser usado para a leitura.

A falta de leitura não somente agravada pela jornada exaustiva dos trabalhadores, mas o baixo salário e o elevado preço dos livros tem influenciado negativamente o problema. Para o trabalhador que ganha um salário mínimo, diante do preço médio dos livros, a opção sensata é que dedique sua renda para comprar alimentos e outras coisas essenciais para sobreviver. Uma alternativa de acesso gratuito a livros seria os lugares públicos como bibliotecas, mas tais ambientes são limitados, pois bibliotecas não são devidamente valorizadas pelo governo, e muitas vezes nem pela própria comunidade.

Nesse aspecto, apresenta-se então, o fator cultural, já que existe uma cultura que desvaloriza a leitura e não se tem incentivos para a pessoa aumentar sua dedicação a esse hábito. As escolas deveriam ser referência quanto à prática de estimular a leitura, mas acabam criando barreiras que afastam os alunos do hábito de ler. O ambiente familiar também não se insere como ambiente de leitura, e acaba in-

fluenciando indiretamente a falta dessa prática. Por sua vez, o aluno chega na escola sem ter desenvolvido o costume pela leitura, e o ambiente escolar não propicia isso de maneira suficiente, expandindo ainda mais o analfabetismo funcional, que é não saber ler, escrever, não ser capaz de absorver os conhecimentos, interpretar ou criticar.

Outra causa apontada como agravante é o avanço tecnológico. A tecnologia é importante, mas o problema real é a não conciliação do ser humano com as mídias sociais, pois é difícil prender a atenção em livro quando se tem todo um universo tecnológico em seu entorno, esperando para ser usado. Nessa disputa entre mídias, tecnologia e livros, na maioria dos casos, a tecnologia vence.

Apesar de todos estes contextos sociais, econômico e culturais, ainda existe um problema maior, aqui denominado como a “Cultura da Ignorância”, um culto à ignorância, à falta de conhecimento que vem reverberando no Brasil nesses últimos seis anos.

9.4 A IGNORÂNCIA NÃO TEM SIDO MAIS UMA BÊNÇÃO: A ASCENSÃO DA CULTURA DA IGNORÂNCIA NO BRASIL NOS ÚLTIMOS OITO ANOS

Há uma frase outrora atribuída por John Lennon, sobre a ignorância ser uma espécie de bênção, ou seja, se a pessoa não sabe, não existe dor, o que sugere que a falta de conhecimento seja um refúgio, uma forma de evitar a dor e a complexidade do mundo. No entanto, nos últimos oito anos, o Brasil testemunhou a ascensão de uma “Cultura da Ignorância” que transformou essa máxima em um fardo pesado. Longe de ser uma bênção, a ignorância se tornou um

catalisador para a polarização, a desinformação e o declínio do pensamento crítico, com impactos profundos na sociedade brasileira.

A Cultura da Ignorância não surgiu agora, pois precede os primórdios da formação das sociedades. A ignorância é um estado de desconhecimento ou falta de informação sobre algo; caracteriza-se pela desinformação e manipulação, polarização de políticas, tribalismo, declínio da confiança nas instituições, valorização da opinião em detrimento do conhecimento, rejeição do pensamento crítico, apelo à emoção em vez da razão e ataques à educação e à ciência. Através dela, surge uma dezena de princípios, valores e preconceitos equivocados, o que podem gerar conflitos e a entrada de sistemas autoritários na ordem política e social.

Essa crescente onda de ignorância impacta não só a sociedade brasileira, mas todo o mundo. Políticas extremistas e autoritárias têm ganhado cada vez mais voz, causando influência no âmbito social, político e econômico, além de provocar ataques e violências gratuitas contra grupos minoritários. Essa problemática se manifesta sob diversos aspectos, como a desvalorização da educação, a falta de investimento em políticas públicas de incentivo à leitura e a crescente influência das mídias sociais, que muitas vezes, disseminam informações falsas e conteúdo de baixa qualidade e polarização da política, dividindo a sociedade em grupos antagônicos.

Em “O Príncipe”, Nicolau Maquiavel analisa o papel da ignorância como uma forma de manipulação pela e para política. Ele argumenta que os governantes podem usar a ignorância do povo para manter o poder, o que realmente aconteceu na Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando o regime nazista manipulava informações e perseguia cientistas que questionavam a ideologia oficial. Em vista disso foi criada a “ciência ariana”, para justificar teorias racistas. No Brasil, a cultura da ignorância esteve

presente na Ditadura Militar (1964-1985), que censurava a imprensa, manipulando informações e fabricando pseudoverdades para controlar a narrativa; a propaganda oficial exaltava o regime e seus feitos, enquanto o conflito era silenciado.

Na sociedade atual, essa cultura tem ganhado força mais uma vez, com a ascensão da extrema direita, a exemplo do recém empossado Presidente Donald Trump nos EUA, que vem implantando políticas extremistas, atacando grupos minoritários, como os imigrantes, comunidade LGBTQIAPN+, negros, entre outros. Além da extrema desinformação propagada nas mídias americanas e regressão de políticas que favorecem os grupos citados, dando espaço para ondas de violência e preconceito. O que é defendido como liberdade de expressão não é nada além de um culto à ignorância e a uma hipocrisia velada.

Na política brasileira, o cenário não é diferente. A extrema direita teve seu apogeu nas eleições de 2018, com a vitória de Jair Messias Bolsonaro. No ano seguinte, ele chega ao poder com discursos de abordagem simples: Deus, pátria e família. Três instituições as quais ele negligenciou profundamente, já que no ano seguinte, em 11 de março de 2020, quando o mundo era acometido por uma pandemia, esse presidente minimizou a gravidade da doença, defendeu o uso de medicamentos e tratamentos sem comprovação científica, além de criticar medidas protetivas de isolamento e de questionar a eficácia de vacinas, propagando discursos de desinformação e alimentando seus seguidores políticos com uma ignorância velada.

Esses discursos de abordagem simplistas não discutem a complexidade que determinados assuntos exigem, e dão voz à emoção, abandonando completamente a razão dos princípios democráticos. Alimentam a sociedade com a ignorância, além de promover o afastamento da participação da população em projetos políticos, e o con-

formismo da sociedade brasileira. Esse sentimento de conformação tem sido gerado pela contracultura que vem se proliferando e trazendo o falso contentamento ou uma visão distorcida da realidade brasileira, que pode ser ilustrado, citando-se um pensamento de Bertold Brecht, veiculado pelo periódico *Newsletter* (1988):

O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio depende das decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que da sua ignorância política nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos que é o político vigarista, pilantra, o corrupto e lacaio dos exploradores do povo.

O trecho citado de Brecht é um poema que ressalta como a falta de conhecimento é uma ótima arma de controle, pois ela é utilizada para calar aqueles que teriam argumentos, que pensariam por si só, e dá voz aos que se orgulham da sua ignorância, pois o pior ignorante é aquele que não enxerga seus próprios erros, tendo orgulho de exaltar a sua falta de zelo por suas escolhas, além dos pensamentos vazios e sem reflexão que, na maioria das vezes, são formados por preconceitos, ideias violentas e efêmeras.

Conhecimento é poder, mas, segundo a política da Ignorância a todo custo, ele apenas deve ser experimentado por quem detém controle. Para aqueles que estão em baixo na pirâmide social não o conhecimento não deve ser acessível, mas devem viver na completa ignorância, para que não mudem e nem se revoltam contra aqueles que detêm o controle, fazendo com que as coisas permaneçam como sempre estiveram: a isso dá-se o nome de Cultura da Ignorância.

9.5 CONHECIMENTO EM EXTINÇÃO: A ERA DA IGNORÂNCIA DELIBERADA

O pior problema do ignorante é que ele não sabe que o é, portanto, para ele, sua verdade é única e imutável. Isso tem sido construído pela falta de conhecimento que por sua vez, tem prejudicado não apenas a vida daquele único indivíduo, mas a toda uma sociedade, já que a ignorância passa agir diante do contexto com o mesmo alcance de um vírus que se propaga incessantemente, por estar sendo alimentado e disseminado por pessoas que se vangloriam por serem ignorantes. Um dos fatores essenciais que alimenta a Cultura da Ignorância é o descaso sobre o conhecimento e os questionamentos sobre a ciência.

No Brasil, apesar de ser um país com acesso ilimitado à tecnologia e estar inserido em um mundo globalizado, a desinformação reina de diversas formas. O senso comum nunca esteve tão presente na vida do cidadão brasileiro como na época atual, limitando o conhecimento e questionando academias, escolas e universidades, que são fontes de conhecimento e propagação de saberes. É importante entender que senso comum é uma forma de saber, mas o que diferencia ele dos conhecimentos acadêmicos são que estes estudos partem de metodologias elaboradas para comprovação de teorias e saberes científicos, mas hoje esse saber científico vem perdendo espaço e sendo palco de desconfianças, sendo invalidado, enquanto o senso comum passa a imperar como verdade absoluta.

Isso vem abrindo brechas para dezenas de fatores que corroboram para um país onde os cidadãos cultuam a ignorância. Quando as pessoas se encontram em um ambiente de muita desinformação, acabam exaltando conceitos errôneos que mais condiz com seus interesses sociais, econômicos, políticos e até mesmo ambientais. Tais

aspectos passam a ser vistos e discutidos de maneira rasa, sem o devido aprofundamento, o que contribui para nação alienada e a favor de governanças arbitrárias e antidemocráticas. Paulo Freire apontava essa problemática:

Os oprimidos, nos vários momentos de sua libertação, precisam reconhecer-se como homens, na sua vocação ontológica e histórica, de Ser Mais. A reflexão e a ação se impõem, quando não se pretende, erroneamente, dicotomizar o conteúdo da forma histórica de ser homem. Ao defendermos um permanente esforço de reflexão dos oprimidos sobre suas condições concretas, não estamos pretendendo um jogo divertido em nível puramente intelectual. Estamos convencidos pelo contrário de que a reflexão, se realmente reflexão, conduz à prática (Freire, 1983, p. 57).

Pensamentos frágeis geram políticas e contexto socioeconômicos similarmente fracos, e são a receita ideal para a ascensão de governos fascistas. Mas a maior arma que os opressores podem usar para infiltrar ideias distorcidas é tornando o povo ignorante. Diante disso, as instituições a serem atacadas são escolas e universidades, berço do conhecimento, lugar onde o senso crítico é criado. Como o pedagogo Freire argumenta, a ignorância dos oprimidos não é uma consequência de sua opressão, mas sim um dos seus resultados (Freire, 1983). As estruturas de poder trabalham para manter os oprimidos em um estado de alienação e falta de consciência crítica, o que os impede de reconhecer sua própria exploração e de lutar por sua libertação. Essa “ignorância” funcional serve aos interesses dos opressores, sendo esta uma forma usada historicamente para exercer controle.

Um dos maiores exemplos da taxa crescente da desinformação e do culto à ignorância no país é o denominado “bolsonarismo”, um fenômeno político brasileiro de extrema direita, caracterizado pelo apoio e pelas ideias associadas a Jair Bolsonaro. Esse movimento se fortaleceu com a crescente popularidade de Bolsonaro, especialmen-

te durante a campanha eleitoral de 2018, que o elegeu presidente do Brasil. Graças a esse fenômeno, houve o movimento de eleitores e até mesmo de políticos aliados à extrema direita, que ficaram conhecidos como “bolsonaristas radicais”. No dia 8 de janeiro de 2023, grupos dessa natureza invadiram o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, causando tumulto, vandalismo e atos antidemocráticos, como reação à derrota de Jair Bolsonaro na eleição de 2022, e à vitória de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente do país.

Foi o bolsonarismo que apregoeou ideias baseadas no conservadorismo, nacionalismo, anticomunismo e apoio militar, o que proporcionou o surgimento de diversas doutrinas e pensamentos, baseados em falsas evidências, de senso comum e de cunho conservador. Foram utilizados meios equivocados para manipular as narrativas e atacar grupos marginalizados. Pessoas em estado de vulnerabilidade, que não possuem acesso ao entendimento e compreensão de sua realidade, tendem a ser as maiores vítimas dessa manipulação, criando uma doutrinação, que mais tarde não só afetará o cotidiano do próprio indivíduo, mais toda uma população. Narrativas equivocadas acabam por enganar os oprimidos, e fazendo enxergarem-se como inimigos de si mesmo.

De tanto ouvirem de si mesmos que são incapazes, que não sabem de nada, que não podem saber, que são enfermos, indolentes, que não produzem em virtude de tudo isto, terminam por se convencer de sua ‘incapacidade’. Falam de si como os que não sabem e do ‘doutor’ como o que sabe e a quem devem escutar. Os critérios de saber que lhe são impostos são os mencionados (Freire, 1983, p. 54).

A partir do momento que você não aceita como sua realidade pensamentos rasos, passa a ter consciência de seu contexto, seja ele social, cultural, econômico e político. Não se deixar levar ou enganar por ideologias falhas, que não acrescentam em nada na sua realidade,

tem sido uma batalha constante dentro de um país onde tudo está corroborando para uma alienação. A cultura da não leitura, da desinformação está agindo de forma silenciosa, sem alarde, se propagando entre os jovens que hoje deveriam ser mais engajados nesse mundo do conhecimento.

Uma onda de jovens conservadores tem se formado em todo o país, e também em todo o mundo, que tem afetado o mundo literário e trazido de volta princípios e ideologias que há pouco tempo, pensava-se terem sido superadas. Mas como isso afeta o Brasil? Como se relaciona com a crise na leitura e propagação da ignorância?

No tocante aos jovens que não possuem hábito de ler, suas exigências não são por grafias e literaturas mais complexas, mas por coisas rápidas, fáceis, que não exijam grandes esforços para levar a suas mentes a pensar ou refletir, mas que seja uma obra pronta e mastigada, que os faça esquecer da realidade que os cercam.

A leitura tem sido banalizada, algo em que não vale a pena investir, por consequência, não se constituem mais indivíduos pensantes, que busquem a reflexão e o entendimento sobre as coisas que os cercam. Indivíduos rasos, sem propósitos e engajados são outras peças para o quebra-cabeça representado pela sociedade atual. Sem indivíduos pensantes, não existe novos conhecimentos, portanto não há mais a propagação de novas ideias, novos caminhos, novos estudos, porque estão todos presos dentro de um único raciocínio. Sobre esse assunto, vale apresentar a reflexão de Freire:

Não posso investigar o pensar dos outros, referido ao mundo se não penso. Mas não penso autenticamente, não se os outros também não pensam. Simplesmente, não posso pensar pelos outros nem para os outros, nem sem os outros. A investigação do pensar do povo não pode ser feita sem o povo, mas com ele, como sujeito de seu pensar. E se seu pensar é mágico ou ingênuo, será pensado o seu pensar, na ação, que ele mesmo se superará. E a superação não se faz no ato de consumir

ideias, mas em produzi-las e transformá-las na ação e na comunicação (Freire, 1983, p. 119).

A falta do ato de pensar também pode estar relacionada a ideologias que estimulam a geração atual a não buscar o devido conhecimento. Pouco a pouco, uma sociedade vai se deteriorando, caindo no sofrimento e nas regressões que desvalorizam todos aqueles que estão abaixo na pirâmide social. É como diz uma frase que foi atribuída a Sigmund Freud, se sofrimento realmente ensinasse as pessoas, o mundo seria marcado por pessoas sábias. Entretanto, hoje o que rege a sociedade não é mais o conhecimento, mas o medo, culpa a ganância e o famoso pânico moral, ideias geradas por uma sociedade que tem a cultura da ignorância como base ideológica.

9.6 CONCLUSÃO

A análise apresentada demonstra que o declínio no número de leitores brasileiros não é um fenômeno isolado, mas sim o resultado de uma complexa interação entre fatores históricos, socioeconômicos, educacionais e culturais. A persistência de barreiras para acesso ao livro, aliada à falta de políticas públicas consistentes de incentivo à leitura, e a crescente competição com outras formas de lazer, configura um cenário preocupante que demanda atenção urgente.

Deu-se ênfase ao fator denominado “Cultura da Ignorância”, processo que ganhou força nesses últimos anos, que contribui para o declínio dos leitores brasileiros, para que haja fenômenos como a proliferação de notícias falsas e a polarização política. A ignorância, juntamente com a ausência de leitura, pode arrastar uma sociedade para um ambiente empobrecido intelectualmente, permeado por vulnerabilidades, ao ponto dela se tornar suscetível a manipulações e notícias falsas, o que por sua parte, pode ocasionar uma estagnação sociocultural, aumento da polarização e intolerâncias, dificuldade

no desenvolvimento educacional e científico, e o mais preocupante, uma fragilidade democrática.

Fragilidades democráticas são aberturas para legitimação de governos autoritários e de calibres fascistas, que estão sempre à espreita, procurando a mínima brecha que aponte a fragilidade de democracias. Ao minar a capacidade individual de análise e a coesão social, baseada no conhecimento e no debate racional, a ausência da leitura enfraquece os mecanismos de defesa contra a opressão e a tirania.

Por isso, é necessário reconhecer e priorizar ações que promovam a leitura e a educação crítica, mas não apenas como um imperativo para o desenvolvimento individual, e sim como um verdadeiro escudo contra as investidas autoritárias e a perpetuação de ideologias que atentam contra a liberdade e a dignidade humana. Superar essa dinâmica exige um esforço multifacetado, que resulte em uma educação de qualidade, no fortalecimento do pensamento crítico e no combate à desinformação em todas as suas formas.

REFERÊNCIAS

BORGES, Laís. Estudo mostra que uso de fake news cresce no 2º turno; ‘desinformação está mais complexa e sofisticada’, diz pesquisadora. **G1**, São Paulo, 25 out. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/25/estudo-mostra-que-uso-de-fake-news-cresce-no-2o-turno-desinformacao-esta-mais-complexa-e-sofisticada-diz-pesquisadora.ghtml>. Acesso em: 18 nov. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raizes do Brasil**. 3. ed. Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução de Maurício Santana Dias, São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2010.

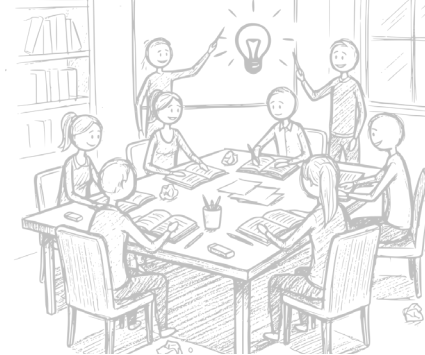
NORTH Americans in Solidarity with the People of Brazil. Brecht pela primeira vez em Terra Nossa: Newsletter of Project Abraço, [S. l.], v. 1-7, p. 42, 1988.

PINHONI, Marina. Brasil tem alta de mais de 50% nos registros de racismo e homofobia em 2022, mostra Anuário de Segurança Pública. **G1**, São Paulo, 20 jul. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/07/20/brasil-tem-alta-de-mais-de-50percent-nos-registros-de-racismo-e-homofobia-em-2022-mostra-anuario-de-seguranca-publica.ghtml>. Acesso em: 18 nov. 2025.

PORTO, Walter. Pela 1ª vez, pessoas que não costumam ler são maioria no Brasil, segundo pesquisa. **Instituto Pró-Livro**, São Paulo, 19 nov. 2024. Disponível em: <https://www.prolivro.org.br/2024/11/19/pela-1a-vez-pessoas-que-nao-costumam-ler-sao-maioria-no-brasil-segundo-pesquisa/>. Acesso em: 21 nov. 2025.

SANTO, Emily. O Brasil que lê menos: pesquisa aponta perda de quase 7 milhões de leitores em 4 anos; veja raio X. **G1**, São Paulo. 19 nov. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2024/11/19/o-brasil-que-le-menos-pesquisa-aponta-que-pais-perdeu-quase-7-milhoes-de-leitores-em-4-anos-veja-raio-x.ghtml>. Acesso em: 18 nov. 2025.

10



Pensamento feminista brasileiro:

Formação e contexto – a luta das sufragistas e um diálogo com Branca Moreira Alves

Suely da C. M. Estevam¹

10.1 INTRODUÇÃO

Com o processo da Revolução na França em 1789, deu-se início à denominada Idade Contemporânea, quando houve o fim do absolutismo. A sociedade era dividida por classes (clero, nobreza e o povo), sendo essa divisão reveladora de extrema desigualdade social. Aquele país estava muito atrasado economicamente e para tentar resolver a situação convocou-se a Assembleia dos Estados Gerais, mas os interesses dos nobres e do clero prevaleceram, e a população insatisfeita rebelou-se e tomou a prisão conhecida como Bastilha, dando início à revolução francesa. Esse período foi dividido em três fases: a Assembleia Constituinte e Assembleia Legislativa

¹ Suely da C. M. Estevam é discente da Licenciatura do Curso de Ciências Sociais da Ufac.

(1789-1792), a Convenção (1792-1795) e o Diretório (1795-1799). Depois disso, foi anunciada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e promulgada a Constituição, que mais uma vez, excluía a mulher de ser reconhecida como cidadã.

Após essa Declaração, algumas mulheres viram que continuavam excluídas, e passaram a atuar de forma mais significativa na sociedade, reivindicando melhores condições de vida, trabalho, participação política, o fim da prostituição, o direito de acesso à instrução e à igualdade de direitos entre os sexos. Dentre as mulheres que encamparam essas lutas, destaca-se a francesa Olympe de Gouges (1748-1793), que em 1791 publicou a Declaração da Mulher e da Cidadã, sendo criticada por buscar os direitos das mulheres à época. Por essas reivindicações, foi julgada e condenada à morte na guilhotina, em 1793.

No século XVI, as feministas já lutavam por seus direitos nos Estados Unidos. A pregadora Anne Hutchinson (1591-1643) entendeu que a religião não proibia as mulheres, mas sim as incentivavam, e assim começou a pregar incentivando a participação de mulheres nos cultos, pois naquele momento histórico não lhes era permitido falar em público. Por essa ousadia, foi expulsa de sua colônia, pois seu comportamento era visto pelos homens como errado diante de Deus.

Em 1848, um encontro de mulheres buscando por seus direitos acabaria por resultar no início da luta sufragista, que dali se espalharia por todo o mundo, isso porque, apesar de todo o tempo passado, nada havia mudado em relação aos direitos femininos. O movimento abolicionista crescia nas colônias do norte dos Estados Unidos da América, e as mulheres juntaram-se a movimento; mesmo assim, ainda eram discriminadas ao falarem em público. A partir daí foi des-

perxada a consciência de que a inferioridade feminina não passava de uma suposição.

A luta por liberdade dos negros parecia incorporar a luta pela liberdade das mulheres. Mas, em 1840, a líder abolicionista Lucretia Mott (1783-1880) e a líder feminista Elizabeth Cady Stanton (1815-1902) participaram da Convenção Antiescravagista Internacional em Londres, e não lhes foi permitido falar no evento, o que as fez quererem organizar um convenção dos direitos das mulheres, o que por diversas circunstâncias, só viria a ocorrer alguns anos depois, mais precisamente em 1848, em Seneca Falls/EUA, onde realizaram uma reunião pública sobre os direitos das mulheres, que teve o comparecimento de 300 pessoas. Elizabeth Cady Stanton (1815-1902) baseou-se na Declaração da Independência Americana ao redigir a Declaração de Princípios, que dizia: “Acreditamos serem essas verdades evidentes: que todos os homens e mulheres foram criados iguais (...)”. Somente a resolução que daria direito ao sufrágio não foi aprovada, em parte porque Lucretia Mott temeu a vergonha das mulheres, caso a resolução fosse aprovada. Assim, outras mulheres surgiram como líderes da busca por se fazerem ouvir, dentre elas: Lucy Stone (1818-1893), Susan B. Anthony (1820-1906), Antoinette Brown Blackwell (1825-1821).

Apesar de participarem da luta abolicionista, as mulheres continuavam segregadas de seus direitos. A partir da aprovação da Emenda de Abolição da Escravidão, onde foi introduzida a palavra masculino, as mulheres perceberam que tinham que lutar exclusivamente por elas. Então, começaram a criar fundações para trabalhar pela aprovação do direito ao voto. Para isso, organizaram movimentos diversos, entre eles o piquete, tendo sido a princípio uma curiosidade, mas depois foi reprimido. As mulheres americanas lutaram por 7 décadas para verem aprovada a 19ª Emenda Constitucional que daria direito ao voto às mulheres maiores de 21 anos.

A descoberta do Novo Mundo, portanto, não trouxe nenhuma mudança para as mulheres, pois elas continuavam sendo caracterizadas como seres inferiores. Particularmente, no Brasil, à mulher branca com status da classe dominante era destinada a função de procriar e ser a esposa cuidadora da casa, enquanto a mulher negra, mestiça ou indígena era explorada pelo trabalho escravo e também sexualmente. A primeira mulher a se destacar na causa feminista foi Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), que trouxe da Europa ideias abolicionistas, republicanas e de emancipação feminina. Outras mulheres foram Violante Bivar e Velasco (1817-1875), Francisca Senhorinha da Motta Diniz (1834-1910), Josefina Álvares de Azevedo (1851-1913), que fundaram jornais e revistas redigidos e/ou editados por mulheres, pelos quais repassavam as ideias sobre o ativismo feminino e debatiam a respeito do direito de voto na Assembleia Constituinte de 1891, para que fosse dado o direito de igualdade de condições.

A primeira eleitora no Brasil teria sido a Dra. Isabel de Mattos Dillon (1861-1920) que, por exercer a atividade de dentista, requereu alistamento eleitoral por conta da Lei Saraiva, que concedia aos portadores de títulos científicos o direito ao voto. Muitas outras com esse argumento conseguiram exercer o direito ao voto.

A segunda sufragista foi Leolinda Daltro (1859-1935), a criadora da primeira organização sufragista no país; ela veio a fundar em 1910, o Partido Republicano Feminino, e também inaugurou a tática do lobby em 1919, percebendo que a luta sufragista individual não era uma boa ideia, tendo usado o lobby como estratégia e isso se tornou um marco na luta pelo voto. Teve como aliado o senador Justo Chermont, que lançou o projeto defendendo o direito ao voto feminino como reparação de uma injustiça social.

As lutas sufragistas se pautaram pelas ações no movimento da Associação Nacional Americana pelo Sufrágio da Mulher (NAWSA) dos Estados Unidos. A bióloga e ativista Bertha Lutz (1896-1976) publicava a *Revista da Semana*. Em 1919 ela cria a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, que se mostrou produtiva a partir de uma carta enviada à Câmara de Constituição e Justiça, aos Deputados Bethencourt Filho e Nogueira Penido, que tinham apresentado emenda eleitoral para que as mulheres maiores de 21 anos pudessem votar. Nessa carta citaram as conquistas em alguns países como Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha entre outros. Os opositores, por sua vez, questionavam se a mulher que vota deixaria de realizar as atividades domésticas. Naquele período aconteceu a Semana de Arte Moderna, que revolucionou o pensamento tradicional: a classe operária começava a se organizar, e a classe média queria ter seus interesses representados.

Destaca-se que em 1927, o estado do Rio Grande do Norte foi o primeiro a incluir na Constituição Estadual o direito de votar e ser votado sem distinção de sexo, pelo senador Juvenal Lamartine. Em 1922, foi organizado o Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro, onde a líder americana Carrie Chapman foi presença de destaque. A partir desse evento o movimento sufragista se tornou mais forte a atuante. Em 1932, é promulgado o Código Eleitoral aprovando o voto secreto e o voto feminino, através do Decreto de Lei nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, sendo mantidos na Constituição de 1934.

Dado o contexto da presente contribuição acadêmica através deste capítulo, tem-se por objetivo abordar a luta pelo voto feminino no Brasil, que se inspirou a partir da luta nos Estados Unidos, mas aqui no Brasil, teve uma configuração mais conservadora. Nesse sentido, apresenta-se a autora Branca Moreira Neves, pois traz uma abordagem sobre o tema da luta das sufragistas.

É útil começar com uma biografia de Branca Moreira Alves. Ela nasceu em 1940, e pertencia a uma família tradicional carioca da alta burguesia. É casada, e formou-se em História, e também em Direito. É mestre em Ciências Políticas, tendo sido promotora de justiça no Rio de Janeiro. Por seu marido ter ido fazer doutorado nos EUA na Faculdade de Berkeley, ela transferiu seu curso para a mesma faculdade, onde descobriu o movimento feminista, tendo encontrado ali sua vocação. Engajada nesse movimento, foi a primeira presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro (Cedim), em 1987. Inaugurou e dirigiu, em 1992, o escritório para o Brasil e Cone Sul, do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem). É autora de diversas obras sobre a participação política das mulheres e temas relacionados ao feminismo.

Além dessa abordagem de Branca, será apresentado o pensamento de Nísia Floresta (Bezerra *et al.*, 2022) sobre as lutas pelos direitos femininos; e também do autor Pierre Bourdieu (2002), sobre a dominação masculina, que impediu e ainda impede que as mulheres tenham seus direitos totalmente conquistados.

10.2 DE COMO SE DEU A LUTA PELO SUFRÁGIO NO BRASIL

A luta pelo sufrágio não se restringia a buscar o direito ao voto, mas também era por direitos fundamentais que as mulheres, por serem consideradas inferiores, não usufruíam, tais como o direito de estudar e trabalhar, e pela mudança no padrão de serem criadas apenas para desempenhar o papel de esposa, mãe e anfitriã. Para este estudo, usou-se a obra intitulada *A dominação masculina – a condição feminina e a violência simbólica*, de Bourdieu (2002).

Apesar de todas as lutas e conquistas pelo direito ao sufrágio no Brasil, as mulheres ainda são minoria nos cargos eletivos, em todas as esferas. No Senado Federal são somente 16 mulheres senadoras o que representa 16%, na Câmara Federal são 93, ou seja, apenas 18%. Após 121 anos da história da República do Brasil, é que foi eleita a 1ª presidente mulher do país, Dilma Vana Rousseff.

Para aumentar a participação da mulher nas eleições foi aprovada a Lei nº 12.034/2009, visando garantir a participação feminina de 30% das mulheres nos partidos políticos, e também a Emenda Constitucional nº 117/2022 que alterou o art. 117 da CF, estabelecendo que 30% dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha seja destinado a candidaturas femininas. Muitas outras leis foram aprovadas para inserir as mulheres no seio da política brasileira, inclusive as que versam sobre a violência política através da Lei nº 14.192/2021, que torna crime a violência contra candidatas e/ou detentoras de cargos eletivos.

Conforme reportagem do G1, sobre o número de mulheres candidatas nas eleições gerais em 2022, apesar de ter aumentado em relação a processos eleitorais anteriores, ainda é baixo em relação aos candidatos homens.

O número de mulheres que se candidataram nas eleições desse ano é o maior das últimas três eleições gerais. A participação feminina, em porcentagem, também é maior em 2022 na comparação com 2018 e com 2014. Os dados constam no registro de candidaturas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Conforme o G1²:

Número de mulheres candidatas:

- **2014:** 8.139

2 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/eleicao-em-numeros/noticia/2022/08/16/numero-de-mulheres-candidatas-e-o-maior-das-ultimas-tres-eleicoes-gerais.ghtml>. Acesso em: 14 abr. 2025.

- **2018:** 9.221
- **2022:** 9.353

Em porcentagem, a participação de candidatas mulheres nas últimas eleições gerais foi:

- **2014:** 30,99%
- **2018:** 31,6%
- **2022:** 33,27%

Candidatas indígenas

Em relação a 2018, o número de candidatas indígenas em 2022 cresceu 67,35%, passando de 49 para 82. Já em relação a 2014, a alta é de 182,76% (foram 29 naquele ano), ou seja, quase o triplo.

Candidatas pretas

O número de candidatas autodeclaradas pretas em 2022 cresceu em comparação a 2018 e a 2014, ano em que a autodeclaração racial foi instituída.

Candidatas que se autodeclararam pretas:

- **2014:** 835
- **2018:** 1.238
- **2022:** 1.696

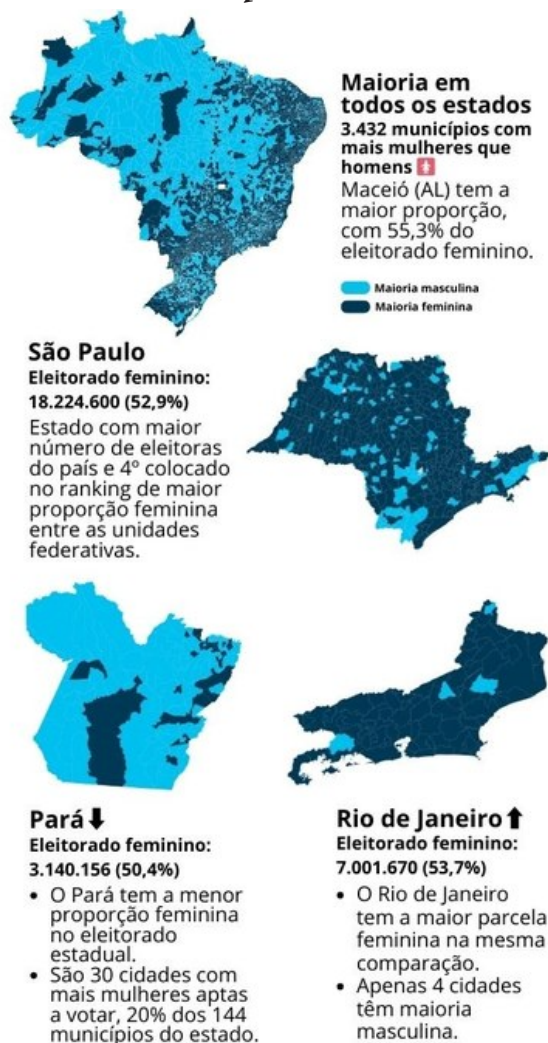
Na eleição de 2022, 18,13% das candidaturas femininas são de mulheres autodeclaradas pretas, e de 0,88%, de mulheres autodeclaradas indígenas.

Números gerais

No total, as eleições de 2022 têm 28.288 candidaturas registradas. O número é 7,71% maior do que 2014, mas 3,06% menor do que o de 2018.

De acordo com o TSE, o eleitorado brasileiro é composto por maioria de mulheres, com 52,47%, totalizando 84.806 milhões de eleitoras, e 47,51% são eleitores homens, num total de 74.076 (TSE, 2024). Esses números evidenciam a importância do eleitorado feminino no processo eleitoral.

Figura 5 – Eleitorado feminino por município nas eleições municipais de 2024



Fonte: TSE (2024).

No Estado do Acre, nas eleições majoritárias, apresenta-se a Tabela 1, com o quantitativo de mulheres candidatas ao pleito eleitoral de 2022. E na Tabela 2, tem-se as mulheres que foram eleitas em comparação aos homens.

Tabela 1 - Candidatos inscritos para o pleito eleitoral

Cargo pretendido	Quantitativo feminino	Quantitativo masculino
Governador	01	06
Senado Federal	03	06
Câmara Federal	27	42
Câmara Estadual	107	233

Fonte: TSE (2024).

Tabela 2 - Candidatos eleitos o pleito eleitoral

Cargo pretendido	Quantitativo feminino	Quantitativo masculino
Governo	00	01
Senado Federal	00	03
Câmara Federal	03	05
Câmara Estadual	04	21

Fonte: TSE (2024).

Abordando também as eleições municipais especificamente, a da capital Rio Branco, verifica-se a mesma desigualdade com relação ao quantitativo de homens e mulheres candidatas, conforme as Tabelas 3 e 4.

Tabela 3 - Candidatos inscritos para o pleito eleitoral municipal

Cargo pretendido	Quantitativo feminino	Quantitativo masculino
Prefeito	00	04
Vereador	101	216

Fonte: Schroeder (2024).

Tabela 4 - Candidatos eleitos para o pleito eleitoral municipal

Cargo pretendido	Quantitativo feminino	Quantitativo masculino
Prefeito	00	01
Vereador	02	19

Fonte: Schroeder (2024).

Percebe-se, pelas informações nas tabelas apresentadas, o quanto ainda é ínfima a participação feminina no cenário político brasileiro e, particularmente em Rio Branco-AC. Configura-se que tal problemática, também analisada por Branca, Bourdieu (2002) e Nísia Floresta (Bezerra *et al.*, 2022), demonstra ainda a dominação masculina desde os primórdios até os dias de hoje, em que a mulher é sempre vista como um ser inferior, como cita Bourdieu (2002):

Sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou, em última instância, do sentimento. [...] Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação (Bourdieu, 2002, p. 07-08).

Assim percebe-se a violência simbólica, onde a ideia é colocada no contexto, em que a mulher é oprimida, submissa, violentada em seus direitos tornando essas situações naturalizadas, pois as mulheres acabam achando natural que os homens sejam dominantes e assim continua a submissão feminina. Isso alimenta uma dinâmica que reproduz as desigualdades sociais como se fossem normais.

Para Nísia Floresta (Bezerra *et al.*, 2022) as mulheres deveriam ter seus direitos garantidos em uma sociedade patriarcal. Uma de suas lutas era a de que as mulheres pudessem desenvolver o senso crítico através da educação, e a partir daí lutou pelo direito ao sufrágio universal.

Branca Moreira Alves descreve a luta pelos direitos ao voto, entretanto indica novos questionamentos sobre a participação feminina em muitas áreas, em que somente vozes masculinas predominavam, pois o movimento sufragista no Brasil não trouxe conscientização

sobre as estruturas do poder. Apesar da conquista do voto ser um grande avanço, outras batalhas pela igualdade de participação política estavam por ser travadas, porém, por muito tempo não houve mobilização para obtenção de novas conquistas. A partir da década de 1960 houve uma nova geração de mulheres, que voltaram a se organizar para reivindicar direitos.

Historicamente, os direitos sempre foram caracterizados por uma elite dominante e predominantemente masculina, que não reconhecia a igualdade de todos os homens, e as mulheres, apesar de já poderem ser candidatas, permaneciam sendo sub-representadas, com suas vozes nas câmaras legislativas ignoradas, mesmo durante as campanhas eleitorais. Vale ressaltar que em sendo eleitas, essa condição de não serem devidamente ouvidas perdurava, em contraste com as leis de paridade eleitoral.

Os direitos femininos vêm sendo reivindicados há muito tempo, não era apenas do voto, mas por igualdade de direitos, como o trabalho, sobre o próprio corpo, de poderem usar seu dinheiro com o que realmente era necessário, de não depender do homem para tomar decisões que elas são capazes de tomar também.

10.3 CONCLUSÃO

Os direitos conquistados pelas mulheres sempre resultaram de protestos, passeatas, e toda espécie de manifestação. A busca por melhores condições de trabalho, salários e igualdade de condições motivavam essas organizações, tal como ainda hoje, pois elas executam as mesmas tarefas que os homens, mas eram e são remuneradas de forma inferior. A luta sufragista foi somente a ponta de iceberg, para mostrar que mulheres de várias gerações estava iniciando processos

de conquistas mais importantes e sutis, que lhes garanta o legítimo lugar na sociedade.

Mesmo com todas as conquistas até hoje, ainda há muitas outras ainda a serem alcançadas. É necessário observar que essas lutas não se estruturaram de forma igual no Brasil, pois em cada região há diferentes situações, que necessitam de abordagens específicas, sendo preciso levar em conta os diferentes níveis de desenvolvimento em espaços como Sul e Sudeste. Infelizmente, mulher tem sido submissa devido à sua formação em uma sociedade patriarcal, tornando a liberdade ainda uma conquista sonhada por muitas mulheres.

Cabe então, alguns questionamentos adicionais sobre o papel da mulher, como: falta interesse das mulheres nessa participação política? Por que as mulheres não valorizam a si mesmas na política? Existe um problema de gênero ainda arraigado nesse contexto? Por que, apesar de serem um maior coeficiente eleitoral, não conseguem eleger uma maioria feminina para os cargos eletivos em nível nacional, estadual e municipal?

Diante do exposto, vale notar que o direito ao sufrágio no século XX foi somente o início da luta por direitos femininos, que continua até os dias atuais, e ainda vai perdurar, pois a dominação masculina continua presente em toda a sociedade, e o patriarcado ainda é uma força a ser vencida, mesmo que na atualidade, as mulheres exerçam muitas vezes o papel de “homem da família”, arcando com toda a responsabilidade de manter a moradia, alimentação, educação, saúde e lazer, exercendo a função de trabalhadora e mantenedora do lar.

REFERÊNCIAS

ANDES. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **24 de fevereiro**: 93 anos do voto feminino no Brasil. Brasília: Andes-SN, 24 fev. 2025. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/24-de-fevereiro-93-anos-do-voto-feminino-no-brasil1>. Acesso em: 14 abr. 2025.

BEZERRA, Gleire Belchior de Aguiar (org.) *et al.* **Nísia Floresta Brasileira Augusta**: uma mulher à frente do seu tempo. Direitos das mulheres e injustiça dos homens. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2022. 201 p. Disponível em: <https://fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2022/08/Nisia-Floresta-Completo.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. 2. ed. Tradução de Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/BOURDIEU__Pierre._A_domina%C3%A7%C3%A3o_masculina.pdf?1332946646. Acesso em: 14 abr. 2025.

CÂMARA, Nathalie Bernardo. **Nísia Floresta**: uma mulher à frente do seu tempo – Fragmentos de uma obra inédita, notas bibliográficas. Brasília: Editora UnB, 2001.

CARTA Maior. Nísia Floresta. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/editoria/cultura/Nisia-Floresta>. Acesso em: 14 abr. 2025.

DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta: uma mulher à frente do seu tempo. **Projeto Memória**, [S. l.], 2006. Disponível em: <https://www.projetomemoria.art.br/NisiaFloresta>. Acesso em: 14 abr. 2025.

GAUTÉRIO, Rosa Cristina Hood. História do sufrágio feminino no Brasil. **Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina**. Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://www.tre-sc.jus.br/comunicacao/noticias/historia-do-sufragio-feminino-no-brasil>. Acesso em: 14 abr. 2025.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

MATUOKA, Ingrid. Nísia Floresta: a primeira educadora feminista do Brasil. **Centro de Referências em Educação Integral**, São Paulo, 21 jun. 2017. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/nisia-floresta/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

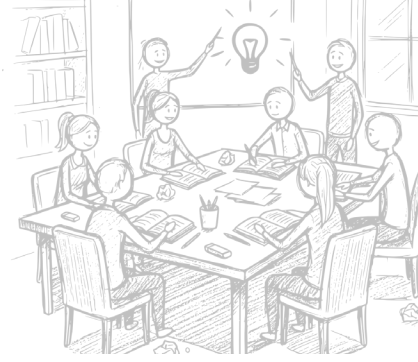
MEMÓRIA FEMINISTA. Leolinda Figueiredo Daltro (1859-1935). **Memória Feminista**, [S. l.], 15 maio 2024. Disponível em: <https://memoriafeminista.com.br/leolinda-figueiredo-daltro-1859-1935/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

SCHROEDER, Lucas. Quem são os candidatos a vereador em Rio Branco. 2024. **Portal CNN**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/quem-sao-os-candidatos-a-vereador-em-rio-branco/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

SILVA, Daniel Neves. Revolução Francesa: causas, fases, resumo. **Brasil Escola**, São Paulo. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/revolucao-francesa.htm>. Acesso em: 14 abr. 2025.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. Seis em cada dez municípios têm a maioria do eleitorado feminina. 2024. **Portal TSE**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Julho/seis-em-cada-dez-municipios-tem-a-maioria-do-eleitorado-feminina>. Acesso em: 14 abr. 2025

11



O pensamento político brasileiro nas obras *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda

Francisco Alberto Dourado Maia¹

11.1 INTRODUÇÃO

A obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha (1902), possui uma importância fundamental para compreender o panorama político, social, jornalístico e geográfico da sociedade brasileira. Dividida em três partes (“A Terra”, “O Homem” e “A Luta”), a obra oferece uma análise profunda das complexidades do sertão brasileiro. Na primeira seção, o autor descreve as dificuldades do solo árido e da terra seca, evidenciando as condições adversas daquela região. Em seguida, a obra explora os aspectos sociais que moldam o caráter

¹ Francisco Alberto Dourado Maia é discente do Bacharelato do Curso de Ciências Sociais da Ufac. E-mail: francisco.maia@sou.ufac.br.

do homem sertanejo, revelando suas diferenças e a força que emerge de suas atribuições. Por fim, a obra aborda de forma enfática a luta dos sertanejos contra as exclusões sociais, a precariedade dos direitos trabalhistas e a ausência de políticas públicas que amparem aqueles que vivem longe dos grandes centros urbanos.

Essas questões têm raízes na herança escravocrata da colonização brasileira, e deixam marcas profundas nas disparidades sociais, que se tornam ainda mais evidentes na região sertaneja, onde a modernização chega de forma mais lenta e desigual.

11.2 AS HERANÇAS DE UM BRASIL ESCRAVOCRATA NO SERTÃO

A reflexão acerca da herança escravocrata remete às disparidades no acesso à informação, cultura e política pela sociedade contemporânea do sertão. É importante aproximar e relacionar essas questões ao teor do livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, especialmente na seção “Trabalho e Aventura”. Nesse capítulo, Holanda faz uma análise sociológica da formação cultural e econômica do Brasil, destacando a mentalidade do colonizador português. Ele caracteriza o colonizador como um “aventureiro”, cuja exploração imediata das riquezas naturais moldou a estrutura do trabalho, especialmente na zona rural.

Essa mentalidade busca colonizar um senso de organização e planejamento, baseado na ética protestante do trabalho, discutida por Max Weber, em *A Ética protestante e o espírito do capitalismo* (1904). Enquanto Holanda aborda a formação do Brasil a partir dos valores culturais trazidos pela colonização, Euclides da Cunha oferece uma perspectiva sociológica e antropológica sobre o interior do país, especialmente dos sertanejos. Segundo Weber (2004, p. 39), “a

ideia de que o trabalho é em si um fim moral e uma vocação que dignifica o homem é um produto típico da ética protestante, especialmente do calvinismo”.

Ao comparar as obras, percebe-se que Cunha examina a luta do homem contra as intempéries naturais e agruras das relações sociais, retratando o sertanejo como alguém resiliente e adaptado ao meio árido, mas que vive à margem do progresso econômico e cultural promovido pelo “trabalho ordenado”, exposto por Holanda. A avidez e negligência do ordenamento voltado aos interesses do colonizador, decorrente da mentalidade aventureira que prioriza ganhos rápidos e despreza a construção de bases sólidas, contribuiu para a exclusão social, econômica e cultural das regiões mais distantes dos centros urbanos. Desse modo, enquanto Holanda aponta a origem desse comportamento nos valores culturais e econômicos próprios da colonização, Cunha mostra as consequências práticas e humanas dessa formação histórica no sertão brasileiro. Essa obra retrata portanto, elementos que resultam na exclusão social, econômica e cultural da população sertaneja.

Ambas as obras, apesar de abordarem panoramas diferentes, questionam o legado histórico e cultural do Brasil, um país marcado por desigualdades sociais profundas e pela ausência de políticas inclusivas, que promovam o desenvolvimento de todas as classes. Holanda aponta as raízes do comportamento permeado pela mentalidade colonizadora, enquanto Cunha mostra as consequências humanas dessa herança na vida dos sertanejos, evidenciando seus impasses e a desigualdade no acesso ao progresso.

Ao analisar a obra *Os Sertões*, percebe-se que o autor aborda problemáticas e questionamentos relevantes até para os dias atuais. Tendo isso em vista, convém traçar um paralelo com a visão de Sérgio Buarque de Holanda, e poder relacionar a mentalidade dos

“aventureiros” com aquela das pessoas que vivem na zona rural. Essas comunidades frequentemente são marginalizadas socialmente, o que impacta significativamente as estruturas econômicas brasileiras, que tendem a privilegiar as áreas urbanas e as classes mais abastadas.

Com a modernização, observa-se uma sociedade cada vez mais orientada para a busca pelo lucro imediato, altamente capitalizada por um sistema que é, por si só, excludente e elitista. Essa concepção moderna influencia estruturas econômicas, contribuindo para a desigualdade regional entre estados e municípios brasileiros. Essa disparidade se acentua ainda mais quando se leva em conta a diferença entre os meios rural e urbano: a globalização favorece os grandes centros industriais, trazendo maiores benefícios econômicos e de capacitação para esses locais. Como consequência, há uma crescente precarização do trabalho no meio rural e nas regiões menos desenvolvidas, um dos maiores desafios políticos enfrentados pelo Brasil atualmente. Elegendo essa disparidade econômica, Euclides da Cunha assim elucida a temática:

A sociedade brasileira, em parte, ainda vive sob o influxo de tradições herdadas de um regime patriarcal extinto; o meio, rudemente hostil, não favorece a expansão da civilização; e o sertanejo, herdeiro do ambiente e da raça, é a antítese do homem civilizado das cidades. Ele luta contra a natureza, contra a distância, contra o abandono, e sobrevive moldado por essas forças (Cunha, 2002, p. 115).

A dinâmica impulsionadora da acumulação desmedida resulta em custos financeiros altos e rendimentos escassos ao longo prazo para a população, refletindo não apenas uma desigualdade social acentuada, mas também uma sociedade brasileira com baixa percepção do valor do lucro monetário e pouca consciência sobre investimentos. Essa realidade se manifesta em uma sociedade com pouca influência financeira e desigualdades sociais discrepantes.

Além disso, durante o processo de colonização, observou-se uma exploração desequilibrada dos recursos naturais. Os portugueses, ao explorarem o pau-brasil, o ouro e a cana-de-açúcar, estruturaram a economia brasileira com base na extração desses recursos. Essa prática não só causou danos ambientais à fauna e à flora como também fomentou um senso coletivo de falta de consciência ambiental e incentivou uma industrialização exploratória, com táticas agressivas em busca de lucro ou vantagem.

Todo esse modelo exploratório do meio ambiente no Brasil, para fortalecimento do capital nos grandes centros urbanos, auxilia ainda mais as desigualdades regionais, da mesma maneira como a precarização do trabalho. Com os recursos brasileiros extraídos e enviados para a metrópole e depois exportados para outros países, pouco se investe em infraestrutura, educação e desenvolvimento social, gerando desigualdades que persistem desde a época da colonização até os dias de hoje. Vê-se a partir desse cenário, o crescente avanço da informalidade no mercado de trabalho e a dependência de atividades de baixa complexidade, como a agropecuária e o comércio informal, panoramas sociais reveladores da herança colonial.

No Brasil contemporâneo, essa lógica se manifesta nas dificuldades sociais enfrentadas pelo país, especialmente com a falta de amparo político nas regiões mais afastadas das grandes metrópoles. Nesse contexto, é evidente a seletividade na oferta de educação de qualidade e na compreensão de investimentos a longo prazo, que permanecem restritos às classes sociais mais altas. O Brasil sofre com políticas econômicas instáveis, altas taxas de desemprego, que aumentam ao longo dos anos, e outros fatores que evidenciam suas desigualdades sociais. Esses elementos dificultam o crescimento sustentável e a construção de uma maior equidade social.

Essa situação remete às práticas exploratórias adotadas pelos colonizadores portugueses, cujos efeitos ainda reverberam em forma de negligências sociais que impactam de forma mais severa sobre o sertão brasileiro. Essa ferida aberta na sociedade brasileira promove, em grande escala, a exclusão social das regiões interioranas. Tal exclusão não se dá apenas pela ausência de conhecimentos sobre investimentos financeiros, mas também pela escassez de oportunidades que o sistema capitalista gera em suas estruturas sociais.

A lógica extrativista adotada pelos colonizadores portugueses fez com que as regiões interiores do Brasil fossem historicamente negligenciadas. Como não apresentavam riquezas naturais de fácil extração, essas áreas não receberam investimentos significativos, resultando em um atraso econômico persistente.

Essa negligência é bem representada em *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, que retrata a vida dura dos sertanejos, a falta de infraestrutura e o isolamento dessas populações. A Guerra de Canudos, descrita na obra, evidencia como o Estado brasileiro, moldado por uma elite urbana e voltada para o litoral, sempre tratou as populações do interior com descaso, reprimindo-as ao invés de integrá-las ao desenvolvimento nacional. Eis o quadro desenhado nas palavras de Cunha:

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a História, resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão matemática de um Verdun, caiu no dia 5 de outubro, ao entardecer, quando caíram seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais ruíram os soldados da República (Cunha, 2002, p. 375).

Nesse trecho do livro nota-se que o autor dá ênfase à violência do Estado perante os sertanejos, mostra uma perspectiva de um

Brasil urbano que reprime os valores rurais e que os subjuga esses contingentes como inferiores.

Atualmente, a marginalização das populações do interior se reflete nas desigualdades regionais. Enquanto o Sudeste concentra grande parte da riqueza e infraestrutura, o Norte e o Nordeste ainda enfrentam desafios relacionados à falta de acesso à educação, saúde e emprego qualificado. Para reverter essa situação, políticas públicas que incentivem o desenvolvimento regional são fundamentais. Programas de investimento em infraestrutura, educação e incentivos fiscais para empresas que se estabelecem no interior podem ser soluções para integrar essas regiões ao crescimento do país.

11.3 A RELAÇÃO ENTRE CULTURA E TRABALHO

Diante desses aspectos políticos e sociais, vale ressaltar a importância da relação entre cultura e trabalho com a economia brasileira como um todo, uma vez que o acesso a bens culturais não é facilitado amplamente. Pelo contrário, muitas vezes se tem usado a cultura como manobra para exclusão social, devido à precariedade do Brasil em oferecer incentivos que valorizem os aspectos culturais, oportunizando o acesso de forma mais abrangente.

No campo econômico, a sociedade brasileira também não é incentivada a munir-se de técnicas de investimento, a dedicar-se a uma educação financeira, nem a potencializar sua rentabilidade, diferente de outros países que investem no aprimoramento dessas técnicas desde os anos iniciais da fase escolar. Quanto ao Brasil, devido às mazelas herdadas do período colonialista, prevalece uma sociedade com baixo rendimento financeiro e um mercado onde as relações de trabalho são precarizadas.

Assim, a conjugação entre a ética protestante do trabalho que Weber aborda e a mentalidade aventureira revelada por Holanda demonstra as interações entre os modelos econômicos do Brasil e dos EUA, por exemplo. Em outro nível de abordagem, pode-se afirmar que enquanto os colonos anglo-saxões tinham um espírito de organização e planejamento, associando o trabalho à moralidade e ao sucesso individual, os colonizadores portugueses viam o trabalho mais como uma necessidade temporária para extrair riquezas do território. Essa diferença fez com que os EUA desenvolvessem uma economia baseada na produção industrial e na inovação tecnológica, enquanto o Brasil permaneceu dependente de ciclos de exploração.

Embora a nação brasileira tenha passado por processos de modernização e industrialização, ainda mantém traços dessa mentalidade imediatista. Sua política econômica muitas vezes, favorece ganhos rápidos ao invés de investimentos de longo prazo, sendo agravada pela cultura do “jeitinho brasileiro”, que reflete também uma abordagem desfavorável e imediatista da realidade.

Para promover um avanço mais sustentável, é fundamental valorizar o trabalho produtivo planejado. Isso pode ser feito por meio da educação, estimulando a qualificação profissional e a cultura empreendedora, além da implementação de políticas públicas que incentivem a inovação e a produção industrial. Dessa forma, o Brasil pode superar a mentalidade aventureira e construir um modelo econômico mais equilibrado e duradouro.

Outra perspectiva importante para se relacionar é a diferença entre os valores do homem moderno e do homem do sertão. No tocante a esse aspecto, Cunha (2002) mostra o homem do sertão como um indivíduo resistente, bruto, trabalhador, esforçado, astuto e extremamente conectado com as dinâmicas do campo e da natureza, sabendo manusear os mistérios da sua biodiversidade, por outro

lado, o homem moderno, conhecido também como o homem da cidade, é um indivíduo de pouco domínio das práticas agrícolas, conhecimentos naturais e pouca consciência ambiental.

Analisando pelo viés das crenças, comparando os dois indivíduos, pode-se observar o quanto o homem do sertão tem seus valores arraigados às suas crenças religiosas, as quais lhes foram repassadas pelos familiares mais próximos, adquirindo uma moral mais rígida, também moldada pelas dificuldades do sertão árido e hostil no qual vive. Já o homem da cidade, que exerce seus privilégios diante da modernização urbana, sofre menos influência de âmbitos religiosos, até mesmo quando se trata da religião de seus familiares, sua conduta moral é mais flexível, menos rígida e moralista, comparada com a dos sertanejos, mostrando a diferença do homem que nasce no meio urbano para aquele que nasce no meio rural, porque, embora ambos recebam ensinamentos religiosos no meio familiar, para o homem do sertão essa convivência é mais condicionada, sendo-lhe muitas vezes aplicada de forma inarredável, enquanto o homem da cidade passa por nuances mais flexíveis e maleáveis no que se refere ao seu modo de pensar, filosofias, opiniões e crenças particulares, logo, os dogmas religiosos são mais adaptáveis no meio urbano, comparado com o meio rural.

Cumprido destacar que os sertanejos, na obra de Euclides da Cunha, são relatados como fruto da luta de classes, pois encontram-se em constante combate por seus direitos civilizatórios diante das dificuldades do sertão, como a seca, a pobreza e o abandono estatal, condições que forjam homens e mulheres resilientes, cuja teimosia os favorece em meio às inúmeras tribulações. Incorporam por outro lado, um pensamento conservador, com crenças e costumes herdados do tradicionalismo. Essa noção é reforçada em alguns trechos no livro de Cunha (1902, p. 20):

Por um contraste explicável, este fato jamais sucede nos paroxismos estivais das secas, em que prevalece a intercadência de dias abraseados e noites frigidíssimas, agravando todas as angústias dos martirizados sertanejos.

Já para o homem moderno, diante dos processos civilizatórios capitalistas, é visível a valorização de tradições em menor grau, já que a noção de perpetuar esses valores não lhes é atribuída de forma tão enfática quanto nos sertões ou no meio rural. A constante procura por inovações disponibilizadas pelo ambiente globalizado faz surgir diante dos olhos do homem urbano novos horizontes, e suas perspectivas de vida fazem com que a noção de ter que seguir as tradições não seja prioridade, distintamente do que ocorre com quem vive longe dos grandes centros urbanos.

O homem urbano adota diferentes paradigmas, pois não está vinculado aos critérios arraigados a que o homem do campo está exposto. Suas preocupações e esforços estarão destinados a valorizar a mobilidade, a informação rápida, as inovações, o individualismo e também a flexibilidade de pensamentos, costumes, bem como outras formas de interação social, tornando-se mais moldável e adaptável às suas experiências individuais, criando formas particulares de convívio, seja em grupos ou em qualquer outra forma de organização social.

Nas palavras de Euclides da Cunha, o sertanejo é “antes de tudo, um forte”. Essa forma que Cunha descreve não se refere apenas à força física, mas àquela força enaltecida pelo aspecto moral, social, espiritual e honrosa, carregada de significados. Os sertanejos na obra de Euclides da Cunha, estão à margem da sociedade urbana e industrial, porém, em meio a suas realidades hostis, perante a exclusão trabalhista e social e ausência do apoio estatal, cria alicerces rígidos a partir de heranças culturais em nome de sua própria honra, ética e moral.

Vale destacar como na obra *Os Sertões*, Euclides da Cunha aborda um importante estudo para a sociologia. É o pensamento do brasileiro interiorano, especialmente no sertão nordestino. A obra traça uma análise profunda das condições naturais, sociais e humanas da região, desmontando a imagem idealizada do sertanejo, construída por exemplo, por discursos românticos. Em suma, sua obra é uma forte crítica à romantização do meio rural que, frequentemente retrata o campo como um lugar puro, harmonioso e moralmente superior à cidade. Para Euclides da Cunha:

O sertão vai tornando-se, pouco a pouco, o grande cemitério dos nossos sonhos; onde se enterram os preconceitos, as ilusões da metrópole, os falsos brilhos da civilização importada. Ali, tudo é rude, tudo é forte, tudo é estranho. O meio reage sobre o homem, e o homem, deformado pela luta com a natureza hostil, ressurgue como um tipo diverso, duro, resistente, mas não o herói idílico que os românticos desenharam (Cunha, 2002, p. 117).

11.4 CONCLUSÃO

Cunha apresenta a verdadeira face dos desafios de quem mora no sertão brasileiro, abordando seu ambiente hostil, de clima severo, solo arenoso e com escassos recursos naturais. A figura do sertanejo, diferentemente daquela representada na obra *Raízes do Brasil*, não é de um “bom selvagem”, mas um ser moldado pela dureza do meio, resistente e adaptado às adversidades de sua vida.

Essa abordagem, realizada de forma dura e realista, desmonta a ideia romantizada de quem vive na cidade e observa o campo como espaço de refúgio moral e espiritual. Euclides denuncia o abandono do sertão pelos poderes públicos, e mostra a ganância das elites do país, revelando um Brasil dividido entre mundos sociais diferentes.

É possível notar um enfoque recorrente em Cunha ao esboçar o nível de precarização e de abandono a que os sertanejos estão relegados: exclusão econômica, do mercado, social e política. O baixo acesso à educação, infraestrutura ou a direitos essenciais mostra como os sertanejos são influenciados pela negligência do Estado e preconceito com que as elites urbanas os veem, caracterizando-os como “atrasados” ou “fanáticos”.

A figura de Antônio Conselheiro e o movimento de Canudos surgem justamente como resposta a esse abandono, trazendo uma forma de resistência cultural e espiritual diante da exclusão sistemática. Como dito anteriormente, ao chamar o sertanejo de forte, Euclides da Cunha não romantiza sua vida, mas destaca sua capacidade de sobrevivência e resiliência para sobreviver em meio às adversidades impostas por um país que insiste em marginalizá-lo.

Os Sertões é uma obra representativa e marcante na crítica à romantização do meio rural. Ela oferece uma análise sociológica contundente sobre a precarização dos sertanejos. Trata-se de um profundo retrato do Brasil, onde o sertão simboliza não apenas uma região geográfica, mas um espaço de resistência contra a exclusão social. Ao dar voz a esse Brasil ignorado, Euclides da Cunha provoca uma reflexão ainda atual sobre as desigualdades estruturais e os preconceitos que marcam a história do país.

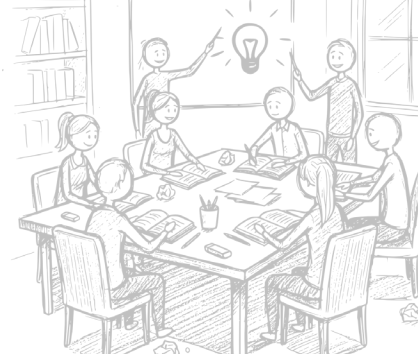
REFERÊNCIAS

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

12



Torcidas organizadas e luta de classes:

Uma análise a partir de Nelson Werneck Sodré

Lucas Maia de Oliveira Rocha¹

12.1 INTRODUÇÃO

As torcidas organizadas no Brasil surgiram como grupos de apoio apaixonados por seus clubes de futebol, desempenhando um papel fundamental na cultura esportiva do país. Inspiradas por movimentos semelhantes na Europa e na América do Sul, começaram a se formar na década de 1940, ganhando maior expressão a partir dos anos 1960 e 1970.

Inicialmente, essas torcidas tinham como principal objetivo incentivar seus times por meio de cantos, bandeiras, faixas e instrumentos musicais, criando um espetáculo à parte nos estádios. Com o tempo, expandiram sua atuação para além do futebol, exercendo influência em questões sociais e políticas. Algumas promovem ações

¹ Lucas Maia de Oliveira Rocha é discente da Licenciatura do Curso de Ciências Sociais da Ufac. E-mail: lucas.rocha@sou.ufac.br.

solidárias, como arrecadação de alimentos e apoio a comunidades carentes.

A partir da perspectiva do historiador marxista Nelson Werneck Sodré, que analisou a formação social e econômica do Brasil, é possível compreender as torcidas organizadas como expressões da luta de classes e alvos de mecanismos de controle social exercidos pelo Estado e pela mídia.

Este capítulo busca analisar como as torcidas organizadas se consolidaram como símbolos de resistência no cenário brasileiro, extrapolando sua atuação no futebol e exercendo um papel social e político relevante no desenvolvimento do país.

Metodologicamente, o presente estudo acerca-se de uma abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica de obras de Nelson Werneck Sodré, bem como estudos sobre futebol, torcidas organizadas e repressão estatal. A pesquisa se fundamenta na análise crítica dos discursos midiáticos e na interpretação histórica dos movimentos das torcidas, a fim de evidenciar sua atuação como agentes políticos e sociais.

12.2 FUTEBOL, TORCIDAS ORGANIZADAS E A LUTA DE CLASSES

O futebol moderno surgiu na Inglaterra durante o século XIX e, assim como ocorreu naquela época, atualmente a esquerda constitucional tem uma dificuldade muito grande de enxergar o futebol como movimento social e espaço de lazer para muitos trabalhadores. Comprovando essa afirmação, cita-se o momento em que a federação anarcossindicalista alemã, chamada de União dos Trabalhadores Livres (FAU) exigiu que a Inglaterra fosse punida não por motivos nacionais, mas porque viam o futebol como algo que atrapalhava

a luta revolucionária, por distrair a população da realidade (Wollenhaupt, 2023).

Esse pensamento de caráter excludente não desapareceu, pois ainda hoje parte da esquerda ignora a importância cultural e política do futebol, como se a classe trabalhadora só se politizasse em assembleia ou com panfleto em fábrica. Pelo contrário, pode-se sustentar a ideia de que o futebol é um dos principais espaços onde o povo se expressa, se organiza e vive. Nesse âmbito situa-se as torcidas organizadas.

Nos seus primórdios, na Inglaterra, o futebol foi dominado pela burguesia, mas logo em seguida, pelos trabalhadores. Os burgueses, no entanto, não gostaram da ideia de seus subordinados estarem aderindo ao mesmo esporte. Todavia, as tentativas de proibições feitas por essa alta classe jamais funcionaram. Não demorou muito para que o jogo de rua fosse integrado pelos trabalhadores industriais. Os burgueses tinham um modelo de jogo mais próximo do rugby, onde o principal objetivo era chutar e correr atrás da bola. Já os proletários – que em sua maioria, eram desnutridos e cercados de doenças – tiveram que criar alternativas coletivas, jogo de passes e padrão tático. Não tinham força física, mas tinham organização. Foi assim que 20 anos depois da fundação do Football Association (FA), o time dos operários, o Blackburn Olympic, venceu em 1883. Essa foi a primeira vitória dos trabalhadores, um fato que incomodou.

No Brasil a lógica se deu de forma muito diferente. Quando o futebol chegou no final do século XIX, era coisa de elite, com clubes fechados, gramado britânico, e jogador branco. Mas, não demorou para os negros, os pobres e os mestiços ocuparem os campos e as arquibancadas. O que era festa da elite virou identidade do povo. Só que esse movimento não aconteceu sem resistência. Várias medidas

foram adotadas para excluir as camadas populares, desde regras internas dos clubes até ações da polícia nos arredores dos estádios.

Na década de 1940, as torcidas uniformizadas tiveram seu início em São Paulo, com torcedores da elite paulistana que se concentravam em partes específicas dos estádios. Eram torcidas mais organizadas no sentido estético, com uniformes e cantos coordenados, mas ainda ligadas diretamente à diretoria dos clubes. A transformação real começa nos anos 1960, quando nasce uma nova forma de vibrar pelo time: a torcida organizada, como se conhece hoje, um coletivo independente, crítico e com voz própria.

A primeira torcida organizada chamou-se Gaviões da Fiel, do Sport Club Corinthians Paulista, fundada em 1º de julho de 1969. Ela surge num momento de redefinição social, no auge da ditadura empresarial-militar. A repressão estava nas ruas, nas universidades, nas fábricas – e também nos estádios. A Gaviões não aceitava ser apenas um braço da diretoria, pois reivindicava autonomia, protestava contra gestões, cobrava democracia no clube. Mas isso rapidamente ganhou um peso maior: em tempos de censura, qualquer organização popular era suspeita. A Gaviões virou símbolo de resistência, com faixas, palavras de ordem e participação política.

E não foi só em São Paulo. Em pouco tempo, o modelo de torcida organizada se espalhou pelo Brasil. Nos anos 1970 e 1980, surgiram várias outras: Torcida Jovem do Flamengo, Galoucura, Mancha Verde, Independente e outras. Cada uma das torcidas preservava sua identidade, mas todas elas carregavam uma característica comum: eram formadas por trabalhadores, jovens das periferias, estudantes, desempregados – gente excluída que encontrou na arquibancada um lugar de pertencimento.

Com a conquista da Copa do Mundo de 1970 no México, o futebol foi definitivamente consolidado como paixão nacional. Isso

intensificou ainda mais o papel das torcidas. Como o futebol passou a unir várias camadas sociais – ricos, pobres, brancos, pretos, nordestinos, periféricos, as torcidas organizadas também começaram a refletir essa mistura. Nesse aspecto, a leitura de Nelson Werneck Sodré contribui para uma melhor caracterização de como se formam esses agrupamentos de pessoas com interesse comum:

Em cada fase histórica, pois, em condições determinadas, certa classe, ou certas classes, agrupam-se num conjunto que se conhece como povo, e só é válido para tal fase (Sodré, 1978, p. 191).

A primeira conclusão importante é de que o conceito de “povo”, para Sodré, não é fixo, que muda conforme o tempo, o contexto, a luta, entre outros fatores. No tocante às torcidas organizadas esse pensamento se aplica, por se tratar de um grupo heterogêneo, mas que se une em torno de símbolos, territórios e resistências comuns. Mesmo com conflitos internos, disputas e diferenças, há uma consciência coletiva que se constrói a partir do clube, da comunidade e da luta social.

12.2.1 A CONTRIBUIÇÃO DE NELSON WERNECK SODRÉ

Sodré é um dos principais pensadores marxistas brasileiros, e sua obra é fundamental pra entender a formação das classes sociais no Brasil. Ele não ficou apenas na análise econômica; foi além, mostrando como a cultura, os meios de comunicação e os espaços simbólicos – como o futebol – também são campos de disputa ideológica. Ou seja, Sodré não separava política de cultura. Por isso, sua leitura é essencial pra entender o que está por trás da repressão às torcidas organizadas.

No livro *Formação histórica do Brasil* (1967), Sodré deixa claro que a estrutura social brasileira sempre foi marcada pela dominação

de uma elite econômica que usou o poder do Estado, da Igreja e mais tarde, dos meios de comunicação para manter o povo sob controle. A ideia de povo na visão do autor, não é uma categoria vazia ou homogênea, mas um conceito que se transforma conforme as lutas, os interesses e os conflitos em análise:

Não existe “o povo” em abstrato, mas classes sociais concretas que se agrupam historicamente em torno de objetivos comuns. O que chamamos de povo, em cada momento, é uma aliança de classes subalternas que se organiza diante da dominação (Sodré, 1967, p. 191).

O pensamento citado ajuda a entender o porquê de tantos setores da sociedade, inclusive parte da esquerda institucional, enxergarem as torcidas organizadas com desconfiança. Elas são um tipo de organização popular que foge do controle, não responde a partidos, não segue lideranças tradicionais. Estão nas ruas, nos estádios, “nas quebradas” – e usam um tipo de linguagem que lhe é própria. Como Sodré alertava, todo movimento que nasce da base e não se submete à elite política ou intelectual tende a ser marginalizado, ridicularizado ou criminalizado.

No livro intitulado *História da burguesia brasileira* (1967), Sodré faz uma crítica dura à classe dominante nacional, que sempre foi dependente, conservadora e reacionária. Ele mostra como a burguesia brasileira nunca teve interesse real em desenvolver o país de forma igualitária. Sempre agiu em aliança com interesses externos e manteve a estrutura de exclusão social e econômica.

A burguesia brasileira jamais cumpriu uma função revolucionária. Adaptou-se à estrutura existente, limitou-se a defender seus interesses imediatos, não promoveu reformas nem mudanças que pudessem democratizar a sociedade (Sodré, 1967, p. 192).

O âmbito futebolístico é apenas mais uma peça nesse mecanismo político, pois esse esporte foi incorporado como instrumento

de controle de massas, especialmente durante regimes autoritários. Durante aquele período, por exemplo, o governo usou a seleção brasileira como propaganda nacionalista, tentando esconder a repressão por detrás da alegria do povo. Mas o povo é mais esperto do que isso, porque encontrou formas de resistir, sendo as torcidas organizadas uma dessas formas.

A repressão estatal às torcidas organizadas pode ser entendida, à luz de Sodré, como parte da lógica de contenção dos movimentos populares. Assim como sindicatos combativos foram perseguidos, e movimentos de moradia criminalizados, as torcidas também são alvo porque representam coletivos autônomos, enraizados no povo e com capacidade de mobilização. São agrupamentos com identidade própria, territorialidade, símbolos, história. Isso assusta. Porque é força social – e como qualquer força social, quando não está domesticada, é tratada como inimiga.

Outro ponto importante da análise de Sodré é o papel da mídia na construção de hegemonias. Em diversos momentos, ele denuncia como os meios de comunicação servem aos interesses da elite, difundindo uma visão de mundo que reforça o status quo e marginaliza qualquer movimento que aponte para transformação: “a função da grande imprensa é difundir a ideologia da classe dominante, fazendo parecer que os interesses desta são unânimes entre todos” (Sodré, 1961, p. 191).

A cobertura midiática sobre as torcidas organizadas segue esse padrão. Quando uma torcida realiza ações solidárias, promove eventos culturais ou se manifesta contra a elitização do futebol, pouco se fala. Mas basta uma briga, ou até uma movimentação mais firme nas arquibancadas, e o noticiário transforma o grupo inteiro em sinônimo de violência. É uma forma de deslegitimar a organização popular e justificar a repressão.

A lógica da criminalização seletiva é instrumento que vem atingindo principalmente jovens, negros e moradores de periferia, os mesmos que estão super representados nas torcidas organizadas. Não é coincidência. É projeto. E Sodré já alertava para o fato de que a luta de classes no Brasil não se dá apenas no campo econômico, mas também no simbólico, cultural e cotidiano.

12.3 MÍDIA, REPRESSÃO E CRIMINALIZAÇÃO

A criminalização das torcidas organizadas no Brasil não é um acidente – é parte de uma engrenagem maior, pensada e operada para desmobilizar o povo. Quando se olha com um pouco mais de atenção, percebe-se que não são apenas “conflitos entre torcedores”, como a narrativa dominante costuma pintar, mas uma guerra de classes travada nos gramados, arquibancadas e, principalmente, fora desses espaços.

A repressão não começa com a violência, mas já se apresenta na forma do discurso, usado principalmente pela mídia. Desde os anos 1990, com a crescente expansão dos conglomerados de comunicação, especialmente a Rede Globo, construiu-se uma imagem pública das torcidas organizadas como “bárbaros”, “vândalos”, “bandidos disfarçados de torcedores”. O torcedor organizado que antes era sinônimo de festa e paixão, passou a ser tratado como inimigo da ordem pública.

Essa construção simbólica tem nome e tem projeto. Como bem alertou Pierre Bourdieu (1996), a mídia não apenas informa: estrutura o campo simbólico da sociedade. Em sua obra intitulada *Sobre a televisão*, o sociólogo francês diz: “a televisão impõe temas, formas de pensar e de ver. Ao definir o que é relevante, ela atua como censor

invisível” (Bourdieu, 1996, p. 22). Essa censura se manifesta claramente no modo como a imprensa trata os diferentes agentes sociais. Quando um banqueiro comete fraude, ele é “acusado de irregularidades”. Quando uma torcida protesta contra o preço do ingresso, ela é “criminosa” ou “ameaça à segurança pública”.

Cita-se o caso da Gaviões da Fiel, em 2013. Após o trágico episódio da morte de um jovem boliviano em Oruro, a imprensa brasileira fez questão de apontar a torcida como assassina, mesmo sem provas concretas e sem direito à ampla defesa. Onze torcedores passaram meses presos na Bolívia – abandonados pela diplomacia brasileira e condenados pela mídia, antes de qualquer julgamento. No fim, o verdadeiro autor do disparo foi um menor, sem vínculo direto com a torcida. Mas a mancha já havia sido plantada, pois para a mídia, “torcida organizada é igual a crime”.

Outro caso simbólico foi em 2019, quando a Torcida Jovem do Flamengo foi banida de entrar no Maracanã por supostos “atos violentos”, enquanto a diretoria do clube lucrava com ingressos caríssimos e camarotes para empresários. Na mesma época, a própria torcida organizou ações sociais em comunidades do Rio de Janeiro, distribuindo alimentos e promovendo atividades culturais – mas isso a mídia não mostrou.

Em 2020, durante as manifestações antifascistas, em plena ascensão do bolsonarismo, torcidas organizadas como Gaviões da Fiel, Corinthians Antifascista, Atlético Antifa, entre outras, ocuparam as ruas com bandeiras e palavras de ordem contra o autoritarismo. A reação da imprensa foi rápida: matérias que tentavam igualar os grupos populares aos fascistas, colocando “dois lados em conflito”, como se lutar contra o fascismo fosse o mesmo que defendê-lo. A lógica da falsa simetria serve apenas para enfraquecer as lutas legítimas do povo.

Como explica Almeida:

A mídia opera não apenas como transmissora de informações, mas como reprodutora das hierarquias sociais. Ao selecionar quem fala, o que é notícia e como os fatos são enquadrados, ela estrutura o imaginário social e legitima formas de violência institucional (Almeida, 2019).

A repressão também se institucionalizou. Tanto assim, que a partir dos anos 2000, houve uma escalada de medidas autoritárias contra as torcidas: proibição de materiais como faixas, bandeiras e instrumentos musicais; identificação biométrica; revistas invasivas; vigilância permanente por câmeras e inteligência policial. Criou-se um verdadeiro laboratório de controle social dentro dos estádios. Não é à toa que muitas dessas tecnologias depois são aplicadas nas manifestações populares – o estádio virou campo de treinos para oportunamente se reprimir o povo nas ruas.

E o mais perverso é que essa repressão se vende como “segurança”. Mas a segurança que interessa ao Estado burguês não é a do povo – é a do patrimônio, da elite, da ordem imposta de cima pra baixo. Torcidas inteiras são punidas por atos de indivíduos, num processo de generalização que jamais se aplicaria a outros grupos sociais. Ninguém criminaliza a torcida de camarote. Ninguém fala em extinguir conselhos de administração por corrupção. Mas quando o pobre se organiza, o tratamento é outro.

A lógica repressiva também se apoia no racismo estrutural. Quem está na linha de frente das torcidas organizadas são, em sua maioria, jovens negros e periféricos. E isso incomoda. A presença negra e popular nos estádios desafia o projeto de elitização do futebol, que começou com a modernização dos estádios para a Copa de 2014. A “arena” substituiu o “campo”; o “público consumidor” substituiu a “torcida”. É o velho projeto de higienização, agora repaginado em marketing esportivo.

Como diria Sodré, a luta de classes não se manifesta apenas na fábrica ou no parlamento – ela está em todos os espaços onde o povo se organiza e desafia o poder estabelecido. E as torcidas organizadas são, hoje, um dos poucos espaços onde a classe trabalhadora ainda se reúne de forma coletiva, afetiva e combativa. Por isso, incomodam tanto.

A mídia, a repressão policial e o sistema judiciário se articulam para desmontar essas formas de organização. Mas enquanto houver povo nas arquibancadas, haverá resistência. Porque o futebol é do povo – e o povo, quando se organiza, é força histórica.

A construção midiática em torno das torcidas organizadas no Brasil é parte essencial do processo de criminalização seletiva da juventude periférica. A grande imprensa, hegemonicamente controlada por conglomerados empresariais, exerce papel ativo na manutenção da ordem social burguesa. Nesse cenário, a figura do torcedor organizado – geralmente jovem, negro e de periferia – é sistematicamente associada à violência, ao vandalismo, à barbárie. Por isso, vale salientar, a mídia não informa: molda o imaginário coletivo conforme os interesses de classe que representa.

Como afirma Bourdieu (1996, p. 22), a mídia opera como um “instrumento de violência simbólica”, capaz de impor significados e legitimar algumas narrativas em detrimento de outras: “o jornalismo dominante tende a reproduzir as visões do mundo das classes dominantes, marginalizando os discursos alternativos”. No caso das torcidas organizadas, o foco não está na solidariedade, na organização coletiva ou em suas ações comunitárias – mas em episódios isolados de conflito, tratados como regra e nunca como exceção.

Pode-se comprovar a existência dessa lógica analisando a cobertura da mídia sobre a torcida Gaviões da Fiel durante os protestos contra o aumento da tarifa de transporte público em São Paulo, em

2013. Quando membros da torcida foram às ruas para apoiar o movimento, vários veículos de imprensa – como a Folha de S. Paulo, o Estado de S. Paulo e o Jornal Nacional – rapidamente associaram sua presença à escalada da “violência” nos atos, ignorando que muitos deles estavam ali como militantes políticos, distribuindo água, protegendo manifestantes da repressão policial e até carregando feridos.

Outro caso emblemático foi o assassinato do torcedor Guilherme Silva Guedes, ligado à torcida organizada do São Paulo, em 2020, morto por um policial militar fora de serviço. O tratamento midiático dado ao caso foi marcado por silêncio ou por abordagens que desumanizavam a vítima ao enfatizar sua ligação com uma torcida organizada, antes mesmo de qualquer fato confirmado sobre o crime. Quando a vítima é torcedor organizado, a presunção de inocência é abandonada.

Como afirma Almeida (2019, p. 74), “a criminalização das populações negras e periféricas é um dispositivo que organiza a estrutura social brasileira. Não se trata de desvio, mas de regra”. E as torcidas organizadas, sendo compostas majoritariamente por essa juventude periférica e negra, tornam-se alvos prioritários de políticas de controle – tanto simbólico quanto material.

Além da mídia, o Estado também atua de forma contundente. Leis como o Estatuto do Torcedor, que em teoria deveria proteger o torcedor comum, são frequentemente utilizadas para justificar medidas de exceção contra torcidas organizadas: revistas policiais abusivas, prisões preventivas, interdições de sedes, suspensão de faixas, proibição de bandeiras e instrumentos musicais. O direito de torcer, de cantar, de ocupar os espaços do futebol é cerceado.

Em São Paulo, o Ministério Público e a Polícia Militar atuam em conjunto para mapear, monitorar e coagir membros das torcidas. As chamadas “delegacias especiais do torcedor” muitas vezes ope-

ram como centros de perseguição política, disfarçados de zeladoria da ordem pública. Há casos de interceptações telefônicas ilegais, de abordagens violentas, de conduções coercitivas, sem mandado judicial. Tudo isso é possível porque a opinião pública já foi treinada pela mídia a ver esses sujeitos como inimigos sociais.

Em 2020, em meio à ascensão do bolsonarismo e ao colapso institucional durante a pandemia de Covid-19, a Gaviões da Fiel protagonizou manifestações antifascistas em São Paulo, ocupando as ruas com faixas que diziam “Democracia” e “Fora Bolsonaro”. A resposta do Estado foi a de sempre: repressão, gás lacrimogêneo, prisões arbitrárias. A mídia, por sua vez, oscilou entre o silêncio e a tentativa de enquadrar os protestos como “ameaça à ordem”. Mais uma vez, a mensagem era clara: organização popular vinda da base será combatida, especialmente quando se posiciona politicamente.

Como afirma Angela Davis (2016, p. 17), “as instituições que hoje reproduzem a violência estrutural foram moldadas para isso desde a origem. O racismo e a repressão não são desvios: são fundamentos da ordem que se pretende preservar”. As torcidas organizadas, nesse contexto, são vistas como ameaça não por conta de sua suposta violência – mas por sua capacidade de romper o silêncio, de organizar, de agir coletivamente fora dos moldes institucionais aceitos pelo sistema.

A repressão às torcidas organizadas é, portanto, um retrato direto da luta de classes. Como assevera Sodré (1967, p. 45), “toda iniciativa das massas que ameace a ordem vigente será tratada como perigosa. Não importa sua forma: ela será rotulada, isolada e, se possível, destruída”. O problema das torcidas não é o fato de serem cometidas violências em seu meio, mas o simples aspecto de serem organizadas, autônomas e terem voz própria.

12.4 TORCIDAS ORGANIZADAS COMO MOVIMENTOS SOCIAIS

As torcidas organizadas, para além da paixão pelo futebol, representam formas legítimas de organização popular. Em sua base, não há apenas o amor por um clube, mas também o sentimento de pertencimento, solidariedade, resistência e identidade coletiva – elementos essenciais a qualquer movimento social. A atuação dessas torcidas transcende as arquibancadas, porque ocupam ruas, comunidades, escolas, centros culturais, e constroem redes de apoio que o Estado historicamente abandonou.

Essa dimensão social tem se tornado cada vez mais explícita a partir dos anos 2000, quando muitas torcidas passaram a se engajar ativamente em ações de impacto comunitário. Campanhas de doação de alimentos, roupas, sangue, brinquedos, material escolar, mutirões em bairros periféricos e ações de conscientização política se tornaram parte do cotidiano de diversas torcidas. São gestos concretos de cuidado com o território e de fortalecimento de vínculos sociais.

A Gaviões da Fiel, por exemplo, tem uma longa trajetória de campanhas solidárias nas periferias de São Paulo. A Torcida Jovem do Flamengo realiza projetos sociais voltados para educação e cultura nas favelas cariocas. A Galoucura, do Atlético Mineiro, mantém projetos de esporte com crianças e adolescentes em regiões de vulnerabilidade. Essas ações representam apenas o mínimo dentro de toda a estrutura de funcionamento de torcidas organizadas, ou seja, na prática, trabalham como redes de apoio mútuo e resistência local.

Em sua essência, esses coletivos reúnem características que os aproximam dos movimentos sociais tradicionais: territorialidade, identidade coletiva, pautas próprias, formas de mobilização autôno-

mas, atuação comunitária e oposição à ordem vigente. O fato de não estarem diretamente vinculadas a partidos políticos ou instituições formais não diminui a legitimidade das torcidas, ao contrário, revela sua potência enquanto expressão de organização popular enraizada.

A socióloga Angela Alonso (2009, p. 73), ao analisar movimentos sociais recentes, aponta que “nem toda forma de organização precisa ter uma pauta nacional explícita ou linguagem acadêmica para ser politicamente relevante. A atuação local, simbólica e cotidiana também é forma de resistência”. Essa leitura é fundamental para compreender as torcidas organizadas como um tipo específico de movimento social, com estética e linguagem próprias, mas com forte potencial de mobilização.

Durante a pandemia de Covid-19, esse caráter auxiliador ficou ainda mais evidente. Enquanto o Estado se mostrava ausente ou cúmplice do que se chamou de necropolítica bolsonarista, torcidas organizadas se articularam para distribuir alimentos, máscaras, kits de higiene, e denunciar o descaso com as periferias. A Frente Antifascista das Torcidas Organizadas uniu torcedores de diferentes clubes em manifestações pelo Fora Bolsonaro, e mostrou que é possível superar rivalidades históricas em nome de pautas comuns e urgentes.

Torcidas fora do Brasil também se organizaram contra políticas de cunho fascista. Inspiradas por experiências da Europa e América Latina, as torcidas nacionais assumem uma postura política explícita contra o racismo, o machismo, a homofobia, o fascismo e a elitização do futebol. São grupos como Resistência Alvinegra (Botafogo), Palmeiras Antifascista, Fluminense Antifascista, entre outros, que atuam como núcleos de debate político, produção cultural e militância dentro e fora dos estádios. Muitos deles surgiram após 2013, em resposta ao avanço da extrema-direita no país, e desde então, vêm ocupando um espaço importante na disputa de narrativas sobre o que é torcer – e o que é resistir.

A socióloga Santos (2000) argumenta que os movimentos sociais são produtores de saberes alternativos que desafiam a ordem dominante; mesmo quando não se institucionalizam, eles geram conhecimentos práticos, estratégias e repertórios de ação que qualificam a luta social. As torcidas organizadas produzem saberes: sabem como se proteger da polícia, organizar uma manifestação, distribuir alimentos, como ocupar o espaço público com segurança e voz – saberes populares, marginais, mas profundamente políticos.

Apesar dessa sabedoria, enfrentam reações não apenas do Estado e da mídia, mas também de setores da esquerda que ainda reproduzem uma lógica elitista e desconectada das formas populares de organização. Muitos ainda não reconhecem as torcidas como sujeitos políticos, justamente por esses organismos não se encaixarem nas formas tradicionais de militância ou nas estéticas da “boa política”. É o mesmo preconceito que atinge o funk, o rap, os coletivos de ocupação, os movimentos por moradia.

Por isso é tão importante lembrar das contribuições de Sodré (1967, p. 239): “a luta de classes se manifesta em todos os campos da vida social, inclusive na cultura, no lazer e no esporte”. Nessa esteira, ignorar a força política das torcidas organizadas é fechar os olhos para uma das formas mais vibrantes e autênticas de organização da classe trabalhadora em dias atuais. O estádio tem arquibancadas, mas seus ocupantes as utilizam também como trincheiras.

12.5 GAVIÕES DA FIEL: RESISTÊNCIA HISTÓRICA E PAPEL SOCIAL

Fundada em 1969, no auge da ditadura empresarial-militar, a Gaviões da Fiel nasceu com um objetivo claro: fiscalizar a diretoria do Corinthians e garantir que o clube fosse do povo, não de meia dú-

zia de “cartolas”. Mas essa postura crítica rapidamente ultrapassou o futebol. Em plena repressão, a Gaviões levava faixas aos estádios com palavras de ordem e se posicionava contra o autoritarismo. Desde o início, esteve colada aos movimentos pela democracia corinthiana, estando também mobilizada na campanha pelas Diretas Já, nos anos 1980.

Além do papel político, a Gaviões também cumpre um papel social decisivo. Organiza campanhas de arrecadação de alimentos, roupas e brinquedos em datas simbólicas, como Natal e Dia das Crianças; realiza mutirões em comunidades periféricas de São Paulo e mantém um vínculo profundo com os territórios onde seus membros vivem. Em 2020, durante a pandemia, distribuiu marmitas, cestas básicas e máscaras em regiões abandonadas pelo poder público – uma ação direta de solidariedade de classe.

12.5.1 TORCIDAS ANTIFASCISTAS: DA ARQUIBANCADA ÀS RUAS

O avanço da extrema-direita no Brasil, especialmente com a eleição de Jair Bolsonaro, mobilizou vários segmentos sociais, incluindo nessa leva, as torcidas organizadas. Em 2020, após declarações autoritárias do então presidente, e de manifestações antidemocráticas, com pedidos de fechamento do STF e do Congresso, torcedores de clubes rivais tomaram as ruas em defesa da democracia.

Movimentos como Corinthians Antifascista, Palmeiras Antifascista, Fluminense Antifascista, Vasco Antifascista, Resistência Rubro-Negra e tantos outros, se articularam sob o lema de que “rivalidade não é inimizade” e que, diante do fascismo, é preciso união. Nesse quesito, cita-se como um marco a manifestação ocorrida em 31 de maio de 2020, na Avenida Paulista, quando torcedores de Gaviões, Independente, Mancha Verde e outras torcidas caminharam

juntos contra o autoritarismo, enfrentando com coragem as ameaças de grupos bolsonaristas e a repressão policial.

Esses grupos também atuam no campo da educação política e da cultura. Promovem rodas de conversa, materiais educativos, atuam nas redes sociais e constroem uma nova narrativa sobre o que é torcer. O emblema das torcidas organizadas é que: não basta amar o clube, é preciso amar o povo.

12.5.2 AÇÕES SOLIDÁRIAS DURANTE A PANDEMIA: O POVO PELO POVO

Enquanto o governo Bolsonaro debochava da pandemia, atravessava a compra de vacinas, desmontava políticas públicas e espalhava desinformação, foram as redes populares que seguraram as pontas, não somente com auxílios materiais, mas também com apoio psicológico. A Frente Nacional das Torcidas Organizadas, formada por coletivos de todo o país, organizou doações e criou canais para mobilizar recursos. Essas ações mostraram que a arquibancada não é só um espaço de lazer, mas também de organização. Enquanto a elite fazia festa clandestina e fingia normalidade, os pobres, de novo, cuidaram uns dos outros. E as torcidas estavam lá, na linha de frente.

Nesse sentido, vale mencionar a afirmação da filósofa Davis: “quando o povo se levanta para cuidar de si mesmo, desafia diretamente a estrutura do Estado” (Davis, 2016, p. 61). Corroborando esse pensamento estão as torcidas organizadas, verdadeiras redes populares de solidariedade, territórios de resistência e ferramentas de mobilização.

É acertado afirmar: o que assusta a elite não é a violência das torcidas organizadas, mas sua comprovada autonomia. Por isso, são perseguidas, criminalizadas, porque não aceitam ser domesticadas. Juntamente com os movimentos por moradia, dos terreiros espiritu-

ais, blocos de carnaval de rua, e outros coletivos culturais das periferias, as torcidas organizadas revelam uma política alternativa – aquela que nasce de baixo, “das quebradas”, da arquibancada. Mais uma vez, recorrer ao que diz Sodré é luz nesta discussão: a luta de classes se manifesta também nas expressões do povo. Onde houver povo se organizando, haverá resistência.

12.6 CONCLUSÃO

As torcidas organizadas, longe de serem meros agrupamentos esportivos, revelam-se como expressões vivas da luta de classes no Brasil contemporâneo. Enraizadas na cultura popular e formadas majoritariamente por jovens negros e periféricos, elas ocupam um lugar estratégico na disputa por narrativas, espaços e direitos. Através da leitura de Nelson Werneck Sodré, compreendemos que a repressão a essas torcidas não é fruto do acaso, mas parte de um projeto de dominação que visa desarticular qualquer forma de organização autônoma da classe trabalhadora.

Ao mesmo tempo em que são criminalizadas pela mídia e reprimidas pelo Estado, essas torcidas constroem redes de solidariedade, produzem cultura, resistem politicamente e expressam formas legítimas de organização popular. São movimentos que desafiam o discurso hegemônico e a lógica elitista que tenta transformar o futebol em mercadoria, e o torcedor em mero consumidor. Ao ocuparem a arquibancada com crítica, memória e luta, as torcidas organizadas reafirmam seu papel político e social como trincheiras do povo.

Reconhecer sua importância é reconhecer que a luta de classes não se limita aos espaços formais de poder e contrapoder, mas se manifesta também no lazer, na cultura, no território e nas formas populares de viver e resistir. Enquanto houver povo nas arquibanca-

das, haverá história sendo escrita e, com ela, a possibilidade concreta de transformação social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen/Flacso Brasil, 2019.

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a Geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

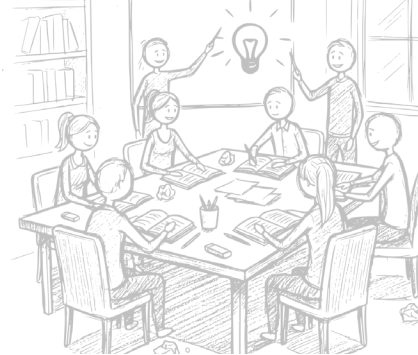
SODRÉ, Nelson Werneck. **A ideologia do colonialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

WOLLENHAUPT, Jonas. **A história do futebol é uma história da luta de classes**. *Jacobina*, [s.l.], 31 jul. 2023. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2023/07/a-historia-do-futebol-e-uma-historia-da-luta-de-classes/>. Acesso em: 7 jul. 2025.

13



O pensamento político de Ailton Krenak

Josué Teles da Costa¹

13.1 INTRODUÇÃO

Ailton Krenak se destaca como uma figura de extrema relevância no panorama político, social e intelectual do Brasil contemporâneo. Sua trajetória e sua obra transcendem as fronteiras étnicas e culturais, reverberando não apenas entre as comunidades indígenas, mas ecoando também em diversos setores da sociedade brasileira. Não se limitando a atuar apenas como líder indígena, Krenak se firma como um pensador visionário, cujas reflexões têm o poder de provocar mudanças profundas e instigar um novo olhar sobre questões prementes da realidade nacional.

Ao longo de sua vida, Krenak tem sido uma voz incansável na defesa dos direitos indígenas, na preservação do meio ambiente e na luta por justiça social. Sua obra, permeada por uma profunda sensibilidade e uma análise crítica da realidade, revela não apenas as

¹ Josué Teles da Costa é discente do Bacharelado do Curso de Ciências Sociais da Ufac. E-mail: josue.costa@sou.ufac.br.

contradições e desafios enfrentados pelo Brasil, mas também aponta para caminhos possíveis de superação e transformação. Em seus livros intitulados *Ideias para adiar o fim do mundo* e *A vida não é útil*, respectivamente, Krenak expõe as feridas abertas pela herança da colonialidade no Brasil e pelo desenvolvimento desenfreado, convidando a repensar concepções de progresso e a reconectar com a terra e com a sabedoria ancestral dos povos originários. Este capítulo compõe-se de reflexões baseadas nas obras mencionadas, bem como em vídeos com temáticas afins.

13.2 A CONTRIBUIÇÃO DO PENSAMENTO DE KRENAK

A obra desse líder vai além do ativismo convencional, constituindo-se em um verdadeiro manifesto em prol de uma sociedade mais justa, solidária e sustentável. Ao resgatar a cosmovisão indígena e colocá-la em diálogo com os desafios do mundo contemporâneo, Krenak incita questionamentos sobre valores e práticas humanas, a repensar as relações do ser humano com a natureza e com seus semelhantes. Em um momento de profundas crises ambientais, sociais e políticas, suas reflexões surgem como um farol, apontando para um futuro possível de respeito mútuo, harmonia e equidade.

Este capítulo se propõe a realizar uma análise aprofundada do pensamento político de Ailton Krenak, buscando compreender não apenas suas críticas e propostas, mas também sua relevância para os debates políticos contemporâneos no Brasil.

Ao examinar suas ideias e sua trajetória, pretende-se lançar luz sobre os desafios e possibilidades de construção de uma sociedade mais justa, solidária e sustentável. Mais do que uma voz dissonante, Krenak é um convite à reflexão crítica e à ação transformadora, con-

duz uma inspiração para imaginar e construir um futuro mais digno e humano para todos.

13.3 AS PRINCIPAIS IDEIAS DE AILTON KRENAK

Em uma abordagem em direção a uma filosofia política, Ailton Krenak, um renomado líder indígena e pensador brasileiro, emergiu como uma voz crucial na discussão das questões políticas que permeiam a sociedade contemporânea. Suas ideias ressoam não apenas no âmbito indígena, mas transcendem fronteiras, alcançando um público diversificado.

Este estudo busca explorar as principais ideias políticas de Ailton Krenak, destacando sua interpretação didática e crítica, enriquecedora do entendimento sobre uma determinada visão para um futuro mais inclusivo e sustentável. Diante dessas ideias, seleciona-se alguns conceitos como: a ecologia como fundamento; descolonização do pensamento; valorização das culturas indígenas; crítica ao desenvolvimento predatório; urgência da reconexão espiritual; participação ativa na política; direitos indígenas e autodeterminação; e uma educação para a transformação.

A ecologia como fundamento é um ponto de partida para se entender o pensamento de Krenak, que propõe a interconexão entre ecologia e política. Ele destaca a necessidade urgente de uma visão holística, que compreenda a natureza não apenas como recurso, mas como parte intrínseca da existência humana. Nas obras mencionadas, a esse respeito ele afirma que “a terra não está à venda, ela é mãe, não madrastra”. Desse modo, ele indica como se pode fazer uma melhor escolha na busca pela conscientização ecológica, criticando a falta de consciência ambiental na sociedade moderna. Comparando

com os dias atuais, a crescente preocupação com a crise climática tem impulsionado movimentos de conscientização ambiental, exigindo mudanças nas políticas e práticas cotidianas.

Sobre a “escolonização” do pensamento, Krenak critica veementemente a herança colonialista e suas ramificações no pensamento contemporâneo. Para ele, a descolonização não deve ser apenas de ordem territorial, mas também intelectual: “a colonização não é só territorial, mas uma colonização das mentes. A gente tem que descolonizar a maneira como vê o mundo”. Krenak enfatiza a importância de questionar narrativas dominantes ao longo da história.

Em termos da valorização das culturas indígenas, suas reflexões destacam a importância de valorizar e preservar as diversas culturas indígenas. Esse líder argumenta que a riqueza cultural desses povos é um patrimônio vital para toda a humanidade: “a diversidade cultural é um bem, um patrimônio da humanidade que não pode ser dizimado”. Nessa toada, o autor demonstra a essencialidade do respeito à pluralidade cultural, destaca a importância da preservação das tradições culturais indígenas como integrante crucial da sustentabilidade.

Em um mundo globalizado, as culturas indígenas enfrentam desafios crescentes, com impactos significativos em suas identidades. Considerando o contexto contemporâneo, a globalização e a homogeneização cultural continuam a ameaçar a diversidade existente. Ademais, a proliferação de tecnologias digitais e mídias sociais também influencia as tradições indígenas.

Na crítica ao desenvolvimento predatório, o pensamento político de Krenak é marcado por uma crítica contundente ao modelo de desenvolvimento que prioriza a exploração desenfreada dos recursos naturais. Ele adverte sobre os perigos de um desenvolvimento que não respeita os limites da natureza: “a sociedade está completamente

embriagada com um modelo de desenvolvimento que é predatório, que é extrativista”. Assim, ele critica a exploração desenfreada dos recursos naturais, defende práticas sustentáveis para evitar danos irreversíveis ao meio ambiente. Ele ressalta a urgência de repensar modelos de desenvolvimento que priorizem a preservação.

Em tempos contemporâneos, os eventos climáticos extremos, a crise ambiental global, a necessidade de práticas sustentáveis são questões a serem priorizadas. Debates sobre políticas ambientais e o papel das empresas na preservação se colocam na ordem do dia.

No tocante à urgência da reconexão espiritual, defendida por Krenak, trata-se da urgência de se criar uma reconexão espiritual, resgatando valores ancestrais que promovam uma relação mais equilibrada com o meio ambiente, conforme suas palavras: “é preciso recuperar a capacidade de sonhar coletivamente. O sonho coletivo é o que falta na humanidade”.

Participação ativa na política, o ativismo político é uma faceta essencial de suas ideias. Krenak enfatiza a necessidade de participação ativa, encorajando as pessoas a serem agentes de mudança em suas comunidades. “É preciso se envolver, participar ativamente da política. Não dá para esperar mudanças apenas de cima para baixo”.

Quanto aos direitos indígenas e autodeterminação, Krenak é um defensor incansável perante os povos originários. Ele faz um clamor por uma abordagem respeitosa e colaborativa, reconhecendo a importância de permitir que essas comunidades decidam sobre seu próprio destino. Ele defende a autonomia das comunidades indígenas, criticando intervenções externas que desrespeitam suas decisões internas. Alerta para o fato de persistir um descompromisso, principalmente no âmbito de políticas governamentais, com relação à autonomia e autodeterminação de comunidades indígenas.

Ao propor uma educação para a transformação Krenak a defende como uma ferramenta vital para a transformação social e política, com ensino e aprendizagem que vá além dos padrões tradicionais, incorporando perspectivas diversas e promovendo a conscientização sobre as questões socioambientais. Krenak destaca a importância da educação indígena, criticando a falta de inclusão das perspectivas indígenas no sistema educacional convencional. Refere-se à inserção de conteúdos educacionais com temas atuais, que valorizem o respeito e abrangência da diversidade cultural, com discussões sobre a revisão dos currículos escolares.

Em síntese, as ideias políticas de Ailton Krenak delineiam um caminho para uma sociedade mais justa, sustentável e conectada com suas raízes. Sua abordagem ao mesmo tempo didática e crítica, desafia paradigmas, convida a repensar as relações com a natureza, as culturas indígenas e os modelos políticos vigentes.

Ao adotar as visões de Krenak se pode aspirar a um futuro em que a harmonia entre humanos e meio ambiente seja a pedra angular de novas ações políticas. Krenak articula suas ideias políticas com a valiosa proposição de uma perspectiva indígena, que contribui para debates globais emergenciais. Suas ideias, entrelaçadas com desafios contemporâneos, apresentam caminhos para uma política mais inclusiva, ambientalmente consciente e culturalmente diversificada. Ao reconhecer os pontos de convergência entre suas visões e as demandas atuais, se pode encontrar inspiração para forjar um futuro mais sustentável e igualitário.

13.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o impacto profundo do pensamento político de Ailton Krenak, convém fazer algumas considerações sobre suas

ideias e contribuições para o debate público. Sendo assim, no tocante à *valorização dos conhecimentos tradicionais*, uma das principais contribuições desse líder é o seu modo de chamar a atenção para a importância de reconhecer e valorizar esses conhecimentos como parte integrante da herança cultural e ambiental do Brasil, e argumenta que eles têm muito a contribuir para a construção de soluções sustentáveis para os desafios contemporâneos.

A respeito de sua *crítica ao modelo de desenvolvimento predatório*, Krenak levanta críticas contundentes ao modelo de desenvolvimento econômico baseado na exploração predatória dos recursos naturais. Reforça que esse modelo é insustentável a longo prazo, e que tem causado danos irreparáveis ao meio ambiente e às comunidades indígenas. Suas reflexões convidam a uma análise profunda sobre as consequências sociais, ambientais e culturais do atual modelo de desenvolvimento.

Krenak conclama a todos para unirem-se em *defesa dos direitos indígenas*, como a autonomia e a autodeterminação, que são prerrogativas inalienáveis de qualquer povo na terra. Ele denuncia os constantes ataques aos direitos indígenas e a violência que sofrem essas comunidades, ressalta a necessidade de se respeitar e proteger seus territórios e modos de vida.

Inspirado na cosmovisão indígena, Krenak propõe uma *nova forma de relacionamento com a natureza*, baseada no respeito mútuo, harmonia e na interdependência, pois é preciso abandonar a mentalidade de dominação sobre recursos ambientais e adotar uma abordagem mais cuidadosa e responsável. Ele lança um *chamado à ação e à conscientização*, lembrando da urgência de agir diante dos desafios ambientais e sociais, e convida a repensar as concepções de progresso e desenvolvimento. Suas ideias desafiam a buscar formas mais

equitativas, sustentáveis e solidárias de viver em no planeta compartilhado.

Essas são algumas das muitas contribuições de Ailton Krenak para o pensamento político contemporâneo, cuja voz ecoa para gerações atuais e futuras fornecendo elementos para se pensar uma metodologia inovadora para enfrentar os desafios globais.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

AILTON KRENAK. Discurso na Assembleia Constituinte. [S. l.: s. n.], 2018. 1 vídeo (8 min). Publicado pelo canal Luís Nicácio. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TYICwl6HAKQ>. Acesso em: 14 abr. 2025.

AILTON KRENAK. Uma sociedade que não tem novas configurações está fadada ao desaparecimento. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (26 min). Publicado pelo canal TV Senado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z5cfqdWxvhM>. Acesso em: 15 abr. 2025.

ENCONTRO com o Autor recebe Ailton Krenak - 04/09/23. [S. l.: s. n.], 2023. 1 vídeo (55 min). Publicado pelo canal Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2HgJedFJLQ4>. Acesso em: 14 maio 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAKATOS, Eva e Marconi, Marina. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1992.

LIVE Especial - Entrevista Ailton Krenak. [S. l.: s. n.], 2023. 1 vídeo (63 min). Publicado pelo canal DCM TV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IRnPMIsXKNM>. Acesso em: 3 jun. 2025.

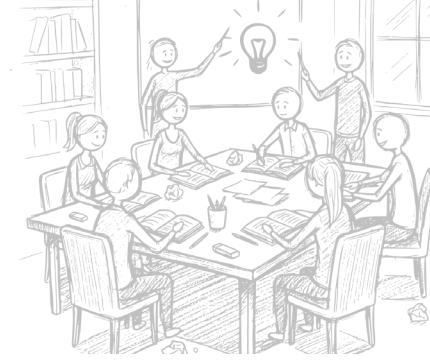
O OBJETIVO da vida é ser produtivo? | Ailton Krenak | Papo Rápido | Papo de Segunda. [S. l.: s. n.], 2021. 1 vídeo (15 min). Publicado pelo canal Canal GNT. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FKtEm1x3IeM>. Acesso em: 16 maio 2025.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SERES-Rios Festival. Diálogo de abertura. Políticas cósmicas (Legendas/Subtitles). [S. l.: s. n.], 2021. 1 vídeo (97 min). Publicado pelo canal BDMG Cultural. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JPWjlZcOoe0>. Acesso em: 2 maio 2025.

VOZES da Floresta | Ailton Krenak. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (59 min). Publicado pelo canal Le Monde Diplomatique Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KRTJlh1os4w>. Acesso em: 3 jun. 2025.

14



Formação da identidade brasileira através das obras de Gilberto Freyre:

O que é realmente o povo brasileiro?

Leomar de Oliveira Sousa¹

14.1 INTRODUÇÃO

Gilberto Freyre é, sem dúvida, um dos pensadores mais complexos e contraditórios do Brasil. Sua obra continua despertando interesse e, ao mesmo tempo, provoca debates e diferentes interpretações. Suas ideias seguem vivas e influentes, justamente por trazerem reflexões profundas sobre a sociedade brasileira. Freyre pode ser considerado um dos autores mais modernos entre os clássicos do pensamento social do país, pois seus escritos ganham importância com o tempo, abordando questões atuais. A dificuldade de entender sua obra de forma completa tem várias causas, mas uma das principais está na grande variedade de temas e abordagens que ele explorou ao longo da vida.

¹ Aluno do bacharelado do Curso de Ciências Sociais da Ufac.

Enquanto outros autores costumam apresentar uma linha mais constante em nos temas que escolhe debater, Freyre se destacou por uma produção bastante variada. Enriquece seu pensamento e torna sua leitura desafiadora. Essa riqueza temática permite uma compreensão mais ampla da sociedade brasileira e marca a importância de sua contribuição intelectual.

Mesmo sendo uma figura polêmica, Freyre se destacou por trazer um olhar original sobre o Brasil. Enquanto muitos autores viam o país a partir de uma perspectiva negativa ou puramente europeia, ele valorizou elementos da cultura brasileira, como a miscigenação, as relações afetivas na casa-grande e o papel da cultura afro-brasileira.

Muitos o consideraram inovador, embora suas interpretações também tenham sido duramente criticadas por esconder ou suavizar os aspectos violentos da escravidão e das desigualdades sociais. Mas o interesse de conhecer o pensamento de Gilberto Freyre permanece intenso porque são contribuições atuais para entender o país. Muitos dos problemas e características sociais que ele observou no passado continuam ocorrendo, como o racismo, o patriarcalismo e as desigualdades regionais. Nesse sentido, este capítulo tem o intuito de expor e refletir sobre suas principais obras: *Casa-grande & senzala* (1933) e *Sobrados e mucambos* (1936).

14.2 GILBERTO FREYRE: TRAJETÓRIA

Inspirando-se em suas experiências nos Estados Unidos e Europa, Gilberto Freyre começou a pensar o Brasil a partir de seus estudos sobre a formação social e cultural do país. Estudou na Universidade de Baylor, no Texas, e depois fez mestrado na Universidade de Columbia, onde foi influenciado pelo antropólogo Franz Boas. Este cientista defendia o relativismo cultural e a importância dos aspec-

tos sociais na formação das identidades. Ao retornar ao Brasil, Freyre começou a refletir sobre a sua sociedade, questionando as visões eurocêntricas e racistas que dominavam os estudos à época. Em 1926, publicou artigos sobre a cultura nordestina, e em 1931, lançou seu livro mais conhecido, intitulado *Casa-grande & senzala*. Nessa obra, apresentou uma nova interpretação sobre o Brasil colonial, destacando a miscigenação e a interação entre portugueses, africanos e indígenas como elementos fundamentais da identidade nacional.

Freyre propôs uma visão mais complexa das sociedades humanas, porém, foi bastante criticado, especialmente por sua visão sobre a miscigenação e a chamada “democracia racial”. De acordo com sua análise, as relações raciais, devido à miscigenação entre portugueses, africanos e indígenas, eram harmoniosas, no entanto, muitos estudiosos apontam que essa visão romantiza a escravidão e oculta as desigualdades e o racismo estrutural que persistem até hoje. No fundo, ele acabou suavizando a violência da escravidão ao enfatizar as trocas culturais entre senhores e escravizados; também não negou a brutalidade do sistema escravista, pois sua abordagem voltou-se mais à formação cultural do Brasil do que à exploração e injustiças daquele período, embora ele tenha valorizado a contribuição africana e indígena.

Freyre recebeu críticas por ter mencionado os portugueses como os principais agentes civilizatórios no Brasil. Em sua análise sobre a família patriarcal sua filosofia também tem recebido críticas, por não dar voz suficiente às mulheres e aos grupos marginalizados. Atualmente, um dos críticos mais duros da obra de Gilberto Freyre é Jessé Souza, um sociólogo e cientista político brasileiro conhecido por suas críticas à visão tradicional da formação social do Brasil.

Em uma das obras de Souza, intitulada *A elite do atraso: da escravidão a Lava Jato* (publicada em 2017), esse autor faz crítica a Freyre

considerando que seus posicionamentos contribuíram para construir uma visão distorcida da sociedade brasileira, especialmente no que diz respeito à escravidão e ao racismo estrutural. Segundo Souza (2017), Freyre criou a ideia de que o Brasil teria desenvolvido uma democracia racial, em que brancos, negros e indígenas conviviam de forma relativamente harmoniosa. Essa visão serviu para ocultar a permanência das desigualdades raciais e sociais que se originaram na escravidão; além disso, a obra de Freyre teria dado um tom romantizado ao patriarcado e à casa-grande, retratando os senhores de engenho como figuras quase paternalistas e não como exploradores da mão de obra escravizada, o que segundo Souza reforçou uma narrativa que favoreceu a elite brasileira. Nesse quesito, afirma Souza:

o Brasil de hoje e compreender o que está em jogo na política e na manipulação da política como forma de dominação econômica e simbólica, é necessário reconstruir uma totalidade alternativa que desconstrua o culturalismo racista e conservador e reconstrua a sociedade brasileira em um sentido novo e crítico (Souza, 2017, p. 26).

Souza desconstrói essa ótica de Freyre sobre a cultura de dominação, enquanto enfatiza que a escravidão moldou profundamente a sociedade brasileira, criando uma elite econômica que continua a dominar os meios de produção e a manter uma hierarquia social rígida. Essa elite, segundo Souza, manipula tanto os meios materiais quanto simbólicos para preservar seus privilégios. Ele identifica quatro classes sociais no Brasil: a elite econômica, a classe média, os trabalhadores semiquilificados e a “ralé” ou novos escravos. Destaca como a classe média, influenciada pela mídia, frequentemente apoia políticas que mantêm a desigualdade, agindo como instrumentos de controle social. Souza assim descreve o processo da escravidão no Brasil:

o resumo dessa passagem dramática entre duas formas de escravidão pode ser visto deste modo como a escravidão exige

a tortura física e psíquica cotidiano como único meio de dobrar a resistência do escravo a abdicar da própria vontade, as elites que comandaram esse processo foram as mesmas que abandonaram os seres humilhados e sem autoestima e autoconfiança e os deixaram à própria sorte (Souza, 2017, p. 51).

Ao invés de destacar a brutalidade do sistema escravista e suas consequências para a população negra, Souza argumenta que Freyre seguiu ao contrário, e contribuiu para que a desigualdade no Brasil fosse tratada mais como um problema cultural do que estrutural, fortalecendo a adoção de políticas ineficazes para combater o racismo e a exclusão social. Nesse sentido, ele vê em Freyre um dos intelectuais que ajudaram a consolidar um pensamento conservador sobre a história do Brasil, que exerce influência sobre o país até hoje.

14.3 O BRASIL DE HOJE

Observa-se atualmente no país a persistência da desigualdade estrutural. Apesar da abolição em 1888, os negros continuam marginalizados e impedidos de acessar a terra, educação e trabalho digno, estando presente nas escolas públicas, em bairros com menos recursos e qualidade inferior aos das escolas privadas, o que inviabiliza o aproveitamento de oportunidades por alunos mais pobres; mulheres ganham menos do que homens, mesmo ocupando o mesmo cargo; negros têm menor acesso a cargos de liderança; o acesso a hospitais e o atendimento de qualidade é muito melhor em áreas ricas do que em comunidades periféricas.

Então, como Souza (2017) relata: Freyre romantizou essa “harmonia”, criando uma ideia de que o europeu chegou ao Brasil e encontrou mulheres e homens pelados nas praias, e que eles, os brancos, os vestiram e educaram, catequizaram e os fizeram abandonar aquele pensamento primitivo; e começaram a usar os índios para trabalharem para gerar capital para enriquecerem cada vez mais. Então,

é essa elite que Souza mostra como egocêntrica. A elite quer tirar a liberdade, a cultura e implantar uma nova ordem totalitária.

Na “ralé”, o trabalhador tem os piores empregos e ganham salários menores, uma condição que revela historicamente sua definição categorial.

As pessoas que carregam heranças históricas de senhores de engenho e de escravizados africanos podem ser compreendidas como pertencentes a uma classe cujos hábitos característicos as tornam pouco adaptáveis às instituições que deveriam representá-las, como escolas, órgãos governamentais, sistemas jurídico e mercado de trabalho. Por meio de um complexo sistema de estímulos, tais hábitos perpetuam o mesmo nível de sua reprodução social. A ralé não apenas carece de capital econômico e cultural em quantidade relevante, mas prescinde de condições básicas necessárias para que ao longo do tempo, possa se apropriar daqueles recursos institucionais e assim melhorar sua posição na sociedade.

Mário Hélio (2020), no seu livro intitulado *O Brasil de Gilberto Freyre: uma introdução à leitura de sua obra*, usando linguagem objetiva e didática, oferece uma ponte para a compreensão da complexidade da ideia freyriana. O autor mencionado analisa a obra de Freyre mediante seus principais eixos temáticos, como o patriarcado rural, as relações sociais coloniais, a sensualidade, a religiosidade popular e a mestiçagem, como elementos estruturantes da cultura brasileira.

Hélio comenta que Gilberto Freyre, na obra intitulada *Casa-grande & senzala*, descreve a sociedade colonial brasileira como patriarcal, rural e escravocrata, tendo a figura do senhor de engenho como central na sociedade, cuja casa-grande era o epicentro, símbolo de poder, autoridade e dominação. Já a senzala era espaço dos escravizados, ligados à produção a reprodução da mão de obra. Segundo

Hélio, usando esses argumentos, Freyre defende que essa organização foi fundamental para a formação do Brasil.

Na transição para a sociedade moderna, na obra *Sobrados e mucambos*, Freyre analisa o Brasil pós-colonial e a transição para o século XIX, mostrando como o modelo patriarcal rural deu lugar ao urbano, mas manteve suas bases autoritárias, elitistas e hierárquicas, onde os sobrados representam as casas da elite urbana, enquanto os mucambos simbolizam a pobreza e a exclusão social nas cidades:

Nos documentos brasileiros do século XVIII, já se recolheram evidências de uma nova classe, ansiosa de domínio: burgueses e negociantes ricos querendo quebrar o exclusivismo das famílias privilegiadas de donos simplesmente de terra, no domínio sobre as câmaras ou os senados (Freyre, 2013, p. 68).

Freyre percebe que a modernização brasileira não eliminou as desigualdades herdadas da colônia, apenas mudou a forma como elas se expressam. A elite adaptou seus modos de vida à cidade, mas manteve o autoritarismo e o distanciamento em relação às camadas populares. Do seu lado, os mais pobres continuaram marginalizados, sem acesso pleno à moradia digna, à educação ou cidadania; mesmo nas cidades, Freyre identifica a manutenção de práticas sociais autoritárias, como o clientelismo político, a centralização do poder nas mãos de poucos e a continuidade do paternalismo social, herdado da casa-grande, o que ainda pode ser observado hoje pela dependência de favores políticos de governos locais, e nas relações informais de poder que regem muitas comunidade urbanas, tal como descreve o autor:

O sistema casa-grande, que procuramos estudar em trabalho anterior, chegara a ser – em alguns pontos pelo menos – uma quase maravilha de acomodação: do escravo ao senhor, do preto ao branco, do filho ao pai, da mulher ao marido. Também uma quase maravilha de adaptação do homem, através da casa, ao meio físico, embora, neste particular, o sobrado e

o mucambo talvez tenham superado o sistema inicial (Freyre, 2013, p. 19).

14.4 APENAS MUDOU O NOME

Fazendo um paralelo com os nomes usados por Freyre (2013), os sobrados do Brasil de hoje são os bairros nobres, condomínios fechados e centros financeiros. Embora os antigos senhores de engenho tenham sido substituídos por empresários, políticos ou grandes investidores, o padrão de segregação social e de reprodução do poder ainda existe, ou seja a elite continua a viver em espaços protegidos e distantes dos mucambos, mantendo um estilo de vida que contrasta fortemente com a realidade da maioria da população. Os mucambos da modernidade são as favelas, ocupações irregulares, cortiços e periferias urbanas, onde a população vive em condições precárias, frequentemente sem saneamento, segurança, saúde ou educação adequada. Freyre identifica esse paradoxo da modernização brasileira, mostrando que enquanto o país urbanizava suas cidades, ampliava a desigualdade, pois não houve uma real democratização do acesso aos direitos básicos. Todavia, segundo o autor, apesar das dificuldades, a força da cultura popular brota dos mucambos, como a música, religião, culinária e oralidade.

Tem-se o patriarcalismo e a hierarquia entre gerações, mostrando que nas sociedades patriarcais, a infância não é valorizada como etapa própria da vida; o menino é visto apenas como um homem em formação, e o prestígio está sempre no homem feito, adulto, como diz um pensamento atribuído a Freyre: “Tão grande como a que separa os sexos é a que separa as classes: a dominadora, da servil”. Essa frase, que não consta das obras freyreanas, revela que no sistema patriarcal não se impõe apenas numa hierarquia entre homens e mulheres, mas também entre faixas etárias e classes sociais, em uma

visão que moldou uma sociedade autoritária, em que a figura do pai, ou seja, do patriarca detém o poder absoluto.

Freyre relata ainda que nessas sociedades a adolescência é quase um incômodo, um momento de vergonha a ser superado rapidamente. Isso é visível no fato de que a juventude muitas vezes, não tem voz ativa nem espaço para expressar opiniões na política, nas famílias ou nos ambientes de trabalho. Essa rivalidade entre o homem moço e o homem velho, descrita por Freyre, mostra como, mesmo com a decadência do patriarcalismo tradicional, suas bases continuam vivas, em vez de autoridade por idade, hoje há disputas de poder, influência e prestígio por status, visibilidades e recursos:

O regime das casas-grandes continua a imperar, um tanto atenuados, nos sobrados. O domínio do pai sobre o filho menor – e mesmo maior – fora no Brasil patriarcal aos seus limites ortodoxos: ao direito de matar. O patriarca tornara-se absoluto na administração da justiça e da família, repetindo alguns pais, à sombra dos cajueiros de engenho, os gestos mais duros do patriarcalismo clássico: matar e mandar matar, não só os negros como os meninos e as moças brancas, seus filhos (Freyre, 2013, p. 111).

Na contemporaneidade, essa visão permanece, pois persiste a pressão sobre jovens para se comportarem precocemente como adultos, desvalorizando suas ideias ressaltando padrões de masculinidade rígidos, que desestimulam a vulnerabilidade e o diálogo intergeracional; valoriza-se excessivamente o homem feito, repetindo a lógica hierárquica denunciada por Freyre. Em sua obra, o autor reconstrói todo o processo de formação e decadência do patriarcalismo no Brasil, informando que o declínio desse padrão de organização e de domínio revela que coexistiram a dissolução e a acomodação, a quebra e a conservação de instituições, de valores, de distâncias sociais, de símbolos etc. Esse modo de transição que ao mesmo tempo, transforma e preserva, define, segundo Freyre, positivamente a paisagem

social brasileira, ao retratar as transições como um processo de reordenação pautado na conservação dos elementos fixadores do ethos brasileiro, constituído no âmbito de uma sociabilidade patriarcal de família, de cultura e de economia, construindo os pilares de um ideário conservador sobre a mudança social, enaltecido por Freyre por conduzir a sociedade a rompimentos substanciais, a sobrevivência de valores patriarcal.

Analisando as relações entre homens e mulheres dentro do universo patriarcal, evidencia-se como a figura feminina era moldada para a submissão, controle moral e pelo confinamento ao espaço doméstico; a mulher da elite era idealizada como anjo do lar, enquanto as mulheres negras e pobres eram sexualizadas e exploradas.

Voltando à casa-grande, onde Freyre retrata as mulheres negras como um objeto, colocando principalmente a sensualidade em evidência, essa visão reforçava a autoridade masculina, naturalizando tanto o social quanto o gênero. Na modernidade, apesar dos avanços legais e sociais, os resquícios daquela estrutura são perceptíveis, através por exemplo, do machismo, desigualdade salarial, violência de gênero e o do duplo padrão moral, que são expressões contemporâneas de um passado que Freyre descreveu com profundidade; portanto, persiste a cultura patriarcal que impõe à mulher papéis fixos e subalternos. Freyre interpreta o papel da mulher na sociedade como resultado de uma construção social e cultural, não uma condição natural, sendo um ponto fundamental para se refletir sobre os desafios colocados na atualidade quanto à desigualdade de gênero e à violência contra a mulher.

O Brasil ocupa o quinto lugar no ranking mundial de feminicídios. Conforme dados do alto comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, em 2022, foram 3.913 mulheres mortas no país, sendo 1.350 vítimas de feminicídio.

Sobre a violência contra a mulher, destaca-se na luta em defesa de seus direitos, Lélia Gonzales, que exerceu uma crítica às obras de Freyre, por causa de sua visão da chamada democracia racial. Essa liderança feminina aponta essa forma de ver como contribuição à farsa ideológica que oculta a brutalidade da escravidão, a exploração sexual das mulheres negras e o racismo estrutural, que aliás, perdura até hoje.

A mestiçagem, segundo Gonzales (1983), foi um processo marcado pela violência, estupros e dominação patriarcal, e não por uma convivência pacífica; também adverte para o fato de que na casa-grande e na senzala, a mulher negra era tida como um corpo exótico, erótico e submisso, muitas vezes reduzida a ama-de-leite ou à amante do senhor. A autora reposiciona essa figura da mulher negra como sujeito político e histórico; evidencia como a mulher negra foi central na preservação das culturas africanas no Brasil e na resistência ao racismo e ao sexismo, pois sua atuação como mãe, trabalhadora, militante e intelectual rompe com os estereótipos herdados do imaginário da casa-grande.

Outro ponto central na crítica de Gonzales (1983) é quanto a linguagem, propondo o termo pretuguês para evidenciar a influência africana na língua portuguesa falada no Brasil, desafiando a ideia de pureza cultural. Além disso, ela desenvolve o conceito de americanidade, destacando a identidade negra-latino-americana como resultado de resistência e criação, não de submissão e assimilação. Dessa forma, Gonzalez denuncia o caráter eurocêntrico da narrativa de Freyre, que embora valorize a cultura negra em certos aspectos, ainda reproduz uma lógica de dominação ao colocar a sociedade e o negro como elemento passivo:

A ideologia da democracia racial brasileira tem funcionado como um eficaz mecanismo de dominação, pois, ao negar a existência do preconceito racial, impede a percepção da dis-

criminação e do racismo vividos diariamente pela população negra (Gonzales, 1983, p. 224).

A citação apresentada anteriormente encontra-se no artigo intitulado “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (Gonzales, 1983), e sintetiza uma das críticas mais potentes ao modelo de relações raciais no Brasil, denunciando o disfarce do racismo sob o discurso da harmonia entre as raças. Ao considerar o racismo como inexistente ou irrelevante, a ideologia da democracia racial naturaliza a exclusão social da população negra, relegando-a aos espaços da marginalização econômica, política e simbólica, essa estratégia ideológica não elimina o preconceito, apenas o torna menos visível e mais difícil de combater; para Gonzales a opressão vem usando uma perspectiva equivocada de gênero, pois a mulher negra é a principal vítima dessa estrutura dissimulada de opressão, sofrendo não apenas com o racismo, mas com o sexismo, em um processo de pirâmide social. Nesse sentido, a crítica de Gonzales vai além do conceito de raça, porque aponta para a necessidade de uma leitura interseccional da realidade brasileira, pois o gênero, a raça e a classe são concepções imbricadas.

Décadas após sua formulação, a crítica de Lelia Gonzales continua atual. O racismo é um problema social central; a morte de pessoas negras pelas mãos do Estado segue sendo perpetrada; a sub-representação em cargos de liderança e a exclusão das mulheres negras do debate público são exemplos de como a ideologia da democracia racial ainda opera como um obstáculo à justiça social.

Por isso que conceitos construídos por Freyre em suas obras são apontados como falsos, uma vez que o combate ao racismo no Brasil exige o rompimento com narrativas que falseiam uma pseudo-harmonia racial, pelo contrário, é necessário reconhecer o racismo como parte constitutiva da sociedade brasileira como primeiro passo para enfrentá-lo de forma eficaz. Esse pensamento de Gonzales segue como ferramenta fundamental para essa tarefa, desafiando

discursos oficiais e revelando as estruturas de dominação que ainda sustentam o país.

14.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que Souza (2017) retoma e atualiza a crítica ao racismo disfarçado como convivência harmônica entre brancos e negros. Ele mostra que a cordialidade exaltada por Freyre, virou uma ferramenta de dominação simbólica da elite; identifica na classe média uma espécie de herdeira ideológica dessa elite colonial que, ao se considerar meritocrática e moralmente superior, naturaliza a desigualdade e criminaliza os pobres, passando a falsa imagem de um Brasil unido e miscigenado que na verdade, esconde um dos países mais desiguais do mundo, onde a herança escravocrata se traduz em exclusão social profunda.

Hélio (2020), embora menos combativo, também propõe uma reflexão sobre como a obra de Freyre foi cooptada para construir uma autoimagem do Brasil que ignora suas fraturas sociais. Esse autor convida a uma releitura de Freyre de forma crítica. Reconhece a importância de valorizar a cultura mestiça, porém que não se deve romantizar estruturas como o patriarcalismo e a desigualdade herdada da casa-grande.

Em tempos de crescente conservadorismo, Hélio (2020) situa a crítica a Freyre não enquanto rejeição completa, mas como necessidade de atualização diante dos desafios atuais. Estudos de Hélio e Gonzales ajudam a entender como o mito da democracia racial ainda é usado para silenciar o racismo estrutural no Brasil contemporâneo, onde a maior parte da população carcerária, desempregada e marginalizada é negra, portanto, essa narrativa da harmonia racial soa como um disfarce ideológico. A autora Gonzales alerta que, en-

quanto o Brasil se orgulhar de sua miscigenação pacífica, continuará ignorando as violências cotidianas sofridas por pessoas negras, especialmente pelas mulheres negras, alvo de opressões múltiplas, por isso sua crítica permanece atual porque mostra que racismo à brasileira é sutil, mas letal.

As três vozes (Souza, Gonzales e Hélio) aqui expostas apontam que o Brasil ainda vive sob as sombras da casa-grande, pelo racismo institucional vigente que se revela na desigualdade social, naturalização da violência e na exclusão sistemática das populações negras e periféricas. Superar o legado histórico e problemático repassado por Freyre significa, portanto, reconhecer sua influência, mas também a necessidade de suplantá-lo com coragem crítica, valorizando novas narrativas e experiências que foram silenciadas por tanto tempo.

Casa-grande & senzala é uma obra que alcançou uma projeção dificilmente igualada no campo das ciências sociais, e difundiu uma imagem do Brasil para o exterior, mas também consolidou uma leitura singular para a formação nacional junto à sociologia e à sociedade brasileira. Aqui foi apresentado como as ideias deste livro refletiram no senso comum, como se popularizou a noção de cultura a partir de Freyre, e o modo pelo qual se difundiu sua interpretação sobre as relações raciais no Brasil.

Resta salientar que a superação da leitura freyreana do Brasil se faz necessária para prosseguir no entendimento do desenvolvimento da história econômica brasileira. A discussão de suas contribuições não faz sentido a não ser enquanto crítica dos fundamentos de um mito que se gestou no Brasil sobre uma suposta harmonia racial, portanto, o valor da contribuição de Freyre está na possibilidade de discutir sua interpretação de maneira crítica. Nesse sentido, como

apontamentos de investigações que se sucedem está o desenvolvimento da democracia racial e o debate instaurado a partir de então.

Além de reconhecer a importância teórica da obra *Sobrados e mucambos*, como expressão da urbanização e ocupação territorial na desarticulação do escravismo colonial, a crítica trazida no presente trabalho dá conta de realocar as questões trazidas por Freyre com uma significação distinta daquela proposta pelo autor. A relevância dessa atividade está em desmitificar e desvelar a concretude das relações sociais dispostas no Brasil colônia e o impacto decorrente de tal interpretação no Brasil contemporâneo.

Freyre ao se dedicar à visão sobre o Brasil escravocrata, recorre às avaliações pessoais e familiares, retorna ao seio de sua família detentora de escravos e, sentado nos telhados da casa-grande, descreve a vida na colônia, um feito possível somente a partir dessa perspectiva. Mas sua noção de que a história deveria ser a vida íntima de uma época que não se verifica na realidade e, se fosse o caso, Freyre teria falhado por não perceber que a vida íntima do seu objeto fora construída a partir de violência e dominação histórica. Seu legado, todavia, também serviu de ferramenta para uma reprodução ideológica questionável.

Freyre bem o sabia, tanto que acusa os pares dos quais discorda, por se manterem em uma suposta parcialidade, o que subentende qualquer intenção velada por parte deles. No entanto, a história que Freyre constrói guarda a perspectiva em primeira pessoa do branco colonizador frente ao outro, o indígena e o negro. Então, se deixa vencer por sua própria parcialidade e intenção de ter o colonizador personificado em si como autor da civilização no Brasil. Essa é a perspectiva por onde descreve a casa-grande para achar um sentido eurocêntrico, portanto branco, masculino e classista para explicar a formação do país.

O pensamento de Freyre contém essas lacunas por lhe faltar a aplicação de um método que o possibilitasse perceber que sua visão estava tutelada por um corpo de ideias que apagou a conotação de conflito do processo colonizador, em outras palavras, não é a ausência de método que desqualifica sua obra, mas é essa falta que o faz reproduzir as mesmas preocupações de outros autores da época, que o levou a não discutir adequadamente as influências ideológicas na ciência que produz. Desse modo, entende-se que a sua obra se tornou um panfleto ideológico muito bem usado para a dominação racial. Ao invés de perguntar somente quem é o autor da civilização nos trópicos, pode-se questionar a quem se deve responsabilizar pelas pilhas de corpos deixados pela colonização, escravidão e tráfico negro, e qual é o reflexo desse processo na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 1. ed. Digital. São Paulo: Global, 2013.

GONZALES, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo: Anpocs, 1983.

HÉLIO, Mário. **O Brasil de Gilberto Freyre: uma introdução à leitura de sua obra**. 2. ed. Recife: Cepe Editora, 2020.

LEITURAS. A obra de Gilberto Freyre. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (26 min). TV Senado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PAFNRfuq5ug>. Acesso em: 28 mar. 2025.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.



O livro destaca o pensamento político de figuras proeminentes da história política brasileira e suas contribuições para moldar uma identidade nacional. São realizadas interpretações de autores clássicos como Gilberto Freyre, Celso Furtado, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Raymundo Faoro, Sérgio Buarque de Holanda, Euclides da Cunha, Joaquim Nabuco e Nelson Werneck Sodré. Os autores e autoras desta obra também analisam pensadores e pensadoras brasileiros(as) contemporâneos(as), mas não menos importantes para a consolidação de um pensamento genuinamente brasileiro, como são os casos de Lourdes Maria Bandeira, Marilena Chaui, Ailton Krenak, José Álvaro Moisés, Margareth Rago, Jessé Souza, Rose Marie Muraro e Wanderlei Guilherme dos Santos. Em muitos casos, o leitor e a leitora irão encontrar conexões teóricas que interpretam questões atuais, como capitalismo e meio ambiente, gênero, feminismo, LGBTQIAPN+, cultura da ignorância, futebol e torcidas organizadas, crises de representação, elites, participação cidadã e periferia.

Apoio:



Edvaldo
MAGALHÃES
DEPUTADO ESTADUAL

